UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

RICARDO DE SEQUEIRA LUGÓ

**Combatentes e revolucionários:
processos de socialização de jovens integrantes
de organizações que buscam
a preservação ou a subversão da ordem**

São Paulo

2014

RICARDO DE SEQUEIRA LUGÓ

**Combatentes e revolucionários:
processos de socialização de jovens integrantes
de organizações que buscam
a preservação ou a subversão da ordem**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo, para
a obtenção do título de mestre em Educação.

Área de concentração: Sociologia da Educação

Orientadora: Profa. Dra. Kimi Aparecida
Tomizaki

São Paulo

2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

-
37.047
L951c | Lugó, Ricardo de Sequeira
Combatentes e revolucionários: processos de socialização de
jovens integrantes de organizações que buscam a preservação ou a
subversão da ordem / Ricardo de Sequeira Lugó; orientação Kimi
Aparecida Tomizaki. São Paulo: s.n., 2014.

252 p; anexos

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em
Educação. Área de Concentração: Sociologia da Educação) - -
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Socialização 2. Habitus 3. (Con)figuração 4. Transmissão
intergeracional 5. Jovens 6. Organizações I. Tomizaki, Kimi
Aparecida, orient. |
|-----------------|---|
-

LUGÓ, RICARDO DE SEQUEIRA

Combatentes e revolucionários: processos de socialização de jovens integrantes de organizações que buscam a preservação ou a subversão da ordem

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de mestre em Educação.

Área de concentração: Sociologia da Educação

Aprovado em:

Banca examinadora:

Professora-doutora Kimi Aparecida Tomizaki (presidente)
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Professora-titular Maria Victoria de Mesquita Benevides Soares (titular)
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Professora-titular Letícia Bicalho Canêdo (titular)
Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas

Professora-doutora Fabiana Augusta Alves Jardim (suplente)
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Professora-doutora Graziela Serroni Perosa (suplente)
Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

Professora-doutora Áurea de Carvalho Costa (suplente)
Instituto de Biociências de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Para Nataly, meus pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa não seria possível sem a participação, a contribuição e o apoio de diversas pessoas e instituições. Gostaria, sendo assim, de fazer alguns agradecimentos.

À professora-doutora Kimi Aparecida Tomizaki, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), pela orientação atenta, participativa, generosa e acolhedora durante todo o desenvolvimento de meu mestrado. Da receptividade à minha ideia inicial de pesquisa, passando pela elaboração e o refinamento do projeto, pela delimitação do objeto a ser estudado, pela recomendação das leituras que iluminariam a minha investigação, pela definição dos procedimentos metodológicos mais adequados a esta empreitada e pelas revisões sistemáticas dos textos produzidos, a orientação da professora Kimi sempre foi enriquecedora, decisiva e norteada por imenso espírito de colaboração.

Às professoras-titulares Maria Victoria de Mesquita Benevides Soares, também da FE-USP, e Letícia Bicalho Canêdo, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pela leitura minuciosa de minha pesquisa, ainda na fase do exame de qualificação, e o fornecimento de recomendações valorosas, detalhadas e precisas para a produção desta dissertação final.

Ao sociólogo francês Jean-Pierre Faguer, do *Centre de Sociologie Européenne*, que esteve em São Paulo, em 2012, para ministrar uma disciplina no curso de pós-graduação da FE-USP, e com quem tive a oportunidade e o privilégio de discutir meu projeto. A ênfase nas descrições longas e minuciosas, que caracterizam este trabalho, deve-se muito aos seus inestimáveis conselhos.

Aos professores da pós-graduação da FE-USP, com especiais agradecimentos à professora-titular Marília Pontes Sposito – pelas preciosas recomendações relacionadas ao desenho do meu projeto, fornecidas no transcorrer da disciplina “Projetos de pesquisa: leituras sobre métodos e técnicas na sociologia da educação” – e à professora livre-docente Maria da Graça Jacintho Setton – que contribuiu, decisivamente, na disciplina que ministrou na pós-graduação, para o meu aprofundamento na obra de um dos autores mais presentes na bibliografia desta dissertação, o sociólogo Norbert Elias.

Ao grupo de orientandos da professora Kimi Tomizaki, cujos integrantes me ajudaram muito em todo este processo, ao compartilhar suas experiências, dificuldades e conhecimentos.

Agradeço ao comando e à direção da Divisão de Ensino da Academia da Força Aérea (AFA), aos oficiais e suboficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) e aos cadetes entrevistados, que acolheram a minha pesquisa com absoluta prontidão, demonstrando um genuíno e entusiasmado interesse pelo conhecimento científico. Ainda na AFA, meus agradecimentos especiais à professora-associada Emilia Emi Takahashi, por suas fundamentais orientações e pela indicação de uma indispensável bibliografia sobre a formação do espírito militar. Sem o seu imediato apoio, jamais teria conseguido me aproximar da instituição e avançar em minhas investigações.

Agradeço, igualmente, aos jovens e antigos militantes do Partido Pátria Livre (PPL), bem como aos integrantes de sua direção, por desde o primeiro instante terem sido completamente receptivos a este estudo. Abriam-me as portas de seus locais de trabalho e até mesmo de suas residências, às vezes tarde da noite, e pacientemente rememoraram infância, relações familiares, escolarização e trajetórias como militantes, em alguns casos por horas a fio. Três deles, inclusive, que nesta dissertação aparecem sob os codinomes de Paulo, Acácio e Helena, engajaram-se firme e generosamente no

propósito de me auxiliar a garimpar possíveis entrevistados no campo dos militantes políticos.

Não poderia deixar de mencionar a FE-USP e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação subordinada ao Ministério da Educação, pela providencial bolsa que me possibilitou a dedicação exclusiva a esta pesquisa durante o mestrado.

No campo familiar, meus amorosos agradecimentos aos meus pais, Maria da Conceição de Sequeira Lugó e Antonio Lugó, pela ênfase que sempre colocaram na educação e escolarização dos filhos (minha e dos meus dois irmãos). Sem seus grandes e diligentes esforços, nenhuma linha deste trabalho poderia ter sido escrita. Sou eternamente grato aos dois.

Finalmente, o apoio incondicional, a cumplicidade, o companheirismo, o engajamento e o desprendimento de Nataly, minha mulher, nesta empreitada, foram absolutamente decisivos para a realização deste mestrado. Sem Nataly, e aqui recorro a Max Weber, tudo ficaria confuso, caótico, desordenado. Muito obrigado por ter cruzado o meu caminho numa manhã sorumbática de 1996.

*“A sociologia trata de pessoas:
as interdependências
que ocorrem entre elas são
o seu problema central.”*

Norbert Elias

RESUMO

LUGÓ, Ricardo de Sequeira. **Combatentes e revolucionários: processos de socialização de jovens integrantes de organizações que buscam a preservação ou a subversão da ordem.** 2014. 252 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A pesquisa aqui apresentada teve por objetivo estudar os processos de socialização a que são submetidos jovens que aderem a organizações que buscam preservar ou subverter a ordem. Por meio de entrevistas, observações de campo, análise de documentos e pesquisa bibliográfica, procurei desvendar: 1) os processos de socialização conduzidos por essas organizações; 2) como se desenham as teias familiares, afetivas, profissionais e escolares, nas quais os jovens integrantes estavam ou estão enredados e de que forma elas os compeliram a aderir a movimentos que buscam preservar ou subverter a ordem; 3) como agem essas organizações para reforçar ou atenuar em seus integrantes determinadas formas de sentir, pensar, agir e se relacionar com os outros e com o mundo. Foram escolhidas, para a condução do estudo, a Academia da Força Aérea (AFA), instituição que forma oficiais para a Aeronáutica, uma das três Forças Armadas (FFAA), protetoras da ordem por excelência, e a Juventude Pátria Livre (JPL), grupo marxista-leninista subordinado ao Partido Pátria Livre (PPL), antigo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), siglas que defendem, a longo prazo, a subversão da ordem para a implantação de uma sociedade igualitária e socialista (ou seja, a construção de uma nova ordem). Os dados coletados sugerem pontos de convergência na socialização de militares da AFA/Aeronáutica e de militantes da JPL/PPL, como também identificam falsas similaridades e diferenças significativas. Os pontos de convergência são os seguintes: 1) forte identidade de grupo e preocupação com a sociedade (senso de coletividade acima do senso de individualidade); 2) apego a valores patrióticos e nacionalistas; 3) ética da “missão dada - missão cumprida”; 4) diferente percepção do “ser voluntário”, em comparação com o que estamos habituados no senso comum; 5) ética corporal e de vestuário explícita e institucionalizada, no caso dos militares, e implícita e não institucionalizada, mas também perceptível, no caso dos militantes; 6) recrutamento endógeno; 7) vigorosa preocupação com a doutrina. As falsas similaridades e divergências significativas também podem ser agrupadas em sete pontos: 1) diferentes relações com a cidade; 2) escolarização dos entrevistados e dos antepassados; 3) religião; 4) adesão a outras organizações; 5) vida itinerante; 6) apoio familiar; 7) sacrifícios.

Palavras-chave: Socialização. *Habitus*. (Con) figuração. Transmissão intergeracional. Jovens. Organizações.

ABSTRACT

LUGÓ, Ricardo de Sequeira. **Fighters and revolutionaries: the socialization of young members of organizations that seek to preserve or overturn the order.** 2014. 252 f. Dissertation (Master) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

The research presented here had the objective of studying the socialization processes that young people are subjected to adhere to organizations that seek to preserve or overturn the order. Through interviews, field observations, analysis of documents and literature, I tried to unravel: 1) socialization processes conducted by these organizations; 2) how to design the family, emotional, professional and educational webs, in which young members were or are caught and how they compelled them to join movements that seek to preserve or overturn the order; 3) how act these organizations to enhance or mitigate its members in certain ways to feel, think, act and relate with others and with the world. I chose to study Academia da Força Aérea (AFA), an institution that forms officials for Aeronautics, one of the three Armed Forces, protective order par excellence, and Juventude Pátria Livre (JPL), marxist-leninist group subordinate to the Partido Pátria Livre (PPL), former Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), groups that stand, in the long term, the subversion of the order for the deployment of an egalitarian socialist society (ie, building of a new order). Results suggest points of convergence in the socialization of military AFA/Aeronautics and militants JPL/PPL, but also identify false similarities and differences. Convergent points are: 1) strong group identity and concern for society (sense of collectivity above the sense of individuality); 2) attachment to patriotic and nationalist values; 3) ethics “given mission - mission accomplished”; 4) different perception of "volunteering", compared to what we used in the common sense; 5) body and explicit and institutionalized ethical clothing, in the case of the military, and implicit and not institutionalized, but also noticeable, in the case of the militants; 6) endogenous recruitment; 7) strong concern with doctrine. False similarities and significant differences can also be grouped into seven points: 1) different relationships with the city; 2) education of the respondents and ancestors; 3) religion; 4) adherence to other organizations; 5) itinerant life; 6) family support; 7) sacrifices.

Keywords: Socialization. *Habitus*. (Con) figuration. Intergenerational transmission. Youth. Organizations.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Efetivo total da Aeronáutica	75
Quadro 2 – Entrevistados no campo dos militantes	107
Quadro 3 – Entrevistados no campo dos militares	107
Quadro 4 – Consolidação de dados com base nas entrevistas	109
Quadro 5 – Número de cadetes matriculados na AFA no ano letivo de 2013, por esquadrão e arma	127
Quadro 6 – Regras para uso de insígnias	194
Quadro 7 – Recrutamento endógeno no campo dos militares	202
Quadro 8 – Recrutamento endógeno no campo dos militantes	203

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A ESCOLHA DO OBJETO	14
 CAPÍTULO 1 REFLEXÕES SOBRE ALTERIDADE E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	
1.1 A questão da alteridade: a vigilância constante sobre o pesquisador	20
1.2 Procedimentos metodológicos	34
 CAPÍTULO 2 DESCRIÇÃO DO CAMPO DOS MILITANTES POLÍTICOS	
2.1 De MR8 a Partido Pátria Livre	43
2.2 A via política: democracia e nacional-desenvolvimentismo como etapas de conscientização dos trabalhadores para o socialismo	50
2.3 O jornal Hora do Povo, a voz do antigo MR8 e do atual PPL	54
2.4 Minha aproximação com o então MR8 e o jornal Hora do Povo	58
 CAPÍTULO 3 DESCRIÇÃO DO CAMPO MILITAR	
3.1 Aeronáutica: a mais jovem das Forças Armadas	70
3.2 Primeira visita a uma instalação da Aeronáutica	76
3.2.1 A simbologia do espadim	76
3.3 A formatura dos cadetes	78
3.3.1 A cerimônia propriamente dita	80
3.4 Reunião com o comandante da AFA	84
3.5 Uma instalação militar na capital paulista. O Pama-SP, as mulheres e a estrutura de carreiras na FAB	90
 CAPÍTULO 4 RESULTADOS	
4.1 A pesquisa de campo	104
4.2 Diferenças e falsas semelhanças	108
4.2.1 As diferentes relações com a cidade	110
4.2.2 Escolarização dos entrevistados e dos antepassados	114
4.2.3 Religião	118
4.2.4 Adesão a outras organizações	121

4.2.5 Vida itinerante	133
4.2.6 Apoio familiar	137
4.2.7 Sacrifícios	143
4.3 Pontos de convergência nos processos de socialização dos dois campos	154
4.3.1 Senso de coletividade acima do senso de individualidade	155
4.3.2 Apego a valores patrióticos e nacionalistas	160
4.3.3 Ética da “missão dada - missão cumprida”	169
4.3.4 Diferente percepção do “ser voluntário”	183
4.3.5 Ética corporal e de vestuário	190
4.3.6 Recrutamento endógeno	199
4.3.7 Vigorosa preocupação com a doutrina	212
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 221
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 229
 ANEXOS	 235

INTRODUÇÃO

A escolha do objeto

Minha pesquisa de mestrado objetivou estudar os processos de socialização de jovens integrantes de organizações que buscam a preservação ou a subversão da ordem. Para tanto, analisei os processos de socialização a que são submetidos os alunos da Academia da Força Aérea (AFA¹), escola formadora de oficiais para a Aeronáutica, no campo da conservação da ordem, e os militantes da Juventude Pátria Livre (JPL), vertente juvenil do Partido Pátria Livre (PPL), uma organização marxista-leninista cujo objetivo de longo prazo é a construção de uma sociedade socialista e igualitária, algo que só se conseguirá com a subversão da ordem (e a consequente implantação de uma nova ordem). Até 2009, o PPL adotava um nome bastante conhecido no campo da esquerda: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8).

As entrevistas são o cerne desta pesquisa. Ao todo, ouvi 11² pessoas em entrevistas formais, no campo da Força Aérea Brasileira (FAB), além de duas em longas conversas informais. No campo da JPL/PPL, também ouvi 11 pessoas em entrevistas formais. Além das entrevistas, a pesquisa valeu-se de observações de campo, revisão bibliográfica e análise de documentos, para desvendar: 1) os processos de socialização conduzidos pelas instituições estudadas; 2) como agem essas instituições, especialmente sobre os jovens, no sentido de reforçar ou buscar atenuar determinadas formas de sentir, pensar, agir e se relacionar com os outros e com o mundo, ou seja, como atuam sobre o *habitus* desses indivíduos; 3) como se desenham as teias familiares, afetivas,

¹ O critério que utilizo neste trabalho para a apresentação das siglas é o seguinte. Nas siglas com até três letras, todas as letras ficam em maiúsculas. Nas siglas com quatro letras ou mais, apenas a primeira letra fica em maiúscula. Nas siglas com quatro letras ou mais, que tenham as letras pronunciadas individualmente, todas as letras ficam em maiúsculas (MARTINS, 2000, p. 267-268).

² Os numerais aparecem grafados da seguinte forma neste trabalho: de um a dez, por extenso. Acima de dez, em algarismos. A não ser para indicar dias que compõem datas, como 5 de janeiro, ou para caracterizar algum evento ou departamento, como, por exemplo, 2ª Guerra Mundial ou 2º Esquadrão de Instrução em Aviação, em que sempre aparecem em algarismos (MARTINS, 2000, p. 196-200).

profissionais e escolares, nas quais os jovens integrantes estavam ou estão enredados e de que forma elas os compeliram a aderir a movimentos que buscam preservar ou subverter a ordem.

As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2013 e no primeiro semestre de 2014. Em 2013, foram realizadas todas as 11 entrevistas formais do campo militar, além das duas informais, e seis das 11 entrevistas formais do campo da JPL/PPL. Escolhi, inicialmente, concentrar-me mais na AFA/FAB, por dois motivos. O primeiro motivo é que são notórias as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores para ingressar em ambientes militares, tradicionalmente fechados e hostis à presença de civis que não sejam ligados de alguma forma às instituições em questão. Há inúmeros relatos de cientistas neste sentido e um livro que aborda, detalhadamente, as epopeias que antropólogos, sociólogos, psicólogos e historiadores enfrentaram para serem autorizados a conduzir suas pesquisas em instituições militares (CASTRO; LEIRNER, 2009). Os jogos de empurra-empurra, as técnicas de dissuasão, as dificuldades de várias ordens que surgiam inesperadamente e a todo instante, os incontáveis retornos à estaca zero, nos labirintos das autorizações, que assemelhavam a jornada do pesquisador ao trabalho de Sísifo. Sendo assim, ao ser comunicado, pelo coronel que chefiava a Divisão de Ensino, sobre a autorização concedida pelo então comandante da AFA para a realização de minha pesquisa – ele afirmou, ainda, que eu seria o primeiro pesquisador da história, exógeno à AFA, no campo das Ciências Humanas, a ingressar na instituição para pesquisar e entrevistar cadetes –, decidi que não poderia deixar escapar esta oportunidade. Além do mais, o coronel alertou-me que o início dos meus trabalhos deveria se dar imediatamente. É comum, em pesquisas dessa natureza, a autorização dada ao cientista ser revogada quando há troca de comando na instituição. Quando isso

acontece, existe o risco de que todo o trâmite de pedidos precise ser reiniciado. Era pegar ou largar. Peguei.

O segundo motivo: PPL e JPL, que até 2009 atendiam por MR8 e Juventude Revolucionária 8 de Outubro (JR8), respectivamente, eram meus velhos conhecidos. Minha iniciação profissional se deu no jornal Hora do Povo (HP), onde trabalhei por quatro anos, em dois períodos distintos, no final dos anos de 1980 e na primeira metade da década de 1990. O HP foi criado pela principal liderança do MR8, em 1979, e seus editores sempre foram, em grande medida, militantes do partido. A publicação amplifica, portanto, as ideias, reflexões, posições e análises políticas elaboradas pela organização. Sendo assim, eu já possuía um significativo capital acumulado de observações no terreno da JPL/PPL, o que me possibilitava retardar o ingresso neste campo para, em um primeiro instante, conseguir avançar o máximo possível na coleta de dados na AFA/FAB.

No campo da conservação da ordem, a Aeronáutica tornou-se a melhor opção para a pesquisa, em decorrência de alguns contatos previamente estabelecidos que me possibilitaram entrevistar cadetes que estudam na AFA e, também, oficiais e suboficiais já em atividade profissional, que foram instados a relembrar a sua formação. Os contatos iniciais, a partir dos quais se viabilizaram não apenas as entrevistas, mas também as observações de campo, foram uma professora civil da AFA, que conheci em um evento realizado na Universidade de São Paulo (USP), em 2011, e um primeiro-sargento da FAB, casado com uma ex-colega de trabalho, profissional lotado no Parque de Material Aeronáutico de São Paulo (Pama-SP), localizado na zona norte da capital paulista, na área que se convencionou chamar de Campo de Marte. Sem a generosidade, receptividade e empenho dessas duas pessoas, muito provavelmente minhas investidas na FAB não teriam frutificado.

AFA/FAB e JPL/PPL parecem-me comparáveis, entre si, não pelas funções que desempenham na sociedade (a FAB é uma instituição de Estado, enquanto o PPL, um partido político). Muito menos por suas inclinações ideológicas, se é que se pode dizer que a FAB, como instituição de Estado, tenha uma ideologia política³. São comparáveis porque socializam jovens e porque há um elemento que coloca estas instituições em relação: a questão da ordem. A FAB tem na preservação da ordem uma de suas missões, a primeira, a mais importante, que é a sua missão constitucional, como veremos adiante. E JPL/PPL traçam como objetivo de longo prazo a criação de uma sociedade igualitária e socialista, algo que, pelo menos do ponto de vista empírico, jamais foi implantado sem a subversão da ordem.

Minha dissertação está estruturada da seguinte forma. Após esta introdução, há um capítulo no qual proponho algumas reflexões sobre a alteridade do pesquisador e apresento os procedimentos metodológicos da pesquisa. Em seguida, há dois capítulos que descrevem, respectivamente, o campo dos militantes políticos da JPL/PPL e o campo dos militares da AFA/FAB. Na sequência, revelo os resultados de meus estudos, obtidos a partir da análise dos processos de socialização realizados sobre os jovens que essas instituições formam para o exercício das carreiras de militantes e militares. O capítulo com os resultados também contribui para aprofundar a caracterização dos dois

³ Muitas vezes, cometemos a precipitação de atribuir a uma instituição e a seus integrantes uma única ideologia, como se a instituição em questão fosse monocromática e impossibilitasse a existência de certa diversidade em seu interior, mínima que seja. Quando falamos em militares no Brasil, então, a tendência de rotulá-los como sendo de direita é quase que automática, embora o filósofo político italiano Norberto Bobbio (1995), que defende o uso dessas categorizações, já tenha refletido sobre as dificuldades de caracterização daquilo que chamamos de esquerda e direita. Pude constatar, nas entrevistas, como as rotulações apressadas podem ser perigosas. Quando perguntada como seria o Brasil ideal, em que valores o país deveria estar estruturado, uma cadete respondeu que seria um país alicerçado nos princípios da igualdade e da justiça social, um país em que não houvesse pobreza nem privilégios. Um discurso que normalmente costumamos atribuir à esquerda. E dois oficiais, sem que o assunto estivesse sendo discutido, ou seja, de forma absolutamente espontânea, referiram-se ao período da história brasileira que vai de 1964 a 1985 como “a ditadura militar”. No campo da JPL/PPL, tanto entre os antigos como entre os jovens militantes, houve entusiasmada defesa do ex-presidente Getúlio Vargas, figura que, especialmente no período do Estado Novo (1937-1945), é comumente acusado de ter flertado com o fascismo, doutrina de extrema-direita.

campos e apresenta pontos de convergência observados nos processos de socialização conduzidos por AFA/FAB e JPL/PPL, além de problematizar diferenças e algumas falsas semelhanças. As considerações finais e os anexos encerram o trabalho.

Por fim, para concluir esta introdução, no segundo semestre de 2012, o sociólogo francês Jean-Pierre Faguer, do *Centre de Sociologie Européenne*, esteve em São Paulo, para ministrar uma disciplina no curso de pós-graduação da Faculdade de Educação da USP. Em 19 de outubro de 2012, tive a oportunidade e o privilégio de discutir meu projeto com ele. Entre as diversas considerações feitas por Faguer, uma me provocou particular inquietação. Segundo o sociólogo francês, a escrita é a melhor forma de leitura daquilo que se está pesquisando. A escrita nos faz classificar, ordenar, formular conceitos, especular, elaborar questões. Se na escrita escolar devem prevalecer as grandes ideias, na sociologia devem prevalecer, ainda de acordo com ele, os pequenos detalhes. Prosseguiu afirmando que é preciso ter coragem para fazer as descrições, detalhadamente, minuciosamente, longamente, daquilo que observamos, mesmo que aparentemente elas não tenham relação direta com o que estamos pesquisando, porque é nesse processo minucioso de descrição que pistas relevantes começam a se destacar. Enfatizou a necessidade, neste processo de produção das descrições, de perdermos o medo de parecer preconceituosos, de não estar exercendo a alteridade, a “imparcialidade”. Por fim, arrematou, temos de falar sobre os “corpos”, porque, muitas vezes, por meio da observação que fazemos deles são reveladas as convicções de nossos entrevistados.

Nesta dissertação, procurei colocar em prática os generosos conselhos que Jean-Pierre Faguer me deu naquela tarde de outubro. Há várias descrições de minhas idas ao “campo”, em que tento detalhar, ao máximo possível, situações que observei, pessoas com as quais conversei, coisas que me foram ditas, gestos, cores, sabores, posturas

corporais, tons de voz, distribuição espacial dos objetos, lembranças. Para que, ao final de tudo, as descrições pudessem revelar, com mais riqueza, pistas e evidências, além de, quem sabe, insinuar algumas respostas para as perguntas formuladas nesta pesquisa.

CAPÍTULO 1

REFLEXÕES SOBRE ALTERIDADE E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1 A questão da alteridade: a vigilância constante sobre o pesquisador

Norbert Elias ilumina diversos aspectos ao refletir sobre a análise sociológica. A postura do pesquisador como caçador de mitos, o que exige distanciamento, objetividade, honestidade intelectual e superação das ideologias, talvez seja o primeiro desses aspectos. No capítulo que trata especificamente deste assunto, em “Introdução à sociologia” (ELIAS, 1999), o sociólogo por diversas vezes enfatiza a necessidade de superação das crenças por parte do cientista e denuncia aqueles que convertem teorias científicas em sistemas de crenças:

“Grupos que pensam de um modo científico são grupos que geralmente criticam ou rejeitam as ideias dominantes aceites pela maioria da sociedade em que vivem, mesmo quando são defendidas pela autoridade reconhecida, pois descobriram que não correspondem aos factos observáveis. Por outras palavras, os cientistas são destruidores de mitos. Por meio de uma observação dos factos, esforçam-se por substituir mitos, ideias religiosas, especulações metafísicas e todo o tipo de imagens não fundamentadas dos processos naturais por teorias testáveis, verificáveis e susceptíveis de correcção por meio da observação factual. A tarefa que a ciência tem de perseguir os mitos até à morte e de demonstrar que certas crenças generalizadas não são baseadas nos factos nunca será totalmente realizada, pois que, tanto dentro como fora dos grupos de cientistas especializados, há sempre quem converta as teorias científicas em sistemas de crenças. Extrapolam-se as teorias e usam-se de um modo perfeitamente divorciado de uma investigação dos factos teoricamente orientada.” (ELIAS, 1999, p.55-56)

Mais adiante, Elias denuncia a contaminação da ciência pelas ideologias:

“[...]”⁴ a teoria sociológica do conhecimento se tem preocupado até agora quase exclusivamente com conceitos sobre a sociedade e com ideologias políticas e sociais. Não se tem interrogado acerca de como e em que condições é possível o conhecimento não-ideológico e científico de relações

⁴ Neste trabalho, as reticências aparecerão envoltas entre colchetes quando o fragmento do texto iniciado ou encerrado por elas foi extraído de um contexto maior ou, no caso das entrevistas, quando o entrevistado abordou determinado assunto em momentos diferentes da conversa e as frases foram agrupadas por mim, para que o leitor conseguisse perceber com nitidez o desenrolar do seu raciocínio sobre o tema em questão. A sinalização indica, portanto, que, embora as frases refiram-se ao mesmo assunto, não foram ditas em sequência imediata, uma após a outra. Reticências simples, sem colchetes, indicam uma pausa na fala do entrevistado, em que ele deixa a frase em aberto, sem concluí-la.

naturais e sociais. Nem os sociólogos clarificaram totalmente, quer para eles próprios quer para os outros, de que modo as teorias sociológicas diferem das ideologias sociais e se existe de facto tal diferenciação. A prevalente sociologia do conhecimento, tal como a teoria filosófica do conhecimento, negligencia o problema das condições que permitem que os mitos e as ideologias pré-científicas se desenvolvam até formarem teorias científicas, quer sobre a natureza quer sobre a sociedade.” (ELIAS, 1999, p. 57-58)

O sociólogo defende que a análise daquilo que se pretende estudar seja feita tendo em vista uma perspectiva de longo prazo, já que a história se desenvolve como um processo. Algo que se desenrola, registra tensões, recuos, desvios, arranjos e percalços, mas que segue em certa direção, embora este desenrolar aconteça sem que haja qualquer intencionalidade ou planejamento prévio de indivíduos ou grupos de indivíduos. Elias também salienta a questão relacional – segundo o intelectual, o social é um conjunto de relações (WAIZBORT, 2001, p. 91) –, ou seja, constata que indivíduos e sociedade apresentam-se em configurações marcadas por múltiplas e infinitas relações. Relações que, por sua vez, são marcadas pela interdependência⁵ (aprofundada pela divisão social do trabalho e que tem, como consequência, o controle das pulsões, o comedimento e o exercício da previsibilidade por parte dos indivíduos) e nas quais os indivíduos enfrentam-se em um jogo orientado pelo poder, pela dominação, pela competição. Trabalha, também, o conceito aristotélico de *habitus* (incrementado posteriormente por Pierre Bourdieu), como sendo o equilíbrio entre as instâncias controladoras e as pulsões, entre as estruturas sociais e mentais, estabelecendo a conexão da sociogênese com a psicogênese.

No entanto, é ao denunciar a falsa oposição indivíduo versus sociedade (a questão da balança nós-eu), que Elias não apenas lançou luzes sobre o objeto de minha

⁵ Há uma passagem, em “Introdução à sociologia” (1999), em que Elias, ao desenvolver seus argumentos a respeito da interdependência, parece aproximar-se bastante do conceito de solidariedade orgânica, de Durkheim, presente, para este último, nas chamadas sociedades mais desenvolvidas, onde se observa o aprofundamento da divisão do trabalho social. Escreve Elias: “Devido às suas funções especializadas específicas, todos os grupos e indivíduos se tornam cada vez mais funcionalmente dependentes de um número cada vez maior de pessoas. As cadeias de interdependência alargam-se e tornam-se mais diferenciadas; tornam-se, consequentemente, mais opacas e mais incontroláveis, por parte de qualquer grupo singular ou por parte de qualquer indivíduo” (ELIAS, 1999, p. 73).

pesquisa, mas me ajudou, como pesquisador, a refletir sobre minha história de vida, convicções e a importância de me conservar sempre atento, para que valores, preferências ideológicas e crenças não contaminassem o estudo que eu estava conduzindo e ainda me alertassem para o distanciamento necessário, sem o qual a objetividade não teria como prevalecer.

O exercício de recuperar um pouco de minha história familiar, escolar, profissional e de identificar os valores que se apresentam perenes em todo esse desenvolvimento histórico pode auxiliar-me, portanto, a tomar precauções que me permitam tratar meus entrevistados na pesquisa da forma mais justa e objetiva possível.

Sou neto e filho de imigrantes portugueses, por parte de pai e mãe. A família de meu pai chegou ao Brasil na virada dos anos 20 para os anos 30 do século 20. Pelo lado materno, fugindo da profunda estagnação econômica na qual a 2ª Guerra mergulhava a Europa, de forma geral, e o salazarismo mergulhava Portugal, em particular, meus familiares começaram a emigrar para o Brasil em 1941.

O imigrante acredita como ninguém na figura eliasiana do *homo clausus*⁶, do homem fechado em si mesmo, absolutamente autônomo, responsável por todas as coisas de bom e de ruim que acontecem consigo. O imigrante e o migrante podem até não saber, porque muitas vezes não possuem escolaridade suficiente nem as leituras que poderiam clarificar esses aspectos, mas conduzem suas vidas fortemente movidos pelo pensamento utilitarista. Deixam terra, família, amigos e raízes, viajam muitas vezes em

⁶ Norbert Elias rechaça a ideia de *homo clausus*, fortemente presente na filosofia idealista, tradição da qual Kant talvez seja o nome mais emblemático (e que influenciou fortemente Max Weber), e em outras tradições da filosofia política, como o utilitarismo. Contrapôs-se, portanto, à ideia da figura do homem autônomo em relação ao social, atomizado, à ideia de que a sociedade seja o conjunto de indivíduos livres e independentes entre si. Desenvolveu, assim, a ideia de figuração ou configuração: “O conceito de figuração, em contraposição, busca expressar a imagem do ser humano como personalidade aberta, aquele que possui algum grau de autonomia em face de outras pessoas (nunca uma autonomia completa), mas que, na realidade, é fundamentalmente orientado para as outras pessoas e dependente delas – o que liga os seres humanos é justamente a rede de interdependências. A figuração – o conceito que, na visão de Elias, expressa o que é chamado de “sociedade” – seria, portanto, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes” (LANDINI, 2006, p. 96).

condições precárias para uma terra estrangeira e desconhecida e lançam-se, não raramente sozinhos, ou pelo menos com a sensação de que estão sozinhos, em um projeto de busca por maior prosperidade econômica, cujo sucesso acreditam depender, exclusivamente, de esforço, competência, inteligência, mérito, sorte. Trabalhar de sol a sol, para, com base no mérito, maximizar os objetivos que traçaram. Isso é puro John Locke, puro John Stuart Mill (COLLINS, 2009).

Cresci ouvindo de meus avós as histórias das dificuldades dos primeiros tempos, das privações impostas pela 2ª Guerra, do árduo trabalho de sol a sol, da convicção de que se está sozinho no mundo e de que seu triunfo (ou fracasso) dependerá, ao fim e ao cabo, de quanto você está disposto a suar a camisa⁷. Essas disposições mentais, em

⁷ Embora seja perceptível nos discursos de imigrantes do passado a questão do êxito individual, do trabalho duro, incansável e solitário, do “tudo o que consegui foi em decorrência do meu próprio esforço, não tive ajuda de ninguém”, etc., é perceptível que eles invariavelmente puderam se apoiar em redes de solidariedade, formadas por familiares, amigos e conterrâneos que também emigraram para o mesmo lugar, muitos dos quais estabelecidos há tempos, e em condições de “ensinar o caminho das pedras” aos recém-chegados. Um irmão mais velho, já instalado no país estrangeiro, que arrumava empregos para que os irmãos mais novos também emigrassem, um amigo que fez o mesmo pelo irmão mais velho, um conhecido que agiu da mesma forma por aquele amigo e por aí afora. Vários deles, inclusive, estabeleceram residência onde suas comunidades estavam fortemente presentes, seguindo orientações dos que aqui moravam há tempos, como forma de facilitar a adaptação ao país estranho e de desfrutar dessa rede de apoio. Na cidade de São Paulo, isso era absolutamente visível. Italianos que, nas primeiras décadas do século 20, recrutados para serem operários, estabeleceram-se principalmente em bairros industrializados ou que dessem fácil acesso às fábricas, como Brás, Mooca, Bela Vista, Barra Funda, Lapa, Vila Romana, Pompeia. Espanhóis, que também se concentraram em bairros centrais industrializados para morar, quase sempre próximos de linhas férreas (BASTOS, 2010). Japoneses e, nos últimos 30 anos, chineses e coreanos, que se instalaram de forma mais notável na Liberdade e, posteriormente, no vizinho bairro da Aclimação. Alemães, inicialmente reunidos em Santo Amaro, Moema e na Vila Mariana. Libaneses, primeiramente acomodados na região central e, depois, nos bairros da Vila Mariana e Paraíso. Portugueses, e aqui me refiro aos que chegaram nas primeiras décadas do século 20, muito presentes nas extremidades da cidade, particularmente na zona norte, mas também nas zonas leste e sul (eram, em larga medida, oriundos do meio rural e procuravam moradia em áreas menos adensadas, para cultivar hortas e pequenas criações de animais; em um primeiro momento, vários deles se tornaram chacareiros; boa parte desses imigrantes se estabeleceu no comércio, posteriormente) (BASTOS, 2010). Judeus, primeiramente instalados no Bom Retiro, depois em Higienópolis. Bolivianos e Peruanos, de movimentos migratórios recentes, atualmente no Brás, Bom Retiro, Pari, residentes perto das confecções onde boa parte deles trabalha. Africanos e haitianos, hoje aglutinados na Baixada do Glicério e em outros bairros da região central. Enfim, a lista é enorme. Nos momentos de lazer, na igreja, nos aniversários, nas festas típicas, os imigrantes do passado (e seria razoável supor que também os do presente) reuniam-se com seus familiares e conterrâneos e uns acabavam criando oportunidades para os outros: uma oferta de aluguel mais barato, uma fábrica que estivesse contratando, uma chance de negócio, um médico que fosse de confiança da comunidade para levar o filho doente, etc. Embora já tenhamos mostrado, por meio das reflexões de Norbert Elias, que a figura do *homo clausus* não se sustenta, importa aqui não a realidade, mas a percepção e a crença que as pessoas têm de sua trajetória de vida. Se o discurso é que triunfaram exclusivamente por meio do esforço individual, é esta fala que aqui será

alguma medida, perpassaram, também, a geração de meus pais e tios e chegaram, igualmente, à geração formada por mim, meus irmãos e primos.

Não bastasse minha socialização familiar, a maior parte de minha socialização escolar aconteceu em colégios de filosofia fortemente utilitarista, instituições que valorizavam e estimulavam a autonomia dos estudantes, a liberdade e, sobretudo, a meritocracia, o esforço individual e a competição⁸. Mais uma vez, Locke e Stuart Mill pareciam estar presentes, “inspirando as práticas do colégio”. Você, por sua conta, dependendo do seu mérito (esforço, competência, inteligência, preparação) e, a partir de escolhas que são racionais, vai maximizar os seus interesses, sempre respeitando as regras do jogo e lembrando que o seu direito termina quando começa o direito do outro. Havia uma forte crença no fato (ou mito) de que se cada um tentar resolver os próprios problemas, o efeito secundário é que a humanidade prosperará coletivamente (COLLINS, 2009).

Esta é a lógica que também está presente no vestibular para o ensino superior mais concorrido do país: a Fuvest. No ano de 1999, aos 29 anos, quando iniciei o curso de ciências sociais, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), minha segunda graduação (a primeira foi em

atribuída a esses imigrantes (no caso, os imigrantes da minha família), mesmo que saibamos que os acontecimentos não tenham transcorrido exatamente assim.

⁸ Boa parte de minha escolarização básica se deu nos colégios Bandeirantes, localizado no bairro da Vila Mariana, zona sul da capital paulista, e Integrado Objetivo, na unidade da avenida Paulista, região central. O Bandeirantes, nos cinco anos em que lá estudei, de 1981 a 1985 (as quatro séries do ensino fundamental II e a primeira série do ensino médio), era um colégio bastante liberal e tolerante no que diz respeito ao comportamento dos alunos, mas de pedagogia tradicional ou “conteudista” (sic), fortemente voltada para o vestibular. O Objetivo, onde estudei nos anos de 1986 e 1987 (segunda e terceira séries do ensino médio), seguia, de forma geral, a mesma linha, até porque nasceu como desdobramento de um dos maiores cursinhos pré-vestibulares existentes no país, com 12 unidades instaladas na região metropolitana de São Paulo, segundo dados de 2014 (Fonte: www.curso-objetivo.br). A centralidade que o vestibular ocupa no projeto pedagógico dos dois colégios é evidenciada quando analisamos os resultados da edição de 2012 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizado anualmente pelo Ministério da Educação em todo o Brasil, e que, além de avaliar conhecimentos e competências dos estudantes que estão concluindo a educação básica, também serve como forma de ingresso para várias universidades públicas e privadas no país. O Integrado Objetivo foi o primeiro colocado no ranking nacional que leva em consideração as notas obtidas pelos alunos. O Bandeirantes ficou em 23º no ranking nacional e na 8ª posição no Estado de São Paulo. Ambos os colégios, como já mencionei, enfatizavam fortemente valores como meritocracia, esforço individual e competitividade.

comunicação social, na Universidade Paulista - Unip), tive a oportunidade de constatar, com extrema clareza, que, em boa medida, conduzo minha vida de forma racional-utilitarista, conforme definição de Randall Collins (2009). Foi como se John Locke, John Stuart Mill, Anthony Downs, Mancur Olson, os teóricos da ação racional e, em boa medida, os elitistas Tocqueville, Michels e Mosca tivessem se materializado na minha frente e me revelado: *“Ricardo, sente-se aqui, aceita um chá? Pois bem, você ainda não sabe, porque está iniciando o processo de leitura de nossos textos agora, mas os seus esquemas mentais operam assim...”*. Eu, de certa forma sozinho no mundo, conforme minha competência, meus méritos e, sobretudo, minha dedicação, numa luta encarniçada em busca de meus objetivos (em um ambiente em que os recursos são escassos e os agentes estão em disputa entre si). Sempre a partir de escolhas racionais, de modo a maximizar, respeitando as regras do jogo e os direitos do outro, os meus interesses⁹. Motivos para que minhas estruturas mentais operassem dessa forma parecem não faltar, em minha história de vida.

Profissionalmente, foram vinte anos atuando na área de comunicação (minha primeira formação, como já informado), dezesseis deles especificamente no ramo da publicidade e propaganda¹⁰. Nos últimos 13 anos de minha carreira profissional anterior, trabalhei na área de comunicação corporativa de uma grande multinacional norte-americana. Nem é preciso descrever com mais detalhes como as definições de metas, as reuniões para acompanhamento de desempenho, a política de promoções e os parâmetros para a remuneração variável, o chamado bônus, por exemplo, estavam solidamente alicerçados em valores como meritocracia e iniciativa individual.

⁹ O “meu”, no caso, é um “meu” expandido, porque engloba as pessoas com as quais há vínculos afetivos (familiares e amigos próximos, por exemplo).

¹⁰ Neste trabalho, os nomes de cursos, áreas do conhecimento e atividades profissionais aparecem sempre grafados com letras minúsculas (publicidade e propaganda, comunicação social, ciências sociais, sociologia, filosofia, direito, engenharia, medicina, etc.). O uso de letra maiúscula inicial só ocorreu quando a área do conhecimento fazia parte de um nome próprio, como, por exemplo, Faculdade de Veterinária da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Há também questões conjunturais que atuam em harmonia com todos esses processos de socialização e os reforçam. Desde a eleição de Fernando Collor, em 1989, quando tinha 19 anos de idade, evento que coincidiu com o advento da globalização e a decadência e posterior fim do bloco soviético, o liberalismo (ou, mais precisamente, o neoliberalismo) passou a ser a doutrina político-econômica predominante ou, pelo menos, a preferida dos veículos de comunicação com maior penetração na sociedade. Neoliberalismo que é fortemente estruturado nas tradições contratualista, assim como o liberalismo clássico, e utilitarista de pensamento. Foi só a partir do bacharelado em ciências sociais e na licenciatura que fui apresentado, pra valer, ao pensamento de autores que criticam a figura do que Elias chama de *homo clausus*¹¹. Bourdieu, por exemplo, e suas reflexões sobre capital cultural, capital econômico, reprodução, etc., só fui conhecer melhor na licenciatura, nas disciplinas ministradas na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP) e na nova disciplina sociologia da educação, oferecida na FFLCH-USP, que ainda não existia quando lá fiz a graduação (cursei bacharelado e licenciatura em momentos diferentes).

As duas vertentes familiares compostas basicamente por imigrantes que, fundamentalmente, sempre têm um *ethos* fortemente utilitarista. A escolarização feita em instituições laicas e que trabalhavam, mesmo que nem sempre de formas explícitas,

¹¹ Ao mesmo tempo em que critica as tradições que constituíram a figura do *homo clausus*, Elias combate, com o mesmo vigor, as tradições que apontam para um determinismo inexorável, como o estruturalismo. A passagem a seguir, extraída da análise que Tatiana Landini faz de “O processo civilizador”, ilustra bem a crítica eliasiana às correntes puramente deterministas, como o estruturalismo: “É mais fácil para eles conceber o jogo como uma entidade super-humana do que compreender que a incapacidade individual de controlar o jogo deriva da sua dependência mútua, das posições que ocupam como jogadores e das tensões e conflitos inerentes a essa teia que se entrelaça” (LANDINI, 2006, p. 100). Na passagem a seguir, Setton (2011) sintetiza as contribuições de Elias e o legado que deixa para as futuras gerações de sociólogos: “[...] sua nova forma de olhar os fenômenos sociais introduz, necessariamente, uma crítica e uma ruptura com antigos vocabulários, antigos paradigmas que visualizam indivíduos isolados, estruturas institucionais fixas e estáveis. Apresenta a força dos enredos coletivos e o equilíbrio de forças entre indivíduos que disputam a sobrevivência social; provoca novos entendimentos sobre o poder de personalidades ou celebridades conduzirem a história; relativiza noções como poder e função com o intuito de explicitar as conexões de sentido do jogo social” (SETTON, 2011).

esses valores: mérito, trabalho individual duro, crença no jogo, sucessos ou fracassos atrelados ao desempenho individual, etc. A carreira profissional na publicidade, um dos motores do capitalismo, que a todo instante enaltece as virtudes da ação individual. E uma conjuntura nacional que coloca esses valores em evidência, valores que precisariam ser perseguidos por todos, para que, enfim, o país se desenvolvesse e prosperasse, nitidamente a partir de 1989. Algo próximo daquilo que Bourdieu chamaria de “instrumentos de imposição de um ponto de vista sobre o mundo” (ALMEIDA, 2002, p. 15).

Família, escola, universidade, trabalho, história, nação. Diferentes processos de socialização amarrados diligentemente por um fio de aço, com habilidade e obstinação de marinho. E costurados por alguns valores que ora são revelados mais explicitamente, ora ficam latentes. São eles: a crença no jogo (*illusio*), para usar uma noção desenvolvida por Bourdieu, a valorização da meritocracia, a ética do trabalho duro individual, a crença de que o indivíduo deve ser livre para traçar os seus objetivos e, a partir de então, mobilizar esforço, talento, competências e inteligência, por meio de ações racionais, para maximizar os seus interesses (sempre, é bom enfatizar, respeitando as regras do jogo).

Fica evidente, portanto, que, ao contrário de muitas pessoas que escolhem os cursos de humanidades, minha trajetória de vida sempre foi muito centrada na ação individual, orientada por aquela perspectiva utilitarista de que a sociedade é a soma dos indivíduos autônomos, que agem livre e racionalmente de forma a maximizar os seus interesses¹². Tem sido marcada, também, pela total falta de envolvimento em causas e

¹² É importante salientar que, embora o utilitarismo e a teoria da ação racional tenham ganhado grande espaço na economia, o que se busca maximizar não é necessariamente o ganho financeiro. Pode-se buscar a ação racional para maximizar a democracia, a liberdade (é disso que trata o “Dilema do Prisioneiro”), a perda de peso, a redução de colesterol, uma nota alta em geografia, para formar uma coalizão majoritária no parlamento ou, por exemplo, para ter êxito na aproximação com uma potencial namorada (vide a aplicação da “Teoria dos Jogos”, por John Nash, narrada no filme “Uma mente brilhante”, inspirado em

movimentos coletivos. Nunca fui militante de nada (estudantil, político, religioso, integrante de movimentos sociais, etc.).

Meu interesse por estudar os processos de socialização de jovens que ingressam em organizações que buscam preservar ou subverter a ordem foi motivado por ser algo bastante distante de minha realidade e por oferecer a possibilidade de diálogo entre três áreas de meu interesse: sociologia, ciência política e educação. Isso tinha um aspecto positivo, que era o distanciamento emocional daquilo que estava estudando, uma boa dose de objetividade. Mas trazia, a reboque, dois aspectos negativos: o primeiro deles podia ser uma presunção positivista de minha parte, presunção de neutralidade absoluta que sabemos inatingível ou até mesmo indesejável; o segundo era o risco de desqualificar ou menosprezar estilos de vida que são bastante diferentes do meu, na mesma lógica de hierarquização de estilos de vida narrada por Elias e Scotson em “Os estabelecidos e os outsiders” (2000)¹³. Uma maneira de tentar controlar e minimizar

sua vida, em que usou o cálculo matemático para ter sucesso na abordagem a uma garota durante uma festa).

¹³ Dando continuidade a este exercício especulativo e tentando olhar sob outra perspectiva, a perspectiva de meus entrevistados, fortemente engajados em seus projetos coletivos, o embate ação coletiva (deles) versus ação individual (minha) também poderia ser colocado no registro dos enfrentamentos entre estabelecidos e *outsiders*. Aqui, na nossa Winston Parva mental e especulativa, de um lado (o deles) haveria forte coesão social, estruturada em vínculos bastante rígidos que criariam um sistema de fiscalização de condutas. Sistema que premiaria as atitudes consideradas positivas por esse grupamento de pessoas e puniria os desviantes com a perda de status na comunidade, o ostracismo e o ataque à reputação por meio de fofocas e difamações veladas. Do outro lado, eu, um indivíduo marcado por uma suposta “anomia”, por uma vida atomizada sem vínculos sociais com alguma comunidade ou organização e por um estilo de vida caracterizado pela baixa coesão com grupos, mas que também incorporaria, em grande medida, as disposições mentais e a atitude de reserva observadas na Zona 1: comedimento, discrição, controle rígido das pulsões, etc., o que poderia ser visto como aburguesamento dos modos e criar algum tipo de resistência, especialmente no caso da JPL. Outra contribuição que este estudo de Elias e Scotson dá a quem quiser seguir a carreira de pesquisador e educador é a crítica que ambos fazem a uma tendência que observavam, entre certos cientistas, de tentar explicar os fenômenos sociais, considerando apenas a ação dos indivíduos (*homo clausus*). “As configurações que os indivíduos formam entre si exercem algum poder sobre esses indivíduos e restringem a sua liberdade” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 185). A exemplo do que Elias apresenta em “Mozart, sociologia de um gênio” (ELIAS, 1994), o desenrolar da vida do pianista e compositor (assim como dos moradores de Winston Parva, em “Os estabelecidos e os outsiders”) pode ser explicado pelas suas características individuais, mas, sobretudo, pelas circunstâncias históricas e relações sociais presentes na sociedade e às quais Mozart estava enredado. A questão da história como processo de longo prazo, que caminha, muitas vezes aos trancos e barrancos, em uma direção, sem que haja qualquer planejamento prévio neste sentido e no qual todos estabelecem relações múltiplas e de interdependência, em um ambiente de disputa, competitivo, etc., todos esses ingredientes estavam lá. Procurei sempre estar atento a esses elementos toda vez que tive de me dirigir ao “campo” para dar andamento à pesquisa.

esses pontos negativos foi procurar sempre confrontar aquilo que dizia com minhas posições pessoais¹⁴, em busca de objetividade e distanciamento. Para, enfim, afastar-me das mistificações.

O homem não vem ao mundo adulto. Do nascimento à morte, o indivíduo passa por infindáveis processos de socialização, múltiplas relações que estabelece com outros seres humanos. Seres humanos que estão em relação de interdependência entre si, interdependência que cresce à medida que a história se desenrola e que, ao avançar, exige de cada um mais previsibilidade, racionalidade, cálculo, estratégia, para fazer triunfar seus objetivos em ambientes que são marcados pela competição, pela dominação, pela disputa pelo poder. Essas ideias já estavam, em grande medida, segundo Waizbort (2001), presentes no pensamento de Simmel:

“[para Simmel] Como a interação é sempre e principalmente uma relação mútua e múltipla, e que se estende infinitamente, o resultado disso é que o todo está sempre em processo, móvel, é um tecido que se tece continuamente. É nesse sentido que, de relação em relação, o mundo de Simmel torna-se um mundo de relações.” (WAIZBORT, 2001, p. 99)

Os homens seriam, portanto, socializados pelas representações que fazem de si mesmos e, também, pelas representações que os outros lhes impõem (BRAGA; ABREU, 2011). A identidade-eu depende da identidade-nós e vice-versa. Nessas

¹⁴ Que não nasceram comigo, mas foram se formando ao longo das ações relacionais que vêm marcando a minha vida em inúmeros processos de socialização, processos nos quais o uso da palavra determinismo seria equivocado, porque essas relações são marcadas por tensões multilaterais, pelo cálculo, a previsibilidade, a estratégia, como demonstra Elias, para citar apenas uma passagem, em seu “Modelos de jogo” (1999). Relações múltiplas e em todos os sentidos, uma vez que as “[...] pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos [...]” (ELIAS, 1999, p. 15). Somos “seres humanos entre outros seres humanos” (ELIAS, 1999, p. 16). Ou ainda, em outra passagem, é preciso considerar que: “Quanto mais intimamente integrados forem os componentes de uma unidade compósita ou, por outras palavras, quanto mais alto for o grau de sua interdependência funcional, menos possível será explicar as propriedades dos últimos apenas em função das propriedades da primeira. Torna-se necessário não só explorar uma unidade compósita em termos das suas partes componentes, como também explorar o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros, de modo a formarem uma unidade” (ELIAS, 1999, p. 78). Não se pode, assim, explicar os seres humanos individualmente, como se estivéssemos tirando um retrato. Só podemos compreendê-lo, de fato, segundo Elias, se estudarmos as relações de interdependência e a estrutura da sociedade nas quais o indivíduo está enredado.

múltiplas relações de interdependência, nessa socialização em permanente movimento, como apontaria Simmel, a sociedade se faz presente no indivíduo tanto quanto o indivíduo na sociedade.

Uma noção crucial para a compreensão de como se dão os processos de socialização (de extrema importância nesta pesquisa que objetivou estudar jovens integrantes de organizações que buscam preservar ou subverter a ordem) é a de *habitus*. Originária na Grécia, do pensamento de Aristóteles, foi a partir dos anos de 1960, com o sociólogo francês Pierre Bourdieu, que a noção ganhou amplo destaque e estimulou inúmeros debates e reflexões nas ciências sociais (WACQUANT, 2007).

As raízes do *habitus*, analisa Wacquant, revelam-se em outra noção aristotélica, a de *hexis*. “[...] um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta nossos sentimentos e desejos em uma situação e, como tal, a nossa conduta” (WACQUANT, 2007, p. 65). A tradução do grego *hexis* para o latim *habitus* foi realizada por Tomás de Aquino. Mais tarde, o filósofo Edmund Husserl passou a usar, em sua fenomenologia, a noção de *habitus* como a conduta mental entre experiências passadas e as ações que estão por vir. Wacquant também lembra que, em “O processo civilizador”, Norbert Elias fala em “*habitus* psíquico das pessoas civilizadas” (ELIAS, 1937, apud WACQUANT, 2007, p. 65).

Sempre que fala em processo de individualização, *habitus* e identidade, Elias rechaça o determinismo social (BRAGA; ABREU, 2011). Na seguinte passagem, de “A sociedade dos indivíduos”, Elias fala em constituição natural, mas aponta para uma socialização em que a relação assume o papel principal (e não o determinismo):

“Ao nascer, cada indivíduo pode ser muito diferente, conforme sua constituição natural. Mas é apenas na sociedade que a criança pequena, com suas funções mentais maleáveis e relativamente indiferenciadas, transforma-se num ser mais complexo. Somente na relação com outros seres humanos é que a criatura impulsiva e desamparada vem ao mundo e se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto. Isolada dessas relações, ela evolui, na melhor das hipóteses, para a condição de um animal humano semi-selvagem

[...] [...] Somente ao crescer num grupo é que o pequeno ser humano aprende a fala articulada. Somente na companhia de outras pessoas mais velhas é que, pouco a pouco, desenvolve um tipo específico de sagacidade e controle dos instintos. E a língua que aprende, o padrão de controle instintivo e a composição adulta que nele se desenvolve, tudo isso depende da estrutura do grupo em que ele cresce e, por fim, de sua posição nesse grupo e do processo formador que ele acarreta. Mesmo dentro de um mesmo grupo, as relações conferidas a duas pessoas e suas histórias individuais nunca são exatamente idênticas. Cada pessoa parte de uma posição única em sua rede de relações e atravessa uma história singular até chegar à morte.” (ELIAS, 1994, p. 27)

Não é possível, em Elias, separar o processo de individualização de sua teoria do processo socializador. Um conceito que se relaciona intimamente, no pensamento eliasiano, com a ideia de individualização é o de *habitus*. *Habitus*, para Elias, é o equilíbrio entre as instâncias controladoras e as pulsões. É quando as estruturas sociais são incorporadas e convertidas em estruturas mentais. Seria uma espécie de “estrutura social da personalidade” (BRAGA; ABREU, 2011). Como se a sociedade, marcada por essas múltiplas relações de interdependência que se desenrolam de forma processual, fosse incorporada cognitivamente pelo indivíduo. Essas estruturas mentais passam, ao mesmo tempo, a funcionar racionalmente, mas, com o passar do tempo, conforme uma segunda natureza.

“[...] cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com outros membros de sua sociedade. Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade [...] [...] um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social.” (ELIAS, 1994, p. 150)

Pierre Bourdieu sofisticava essas reflexões ao também trabalhar o conceito de *habitus*, a partir dos anos de 1960:

“[...] o modo como a sociedade torna-se depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam em suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações de seu meio social existente.” (WACQUANT, 2007, p. 66)

Forjado nas estruturas sociais nas quais estamos enredados, o *habitus* age como se fosse uma bússola mental, a nos apontar caminhos, atalhos, como interagir com as coisas e interpretá-las. É incorporado de tal maneira, que parece operar como se fosse uma segunda natureza. A forma de sentir, pensar, classificar, agir, relacionar-se de qualquer indivíduo traz as marcas das “circunstâncias estruturais, institucionais e culturais no interior das quais se desenrola a sua biografia” (PETERS, 2009, p.3). O indivíduo ainda tem autonomia, mas é uma autonomia delimitada dentro de certa área de atuação. Lembrando Marx, Wacquant esclarece: “Poderíamos dizer que, para Bourdieu, os homens e as mulheres fazem sua própria história, mas não a fazem por meio de categorias de sua própria escolha” (WACQUANT, 2007 b, p. 54).

A sutileza da construção de Bourdieu (a exemplo do que havia feito Elias) reside justamente no aspecto de rechaçar tanto o determinismo implacável e incontornável das estruturas quanto a autonomia absoluta das intenções individuais (BOURDIEU, 1991). O *habitus*, portanto, possibilita a sociação, à medida que a sociedade fornece as categorias de juízo e de ação (sentir, pensar, agir) a todos aqueles que estejam submetidos a “condições e condicionamentos sociais similares (assim, podemos falar de um *habitus* masculino, de um *habitus* nacional, de um *habitus* burguês, etc.)”. Porém, possibilita, também, a individuação, “porque cada pessoa, tendo uma trajetória e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas” (WACQUANT, 2007, p. 67-68). Assim, a noção de *habitus* nos auxilia não apenas na análise daquilo que tem de ordenação e previsibilidade, mas igualmente no que tem de ruptura e mudança. (WACQUANT, 2007; PETERS, 2009).

Wacquant alerta que os esquemas cognitivos, as motivações, as disposições que compõem o *habitus* não ficam exclusivamente restritos à reflexão teórica, mas são instrumentos importantes para a observação empírica. Foi o que fez em *Body and soul* –

Ethnographics notebooks of an apprentice boxer (2004), ao destrinchar o sentido das formas de sentir, pensar e agir no boxe profissional em um bairro negro norte-americano. Ao estudar os esquemas cognitivos, as disposições, as motivações que estavam em jogo, Wacquant trouxe à tona não apenas a questão do domínio da técnica do pugilismo por aqueles homens, proposta aparente dessas academias, mas também o fato de que forjam uma “ética ocupacional heroica no interior do microcosmos do ginásio de boxe” (WACQUANT, 2004, 2007, p. 70). Afinal, esclarece Bourdieu, “os homens formados em uma dada disciplina ou em uma determinada escola partilham um certo ‘espírito’” (BOURDIEU, 1974, p. 206).

Embora Bourdieu e Elias se contraponham à teoria da ação racional, à tradição do pensamento utilitarista (fortemente centrada na figura do *homo clausus*), a partir do momento em que o indivíduo vai para o jogo, supondo uma partida de xadrez, mesmo que não tenha escolhido a cor das suas peças, a distribuição das mesmas e a quantidade de torres e bispos que estão à disposição no tabuleiro, passará, então, de acordo com as possibilidades ali colocadas, a calcular os seus movimentos racionalmente, de forma a maximizar os seus objetivos, os seus interesses, enfim, de forma a fazer a balança do poder pender para o seu lado.

Portanto, mesmo sabendo que as estruturas mentais são configuradas, em grande medida, pelas estruturas sociais, que por sua vez estão ligadas a um desenrolar histórico de longo prazo, sem premeditação, marcado pela interdependência, por relações, parece-me que nesse ponto há uma convergência com a teoria da ação racional. Há vários pontos que indicam esta possibilidade: racionalidade, previsibilidade, estratégia, ambiente de disputa, disputa cujo objetivo é angariar mais poder. Sem dúvida, temos uma série de constrangimentos culturais, históricos, de classe, de disposições mentais herdadas, de universo simbólico imposto. Mas, apesar de tudo isso, os componentes da

racionalidade e da previsibilidade também estão presentes, como enfatiza Elias em seu “O processo civilizador”, ao analisar a sociedade cortesã e as disposições mentais que surgem no século 17 e passam a predominar no século 19.

Nesta jornada como pesquisador, procurei ter em mente, conforme enfatiza Martins (2004), a dificuldade de tratamento de um objeto tão complexo como o ser humano. Dificuldade que se torna maior porque eu, como observador, sou portador, como vimos, de crenças, valores, ideologia e, não bastasse tudo isso, como todo ser humano, com forte propensão a distorcer os fatos. Neste exercício de alteridade, foi fundamental a todo instante lembrar minha posição, história, educação, preconceitos.

Trato aqui, enfim, de questões éticas. Como, repito, o meu interesse nesta pesquisa não foi motivado pela simpatia com as causas defendidas por este ou aquele movimento, distanciei-me do risco de tentar apresentar com verniz científico aquilo que, em essência, podia ser um discurso militante. Minimizei, portanto, a possibilidade de tentar descrever os fatos não como eram, mas como gostaria que fossem. No entanto, e aí minha atenção precisou ser redobrada, a tarefa que se colocava era evitar a todo custo a arrogância de tratar os entrevistados apenas como meus objetos de estudo, como marionetes a serviço da construção da minha carreira científica que se iniciava (MARTINS, 2004).

1.2 Procedimentos metodológicos

A hipótese deste trabalho é que esteja o jovem integrante ligado a instituições voltadas essencialmente para a manutenção da ordem (AFA/FAB) ou, então, para a subversão da ordem e a criação de uma sociedade igualitária (JPL/PPL), o processo de socialização e doutrinação ao qual é submetido pode guardar semelhanças.

Outra hipótese é que as teias sociais nas quais o indivíduo está enredado, os exemplos familiares que o circundam, de gerações anteriores ou contemporâneas, suas relações afetivas e de amizade, o momento histórico da sociedade da qual faz parte, seus vínculos profissionais, religiosos e escolares, entre outros fatores, podem inclinar o sujeito para aderir a esta ou aquela associação.

Na condução da pesquisa, adoto dois eixos: o primeiro, teórico, por meio da leitura e análise de bibliografia específica. O segundo, empírico, por meio de abordagem qualitativa, para “colocar em diálogo o lógico com o real” (SEVERINO, 2008, p. 100).

A escolha da metodologia qualitativa deve-se ao fato de que é a metodologia, por excelência, da análise dos microprocessos, dos estudos das ações individuais e coletivas. Permite o exame intensivo dos dados e uma análise, a um só tempo, mais aprofundada e flexível (MARTINS, 2004). Sendo assim, esta pesquisa foi conduzida a partir de entrevistas estruturadas de caráter biográfico, observações de campo, uso de bibliografia e análise de documentos.

Quando digo bibliografia, falo de levantamento, leitura e análise de textos específicos que permitam a ratificação ou os ajustes do arcabouço teórico-metodológico usado na pesquisa, bem como o aprofundamento de estudos dos conceitos que são cruciais para o desenvolvimento deste trabalho, a saber: *habitus*, transmissão intergeracional e socialização, primordialmente, mas também, secundariamente, educação fora do ambiente escolar, dominação, burocracia, controle. A noção de *habitus*, aprimorada por Pierre Bourdieu a partir de reflexões que começam com Aristóteles e passam por diversos pensadores ao longo da história, é central na construção da análise e das explicações dos fenômenos que foram investigados nesta pesquisa. Para tanto, no caso da noção de *habitus*, pretendeu-se fazer a “apropriação do

modo de trabalho” (CATANI et al, 2001). Ou seja, objetivou-se não apenas usar o conceito, mas recorrer a esta noção de forma sistemática e mostrar uma “preocupação central com o *modus operandi* da teoria” (CATANI et al, 2001, p. 65). As reflexões sobre transmissão intergeracional e socialização foram utilizadas na forma de “apropriação conceitual tópica”, enquanto as demais, na forma de “apropriação incidental” (CATANI et al, 2001), isto é, como intervenções pontuais, rápidas e menos sistemáticas, dependendo das oportunidades e circunstâncias que se apresentaram ao longo da análise.

As entrevistas estruturadas de caráter biográfico, destaco novamente, foram os alicerces fundamentais da metodologia qualitativa desta pesquisa. Por meio da realização de perguntas direcionadas e previamente estabelecidas, foram levantadas informações sobre a aproximação do integrante com a AFA/FAB ou a JPL/PPL e sua socialização na instituição/organização – o que o atraiu, qual a sua rotina, em que atividades está/estava engajado, a que treinamentos foi/é submetido, que sacrifícios esta vida exige, no que a sua atuação na instituição/organização em questão mudou sua forma de pensar, quanto tempo diário dedica à AFA/Aeronáutica ou JPL/PPL, qual a quantidade de novos integrantes que ele próprio atraiu para a instituição/organização em que atua e que abordagens utilizou.

Além disso, as entrevistas tiveram um caráter biográfico e procuraram reconstruir a trajetória de vida particular do integrante (autobiografia). Sendo assim, o meu papel como pesquisador foi o de conduzir o entrevistado para que fizesse a sua narrativa autobiográfica, percorrendo alguns grandes temas considerados neste projeto como fundamentais: 1) família e processo de socialização primária; 2) trajetória escolar; 3) engajamento religioso; 4) trajetória na organização da qual participa; 5) vinculações afetivas; 6) atuação profissional (quando existia). Dessa forma, pretendeu-se

compreender os diferentes processos de transmissão e herança de valores e comportamentos que podiam explicar a disposição para a adesão a certos movimentos.

Ao todo, 22 pessoas foram formalmente entrevistadas para esta pesquisa e duas, informalmente. Tanto no caso da Aeronáutica como da JPL/PPL, a aproximação com cadetes, oficiais, suboficiais e militantes aconteceu por meio de rede de contatos já estabelecida. No que diz respeito ao universo militar, não foram pesquisados jovens recrutados a partir do alistamento obrigatório¹⁵, mas apenas aqueles que voluntariamente procuraram a academia de formação de oficiais ou suboficiais.

Em “Compreender”, capítulo de “A miséria do mundo”, Pierre Bourdieu (1999) lança luzes sobre o processo de construção de roteiros de entrevistas e questionários, bem como sobre o desafio de se estabelecer uma comunicação não-violenta com os entrevistados. Logo no início, Bourdieu aborda o eterno debate entre neutralidade versus participação, entre objetividade versus subjetividade.

“[...] a diferença não é entre a ciência que realiza uma construção e aquela que não o faz, mas entre aquela que o faz sem saber e aquela que, sabendo, se esforça para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem também inevitavelmente”.

Tendo clareza sobre isso, o desafio do pesquisador é o de, sabendo-se portador de valores, convicções, preconceitos, ideologia, capital cultural, posição dominante ou não em seu campo de atuação, estabelecer uma comunicação não-violenta com seus interlocutores. A relação entrevistador-entrevistado já começa desigual porque é o entrevistador que define o seu objeto de pesquisa, as questões que deseja investigar, a construção do roteiro ou questionário utilizado.

“É o pesquisador que inicia o jogo e estabelece a regra do jogo, é ele quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado. Esta dissimetria é redobrada por uma dissimetria social todas as

¹⁵ Há apenas uma breve descrição de como funciona o recrutamento para o serviço militar obrigatório e quais possibilidades profissionais são reservadas aos soldados, em descrição realizada adiante.

vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural” (BOURDIEU, 1999, p. 695).

A tarefa do pesquisador passa a ser, consciente das desigualdades presentes nessa relação, não anulá-las, porque isso se constitui em tarefa impossível, mas em reduzir ao máximo a violência simbólica existente. Bourdieu sugere algumas medidas para enfrentar essas dificuldades: o entrevistador deve estabelecer uma escuta ativa e interessada por aquilo que o entrevistado diz, manifestando verbalmente, com o uso de expressões orais ou corporais, o seu engajamento na conversa. Deve usar a linguagem que faz parte do universo do entrevistado – “[...] adotar sua linguagem e entrar em seus pontos de vista [...]” (BOURDIEU, 1999, p. 695).

Outro artifício para nivelar a relação entre entrevistador e entrevistado e garantir que compartilhem do mesmo universo simbólico é, exemplifica Bourdieu, recorrer a um físico para entrevistar um físico, um desempregado para entrevistar um desempregado, um ator para entrevistar um ator (BOURDIEU, 1999, p. 698). Isso porque quando há uma diferença monumental de capitais culturais, por exemplo, entre entrevistador e entrevistado, faz sentido recorrer a outra pessoa para conduzir a entrevista, que tenha maior aproximação com o universo simbólico e linguístico do entrevistado. Agir não apenas sobre a linguagem que será utilizada e o questionário/roteiro que conduzirá o diálogo, mas também sobre a própria estrutura da relação.

Faz sentido, inclusive, segundo Bourdieu, escolher pessoas conhecidas ou apresentadas por conhecidas para realizar as entrevistas. “A proximidade social e a familiaridade asseguram efetivamente duas das condições principais de uma comunicação ‘não-violenta’” (BOURDIEU, 1999, p. 697). Mesmo que nenhuma dessas construções seja possível, cabe ao entrevistador tentar a todo instante se colocar no lugar do entrevistado “em pensamento” (BOURDIEU, 1999, p. 699). “A entrevista pode

ser considerada uma forma de exercício espiritual, visando a obter, pelo esquecimento de si, uma verdadeira conversão do olhar que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida” (BOURDIEU, 1999, p. 704). Quando isso acontece, a tendência é que o entrevistado sinta-se entusiasmado para transportar sua história e experiência da esfera privada para a pública, de construir e apresentar a sua própria reflexão sobre si, sobre o mundo, sobre a vida.

Na aproximação com as instituições pesquisadas e, sobretudo, com as pessoas entrevistadas, tive particular atenção com o vestuário e o linguajar, na linha de estabelecer uma comunicação não-violenta. Falo mais sobre isso no tópico que trata das éticas corporais e de vestuários presentes nos dois campos estudados, no capítulo que apresenta os resultados da pesquisa.

Embora a metodologia qualitativa selecionada para a condução desta pesquisa esteja fortemente alicerçada em entrevistas, foram realizadas, também, observações de campo, já que a observação de campo é considerada a técnica de análise por excelência desde os fundadores da sociologia (JACCOUD & MAYER, 2008). Evito, aqui, empregar a expressão pesquisa etnográfica porque isso carregaria uma promessa de que a técnica em questão estaria sendo utilizada de forma extremamente densa, rígida, estruturada, à moda dos antropólogos que passam anos a fio mergulhados no dia-a-dia de uma única comunidade. A observação de campo da qual fiz uso não tem essa ambição nem pretensão, até porque havia uma situação imperativa absolutamente incontornável: o prazo relativamente curto para a conclusão do mestrado. Sendo assim, concentrei-me em observar rituais, ações performáticas e reuniões realizados na AFA/FAB e na JPL/PPL, com o intuito de levantar informações que contribuíssem para o estudo de como se estrutura o processo de socialização que as organizações realizam em seus integrantes. No caso específico da JPL/PPL, procurei relembrar os meus quatro

anos como profissional no jornal Hora do Povo, publicação central não apenas na propagação das ideias e propostas defendidas pelo partido, desde quando ainda se chamava MR8, mas também na educação e doutrinação dos jovens militantes. Em sua redação, acontecem reuniões, discussões políticas e seminários sobre textos clássicos com os jovens militantes. Além disso, as matérias publicadas no jornal são objeto de debates entre os jovens militantes da JPL, em suas atividades de formação.

As observações de campo, no entanto, não puderam ser muito prolongadas, como dito anteriormente. Aqui, especialmente, foi necessário um esforço permanente de busca pela alteridade, porque:

“[...] a observação também reproduz, desde suas origens, as relações de poder assimétricas entre dominados-observados e dominantes-observadores [...] [...] a observação, qualquer que seja seu objeto, não ocorre, inicialmente, entre indivíduos da mesma posição social, ‘ela acontece mais entre indivíduos tendo estatutos sociais e culturais heterogêneos, entre membros de classe ou de culturas diferentes.’” (JACCOUD & MAYER, 2008, p. 256; LECLERC, 1979, p. 51 apud JACCOUD & MAYER, 2008, p. 256)

Ao fim e ao cabo, sempre existe o expressivo risco de que o observador detenha o monopólio da interpretação dos fenômenos que pesquisa. Colocar para si mesmo, a todo instante, enquanto pesquisador, quais são suas crenças, valores, convicções, preconceitos e ideologia e sempre problematizar as conclusões são exercícios que devem ser feitos permanentemente ao longo da pesquisa, para que pelo menos se chegue a uma situação de mais equidade e justiça, uma vez que a imparcialidade absoluta é inatingível.

Como as observações foram realizadas de forma fragmentada e por períodos curtos de tempo, elas adquiriram mais um caráter ilustrativo e descritivo do que explicativo e conclusivo, mais jornalístico do que antropológico. É, por meio das entrevistas, que procuro apresentar as análises mais aprofundadas. Porém, acredito que

as observações tenham sido bastante úteis para confrontar discurso e ação dos entrevistados (JACCOUD & MAYER, 2008, p. 259).

No campo militar, o modelo de observação adotado foi o da visibilidade e passividade. Não ingressei no campo como observador oculto, sem que as pessoas conhecessem a minha condição de pesquisador. Pelo contrário, essa condição foi compartilhada com todos que estivessem presentes no campo de observação. Minha atuação como pesquisador também teve a característica da passividade, ou seja, a do pesquisador que observava e anotava o máximo possível de informações, interagindo, nessas situações, o mínimo possível com as pessoas desconhecidas. Essa combinação, visibilidade e passividade, evitava algumas perturbações que a interação do observador com os observados pode causar no ambiente a ser estudado. “A ideia é que a alteridade se revela à medida que o pesquisador renuncia a impor seu próprio sistema conceitual” (DELLA BERNARDINA, 1989, p. 15 apud JACCOUD & MAYER, 2008, p. 262). Porém, essa combinação implicou alguns cuidados: o primeiro deles, repito, foi evitar o risco da presunção positivista da imparcialidade e objetividade absolutas; o segundo é que, “[...] para não impedir ou viesar as trocas [...] o pesquisador deve ganhar a confiança dos interessados, com sua descrição e seus conhecimentos” (TREMBLAY, 1968, p. 351 apud JACCOUD & MAYER, 2008, p. 270). Técnica importante para o estudo de grupos limitados “[...] o principal desafio para o pesquisador reside, assim, na possibilidade de generalizar a análise e ultrapassar as fronteiras dessa microssociologia” (JACCOUD & MAYER, 2008, p. 285). Entre os militantes da JPL/PPL, em consequência de minha trajetória profissional no jornal Hora do Povo, cujas lembranças foram importantes para ajudar na melhor compreensão do campo que pesquisei, tornei-me observador participante.

Por fim, também fez parte do escopo desta pesquisa a análise de documentos (cartilhas, regulamentos, panfletos, sites, publicações, uniformes, ornamentos e estandartes, por exemplo, da JPL/PPL e da AFA/FAB). A análise de documentos também se inscreve naquilo que, de forma mais ampla, convencionou-se chamar de pesquisa de campo.

CAPÍTULO 2

DESCRIÇÃO DO CAMPO DOS MILITANTES POLÍTICOS

2.1 De MR8 a Partido Pátria Livre

A organização marxista-leninista que passou a ser designada como Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) surgiu no Rio de Janeiro, na segunda metade da década de 1960, inicialmente com o nome Dissidência Guanabara (DI-GB), em consequência de um embate ocorrido no Partido Comunista Brasileiro (PCB), que opôs militantes que defendiam a via política, como forma de resistência ao golpe de Estado realizado pelos militares, em 1964, e os que propugnavam a radicalização das ações contra a ditadura.

A DI-GB, formada fundamentalmente por integrantes do movimento estudantil universitário, foi chacoalhada, naquele período, por pelo menos duas importantes cisões: alguns de seus membros resolveram se reintegrar ao “Partidão” e outros formaram uma nova organização, o Comando de Libertação Nacional (Colina). Em 1968, ao liderar, com destaque, mobilizações estudantis de protesto contra a ditadura, a DI-GB fortaleceu-se e foi encorpada com o ingresso de um grande número de novos quadros. Um ano depois, a organização intensificou as suas ações armadas. Foi, no entanto, durante o emblemático sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, ocorrido em setembro de 1969, operação realizada pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e a DI-GB, que esta última passou a adotar como nome Movimento Revolucionário 8 de Outubro. O sequestro de Elbrick tinha por objetivo, alcançado com êxito, a troca da autoridade diplomática por quinze militantes de esquerda presos pela ditadura militar.

Homenagem ao líder revolucionário Ernesto Che Guevara, capturado na Bolívia em 8 de outubro de 1967, a escolha pelo nome MR8 também tinha o objetivo de desmoralizar publicamente a ditadura. Meses antes, um grupo de esquerda de mesmo nome, surgido em Niterói, fora desmantelado pelos militares, que propagandearam o feito nos veículos de comunicação de massa.

Na virada dos anos de 1960 para os de 1970, após o episódio do sequestro do embaixador norte-americano, houve uma repressão implacável ao MR8, que praticamente foi extinto, em 1972, com boa parte de seus integrantes presos, mortos ou exilados, especialmente no Chile, ainda sob o governo de Salvador Allende.

A retomada do MR8 aconteceu em meados dos anos de 1970, também no Rio de Janeiro. A organização, como anteriormente, renasceu fortemente amparada no movimento estudantil universitário. Poucos de seus militantes, no entanto, faziam parte do antigo MR8. Se o velho MR8 surgiu de um cisma, no “Partidão”, entre os que defendiam a via política e os que propugnavam a radicalização das ações para resistir à ditadura, o novo MR8, embora igualmente marxista-leninista e desejoso de que o Brasil um dia se tornasse um país socialista, parecia, em alguma medida, reconciliar-se com os quadros do PCB que, no passado, defendiam a ação pela via política.

Em 1974, aliado ao que se convencionou chamar de “MDB autêntico” (Movimento Democrático Brasileiro), o MR8 decidiu participar das eleições legislativas, marcadas por uma vitória expressiva do opositorista MDB sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista. O pleito consagrou nacionalmente Orestes Quércia, senador eleito pelo Estado de São Paulo com avassaladores 4.630.182 votos. A aliança do MR8 com o MDB, posteriormente PMDB, durou, formalmente, até 2009, embora desde 2002 fosse visível uma forte aproximação da organização com o Partido dos Trabalhadores (PT) – na festa da vitória do candidato

Luiz Inácio Lula da Silva, na eleição para presidente da República de 2002, por exemplo, a avenida Paulista ficou coalhada de bandeiras do MR8, empunhadas por seus militantes.

No período em que esteve ao lado do PMDB, o MR8 atuou como base de apoio ao quercismo¹⁶ nos movimentos sociais, especialmente estudantis, de mulheres e nos sindicatos. A forte aproximação com Quércia, desde os anos de 1970, fez com que o movimento, embora de caráter nacional, passasse a ter uma atuação mais forte em São Paulo. No movimento estudantil, o MR8 participou de diversas diretorias da União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e, em São Paulo, da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (Umes), sempre por meio dos militantes da JR8, braço juvenil da organização. Sua atuação mais visível no movimento sindical tem sido à frente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)¹⁷ e, no movimento feminista, da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) e Federação das Mulheres Paulista (FMP).

Em 1981¹⁸, aprovou a sua incorporação pelo MR8 o Partido Comunista Revolucionário (PCR), fundado em 1966, no Recife, com o intuito de resistir à ditadura,

¹⁶ Nas páginas do jornal Hora do Povo, publicação sobre a qual falarei mais adiante e que, desde os anos de 1970, amplifica as posições políticas defendidas pelo MR8, Quércia, em tom de provocação aos adversários políticos e à chamada imprensa burguesa, recebia o tratamento de “O Grande Timoneiro”, mesmo apelido dado pelo Partido Comunista Chinês a Mao Tsé-tung, presidente da China de 1949 a 1976 e secretário-geral do partido.

¹⁷ Em 2014, o presidente da CGTB é o metalúrgico e militante do PPL, desde os tempos do MR8, Ubiraci Dantas de Oliveira, que, no documentário “Braços cruzados, máquinas paradas” (1979), dirigido por Sergio Toledo Segall e Roberto Gervitz, aparece como um dos líderes de uma ampla greve realizada na Philco, na qual os trabalhadores são fortemente pressionados a encerrar o movimento pela direção da empresa, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT-SP) e a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, então presidido por Joaquim dos Santos Andrade, o “Joaquinzão”. Quando Bira anuncia, na audiência de conciliação, que os trabalhadores recusaram por unanimidade, em assembleia, a proposta apresentada pela Philco e decidiram permanecer em greve, o representante da DRT, ao encerrar a reunião, afirmou, dedo em riste, em tom ameaçador: “Agora você, Ubiraci, você tem muita responsabilidade aqui, viu? Porque todos esses homens aí estão com a sorte deles na sua mão e dos que falaram aqui. Certo? Pense bem nisso”.

¹⁸ A relação entre PCR e MR8 foi obtida por meio do sítio oficial do PCR (www.pcr.org.br) e confirmada em entrevista por um militante que, originariamente do PCR, resolveu permanecer no MR8 quando houve a separação dos dois movimentos, em 1995. Usei, também, minhas lembranças do período em que trabalhei no jornal Hora do Povo, experiência profissional narrada nesta dissertação.

a partir de uma dissidência do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Em 1995, o histórico embate “via política versus luta revolucionária”, “socialismo para o futuro versus socialismo para amanhã de manhã”, que tem sacudido internamente diversas siglas de esquerda ao longo do tempo, fez com que boa parte dos quadros do PCR deixasse o movimento. Um dos incômodos do PCR era integrar um grupo supostamente de esquerda que apoiasse o PMDB e, especialmente, o PMDB de Orestes Quércia, nessa época já fortemente bombardeado pela chamada grande imprensa e o Ministério Público com denúncias de corrupção e enriquecimento ilícito espantoso, ao longo do seu mandato como governador do Estado de São Paulo (1987-1991). Também marxista-leninista e, assim como o MR8, igualmente fervoroso guardião da memória de Josef Stalin¹⁹, o PCR edita o jornal A verdade e, em seu programa, defende a socialização imediata dos meios de produção, nacionalização dos bancos e expropriação dos latifúndios, entre outras medidas. Tudo isso para agora, entenda-se bem.

Alguns militantes do MR8 nos anos de 1960 não reconhecem uma ligação ideológica com o que a sigla se tornou a partir dos anos de 1970. O cientista político e ex-militante da organização César Benjamin, que, na eleição presidencial de 2006, foi candidato a vice na chapa de Heloísa Helena, pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), ressalta que “há uma enorme descontinuidade na história do MR8. Houve várias situações em que a memória foi ‘zerada’”. Vai além: “Não há uma linha de continuidade do grupo antigo com esse que atuou nas décadas de 80, 90 e agora. Não dá nem para falar que o MR8 tenha abandonado suas bandeiras, pois se trata de outro

¹⁹ Ao mencionar Stalin, no texto, não o faço para atribuir traços supostamente excêntricos tanto ao MR8 como ao PCR. É porque a figura do ex-líder soviético passou a ser muito debatida no campo da esquerda, especialmente a partir dos anos de 1960, em função de prisões arbitrárias, condenações a trabalhos forçados, torturas e assassinatos de opositores e dissidentes, enfim, graves e numerosas violações de direitos humanos, eventos que supostamente teriam sido cometidos enquanto a União Soviética esteve sob o seu comando. Muitas agremiações que se autointitulam de esquerda, portanto, rejeitam veementemente o rótulo de stalinistas, como, por exemplo, as de vertentes trotskistas. Ser de esquerda não significa, para concluir, alinhar-se automaticamente com o stalinismo, muito pelo contrário.

movimento que só tem o mesmo nome”. Outro notório militante da organização nos anos de 1960, o ex-deputado Fernando Gabeira, que participou do sequestro do embaixador Elbrick, segue na mesma direção que Benjamin: “O MR8 no qual eu militei acabou. O atual não conheço” (BALZA, 2010).

As maiores críticas dirigidas ao MR8 que se reestruturou a partir da década de 1970 partem de ex-integrantes que, com a redemocratização, alçaram grande projeção pessoal e/ou profissional, condição que permitiu a esses quadros o afastamento da estrutura partidária sem nenhum tipo de prejuízo ou preço a pagar. Casos, por exemplo, do jornalista Franklin Martins, que desde 1985 trabalhou nas redações dos principais veículos de comunicação do país²⁰ e também em altas esferas governamentais, do cientista político César Benjamin, de seu irmão, o jornalista Cid Benjamin, que atuou em publicações de grande circulação, foi vencedor do Prêmio Esso de Jornalismo e disputou eleição para deputado federal pelo Psol, e, especialmente, do jornalista, escritor e político profissional Fernando Gabeira, que sempre frequentou com desenvoltura as páginas dos jornais e os ambientes televisivos após a anistia, em 1979, chegando a se eleger seguidamente como deputado federal pelo Rio de Janeiro, a partir da década de 1990, muito mais pela sua projeção pessoal do que pela estrutura partidária que o apoiava. Como candidato de um partido pouco competitivo eleitoralmente no Brasil, o Partido Verde (PV), foi candidato a presidente, em 1989, e chegou ao segundo turno da eleição para prefeito do Rio de Janeiro, em 2008, obtendo 49,17% dos votos válidos e sendo derrotado por uma diferença de apenas 55 mil votos pelo candidato Eduardo Paes, do PMDB (Fonte: TSE) – atualmente, Gabeira tem um programa no canal de tevê por assinatura Globo News. Todos eles, Martins, Gabeira e os irmãos Benjamin, por exemplo, são casos bem-sucedidos de reconversão do capital

²⁰ Franklin Martins trabalhou no jornal Hora do Povo, sobre o qual falo adiante, até 1982, ano em que se desligou do jornal e do MR8.

militante para, posteriormente, adquirir projeção individual nos meios em que passaram a atuar profissionalmente, notadamente o jornalismo na chamada grande imprensa (FAGUER, 2003). Por outro lado, os militantes das mais variadas gerações que dependem umbilicalmente da estrutura partidária para conseguir fazer política permaneceram como guardiões do MR8. São as falas destes últimos militantes, cujas lembranças mais significativas na vida se devem ao tempo diligentemente devotado à organização, que estarão presentes ao longo de toda esta dissertação.

Em 21 de abril de 2009, Dia de Tiradentes, herói nacional glorificado em várias oportunidades pelo MR8 surgido nos anos de 1970, o movimento abandonou o nome histórico e criou o Partido Pátria Livre (PPL), que teve seu pedido de fundação deferido pelos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 4 de outubro de 2011 (acórdão publicado no Diário da Justiça uma semana depois, em 11 de outubro de 2011). Já a JR8 deu lugar à Juventude Pátria Livre (JPL). Pelo menos na esfera simbólica, há uma continuidade marcante entre o MR8 do final dos anos de 1960 (a organização de Martins, Gabeira e dos irmãos Benjamin) e o PPL atual. O presidente do partido, desde a sua fundação, é Sérgio Rubens de Araújo Torres, um dos militantes do MR8 que fazia parte do grupo que sequestrou o embaixador norte-americano, em 1969.

Em seu estatuto, o PPL informa que *“se orienta pelos princípios e pela teoria do socialismo científico. Ele (o PPL) forma os seus filiados no espírito da independência, da soberania, do coletivismo e da solidariedade internacional entre os trabalhadores e os povos de todos os países”* (artigo 3º). O objetivo central do partido, de acordo com o artigo 2º, é *“a constituição da mais ampla frente nacional, democrática e popular para completar a independência do Brasil, a ser alcançada com a crescente participação democrática e pluralista do povo brasileiro no processo político, de modo a que a*

riqueza nacional esteja cada vez mais a serviço do bem-estar dos trabalhadores e dos interesses do nosso desenvolvimento”.

Miguel Manso, presidente do PPL no Estado de São Paulo, candidato a prefeito da capital paulista pela legenda, em 2012, e candidato a deputado federal, em 2014, compara a atuação do MR8 com a do novo partido. “O MR8 defendia o socialismo imediato. O PPL quer lutar pela independência nacional e depois caminhar ao socialismo. Não é algo para já” (BALZA, 2010).

Em 2010, ainda sem autorização do TSE para disputar as eleições, o PPL realizou coalizões informais com alguns partidos. Em São Paulo, por exemplo, seus candidatos foram lançados pelo PDT. No Rio de Janeiro, pelo PDT e PMDB. No Rio Grande do Sul, o abrigo do PPL foi o PPS. E no Distrito Federal e Ceará, o PT (BALZA, 2010).

As primeiras eleições disputadas oficialmente pelo PPL foram as municipais de 2012²¹. O partido lançou 49 candidaturas majoritárias, sendo 35 em municípios com até 200 mil habitantes e 14 em cidades com mais de 200 mil habitantes (entre elas algumas capitais, como São Paulo). Elegeu 11 prefeitos, exclusivamente em localidades com até 200 mil habitantes. No Brasil, existem 5.564 municípios.

A sigla também lançou 1.907 candidatos a vereador e elegeram 177, sendo 169 em cidades com até 200 mil habitantes e oito em cidades com mais de 200 mil habitantes. A única capital com vereador eleito pelo PPL foi Manaus, cidade na qual o cantor Arlindo Júnior, conhecido como o “Pop da Selva” e um dos rostos mais emblemáticos do grupo de boi-bumbá Caprichoso, recebeu 8.599 votos e foi o décimo mais votado em uma Câmara que reúne 41 vereadores. Arlindo já deixou o PPL e agora é filiado ao Partido

²¹ Todos os dados sobre o desempenho do PPL nas eleições de 2012 têm como fonte o Tribunal Superior Eleitoral.

Republicano da Ordem Social (Pros). Na disputa legislativa, o PPL recebeu, nacionalmente, 20.229 votos na legenda e 390.757 votos nominais. Ao todo, no país, as Câmaras Municipais abrigam 57.337 vereadores.

2.2 A via política: democracia e nacional-desenvolvimentismo como etapas de conscientização dos trabalhadores para o socialismo

Não me parece relevante, para esta pesquisa, se o PPL vai, de fato, em algum momento de sua história, atuar para subverter a ordem e, assim, dar a sua contribuição para construção de uma sociedade socialista. Não me parece igualmente relevante a aparente contradição de o MR8 reconstruído a partir da década de 1970 ter permanecido por mais de trinta anos no seio do MDB/PMDB, como sólido aliado do quercismo. Não me parece relevante sequer se a escolha pela via política feita lá atrás, na década de 1970, sufocará, completamente, a ação revolucionária sem a qual parece pouco provável que uma sociedade socialista venha a ser construída em nosso ou em qualquer outro país. O que me parece relevante, de fato, é que os militantes ouvidos da JPL/PPL e a leitura sistemática do jornal Hora do Povo, publicação que traz a visão do partido sobre o mundo, a sociedade, os problemas que precisam ser enfrentados pelo Brasil e as contradições que devem ser superadas para a construção de um país justo e igualitário, revelam que eles acreditam fortemente que são de esquerda, marxistas-leninistas e que, em algum momento da história, a revolução para a construção de um Brasil socialista será feita com a sua valorosa contribuição. Ou seja, acreditam que, quando o processo em marcha estiver concluído, contribuirão para a subversão da ordem vigente. Dentro deste contexto, que leva em consideração a perspectiva do sujeito, faz, portanto, todo sentido do mundo considerar PPL e JPL como atores inseridos no campo da subversão da ordem.

Na ocasião do falecimento de Cláudio Campos, secretário-geral do MR8 de 1982 até a sua morte, em maio de 2005, e fundador do jornal Hora do Povo, em 1979, o HP publicou uma página especial em sua homenagem, sob o título “Profundo amor ao Brasil, à humanidade e à verdade”. O compromisso do movimento com o socialismo já aparece explicitado no subtítulo:

“Cláudio Campos, secretário-geral do MR8, ao completar sua vida, deixou algo imortal aqui na Terra: a incorporação nos corações de todos de um compromisso com a verdade e com os demais que é exatamente o que precisamos para levar sua obra e sua luta à frente, até a vitória, até a libertação do país e ao socialismo”.

Deixando de lado as homenagens (abordo a questão da linguagem presente no Hora do Povo no tópico que trata exclusivamente do jornal, mais adiante), o texto reconstrói a trajetória do MR8 (na época da publicação da homenagem, o PPL ainda não havia sido fundado), explicita os porquês dos caminhos escolhidos e fundamenta teoricamente as escolhas feitas na década de 1970 e mantidas até hoje. Os trechos selecionados do artigo, assinado por Carlos Lopes, dirigente do partido e então redator-chefe do jornal, serão citados o máximo possível entre aspas, justamente para dar voz aos sujeitos da pesquisa (neste caso, os militantes do agora PPL e JPL) e mostrar as suas perspectivas. Os pontos principais da argumentação apresentados na matéria são os seguintes:

- Ainda na primeira metade da década de 1970, a fase da luta armada estava concluída. Era preciso “descobrir o caminho da revolução na situação em que o país e o mundo estavam naquela época”.
- Citando Lênin, não há contradição entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo. A luta pelo socialismo é, inclusive, inseparável da luta pela democracia. A defesa dessas ideias acontece em 1974 e 1975, quando, usando Daniel Terra como pseudônimo, Campos escreveu dois artigos

publicados clandestinamente: “Contra o doutrinarianismo e o economicismo” e “Socialismo e liberdades democráticas”.

- A democracia “é a única escola possível da classe operária e do povo para chegar à consciência socialista e, portanto, ao próprio socialismo”. Sendo assim, “na situação política e econômica do Brasil, a luta pelas liberdades democráticas era – e devia ser – o centro, o conteúdo, da luta popular”.

No 3º Congresso do MR8, realizado em 1982, ocasião em que se elegeu pela primeira vez o secretário-geral da organização, definiu-se a etapa da revolução no Brasil como nacional e democrática.

“Tratava-se, como ainda se trata, de libertar o Brasil da dependência, ou seja, da dominação imperialista. Esta era – como é – o entrave ao desenvolvimento do país e ao resgate de milhões de brasileiros da miséria, da ignorância e da injustiça. A independência do país é a condição para o seu progresso. A revolução nacional e democrática, como disse Stalin, é, para os comunistas, parte do problema da revolução socialista. Seu objetivo é libertar o país da sujeição ao imperialismo, desenvolvê-lo e, nesse sentido, aproximá-lo da revolução socialista. Sobretudo no Brasil, país que já conta com uma base capitalista razoavelmente extensa, a revolução nacional e democrática e a revolução socialista tendem a aproximar-se velozmente uma da outra. Não é um caso inédito. Na Rússia, país que em 1917 tinha um desenvolvimento capitalista inferior ao do Brasil de hoje – embora não sendo um país dependente como o nosso, mas um país imperialista –, apenas uns poucos meses separaram a revolução democrático-burguesa da revolução socialista.”

Ou seja, o MR8, agora PPL, faz uma leitura, digamos assim, evolucionista da obra de Marx. Primeiramente, é necessário o advento do capitalismo, a industrialização, a urbanização (a Revolução de 30 e a Era Vargas se incumbiram de avançar nessas questões; Vargas é considerado pelos militantes do PPL como aquele que implantou as bases modernas do Estado brasileiro). Em seguida, democracia representativa moderna e nacional-desenvolvimentismo. O passo posterior é o do socialismo, que antecede o do comunismo. Sem revolução burguesa, não há como fazer a revolução socialista. Sem tomar gosto pela democracia e pela participação política, o povo não tomará gosto pelo

socialismo. Sem industrialização, urbanização, democracia, sindicalização, o trabalhador não ingressará no mundo das discussões políticas, não se conscientizará da sua exploração pelos detentores dos meios de produção e do capital. Os fenômenos estão encadeados, apresentam-se em sequência, não podem ser pulados. Não se chega ao socialismo sem passar pela democracia, pelo nacional-desenvolvimentismo. É o nacional-desenvolvimentismo que vai escancarar para a população as consequências nefastas do liberalismo e do imperialismo. Um caminho linear deve ser seguido para que, no final das contas, a tão almejada revolução e a construção de um novo tipo de sociedade aconteçam. Durante muitos anos, uma questão que incomodava a esquerda brasileira era o de localizar, historicamente, quando teria ocorrido a nossa revolução burguesa, se é que um dia ela efetivamente ocorrera. Porque sem achar a nossa revolução burguesa não haveria como chegar ao socialismo, posteriormente. Parece-me que, para o PPL, a revolução burguesa verde-e-amarela foi a Revolução de 30, porque fincou as bases do Estado moderno, industrializado e urbano, além de ter ampliado e fortalecido a organização e atuação sindicais. Por isso, na visão do partido, é preciso atacar com tanta energia e tenacidade o neoliberalismo e o imperialismo, o risco da desindustrialização e da desnacionalização: porque colocam em risco o que a Era Vargas fez pelo Brasil – para Belluzzo e Almeida (1992), o nacional-desenvolvimentismo durou, de fato, até 1982, ano da crise da dívida externa. Anulada a nossa revolução burguesa, o projeto de construção do socialismo ficaria ainda mais distante. Outro efeito perverso do neoliberalismo seria a desregulamentação do mundo do trabalho, a precarização que afastaria o trabalhador do sindicato, dificultaria a sua tomada de consciência, turvaria a sua visão, impossibilitaria que enxergasse, com nitidez, quem o explora.

2.3 O jornal Hora do Povo, a voz do antigo MR8 e do atual PPL

É atribuída a Stalin a frase “a imprensa é a arma mais poderosa de nosso partido”. Como toda organização de esquerda que se preze, o MR8 também criou o seu jornal. Em 1979, já no período da anistia, o militante político Claudio Campos, preso e torturado quando ainda era estudante, durante a ditadura militar, fundou o jornal Hora do Povo²². Campos exerceu a função de secretário-geral do MR8, organização que ajudou a reconstruir na década de 1970, de 1982 até falecer, em maio de 2005. O HP, como é chamado pelos militantes, surgiu como uma publicação clandestina de resistência ao regime, distribuída pelos chamados brigadistas em vias de grande circulação de pessoas, como a Cinelândia, no Rio, a Praça da Sé, em São Paulo, e a Praça Sete, em Belo Horizonte. Os brigadistas foram a saída encontrada pelo MR8 para driblar os ataques terroristas que agentes da ditadura praticavam contra bancas de jornal que comercializavam a publicação. Várias delas foram incendiadas para intimidar os comerciantes.

Em todas as entrevistas realizadas com antigos e novos militantes do PPL e da JPL para esta pesquisa, as pessoas ouvidas foram enfáticas em afirmar que o jornal Hora do Povo não é uma publicação oficial do PPL, assim como não era do MR8. Trata-se de um veículo de comunicação abrangente e pluralista, que procura contemplar diferentes vozes da esquerda, daquilo que, no senso comum, costuma-se chamar de

²² Em 1981, já no período pós-anistia, três diretores do Hora do Povo foram presos e processados, com base na Lei de Segurança Nacional (LSN). Eram eles Claudio Campos, Ricardo Lessa, que posteriormente deixou o MR8 e hoje não faz parte do PPL, e Pedro Camargo, então diretor administrativo. No Anexo A, confira o fac-símile de um manifesto produzido em fevereiro de 1981, em que se pedia a revogação imediata da LSN e a liberdade para os três jornalistas e outros brasileiros presos e processados com base na lei. Assinaram a carta diversas entidades da sociedade civil, como o Comitê Brasileiro pela Anistia, a Comissão de Justiça e Paz, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, a Pastoral Operária do ABC, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp). O documento fazia parte do arquivo do antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops-SP) e, atualmente, integra o acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

campo “progressista”. Defensores da soberania do Brasil, vozes nacionalistas, baluartes do nacional-desenvolvimentismo, críticos das políticas neoliberais e denunciadores das ações imperialistas, para ficar em alguns exemplos, também teriam espaço garantido nas páginas do HP, independentemente de sua filiação partidária.

Na prática, porém, o jornal Hora do Povo, além de ter sido fundado pela maior liderança do MR8, sempre teve a função de amplificar as ideias, reflexões, posições e análises políticas elaboradas pela organização. Mesmo quando as matérias são assinadas por integrantes de outros grupos, mesmo quando o personagem principal da reportagem filia-se a outra organização, mesmo quando, inclusive, está em outro campo ideológico, se o HP deu destaque positivo a suas palavras é porque, naquele assunto em questão, havia convergência de ideias com o então MR8, agora PPL. Sem falar que, ao longo da história, os editores do jornal eram quase sempre militantes da organização.

Expoentes do nacionalismo, como os jornalistas Mauro Santayanna e Barbosa Lima Sobrinho, o ex-deputado constituinte Euzébio Rocha (PTB), autor da lei que criou o monopólio estatal do petróleo, em 1953, e o general reformado Nelson Werneck Sodré sempre tinham grande espaço no HP para a publicação de artigos, dar declarações, glorificar nossos heróis nacionais e colocar seus pontos de vista nas edições do jornal. Na edição de 2 de fevereiro de 2013, por exemplo, o Hora do Povo publicou artigo de Valter Pomar, membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, em que este atacava o jornalista Eugênio Bucci, também filiado ao PT, pelo fato deste último ter defendido a blogueira cubana Yoani Sánchez em coluna publicada no jornal O Estado de S. Paulo. O título original do artigo enviado por Pomar era “A fé de Bucci”. O HP deu sua contribuição no embate, substituindo o título, na edição, por “Eugênio Bucci e suas comparações delirantes”. De agosto de 2012 a abril de 2013, por exemplo, o jornal publicou vários textos em que a blogueira, até quando

não era o objeto central do artigo em questão, fora retratada negativamente. Mesmo que Pomar não seja integrante do PPL, neste assunto tem uma opinião alinhada com o que defende o partido. Hipoteticamente, se no dia seguinte Pomar defendesse a concessão dos portos e aeroportos para a iniciativa privada, certamente seria desancado como “vendilhão da pátria” nas páginas do jornal.

No início dos anos de 1990, chamava a atenção a quantidade de artigos assinados por militares no jornal, contrários às privatizações dos parques petroquímico e siderúrgico que começavam a ser realizadas no Brasil após a posse de Fernando Collor, privatizações que foram ampliadas para outros setores naquele e nos governos que o sucederam, até os dias de hoje. Parecia confuso que, menos de dez anos antes, MR8 e militares estivessem em campos diametralmente opostos e, naquele instante, houvesse convergência de pensamentos. Até porque alguns desses militares não estavam entre os que foram cassados pela ditadura, mas eram, inclusive, identificados com a chamada linha dura. Havia, no entanto, um ponto que os aproximava: o nacionalismo.

O jornal Hora do Povo, enfim, faz, em suas páginas, reiteradas defesas da soberania nacional, do nacional-desenvolvimentismo, do socialismo, da construção de um Brasil livre e igualitário e ataca, regularmente e com ferocidade verbal, os alvos tradicionais da esquerda: “imperialismo ianque”, bancos e seus juros escorchantes, grande capital, corporações transnacionais, medidas liberais de gestão do Estado e agronegócio, por exemplo. Nos anos 90 do século 20, dedicou grande parte de suas páginas a vociferar contra as privatizações realizadas no Brasil e a proclamar as virtudes do nacionalismo. Fernando Collor de Mello virou “Judas Collor” nas páginas do Hora do Povo. E Fernando Henrique Cardoso, anos mais tarde, tinha a imagem associada a Silvério dos Reis.

Além disso, é frequente a produção de páginas especiais destinadas a glorificar as façanhas de Getúlio Vargas, de Tiradentes (“nosso primeiro herói nacional”, como costumam repetir), da Revolução Cubana, de Che Guevara e do “grande comandante” Fidel, assim como de Lenin, Stalin, Kim Il-sung e seu filho Kim Jong-il, os dois últimos na Coreia do Norte. Kim Jong-il ganhou uma página e meia de homenagens na edição que foi às bancas em 21 de dezembro de 2011, em função de seu falecimento. A edição de 8 de março de 2013 foi em grande medida dedicada a Hugo Chávez, que havia falecido três dias antes. A manchete: “Venezuela abraça o seu grande líder: ‘Somos milhões de Chávez nas ruas’”.

Se as tradições liberal e utilitarista de pensamento normalmente valorizam as instituições ou, então, a força do indivíduo comum, capaz de, por seus próprios esforços, méritos, inteligência, competência, agir racionalmente para maximizar os seus objetivos e ser bem-sucedido naquilo a que se propõe, há na esquerda, ou pelo menos naquela que realizou revoluções e chegou ao poder, um forte empenho em construir mitos, grandes líderes, grandes timoneiros carismáticos capazes de amalgamar a sociedade, para colocá-la nos trilhos do desenvolvimento, da justiça, da igualdade, de um futuro mais sorridente. Dentro desta perspectiva, poucas personalidades foram tão glorificadas no jornal Hora do Povo como Josef Stalin. Considerando apenas as edições publicadas nos últimos sete anos, uma rápida busca no sítio www.horadopovo.com.br revela mais de 30 artigos ou matérias enaltecendo seus supostos grandes feitos.

Já o revisionismo adotado pela extinta União Soviética e, especialmente, pela China sempre fora repudiado com a mesma energia. Na Olimpíada de Barcelona, em 1992, após a conquista da medalha de bronze por Cuba, no vôlei masculino, sobre a Comunidade dos Estados Independentes, ex-URSS, houve uma prosaica discussão na redação (na época eu era redator e subeditor de Esportes) para definir se a manchete da

página de Esportes teria um caráter político ou meramente esportivo. Os que propunham o caráter político defendiam a seguinte manchete: “Mais uma vez, socialismo derrota revisionismo”. Prevaleceu a abordagem esportiva e o título da matéria ficou “Cuba vence CEI por 3 a 2 e fatura bronze no vôlei”.

Para finalizar este tópico, em setembro de 2001, após o atentado terrorista que colocou abaixo o World Trade Center, em Nova York, a manchete de primeira página da Hora do Povo foi: “Porrada nos cornos quebra os dentes do império”. Em 12 de outubro do mesmo ano, o jornal foi às bancas com a seguinte manchete: “Osama: ‘morte aos terroristas ianques e a seus lacaios’”.

2.4 Minha aproximação com o então MR8 e o jornal Hora do Povo

Minha aproximação com o MR8 foi totalmente fortuita e, em nenhum momento, ideológica. O ano era 1989, tinha 19 anos de idade e fazia minha primeira graduação. Era aluno do segundo ano do curso de comunicação social (publicidade e propaganda), na Universidade Paulista (Unip), onde acabei me formando no final de 1991. Havia, naquele momento, uma insatisfação generalizada com a qualidade do ensino que estávamos recebendo. No primeiro ano do curso, nossa grade era composta exclusivamente por disciplinas básicas (sociologia, antropologia, psicologia, política, filosofia, teoria da comunicação, semiótica, comunicação comparada, entre outras), sempre ministradas por professores de ofício, formados para o desempenho de suas funções. Dominavam, portanto, metodologia, didática, preparação de aulas, formas de avaliação, pontualidade, etc.

A partir do segundo ano, nossa grade começava a ser formada, gradativamente, por disciplinas específicas do curso de publicidade, sendo que no terceiro e quarto anos ela passava a ser composta exclusivamente por essas matérias. As disciplinas

específicas eram sempre ministradas por profissionais que atuavam em agências de publicidade ou outros tipos de empresas de comunicação²³ e que tinham nesses empregos a principal fonte de renda e, claramente, de realização profissional. Visivelmente, dar aulas era para eles uma atividade secundária, desempenhada para complementar renda ou angariar um prestígio adicional na carreira, como professores universitários, por exemplo. Não tinham, pelo que podíamos constatar, sido formados como professores.

Matriculado no período noturno, as aulas de minha turma iniciavam-se às 19h e deveriam se encerrar às 22h50 (quatro aulas de 50 minutos por noite, totalizando 200 minutos, com um intervalo de 30 minutos, entre o primeiro e o segundo par de aulas). Uma única disciplina era ministrada por noite. Nas noites das disciplinas específicas, era comum que os professores chegassem à classe às 20 horas e encerrassem a jornada às 21h30, quando não antes. Deveríamos ter 200 minutos de aula por noite e tínhamos 90 minutos. Perdíamos em tempo e qualidade, porque muitas vezes as aulas também não haviam sido preparadas adequadamente. Enfim, este era o cenário de nossa insatisfação.

Na noite em que o grupo do qual fazia parte apresentaria um seminário para uma disciplina chamada comunicação comparada (uma das disciplinas básicas), iniciamos os trabalhos exibindo um vídeo com um texto, redigido por mim, que aparecia na tela em gerador de caracteres (fundo negro e letras brancas), lido por locutor com entonação grave, no qual o grupo fazia duras críticas à universidade, em geral, e aos professores das disciplinas específicas, em particular. À universidade, porque estava interessada

²³ Isso não era um problema, em si. Publicidade é um curso prático, um curso profissionalizante. Seus alunos querem, na quase totalidade das vezes, arrumar empregos em agências e empresas de comunicação. Quem reflete sobre industrial cultural, manipulação das massas e estética, por exemplo, são a filosofia e as ciências sociais, raramente os profissionais de comunicação. Havia uma percepção, pelo menos entre as pessoas com as quais eu convivia, de que era melhor ter aula com alguém com plena vivência no mercado de trabalho do que com um professor cheio de títulos, mas que jamais tivesse participado da criação de uma campanha publicitária na vida. A universidade também reforçava esse aspecto. Frequentemente, os diretores e coordenadores repetiam o mantra: “Aqui, quem ensina sabe fazer na prática”.

apenas na cobrança das mensalidades²⁴ e aos professores, porque estavam sendo pagos para fazer um trabalho que não faziam com a seriedade com a qual contávamos.

Olhando retrospectivamente, nossas críticas eram fortemente orientadas por valores como meritocracia e controle de desempenho e produtividade dos profissionais pela universidade. Supostas más condições de trabalho e, eventualmente, a existência de salários desestimulantes, por exemplo, não eram questões abordadas no manifesto. Muito menos o papel do Estado na educação, o ideal republicano de uma educação pública, universal, de qualidade e gratuita. Estávamos, sem ter consciência disso, fortemente influenciados por valores (e os reproduzindo) que são caros ao utilitarismo, ao neoliberalismo. Olhando com os óculos de quem, posteriormente, fez ciências sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), fez mestrado na Faculdade de Educação da USP e, enfim, chegou aos 44 anos de idade e pôde ler mais algumas coisas na vida, nossas reclamações tinham um corte conservador e, ao usar conservador, não faço juízo de valor a respeito.

A exibição do vídeo causou certo impacto em algumas turmas na universidade, porque a professora da disciplina, sem ter conhecimento do que estava por vir, havia reunido três classes distintas para assistir ao nosso seminário. Na plateia, acompanhava atentamente a apresentação um estudante português de 32 anos, já do terceiro ano, que havia participado em seu país, na segunda metade da década de 1970, como militante do Partido Comunista Português, da efervescência política pós-Revolução dos Cravos, ocorrida em 1974. Convocado para integrar as tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan)²⁵, resolveu abandonar o curso de direito na Universidade de

²⁴ Vivíamos o ápice da hiperinflação, no final do governo Sarney, que encerrou o ano de 1989 com a devastadora taxa anual acumulada de 1.764,86% (fonte: IBGE); em março de 1990, mês que marcou a passagem do governo de José Sarney para Fernando Collor, o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas, chegou à marca de 83,84%.

²⁵ No final da década de 1970, segundo este militante, que nesta pesquisa será identificado com o codinome Acácio, Otan e Portugal, como país membro, vinham ajudando Israel a reprimir os palestinos.

Coimbra e, em 1979, mudou-se para o Brasil, onde ainda reside. Em São Paulo, tornou-se militante do MR8, casou-se com uma pianista brasileira e continua tendo atuação no PPL até hoje.

Ao final do seminário, o estudante português dirigiu-se ao nosso grupo para saber quem havia redigido o manifesto. Perguntou-me se eu conhecia o jornal Hora do Povo, explicou que se tratava de uma publicação que havia confrontado a ditadura, relatou, também, episódios nos quais bancas de jornal foram incendiadas a mando dos militares para que o HP não fosse vendido e, finalmente, indagou se gostaria de lá trabalhar. Certamente, percebeu de cara que nossas reivindicações não eram exatamente libertárias, não objetivavam a construção de um novo tipo de sociedade, mas seu faro de anos de militância identificou, ainda mais pela reação das pessoas ao seminário, que havia um sentimento de insatisfação entre os estudantes. Alguns dias depois, colocou um caminhão de som dentro do campus da rua Luís Góis, no bairro da Vila Mariana, zona sul da capital paulista, onde estudávamos, e, em uma assembleia que parou completamente as aulas do período noturno, aprovou-se a suspensão imediata do pagamento das mensalidades, boicote que durou quase dois meses e levou a universidade a trocar a coordenação do curso.

Pois bem, foi assim que conheci o MR8 e arrumei meu primeiro emprego, no Hora do Povo, que passava a ser um jornal diário naquele momento. Trabalhei no jornal de setembro de 1989 a abril de 1990 e, posteriormente, logo após me formar, de janeiro de 1992 a maio de 1995, totalizando quatro anos, nos dois períodos. No HP, fui repórter, redator e subeditor, mas sempre de editorias menos politizadas, como Esportes e Geral²⁶ – nesta última, elaborava matérias sobre previsão do tempo, enchentes, compras de Natal, preparativos para o Dia de Finados, crimes, julgamentos que

²⁶ Não era militante do MR8 e, muito jovem, não possuía o traquejo e a consistência que os experientes jornalistas precisam ter para enfrentar a editoria de Política.

causavam frenesi na sociedade, como os dos sequestradores do empresário Abílio Diniz, que tive a oportunidade de cobrir diretamente do tribunal, epidemias de cólera e dengue, incêndios, direitos do consumidor, acidentes nas estradas durante o Carnaval, indignação das donas-de-casa e dos aposentados, nas feiras livres, com a carestia e por aí afora.

Percebi claras diferenças na redação do jornal nos dois períodos em que lá trabalhei e, especialmente, quando retornei, em 2013, dezoito anos depois, para fazer entrevistas para esta pesquisa de mestrado. Em 1989, quando o HP começava a circular diariamente, a proposta do jornal era ser popular e de esquerda, mas despertar, também, o interesse do cidadão comum que estivesse passando pela banca de jornal, mesmo o que não tivesse engajamento político. Sendo assim, suas oito páginas vociferavam contra o imperialismo, o neoliberalismo, as privatizações, o arrocho salarial, o descaso com os aposentados, mas também falavam do Corinthians, do novo disco do Paulinho da Viola, da frente fria que nos fazia bater os dentes, dos cuidados que o capricorniano precisava tomar ao colocar os pés na rua naquela quarta-feira de ar sorumbático, do incêndio na loja de armarinhos, do cãozinho que fora adotado por moradores das cercanias de uma praça.

Para produzir um jornal que, embora tivesse uma linha política e editorial clara, fosse também eclético, a redação precisava ser diversificada. A equipe era composta por jornalistas aposentados que fizeram nome, no passado, nos Diários Associados, Última Hora, tevê Tupi e Grupo Estado, por exemplo; jornalistas na faixa dos 30-40 anos de idade que atuavam na grande imprensa e trabalhavam no HP como segundo emprego, para complementar a renda; militantes experientes do MR8, mas que tinham alguma ligação com a produção de um jornal e já haviam atuado na publicação nos anos de 1970; por fim, nós, os “focas”, formados por estudantes de jornalismo ou comunicação

social, que buscavam o primeiro emprego, e por militantes da JR8. O tom político do jornal era dado pelo MR8, desde os anos de 1970 um subgrupo do chamado “MDB autêntico” e, posteriormente, um braço do quercismo dentro dos movimentos sociais, especialmente na antiga Central Geral dos Trabalhadores (CGT), em entidades de mulheres e no movimento estudantil. Mas as definições das pautas referentes aos outros assuntos partiam de discussões mais amplas. Fossem ou não militantes do MR8 e, na ocasião, muitos não eram, havia, sem dúvida, um apreço de quase a totalidade das pessoas que trabalhavam na redação do HP pelas ideias defendidas pela esquerda ou, ao menos, por ideias nacionalistas.

Quando retornei ao jornal, em 1992, o cenário já havia se modificado significativamente. A imprensa de esquerda, historicamente, sempre teve dificuldades tremendas para se manter. Os anúncios são escassos, a base de assinantes é instável, as vendas em bancas, invariavelmente baixas. No HP, em particular, não tínhamos registro em carteira e o salário, além de ter um valor abaixo do que o mercado praticava, era quase sempre pago com atraso (isso quando o jornal conseguia inteirar o valor devido em algum momento, coisa que, ao menos no meu caso, raramente acontecia). Havia, no entanto, um ambiente de tremenda camaradagem entre as pessoas. A situação atingia a todos, democraticamente, do posto mais elevado ao mais baixo na hierarquia, fosse o sujeito militante ou não. Aliás, havia até uma prioridade no recebimento do salário para quem fosse mais pobre e ocupasse cargos mais baixos. Dentro das lógicas “missão dada, missão cumprida” e “soldados da revolução”, sobre as quais vou me deter mais adiante neste trabalho, no capítulo sobre os resultados da pesquisa, testemunhei, certa vez, um jovem militante reclamando em voz baixa, sem agressividade, no canto da redação, com um dirigente do jornal e antigo militante do MR8, sobre os atrasos nos pagamentos, sobre a falta constante de dinheiro, sobre as dificuldades para pagar a pensão alimentícia

do filho pequeno e o aluguel. O antigo dirigente, também em voz baixa, em tom professoral e igualmente sem agressividade, ponderava que o jornal não podia ser analisado dentro da lógica “patrão versus empregado”, “capital versus trabalho”, sob o registro da exploração de mais-valia. “O que a gente está fazendo aqui é preparando o terreno pra revolução, nós somos revolucionários, é isso que precisamos ter em mente. Isso aqui não é emprego, é a revolução”, argumentava²⁷. E a luta revolucionária exige grandes sacrifícios.

Em um cenário de escassez crônica de recursos, restaram na redação, portanto, os antigos militantes do MR8, os “focas” – os estudantes de jornalismo ou comunicação social que buscavam o primeiro emprego ou estavam no início da carreira – e os militantes da JR8. Deixaram a redação grande parte dos jornalistas aposentados com atuação em veículos de comunicação importantes do passado e todos os jornalistas, sem exceção, na faixa dos 30-40 anos de idade, que ainda estavam em plena atividade na grande imprensa. As pautas, no entanto, continuavam ecléticas. Tratava-se muito de política, razão de existência do jornal, mas temas mais amenos também eram contemplados. Lembro-me, por exemplo, às vésperas do Dia de São João, de ter escrito uma matéria sobre quermesses, que se encerrava com a descrição, de forma divertida, de uma receita para preparação de pés-de-moleque, pesquisada em um caderno de páginas amareladas de minha mãe.

²⁷ Em outra oportunidade, testemunhei uma situação engraçada: um sermão que um importante dirigente do MR8 passou em integrantes da JR8. Durante a campanha presidencial de 1994, militantes da JR8 picharam, inadvertidamente, o *slogan* “Quércia vem aí!” no muro do Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. O jornalista Ancelmo Gois, então editor da seção “Radar”, da revista Veja, não perdeu a piada e produziu uma nota, com direito a foto (vide Anexo C), na edição 1326 de 9 de dezembro de 1994, que ostentava o título “A volta dos mortos vivos”. Segundo Gois, o lugar era realmente o mais apropriado para anunciar a entrada do que chamava “líder fantasma” na disputa presidencial. Naquele pleito, vencido por Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno, Quércia terminou em quarto lugar, com 1,24% dos votos válidos, atrás de Enéas Carneiro, do Partido da Reedificação da Ordem Nacional, o Prona (Fonte: TSE). O importante dirigente do MR8 ficou um longo tempo explicando aos consternados jovens militantes que não se podia dar um vacilo desses em plena campanha presidencial, porque a burguesia, tal como os abutres, era implacável com tais deslizes. Ao final, a orientação para que a pichação fosse removida o quanto antes.

Em março de 2013, quando retornei à redação do Hora do Povo, 18 anos após ter deixado de lá trabalhar, o cenário havia se mudado ainda mais radicalmente. Como o jornal, pela escassez de recursos, teve de passar a circular apenas duas vezes por semana (às quartas e sextas-feiras), o contingente de pessoas envolvidas em sua produção diminuiu expressivamente. Nas quatro vezes em que lá estive, em dias diferentes, para realizar as entrevistas, o número de pessoas trabalhando não passava de quinze. No final dos anos de 1980 e início da década de 1990, esse número alcançaria tranquilamente o dobro da quantidade, sem contar repórteres e fotógrafos que estavam em trânsito pelas ruas produzindo as suas reportagens ou atuando em sucursais, como a do Rio e Brasília. Outro ajuste que precisou ser feito: o grosso do jornal agora é produzido durante a madrugada, para que as pessoas possam ter outros empregos durante o dia e uma remuneração garantida. E, embora haja o discurso de que o Hora do Povo não é um jornal do PPL, um veículo oficial do partido, mas sim uma publicação mais ampla e que procura dar voz a outros atores do campo da esquerda e do nacional-desenvolvimentismo, na produção do jornal, pelo que pude observar, restaram apenas os velhos e os novos militantes do agora PPL.

O jornal sempre foi barato (em julho de 2014, cada exemplar podia ser comprado em bancas por apenas um real). Além disso, o acesso ao conteúdo do jornal ficou ainda mais democratizado com o advento da internet. É possível acessar via web, gratuitamente, todo o conteúdo da edição mais recente do Hora do Povo, bem como de todas as edições produzidas a partir de 2000. Certamente, o número de leitores do HP deve ter se multiplicado com o seu ingresso no mundo virtual, mas ninguém do PPL soube me informar os números. No entanto, atualmente, as oito páginas do jornal são dedicadas exclusivamente à discussão política. Embora seus exemplares possam ser vistos em bancas da região da avenida Paulista e do centro de São Paulo, parece-me que

o transeunte só vai se interessar por comprar um exemplar da publicação se tiver afinidade política e ideológica com o jornal. Tornou-se algo parecido com uma “pregação para os convertidos”. Falo isso, agora, com os óculos de alguém que foi profissional de comunicação por vinte anos, dezesseis deles como publicitário.

A editoria de Esportes, que nos anos de 1990 contava com uma página inteira, virou uma coluna secundária. Na edição de 22 e 23 de maio de 2013, o texto informando a conquista do Campeonato Paulista pelo Corinthians, sobre o Santos, mereceu três parágrafos. Já o título do Atlético Mineiro, sobre o Cruzeiro, um parágrafo de quatro linhas. Quase um ano depois, na edição de 16 e 17 de abril de 2014, a espantosa conquista do Ituano, vencedor do Campeonato Paulista após derrotar o Santos na decisão por pênaltis, rendeu uma modesta coluna de canto de página, que também noticiou, em um único parágrafo, a conquista do Cruzeiro na Superliga Masculina de Vôlei.

“Variedades”, que abrigava as notícias culturais do jornal, e ocupava duas páginas inteiras, até meados da década de 1990, deixou de existir. As notícias culturais normalmente aparecem em colunas fortuitas, desde que estejam inseridas na discussão política que se quer fazer.

Voltando à edição de 22 e 23 de maio de 2013, a título de exemplo, as páginas do HP eram quase integralmente tomadas por críticas à privatização dos portos, à retomada do aumento dos juros pelo Banco Central, ao desemprego e à política de arrochos salariais na Itália, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa. Liam-se, também, os apoios do jornal à PEC 37, que pretendia restringir a atuação do Ministério Público (proposta já derrubada pela Câmara, após a pressão das manifestações que eclodiram no país a partir de junho do mesmo ano, com

reivindicações diversas), e à ação do governo sírio contra os rebeldes, para ficar apenas em alguns pontos.

Quase um ano depois, na edição de 25 a 29 de abril de 2014, a manchete de capa do HP fazia ataques incisivos à presidente Dilma Rousseff, relacionados à Petrobras²⁸. Dizia a manchete: “Ataques de Dilma à diretoria de Lula jogam a Petrobras na fogueira da CPI”. O texto referente à manchete, publicado na página 3, repreendia a presidente por assumir como verdadeiras as versões marteladas pela chamada grande imprensa sobre a aquisição da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, pela estatal brasileira²⁹ – ou seja, por reconhecer que a transação foi, na melhor das hipóteses, um péssimo negócio para a estatal e, conseqüentemente, para o país. Ao agir desta forma, Dilma estaria, na análise do jornal, responsabilizando a antiga diretoria da estatal, em exercício durante o governo Lula, pela barbeiragem empresarial. A publicação aproveitou a matéria para, novamente, atacar Dilma pelo que chamava de privatização do pré-sal, em função do leilão de Libra, ocorrido em 21 de outubro de 2013, no qual um consórcio formado pela Petrobras e mais quatro transnacionais, entre elas Shell e Total, conquistou o direito de explorar o até então maior campo de petróleo existente no Brasil, com potencial de óleo recuperável da ordem de 12 bilhões de barris³⁰. A mesma edição do HP publicou, em suas outras páginas, críticas à queda da produção industrial brasileira e matérias favoráveis a Nicolas Maduro e a Vladimir Putin, no imbróglio diplomático e militar com a Ucrânia, que resultou na incorporação da Crimeia pela Rússia.

²⁸ Uso aqui a grafia adotada pela Petrobras em sua logomarca, ou seja, sem acento agudo em “brás”, mesmo sabendo que a grafia está incorreta conforme as regras formais da língua portuguesa, que determinam a acentuação de oxítonas terminadas em “as”.

²⁹ Transação que provocou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A refinaria, que em 2005 custou US\$ 42,5 milhões à empresa belga Astra Oil, acabou exigindo da Petrobras um desembolso de US\$ 1,18 bilhão – US\$ 360 milhões, primeiramente, para ficar sócia da empresa belga no negócio e, depois, mais US\$ 820,5 milhões para que a estatal brasileira assumisse integralmente a refinaria (Fonte: Folha de S.Paulo, 29 de março de 2014, “Entenda como a Petrobras enterrou US\$ 1,2 bi em um mau negócio”, coluna “Dinheiro Público & Cia.”, versão eletrônica).

³⁰ Fonte: Agência Estado, 20 de outubro de 2013.

No que diz respeito à infraestrutura, o HP, desde 1989, sempre foi 100% informatizado. Em 2013, pude perceber que os equipamentos são novos, estão atualizados. Nos dois períodos em que lá trabalhei, nunca tive de enfrentar uma máquina de escrever, por exemplo, sempre houve microcomputadores para escrevermos nossas reportagens. Os obstáculos estruturais manifestavam-se, de tempos a tempos, quando algumas linhas telefônicas eram cortadas, por falta de pagamento, o que inviabilizava entrevistas com pessoas de outras cidades e Estados e dificultava tremendamente a produção da edição do dia. E, pelo menos duas vezes, testemunhei diretores do jornal tentando persuadir operários da Eletropaulo a descer dos postes e não cortar a luz, também por falta de pagamento, o que impossibilitaria por completo a produção do jornal. Normalmente, o operário cortava a luz, mas depois ficava aguardando na viatura, enquanto alguém do jornal fosse esbaforido até o banco e pagasse o valor devido. No retorno, com o comprovante autenticado em mãos, o operário escalava novamente o poste e religava a energia.

Em 2013, as instalações da redação e da gráfica que roda o jornal pareceram-me em melhor estado de conservação que nos primeiros tempos. Ambas funcionam em uma mesma edificação, localizada no bairro do Cambuci, região central da cidade de São Paulo. Ao nível do térreo, esparrama-se a gráfica (composição, fotolitos, impressão). A redação fica na sobreloja, em cujas paredes estão emolduradas algumas capas ou últimas páginas consideradas marcantes da publicação, ao longo da história. Em uma delas, uma edição dedicada a Stalin, com a manchete “O libertador da Humanidade”. Em outra página, dedicada a Che Guevara, lê-se na manchete “Marxismo e revisionismo na visão de Che Guevara”. Há ainda homenagens a Tiradentes, um herói nacional frequentemente lembrado pelo Hora do Povo, e, no *hall* que serve de antessala para a redação, um grande painel relembra Cláudio Campos, secretário-geral do MR8 de 1982

a 2005, ano de seu falecimento, e fundador do HP, em 1979, acompanhado da manchete “Libertar o Brasil e construir o socialismo”.

Dissipou-se, no período, o ar esfumaçado produzido diligentemente pelo grande número de fumantes que ali trabalhavam nas décadas de 1980 e 1990, o que dava à redação uma atmosfera dos *clubs* de jazz de Nova Orleans e Nova York e parecia transformar os redatores, enquanto batucavam freneticamente seus teclados, em “Duke Ellingtons”, “Count Basies” e “Thelonius Monkies” do jornalismo – ou, melhor dizendo, para lhes fazer justiça ao espírito nacionalista, em “Chiquinhas Gonzagas” e “Ernestos Nazareths” da imprensa. Hoje, os veteranos abandonaram o cigarro e, entre os novatos, poucos fumam.

CAPÍTULO 3

DESCRIÇÃO DO CAMPO MILITAR

3.1 Aeronáutica: a mais jovem das Forças Armadas

O Dia do Exército é comemorado em 19 de abril, data da 1ª Batalha dos Guararapes, ocorrida em 1648, evento crucial para a expulsão dos holandeses de Pernambuco. Compostas por unidades formadas por brancos, negros e índios, as tropas locais, mesmo sendo numericamente inferiores às tropas holandesas e tecnicamente menos preparadas, conseguiram expulsar os invasores. A Batalha dos Guararapes representa, simbolicamente, para a instituição, a fundação do Exército brasileiro e, mais ainda, de nossa nacionalidade (CASTRO, 2002, p. 68-69). Trata-se, portanto, de uma instituição que, no plano simbólico, tem mais de 350 anos, embora, formalmente, da maneira como conhecemos, seja uma criação do período republicano.

Já a Marinha, inicialmente chamada Marinha Imperial Brasileira, foi criada, logo após a Independência do Brasil, em 1822, a partir da incorporação de navios da Armada Portuguesa que passaram a ser controlados pelo novo governo imperial. O primeiro ministro da Marinha foi o capitão-de-mar-e-guerra Luís da Cunha Moreira, um dos poucos brasileiros que integraram a Marinha portuguesa, com experiência em todas as guerras napoleônicas e na captura anglo-lusitana de Caiena, em 1808 (Fonte: Marinha Brasileira).

A Aeronáutica, finalmente, é a mais jovem de nossas Forças Armadas (FFAA)³¹. Foi instituída em 20 de janeiro de 1941, durante o governo Vargas, em plena 2ª Guerra Mundial³². De 1941 a 1945, esteve à frente de seu ministério o advogado e político Joaquim Pedro Salgado Filho, ex-ministro do Trabalho de 1932 a 1935, deputado federal em 1937 e ministro do Superior Tribunal Militar de 1938 a 1941. Salgado Filho tinha como missão inicial estruturar o braço armado da Aeronáutica, a Força Aérea Brasileira, criada em 22 de maio do mesmo ano e, nos primeiros meses, chamada de Forças Aéreas Nacionais. O ministro revelou-se o gestor hábil de uma fusão complicada, porque a Aeronáutica não apenas incorporava os arsenais aéreos do Exército e da Marinha, movimento que outras nações já haviam realizado anos antes, mas também uma parcela dos integrantes dessas forças, profissionais formados em tradições e culturas diferentes entre si – sem contar que, embora estivessem se dirigindo para uma força especializada em aviação³³, aqueles oficiais trocavam duas instituições tradicionais e solidamente estabelecidas por uma recém-criada. Outro desafio enfrentado por Salgado Filho foi o de estruturar as escolas de formação de pessoal para as aviações militar e civil (Fonte: FAB/2011).

Dentro deste espírito, a Aeronáutica criou, ao longo dos anos, algumas instituições de ensino destinadas a formar mão-de-obra qualificada para compor os seus quadros de oficiais e graduados. Neste trabalho, aparecerão com mais recorrência três dessas instituições: a já mencionada AFA, a Escola de Especialistas de Aeronáutica (Eear), também situada no interior de São Paulo, no município de Guaratinguetá, e a

³¹ É importante lembrar que o primeiro voo de Santos Dumont com o 14 Bis, no Campo de Bagatelle, na França, foi realizado em 1906. Ou seja, até então, o avião, razão de existência de qualquer força aérea, não existia.

³² Neste trabalho, 2ª Guerra Mundial, assim como outros nomes acompanhados de números ordinais, será grafada com algarismo arábico e não romano (MARTINS, 2000, p.200).

³³ A palavra “aviação”, quando usada no sentido genérico de uma atividade, aparecerá grafada com inicial em minúscula. Porém, quando se referir à arma da FAB, aparecerá grafada nesta dissertação com inicial em maiúscula.

Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar (Epcar), localizada em Barbacena, no interior de Minas Gerais.

A AFA, conhecida como o “Ninho das Águias”, é uma instituição de ensino superior pública e gratuita que tem por finalidade formar os oficiais da Aeronáutica. A academia fica em uma ampla área plana de 215 mil metros quadrados, sendo 142 mil metros quadrados de área administrativa e 73 mil de área residencial (vide Anexo D). Além de pistas para pousos e decolagens, o local conta com várias edificações, boa parte delas construída em sequência e conectada por uma marquise, chamada na instituição de paraboloide. Estão ligadas, entre si, por exemplo, a Divisão de Ensino, o bloco reservado aos docentes, o pavilhão com as salas de aulas e laboratórios de línguas, a biblioteca com áreas de estudos, os refeitórios, o comando, o cinema, o museu da AFA e o prédio do corpo de cadetes, onde ficam os alojamentos masculinos e femininos. Próximo dali, mas a uma distância facilmente percorrida a pé, encontra-se o Hotel de Trânsito, destinado a militares lotados em outras localidades, mas que estão de passagem para a realização de algum tipo de trabalho na AFA. Às margens das pistas de pousos e decolagens, localizados a boa distância das edificações já mencionadas, ficam os dois Esquadrões de Instrução em Aviação (EIAs), um deles destinado aos alunos do segundo esquadrão³⁴, no qual eles aprendem a voar na aeronave de instrução T-25, e o outro voltado aos cadetes do quarto esquadrão, no qual aprendem a voar no Tucano T-27. A área voltada às atividades de ensino e administrativas é formada, além das edificações, por extensos gramados, bolsões de estacionamento e vias internas para locomoção de pedestres e tráfego de automóveis. Lembrou-me muito a configuração do Campus Butantã da Universidade de São Paulo, conhecido como Cidade Universitária.

³⁴ Na AFA, “esquadrão” é a palavra que designa o ano no qual o aluno está matriculado. Primeiro ano chama-se primeiro esquadrão, segundo ano chama-se segundo esquadrão e assim por diante. “Esquadrilha” é a palavra que designa a turma. Cada esquadrão é formado por várias turmas ou esquadrilhas.

Porém, sem as árvores frondosas. Por ser local de pousos e decolagens frequentes de aeronaves, as árvores são de pequenas dimensões, espaçadas entre si e não estão presentes em todos os lugares. São os gramados que dão ao local uma coloração predominantemente verde. Nos dias muito quentes, como o da cerimônia de substituição das espadas a que assisti (descrevo a cerimônia adiante), é quase impossível se proteger do intenso calor.

A AFA é circundada pela Fazenda de Aeronáutica de Pirassununga (Fays), uma área de 6.502 hectares (65.020.000 de metros quadrados) onde, aí sim, concentra-se uma densa vegetação e são produzidos os alimentos que compõem as refeições elaboradas não apenas na AFA, mas também em outras instalações da Aeronáutica localizadas no Estado de São Paulo. Na fazenda, são produzidos, entre outras coisas, pão, leite, iogurte, queijos, arroz, feijão, café, açúcar e carnes bovina, suína e de aves. A produtividade da fazenda é tão elevada que a Fays, depois de abastecer a AFA e as outras unidades da Aeronáutica localizadas no Estado de São Paulo, ainda comercializa a produção excedente e reverte o lucro obtido com a venda dos produtos para o custeio de suas atividades. A monumental infraestrutura da AFA também conta com o Esquadrão de Demonstração Aérea, popularmente conhecido como Esquadrilha da Fumaça, a prefeitura e dois órgãos técnicos da Aeronáutica, além das vilas residenciais que abrigam seus funcionários civis e militares. Os alunos da AFA são selecionados a partir da Epcar e de concurso público aberto ao meio civil.

A Epcar, escola de ensino médio localizada no município de Barbacena, no interior de Minas Gerais, e principal fornecedora de alunos para a AFA, oferece o Curso Preparatório de Cadetes-do-Ar (Cpcar), com duração de três anos, nos quais, além das disciplinas regulares do ensino médio, os alunos têm aulas de ordem unida, preparação física e regulamentos e doutrinas militares, por exemplo. O acesso à instituição se dá

por meio de um concurso, uma espécie de vestibular. A escola funciona em regime de internato, como também acontece com a AFA e a Eear, e os alunos, além de não pagarem pelos estudos, recebem remuneração, alimentação, alojamento, fardamento e assistência médico-hospitalar e dentária. Os alunos podem, ao concluir o curso, concorrer a uma vaga no Curso de Formação de Oficiais Aviadores (Cfoav) da AFA. Serão aprovados se obtiverem classificação dentro do número de vagas previsto e se suas condições físicas, psicológicas e de aptidão para a pilotagem militar atenderem às exigências determinadas pela FAB (fonte: www.fab.mil.br). Caso não sejam bem-sucedidos nos exames voltados para detectar a aptidão para a pilotagem militar, podem buscar os cursos de formação de intendentes e infantess. Por fim, a Eear abriga o Curso de Formação de Sargentos, que vai formar a mão-de-obra de especialistas técnicos para a FAB. Falarei mais detidamente sobre a Eear ao descrever minha visita ao Pama-SP. Assim como na Epcar, os estudantes da AFA e da Eear também são remunerados durante seus cursos.

Atualmente, a FAB possui aproximadamente 20 bases aéreas espalhadas pelas cinco regiões do país, uma frota com cerca de 700 aeronaves, se considerarmos todas as suas modalidades de aviação militar (caças de ataque, caças de defesa, aviões de transporte, aviões de carga, aviões de vigilância, sensoreamento remoto e patrulha, aviões de treinamento, aviões utilitários, helicópteros, etc.) e o seguinte efetivo profissional:

Quadro 1 – Efetivo total da Aeronáutica

Efetivo total, incluindo militares e civis	77.454 pessoas (67.527 homens e 9.927 mulheres)
Efetivo total de militares	70.907 pessoas
<ul style="list-style-type: none"> • Oficiais • Suboficiais e sargentos • Cabos, soldados e taifeiros • Cadetes e alunos 	<ul style="list-style-type: none"> • 9.279 pessoas • 24.471 pessoas • 33.661 pessoas • 3.496 pessoas
Efetivo total de funcionários civis	6.547 pessoas

Fonte: Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (2011)

O compromisso da FAB com a conservação da ordem está explicitado já na sua missão, que se divide em três esferas: 1) constitucional: defender a pátria; garantir os poderes constitucionais; e **garantir a lei e a ordem** (*negrito meu*), por iniciativa de qualquer dos poderes constitucionais; 2) atribuições subsidiárias: cabe à Aeronáutica, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo presidente da República; 3) missão síntese: manter a soberania do espaço aéreo nacional, com vistas à defesa da pátria. Como visão, “em 2023 a Aeronáutica vislumbra ser reconhecida, nacional e internacionalmente, pela sua prontidão e capacidade operacional para defender os interesses brasileiros em estreita cooperação com as demais forças”. Finalmente, para cumprir a sua missão e concretizar a sua visão, no futuro, a Aeronáutica exige que seus integrantes adotem 12 valores como seus princípios fundamentais nas atividades que realizam na instituição: 1) hierarquia e disciplina; 2) patriotismo; 3) civismo; 4) coragem; 5) dever; 6) honra; 7) lealdade; 8) ética; 9) profissionalismo; 10) liderança; 11) prontidão operacional; 12) valorização do homem (Fonte: FAB). É notável que seu sólido compromisso com a ordem também está

visivelmente expresso no valor “hierarquia e disciplina” – o mais fundamental no militarismo, conforme atestaremos ao analisar as entrevistas realizadas –, assim como nos valores “dever” e “prontidão operacional”. Voltaremos a tratar, em boa medida, da visão, missão e valores da FAB mais adiante, no capítulo que aborda os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo.

3.2 Primeira visita a uma instalação da Aeronáutica

Visitei pela primeira vez uma instalação da Aeronáutica em 6 de dezembro de 2012, para assistir à cerimônia de substituição das espadas, um dos eventos que marcam a formatura dos cadetes. Soube da solenidade, que aconteceria na AFA, por meio de uma professora civil da instituição, que conheci em um evento realizado na USP, em 2011. A partir do segundo semestre de 2012, devido ao meu interesse em estudar socialização de jovens na Aeronáutica, estabeleci contatos frequentes com ela. Antes de descrever mais detalhadamente a cerimônia, convém explicar, primeiramente, o significado do espadim.

3.2.1 A simbologia do espadim

Quando iniciam o curso na AFA, os alunos passam por um estágio de adaptação com 35-40 dias de duração. No período, realizam salto de emergência de pára-quedas, exercício de campanha e são submetidos a um intenso processo de instruções militares, preparação física, estudo dos regulamentos militares e incorporação dos valores pretendidos pela FAB. A jornada é duríssima e permeada por punições³⁵. Começa por volta das 5h, 5h30 e acaba às 22h, 22h30. Durante a madrugada, não raramente são

³⁵ Porque a fivela do cinto não está brilhando o suficiente, porque o coturno não foi limpo adequadamente, porque o alojamento está desarrumado, porque a postura está arqueada para frente, porque pestanejou durante uma instrução, etc.

surpreendidos por seus comandantes, aos berros, convocando-os para a realização de exercícios militares. Um sargento da Aeronáutica relatou algo parecido quando estudava na Eear, localizada em Guaratinguetá, também no interior de São Paulo, onde é desenvolvido o Curso de Formação de Sargentos.

“Às 4 horas da manhã, começavam a explodir bombas ao redor do alojamento em que dormíamos. Em seguida, entrava o comandante da nossa turma e começava a esbravejar: ‘Eu não fui buscar ninguém em casa, vocês estão aqui porque querem! A porta da rua é serventia da casa!’ E tínhamos de sair imediatamente para realizar algum exercício militar.” (sargento Fernando)

Tanto no caso da AFA, que vai formar os futuros oficiais da Aeronáutica, como no caso da Eear, que vai formar os suboficiais, o objetivo é o mesmo: estressar ao máximo os calouros com exercícios físicos extenuantes, muita doutrina e seguidas instruções militares, para que os considerados mais fracos, com menos tenacidade, abandonem o curso e poupem a FAB de um custo desnecessário, que seria o de formar alguém sem as aptidões necessárias para seguir na carreira militar. O estágio de adaptação é, provavelmente, o período, sem considerar as situações de guerra, evidentemente, em que o aluno passará pelas condições mais severas, considerando toda a carreira militar, mesmo depois de formado.

Ao término do período inicial de adaptação, os alunos oriundos do meio civil e os da Epcar, principal fonte de alunos da AFA, devem estar no mesmo nível de preparação física e ter incorporado, em igual medida, os valores militares, para que possam formar um corpo homogêneo de cadetes dali em diante³⁶.

Após seis meses do início do curso, há o rito de passagem no qual o calouro torna-se cadete, cerimônia cujo ponto alto é o recebimento do espadim, tradição iniciada

³⁶ Como consequência de toda a preparação militar que recebem nos três anos de Epcar, os alunos vindos de Barbacena chegam muito melhor preparados à AFA que os recém-chegados do meio civil. Daí a necessidade do estágio de adaptação, que é significativamente mais penoso para os oriundos do meio civil, já que terão apenas 35-40 dias para atingir um estágio que os alunos da Epcar alcançaram ao longo de três anos.

no Exército³⁷, por representar a réplica em miniatura da espada usada em campanha por Duque de Caxias, e mantida nas demais forças.

Nas palavras do então comandante da AFA, em entrevista à tevê FAB, o espadim representa o código de honra do cadete da Aeronáutica e é traduzido pelos valores “coragem”, “lealdade”, “honra”, “dever” e “pátria” (o conjunto de valores da FAB é mais abrangente, conforme já vimos anteriormente). Em vários momentos, pude testemunhar oficiais de variadas graduações exortando os cadetes a conduzirem-se na vida alicerçados por estes valores. Entre eles, a mais alta autoridade da FAB na ocasião desta pesquisa, o tenente-brigadeiro-do-ar Juniti Saito³⁸, comandante da Aeronáutica, em seu discurso para os cadetes na formatura a que assisti em Pirassununga. É nesta cerimônia que o espadim, recebido no início do curso, é trocado pela espada, símbolo do oficialato. Assim, o cadete passa à condição de aspirante a oficial.

3.3 A formatura dos cadetes

A formatura dos cadetes, que marca a conclusão do Curso de Formação de Oficiais, é composta por três eventos: a cerimônia de substituição do espadim pela espada, a cerimônia de colação de grau e o baile de gala. Para a colação e o baile, o acesso do público é rigorosamente controlado. Só ingressam nas áreas destinadas a estas atividades os convidados. Embora a substituição do espadim seja uma cerimônia igualmente reservada apenas a autoridades civis e militares, imprensa e convidados dos cadetes que estão se formando, o acesso às dependências da AFA, neste dia, não é

³⁷ Primeiramente, na Escola Militar do Realengo, e, posteriormente, na Escola Militar de Resende, que, a partir de 1951, passou a se chamar de Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). Fonte: www.aman.ensino.eb.br.

³⁸ O comandante Saito também enfatizou o caráter profissional e tecnicamente qualificado que se exige na FAB, o que pareceu a comprovação da visão hegemônica da vertente do “soldado profissional”, apontada por Carvalho (2005, p. 40). A preocupação com a qualificação profissional já havia sido exposta por ele na página 3 da edição de agosto de 2012 do Notaer, o jornal da FAB.

controlado³⁹. Na prática, é como se a celebração fosse aberta ao público. “Sem falar que é a mais militar das cerimônias. Já a colação e o baile são como no meio civil, menos interessantes para observação do ponto de vista da sua pesquisa”, alertou-me a professora mencionada anteriormente.

O curso da AFA dura quatro anos. Além de formar aspirantes a oficiais para Aviação, Intendência e Infantaria, concede aos alunos um diploma de bacharel em administração pública, com equivalência de disciplinas reconhecida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Segundo a professora, isso se deve ao fato de a maior parte do corpo docente na AFA ser formada por professores civis, com titulação de doutorado. O número de professores militares ativos, da reserva ou reformados, na instituição, é expressivamente menor que na Aman e na EN.

³⁹ Embora Pirassununga não seja uma cidade tão distante de São Paulo (o Campo Fontenelle, onde está localizada a AFA, fica a uma distância aproximada de 220 km da Capital, distância que pode ser percorrida, de carro, em 2h30), nunca havia ido até lá. Poderia me perder e, pior, perder o evento, que é anual. Se isso acontecesse só teria nova oportunidade de assistir à cerimônia em dezembro de 2013, muito depois de minha qualificação. A cerimônia estava agendada para as 10h, mas a professora da AFA alertou-me para que chegasse antes das 9h30, porque o acesso é bloqueado assim que a lotação permitida para o evento é atingida. Ninguém mais entra, também, mesmo que venha de automóvel, quando o espaço aéreo é fechado, como medida de segurança para as autoridades ali presentes e para que caças da FAB e da Esquadilha da Fumaça possam homenagear os formandos. Para chegar antes das 9h30, teria de percorrer o trecho inicial da viagem, na capital paulista, bem no horário de *rush* da manhã. Resolvi, portanto, ir para lá na tarde do dia anterior. Os poucos hotéis de Pirassununga estavam lotados, em decorrência da formatura, por isso me hospedei em um estabelecimento na cidade a seguir, Porto Ferreira, a 30 minutos de distância da AFA. Saí de São Paulo por volta das 16h30 do dia 5 de dezembro e, como passava por Pirassununga às 19 horas, ainda de dia, com o horário de verão, resolvi sair da Rodovia Anhanguera no km 206 e conhecer o caminho que me levaria até a AFA, antes de me dirigir ao hotel. Peguei a rodovia Deputado Cyro Albuquerque (estrada para Aguaf), erreí uma entrada e quase entrei na Vila dos Sargentos, mas nada que pudesse atrasar a viagem em mais de cinco minutos. Cheguei à AFA com bastante facilidade. O trajeto já estava conhecido, podia ir para o hotel. No dia seguinte acordei às 6h30. O traje exigido para os convidados da cerimônia era passeio completo, o que significa, no caso dos homens, terno e gravata. Com o trajeto todo esquadrinhado em minha cabeça, deixei o hotel às 8h e cheguei à AFA às 8h30, uma hora e meia antes da hora marcada para o evento. O dia ensolarado anunciava muito calor pela frente e, também, a garantia de que a exibição da Esquadilha da Fumaça seria realizada (em 2011, a substituição do espadim aconteceu em um dia chuvoso, o que impediu a apresentação). Ao conhecer melhor os militares, após as entrevistas e as observações de campo, identifiquei neste meu comportamento algo que está muito presente no *habitus* militar. Há, entre os militares, sempre *briefings* que antecedem as missões, elaboração de planos de contingência, caso a alternativa inicial fracasse, e missões de reconhecimento. Dedicam-se, enfim, a um trabalho exaustivo com o objetivo de tornar as ações previsíveis e, também, para elencar medidas alternativas que deverão ser adotadas caso as ações revelem-se imprevisíveis.

3.3.1 A cerimônia propriamente dita

Da portaria da AFA aos bolsões de estacionamento e desses lugares até o local da cerimônia, soldados da Polícia da Aeronáutica (PA) forneciam toda a orientação ao público que chegava. Ao descer do carro, percebi que as mulheres levavam com mais rigor a especificação do traje a ser usado na cerimônia. Por outro lado, a recomendação do “passeio completo” não foi suficiente para convencer vários dos convidados masculinos a tirar seus ternos e gravatas do cabide. “Primeira vez aqui?”, saudou-me um senhor que estacionara o carro ao lado do meu e estava acompanhado da família. “Ah, eu não caio mais nessa história do terno e gravata, não *(ao me ver de traje passeio completo)*. Aqui é um calor infernal, você vai ver”, disse-me enquanto caminhava confiante de camisa com mangas curtas e calça social. Poucas vezes pude testemunhar uma previsão se concretizar com tamanha precisão. Por volta das 12h30, quando a cerimônia foi encerrada, parecia que tinha corrido uma maratona olímpica de terno. Ou então mergulhado em uma piscina aquecida com roupa e tudo. Terno, camisa e gravata estavam empapados de suor.

Soldados e cadetes das séries iniciais distribuíam freneticamente copos de água para os espectadores. Nada era capaz de vencer aquele sol de derreter catedrais, expressão criada por Nelson Rodrigues. Um oficial do Exército, ali presente para assistir à formatura de um familiar, balbuciou um “Caraca!”, assim que se alojou em uma sombra. As avós e as crianças já pareciam conhecer alguns poucos locais estratégicos para se proteger da fornalha.

A cerimônia sempre acontece ao ar livre (nos dias chuvosos, em um hangar), em uma ampla área na qual existem arquibancadas construídas, cobertas por toldos azuis, cor da Aeronáutica, para alojar os convidados. Há uma arquibancada destinada aos

familiares, na qual me instalei, uma para as autoridades, outra para oficiais e professores da AFA e, por fim, uma reservada para a imprensa.

As arquibancadas ficam posicionadas lado a lado, já que à frente acontece o desfile, na avenida central da AFA. Imediatamente atrás das arquibancadas, há o ginásio de esportes, local onde estão os banheiros e para onde as pessoas se refugiam para se proteger do calor. Quando para ali me dirigi, vi muitas avós e criancinhas pequenas, além de adultos e adolescentes que se recuperavam de queda de pressão.

A cerimônia, marcada por marchas, hinos, estandartes, homenagens e discursos, começou com vinte minutos de antecedência, às 9h40. Em marcha, os militares, liderados pela banda militar, ingressaram no espaço destinado ao desfile e mantiveram-se em formatura, alternando posições de sentido, de continência, etc., conforme as ordens de comando. Ao longo da cerimônia, a banda tocou o “Hino Nacional”, “Hino da Independência”, “Hino à Bandeira”, “Hino do Aviador” e, também, trechos da “Aquarela do Brasil” e de “O Guarani”, entre outras peças.

Enquanto a tropa não era passada em revista pela presidente da República ou por seu representante, duas senhoras sentadas atrás de mim se entretinham com um divertido jogo de adivinhação, que tentava antecipar a cor do vestido da presidente da República, Dilma Rousseff: “Ela virá de vermelho, porque é uma provocadora!”, apostava uma. “Que nada, ela virá de azul, pra homenagear a Aeronáutica”, apaziguava a outra.

Às 10h05, o ministro da Defesa, Celso Amorim, representante da presidente Dilma Rousseff, passou as tropas em revista, acompanhado pelo comandante da AFA, enquanto a banda executava o Hino da Independência. A presença de Amorim imediatamente desagradou as duas senhoras mencionadas no parágrafo anterior: “Ó lá, mandou o baixinho”, contrariou-se a primeira. “Esse aí não defende a tropa”, emendou a

segunda. Quase sempre, as formaturas dos cadetes da AFA, da Aman e da EN contam com a presença do presidente da República. Em 2012, a presidente Dilma Rousseff não pôde comparecer à formatura na AFA, em razão do falecimento do arquiteto Oscar Niemeyer na noite anterior. Parte dos funerais de Niemeyer foi realizada em Brasília.

A turma Asgard⁴⁰, que formou 179 aspirantes a oficiais, marchou em seguida, entoando o seu grito de guerra e colocando-se em posição de formatura, à frente das arquibancadas. Formaram-se 119 aviadores, 42 intendentes e 18 infantes (havia, entre os formandos, duas mulheres aviadoras e 23 intendentes⁴¹). Por ser o primeiro aluno da turma em desempenho, o que na caserna é chamado de o “zero-um” da turma, o aluno Marcos Vinícius Soares de Medeiros recebeu a sua espada do ministro da Defesa, Celso Amorim. O desempenho na academia é levado em consideração em todo o desenvolvimento profissional na FAB. Ter sido o “zero-um” da turma assegurará a Medeiros proeminência sobre os seus colegas de turma em todas as promoções, transferências, nomeações que ocorrerem a partir da formatura. O comandante da AFA, na ocasião da formatura aqui descrita, foi o “zero-um” de sua turma.

Os cadetes trajavam-se com quepes, calças e gravatas azuis-marinhos e paletós e camisas brancos. Paramentavam-se com luvas, o que aumentava minha sensação de calor da plateia. A tropa que acompanhava o desfile, em segundo plano, formada por cadetes do primeiro, segundo e terceiro esquadrões, além da banda militar, vestia uniforme ligeiramente diferente, com quepes brancos, um modelo diferente de paletó e uma espécie de cinto sobre o paletó.

Mesmo debaixo de um calor escaldante, que fazia a todos na arquibancada se abanarem permanentemente, em frenesi, os cadetes apresentavam uma *hexis* corporal

⁴⁰ Asgard significa, na mitologia nórdica, “morada dos deuses”, segundo o sítio da FAB (<http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?mostra=13711>).

⁴¹ Números presentes em notícia publicada no sítio da FAB, no endereço indicado na nota de rodapé anterior. Sobre o pioneirismo da AFA em admitir mulheres entre os seus alunos, ver Takahashi (2002).

que chamava a atenção. Permaneciam impassíveis, por horas, alternando formaturas, posições de sentido, continência, marchas, etc. A *hexis* corporal dos militares que assistiam ao desfile ou simplesmente colaboravam com a realização da cerimônia também chamava a atenção. Altivos, esguios, colunas sempre eretas, indiferentes à duração do evento e à temperatura que superava com folga os 30 graus Celsius.

A rigidez corpórea dos militares contrastava com a dos civis. Nós, os “paisanos”⁴², parecíamos desmilinguir em suor e cansaço. As reclamações relacionadas ao calor, à sede e aos discursos mais longos das autoridades aumentavam à medida que a cerimônia se alongava (durou 2h40 e foi encerrada com uma apresentação da Esquadrilha da Fumaça). A diferença de comportamento entre civis e militares também era visível no que diz respeito ao cumprimento das normas e à realização de reverências aos símbolos pátrios. Uma violação da norma, que jamais seria tolerada no meio militar, foi mencionada aqui, anteriormente. Boa parte dos homens ignorou a indicação do traje passeio como exigência para assistir à cerimônia. Outros exemplos: apesar dos pedidos frequentes, por microfone, do oficial que desempenhava a função de mestre-de-cerimônias do evento, para que a plateia permanecesse em seus lugares, em silêncio respeitoso, para a execução de um hino, a realização de uma homenagem ou para que a etapa seguinte da formatura tivesse início, as pessoas não paravam de se agitar em fotografias e filmagens, moviam-se com frequência de seus lugares, comportamento comum nas cerimônias de formaturas civis.

Além da notável presença de familiares também militares, outra questão que me chamou a atenção: o sotaque de cadetes e seus familiares. Entre os cadetes, havia claramente um predomínio de sotaques de pessoas originárias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. A grande adesão de naturais do Rio de Janeiro ao funcionalismo público, em

⁴² “Paisano”, conforme explica Castro (2004, p. 42), é a forma pejorativa com que os militares se referem aos civis. Seria como o “milico”, usado pelos civis para se referir pejorativamente aos militares, ou “gambé”, forma pejorativa com que os jovens da periferia de São Paulo se referem aos policiais militares.

geral, e às Forças Armadas, em particular, é abordada na entrevista realizada com um sargento da FAB, ele mesmo carioca, que narro adiante ao descrever minha visita ao Pama-SP, na capital paulista. A grande presença de mineiros na AFA talvez se deva ao fato de a Epcar situar-se em Barbacena, no interior de Minas, e, por isso, servir de chamariz para os jovens nascidos em cidades próximas (a força da Epcar no imaginário dos jovens e seus familiares, residentes em Barbacena e adjacências, foi muito enfatizada pelos cadetes nas entrevistas). Já com relação aos soldados que compõem a Polícia da Aeronáutica (PA), há um claro predomínio do sotaque dos nascidos no interior de São Paulo. Como estão cumprindo o serviço militar obrigatório, é natural que sejam recrutados nas cidades próximas a Pirassununga.

3.4 Reunião com o comandante da AFA

Em 28 de janeiro de 2013, uma segunda-feira, minha orientadora e eu chegamos para a reunião com o comandante da AFA pontualmente às 14h, horário previamente agendado para a audiência, e, imediatamente, o comandante nos recebeu. Já havia visto o seu rosto no sítio da academia, mais precisamente no link “Comandante”, por meio do qual podemos visualizar a sua foto e o seu currículo. Na foto, víamos um comandante com expressão austera, postura altiva, à frente de uma pintura que trazia Santos Dumont, o patrono da Aeronáutica, alçando voo com o 14 Bis. Em sua pose oficial, o brigadeiro trajava o uniforme de número 5, aquele que para os civis parece ser o mais formal dos uniformes (terno e gravata, com as condecorações do lado esquerdo do paletó, tangenciando o bolso, e as insígnias sobre os dois ombros e em ambos os lados do colarinho da camisa).

Ao abrir a porta de seu gabinete, vimos uma pessoa diferente. Surgiu um comandante sorridente, que trajava o uniforme de número 8 (macacão de voo) e trazia

no peito um distintivo que lembrava o “Senta a pua!”, símbolo e grito de guerra do 1º Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (1º Gavca)⁴³. Digo lembrava, porque não consegui registrar se, de fato, era o distintivo do grupo. Perto da gola olímpica da camiseta branca que vestia sob o macacão, havia o personagem Pica-Pau, dos desenhos animados, símbolo do esquadrão de voo a que pertence.

O macacão de aviador é um símbolo de status na Aeronáutica, assim como o infante exibe orgulhoso o seu traje camuflado. Por mais que o discurso dos cadetes seja de que todos precisam de todos e de que a FAB só pode desempenhar adequadamente as suas funções com a atuação cooperativa e solidária das três armas, em todas as entrevistas realizadas os cadetes confirmaram que sempre acontecem provocações, brincadeiras, gozações entre os alunos. Brincadeiras nas quais os aviadores sempre se colocam em posição de superioridade aos demais integrantes, porque, afinal de contas, a aviação é a atividade fim da Aeronáutica. Enfatizam que não passam disso, de brincadeiras e que o espírito de camaradagem entre todos é predominante.

Poder envergar o macacão significa que o aluno está, pelo menos, no segundo esquadrão, quando começam as instruções de voo. No caso dos oficiais, além de identificar a sua arma, revela que está em plena atividade como piloto. Na FAB, voa-se pra valer, mesmo, até que o oficial seja promovido a major. São os segundos e primeiros-tenentes, além dos capitães, que se dedicam quase que exclusivamente a voar. A partir de então, quando se torna major, as atribuições do oficial como gestor de pessoas e processos passam a consumir a maior parte de sua jornada de trabalho. Muitos desses militares, no entanto, procuram continuar pilotando com certa regularidade. O comandante que visitamos, por exemplo, era uma dessas pessoas. Segundo o major que comandava o 2º EIA, era comum que o brigadeiro aparecesse com frequência ao

⁴³ Criado em 18 de dezembro de 1943 e enviado para treinamento nos Estados Unidos no ano seguinte, o 1º Gavca desembarcou em Livorno, na Itália, em 6 de outubro de 1944, para combater ao lado dos Aliados na 2ª Guerra Mundial. O 1º Gavca existe até hoje.

esquadrão para voar com algum cadete, aleatoriamente. Voar com o comandante da AFA é motivo de orgulho para os cadetes, mas aumenta sobremaneira a sua responsabilidade na missão. Fracassar diante do comandante pode provocar um efeito psicológico devastador para o cadete. O próprio major que comanda o 2º EIA disse-me que reserva um tempo para, diariamente, voar com os alunos. Pelo menos, um voo por dia. Às vezes, dois, um pela manhã, outro à tarde. Como seus anúncios acontecem de surpresa, os cadetes selecionados ficam orgulhosos, porém ainda mais tensos que o normal.

Voltando a nossa reunião com o brigadeiro, ao contrário dos relatos apresentados em “Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campos” (2009), em que os pesquisadores quase sempre narram que os oficiais designados para essa interlocução os receberam polidamente, porém com certa sisudez e frieza, o comandante da AFA foi extremamente simpático e receptivo durante a quase uma hora em que conversamos em seu gabinete. Quando a reunião dava sinais de que chegaria ao fim, ele recuperava mais uma história, fazia alguma pergunta adicional sobre a minha pesquisa e esticava a conversa sem pressa para encerrá-la. Mencionou, orgulhoso, que um de seus filhos, formado em engenharia, foi seu colega de Universidade de Brasília (UnB) – o brigadeiro também formou-se em direito, falo sobre isso adiante – e que o outro era segundo-tenente-aviador e estava, na ocasião, servindo em Boa Vista, capital de Roraima – abordarei o recrutamento endógeno posteriormente, no capítulo que se concentra nos resultados da pesquisa.

Durante a audiência, o brigadeiro relatou como se dá a forma de ingresso na AFA e que a Aeronáutica adquiriu um sistema inglês chamado Teste de Aptidão de Pilotagem Militar (TAP Mil), que realiza, por meio de simulações, jogos, etc., avaliações psicomotoras nos alunos da Epcar, para definir quem poderá ou não seguir na

arma Aviação, quando ingressar na AFA, e quem deverá escolher entre Intendência e Infantaria – estratégia para poupar recursos vultosos na preparação de alguém que, mais tarde, provavelmente não será aprovado nos exames para se tornar aviador. Ainda segundo ele, com o uso do TAP Mil, mais de 90% dos alunos pré-selecionados para a Aviação conseguem, de fato, ser posteriormente aprovados nos exames necessários para o desempenho das funções nesta arma.

Os alunos da AFA haviam iniciado há poucos dias o estágio de adaptação, fundamental para deixar a todos no mesmo nível de preparação física e conhecimento dos regulamentos militares – e criar, assim, um corpo homogêneo de cadetes. Pela primeira vez na história da AFA, os alunos do primeiro ano seriam enviados para um treinamento na selva, para aprenderem a agir sob pressão, a passar por severas privações de sono, alimentação e água. “Posso assegurar com 100% de certeza que um deles, um dia, ocupará o posto que hoje é ocupado pelo comandante Saito. Por isso, é fundamental que todos saiam daqui plena e igualmente preparados para desempenhar as suas funções como militares”, explicou o comandante. Enfatizou, ainda, que o objetivo da AFA⁴⁴ é, além de preparar os militares que vão compor o quadro de oficiais da FAB, formar homens, cidadãos, que coloquem os interesses da pátria acima dos interesses individuais e dediquem as suas vidas à preservação da soberania nacional.

Se a forma de organização militar (ou, melhor dizendo, a disciplina militar) inspirou, segundo Max Weber (WEBER, 1979, apud CASTRO, 2004, p. 134), as empresas recém-criadas a partir da revolução industrial a estruturar as suas engrenagens produtivas, agora o linguajar e as técnicas de administração empresarial parecem influenciar as FFAA. Repetidamente, o comandante da AFA disse frases do tipo “O

⁴⁴ Oficialmente, a missão da AFA é a seguinte: “A Academia da Força Aérea tem como missão formar oficiais de carreira da Aeronáutica dos quadros de oficiais aviadores (Cfoav), intendentos (Cfoint) e de infantaria da Aeronáutica (Cfoinf), desenvolvendo em cada cadete os atributos militares, intelectuais e profissionais, além dos padrões éticos, morais, cívicos e sociais, obtendo-se, ao final deste processo, oficiais em condições de se tornarem líderes de uma moderna força aérea” (Fonte: AFA).

aluno é o nosso cliente”, “Eu preciso garantir que o produto que eu entrego (*no caso, a educação proporcionada pela academia*) coloque a todos no mesmo nível”, “Nossa expertise é...”, “Criamos um programa de sugestões para melhorar os processos...” – uma das ideias selecionadas no programa, para implantação, partiu de um cadete que sugeriu ajustes específicos no procedimento de identificação na guarita da AFA; suas recomendações agilizaram o procedimento, sem diminuir a segurança da instalação militar. Enfatizou, ainda, em nossa conversa, que a realização da pesquisa não poderia implicar despesas financeiras para a Aeronáutica.

Clientes, processos, finanças e aprendizagem/crescimento profissional. Em apenas uma hora de conversa, o comandante estruturou o seu diálogo conosco valendo-se das mesmas categorias usadas pelas grandes empresas para desenhar os seus indicadores de desempenho e estabelecer as suas metas. Esta técnica ganha materialidade por meio de uma ferramenta de recursos humanos chamada *Balanced Scorecard* (KAPLAN, NORTON, 2001), usada pela maioria esmagadora das grandes corporações no mundo, inclusive para traçar objetivos de produtividade de cada empregado e, assim, ajudar a definir como será calculada a sua remuneração variável (bônus, Participação nos Lucros e Resultados - PLR), por exemplo.

A própria FAB, a exemplo do que praticam as grandes corporações, nacionais e transnacionais, possui, como mandam os livros de estratégia de negócios e os manuais de recursos humanos, um conjunto composto por missão (para que serve a instituição), visão (onde quer chegar) e valores (princípios que precisam ser incorporados no dia-a-dia pela força de trabalho para que a missão seja cumprida e a visão se concretize no prazo estabelecido). A visão, a missão e os valores da FAB já foram descritos anteriormente neste trabalho.

Para quem acha que as empresas privadas são modelos de eficiência e gestão, porque estruturadas em elementos como produtividade, desempenho e competências, a FAB, e as afirmações a seguir também podem ser estendidas às demais FFAA, está fortemente estruturada em valores meritocráticos⁴⁵. Conta com visão, missão e valores. Seus quadros foram selecionados a partir de critérios objetivos e mensuráveis. A progressão na carreira se dá com base na combinação da antiguidade (experiência na função) com o mérito (necessidade de realização de cursos e provas, feitos reconhecidos, medalhas de distinção recebidas, por exemplo). Não possui quadros indicados por este ou aquele partido político para a construção de uma coalizão que garanta a governabilidade. Do tenente-brigadeiro mais importante ao taifeiro de segunda classe mais humilde, todos ocupam suas funções com base na avaliação de competências exigida para cada posto ou graduação.

Além de sua ampla formação como militar, com cursos acadêmicos e de especialização não apenas na Aeronáutica, mas também na Escola Superior de Guerra (ESG), o comandante da AFA era graduado em direito, pela UnB, e fez extensão em análise de sistemas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Também conhecia, portanto, o universo acadêmico civil, as rotinas de pesquisa e parecia mostrar um genuíno interesse pelo conhecimento.

⁴⁵ Apresento esta comparação em decorrência de uma polêmica recente ocorrida no campo da política brasileira. Em entrevista ao programa “Poder e política”, projeto do jornal Folha de S. Paulo e do provedor de internet UOL, o empresário Jorge Gerdau, que preside a Câmara de Políticas de Gestão da Presidência da República, fez duras críticas ao fato de o Brasil contar hoje com 39 ministérios, para, segundo ele, acomodar interesses partidários e garantir, assim, a governabilidade. Ainda segundo Gerdau, há, na esfera federal, apenas cinco instituições que operam com base nos valores do profissionalismo e da meritocracia: Banco Central, BNDES, Banco do Brasil, Itamaraty e Forças Armadas. Meu objetivo, aqui, não é o de corroborar a visão de Gerdau nem de contestá-la. Mas, simplesmente, mostrar como a constatação de Weber se mostra viva e gerou desdobramentos. Se as FFAA surgiram como símbolo de eficiência e inspiraram a organização empresarial, agora é a iniciativa privada que ocupa uma posição hegemônica neste campo simbólico, como pontifica Gerdau, amplifica a Folha e, mais importante no nosso caso, deixa revelar a fala do comandante da AFA. Independentemente de quem tenha influenciado ou esteja influenciando quem, tanto para as FFAA como para a iniciativa privada a meritocracia parece ser um de seus valores centrais. A entrevista de Gerdau foi publicada no sítio da Folha em 15/3/2013, sob o título “Para Gerdau, burrice de criar mais ministérios está no limite”.

Ao longo da reunião, o brigadeiro enfatizou que considerava a AFA um campo riquíssimo para estudos acadêmicos, nas mais diversas áreas: sociologia, antropologia, medicina, educação física, nutrição, administração, relações internacionais, entre outras. Disse ainda que ficaria muito satisfeito com a realização da pesquisa – sua única exigência era de que, após a conclusão do mestrado, uma cópia do trabalho fosse encaminhada para a biblioteca da AFA, uma vez que os estudos produzidos sobre a instituição contribuem para a formação dos cadetes. Por fim, ressaltou apenas que o pedido seria encaminhado a um coronel, que chefiava a Divisão de Ensino, para que ele cuidasse dos trâmites necessários. Ao nos despedirmos, minha orientadora perguntou se haveria um prazo para que o coronel entrasse em contato conosco, caso precisasse de informações adicionais, etc. “O prazo é pra ontem”, respondeu-nos prontamente o brigadeiro. Esperamos angustiantes dois meses por um retorno da Divisão de Ensino da AFA.

3.5 Uma instalação militar na capital paulista. O Pama-SP, as mulheres e a estrutura de carreiras na FAB

Como a demora na resposta da AFA poderia colocar em risco o andamento de minha pesquisa, coloquei em ação um plano “B”. Em uma das empresas em que trabalhei ao longo de minha carreira como profissional de comunicação, fui colega de uma funcionária casada com um militar da Aeronáutica. Ao contatá-lo, ele prontamente concordou em me conceder uma entrevista.

Na tarde do dia 5 de fevereiro de 2013, portanto, cheguei ao Parque de Material Aeronáutico de São Paulo (Pama-SP), instalação da Aeronáutica em que ele trabalha, na zona norte da capital paulista. A infraestrutura da FAB ali, que também conta com hospital e quartel, fica localizada em um terreno de dimensões colossais, que começa no

bairro de Santana e termina no da Casa Verde, e é delimitado pelas avenidas Braz Leme, Santos Dumont e Olavo Fontoura, estendendo-se praticamente até a Marginal do Tietê. Metade da área é civil, administrada pela Infraero, com hangares de helicópteros e aeronaves de pequeno porte de empresas privadas que atuam na aviação executiva. Trata-se do Aeroporto Campo de Marte. A outra metade do terreno é militar, ocupada pela Aeronáutica. A pista de pousos e decolagens, compartilhada por voos civis e militares, separa as duas áreas.

Um sargento e um soldado que faziam a guarda naquele dia pediram minha identificação. Ao informar que gostaria de falar com o sargento Fernando⁴⁶, ambos deduziram que eu fosse o Ricardo Lugó, mesmo antes de me apresentar, e mudaram a expressão sisuda por outra amistosa, sorridente. Imediatamente, lembrei-me da cordialidade, gentileza, das habilidades de comunicação e socialização que são tão trabalhadas na formação do espírito militar, como registrou Castro (2004) em sua etnografia na Aman.

Tanto o sargento da portaria como o soldado usavam o traje camuflado, exigido para os dias de serviço, campanha e instrução militar. Naquele quartel, a guarda é feita por sete sargentos, um cabo e 40 soldados, que ficam espalhados por guaritas, sentinelas e outros pontos estratégicos do quartel. Quem está de serviço, ou seja, vai participar da guarda do quartel, trabalha por 24 horas seguidas. Diariamente, há uma equipe diferente de serviço. Os sargentos são escalados para o serviço uma vez por mês. Os soldados, várias vezes por mês. Estão naquilo que, na gíria da caserna, chama-se “boca pobre”, uma vida só de “ralação”, serviços, etc. “Funciona como se fosse a segurança de uma empresa, de um shopping center. Só que, aqui, somos nós mesmos que fazemos esse serviço”, explicou-me outro sargento, Olavo, com o qual conversei por alguns minutos.

⁴⁶ Os nomes dos militantes e militares entrevistados que aparecem neste trabalho não são reais. Foram usados codinomes, com o objetivo de preservar o anonimato e a privacidade das pessoas ouvidas.

Quando não está de serviço, o expediente do militar no quartel vai das 8h às 17h, com uma hora de almoço, o que vale também para os soldados que cumprem o serviço militar obrigatório. No momento da entrada e saída do quartel, os militares de cada departamento, seção, pelotão colocam-se em forma e é feita uma chamada, realizada pelo militar mais graduado ou antigo e encaminhada posteriormente para a secretaria. Quando o comandante “é mais Caxias”, como me confidenciou o sargento Fernando, a chamada também é feita na saída para e no retorno do rancho. “A chamada é feita pra checar se o sujeito não fugiu, não pulou o muro, não está fora do quartel sem o conhecimento de seus superiores”.

A FAB foi a primeira das FFAA a admitir mulheres⁴⁷ em seus quadros, tanto na Intendência, como na Aviação (a Infantaria não admite mulheres), dentro de um contexto de implantação de diversas políticas que pretendem estabelecer a igualdade de oportunidades, independentemente do gênero, em nossa sociedade (TAKAHASHI, 2002). As mulheres são, portanto, cada vez mais presentes entre os cadetes da AFA, na Eear, na qual há o Curso de Formação de Sargentos, e nos quartéis. A escala dos sargentos para o serviço mensal, no entanto, acaba preservando as mulheres, o que cria uma relação de desigualdade, como revela o sargento Fernando:

“Quando você é escalado para o serviço, fica 24 horas no quartel. Os sargentos têm um alojamento coletivo, para descanso. Todos dormem em beliches. Ninguém ali dorme pelado, fica andando sem roupa, porque há regulamento até para essas horas de descanso. Só que elas reclamam que têm de ficar junto com a gente. Querem um alojamento só pra elas. Numa situação de combate, não vai ter essa moleza, de dois alojamentos separados. Não faz sentido ter essa separação, gerar esse custo adicional para a Aeronáutica. Então, o que o comandante faz? Não escala as mulheres para o serviço, o que gera um tratamento desigual. Acho as mulheres fantásticas, muito competentes mesmo, na Intendência, Aviação... Mas em alguns tipos de trabalho, tenho muitas dúvidas, muitas dúvidas mesmo”.

⁴⁷ A FAB admite mulheres em seus quadros desde o início da década de 1980. No dia 1º de agosto de 1982, tinham início os cursos para o Quadro Feminino de Oficiais (QFO) e o Quadro Feminino de Graduadas (QFG), que compunham o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA), no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte (fonte: FAB). Em 1999, já existiam 17 oficiais intendentess na FAB. E, a partir do concurso de 2002 (ano letivo iniciado em 2003), a AFA começou a admitir alunas não apenas para o Curso de Formação de Oficiais Intendentess, mas também para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores. A primeira turma de aviadoras da FAB formou-se em 2006.

Em nosso encontro com o comandante da AFA, no final de janeiro, ele já havia falado sobre algumas diferenças entre homens e mulheres na FAB, análise feita tomando por base a realidade da academia.

“As mulheres não me dão problema nenhum. Os homens, algumas vezes, nas folgas, fazem arruaças nas cidades vizinhas, bebem, criam problemas nas estradas com a Polícia Rodoviária que, depois, eu tenho de resolver. Alguns deles chegam até a ser desligados por indisciplina. As mulheres, nunca. São extremamente dedicadas ao curso. Por exemplo: elas têm autorização pra fazer flexões apoiando os joelhos no chão, mas muitas abrem mão dessa prerrogativa e fazem os exercícios da mesma forma que os homens. O problema das mulheres é que elas choram. Choram muito. A culpa é dos pais, que paparicam muito as filhas”.

A questão do choro feminino apareceu na fala de duas das três cadetes entrevistadas e nenhuma vez nas entrevistas dos cadetes homens (embora eu tenha testemunhado, em um momento fora das entrevistas, um oficial inferior e um superior ficarem com os olhos marejados, em consequência de um episódio interno que envolveu certa tensão; não entrarei em detalhes sobre o episódio, porque ele não está relacionado com a pesquisa em si). O período mais doloroso, tanto do ponto de vista físico como do emocional, é o estágio de adaptação, os 35-40 dias iniciais do curso da AFA. Sobre esse período, uma cadete do segundo esquadrão, Luciana, que já havia feito boa parte da sua educação básica no Colégio Militar, disse o seguinte:

“Eu, antes de entrar aqui, eu já pensei que seria muito ruim. Então, eu pensei, pô, eu sei que vai ser difícil, então eu fiz a imagem do inferno, vai ser o inferno. Daí, você pensando no pior você chega aqui, você vê que não é tão assim, não é tanto. A adaptação até que eu sustentei bastante, não chorei nenhuma vez, ‘Ah, tão fazendo isso comigo’ nem nada, eu ajudava muito as minhas amigas que choravam, sentiam falta ou, porra, ‘tão me perseguindo’. Então, eu acho que eu passei muito bem pela adaptação porque eu pensava que ia ser uma coisa ‘ah...’. Então, eu cheguei e vi que não era tudo aquilo que eu pensava. Foi difícil, realmente foi, mas não foi tanto quanto eu esperava que seria.”

A cadete do quarto esquadrão Cleonir contou sobre as dificuldades com a rotina extremamente cansativa, durante a adaptação, as penosas atividades físicas que precisava desempenhar e a convivência com pessoas originárias de lugares diferentes e

costumes tão distintos. Revelou, ainda, que chorava toda noite e frequentemente telefonava para a mãe de madrugada, para desabafar:

“Toda a adaptação é uma fase muito tensa. Você pensa, eu cheguei aqui com 17 anos, numa cidade que tem um clima completamente adverso ao que eu estava acostumada (*Cleonir veio de Santa Catarina*), inclusive eu comecei a ter problemas de alergia, pele, eu comecei a ficar com a pele toda manchada. Sem contar as dificuldades da adaptação em si, que é acordar muito cedo, ir dormir muito tarde, estar sempre preocupada se o meu uniforme está em alinho, se eu estudei o que eu tinha que estudar, se eu decorei o que eu tinha que decorar. Eu nunca fui muito bem fisicamente, na educação física... Por exemplo, na educação física, eu não consigo correr direito. E isso é extremamente importante, aqui. Principalmente, na adaptação. Na adaptação, é correndo o tempo inteiro. Então, essa era uma das minhas maiores dificuldades. Eu entrei vibrando, cantando alto, eu tinha muito gás no primeiro ano. Eu vibrava pra caramba. E na adaptação eu continuei vibrando, orava a Deus pra que me abençoasse, pra que me abençoasse no que tinha de ser, porque era muito difícil pra mim. Ligava pra casa, chorando, quase todo dia. No meio da madrugada, acordava minha mãe, porque eu precisava desabafar com alguém. Tava morando no alojamento com quatro pessoas estranhas. Morava com uma menina de Recife, uma menina de Campo Grande, uma do Rio de Janeiro e uma de Porto Velho. E eu de Santa Catarina. Você imagina a diferença de costumes, de tudo lá dentro. E foi, realmente, uma fase muito difícil, mas eu, graças a Deus, logo me apeguei a uma amiga, que é a minha melhor amiga até hoje, e eu consegui superar isso”.

Cleonir também falou sobre a suposta diferença de tratamento entre homens e mulheres na AFA. Os cadetes homens reclamam que as mulheres são “acochambradas”, ou seja, são tratadas com menos dureza pelos oficiais, são “aliviadas”, na gíria militar:

“Num voo, o instrutor não vai ficar me xingando da mesma maneira que xinga um outro menino. Poderia, não sei se eu me abalaria. Eu, por exemplo, nunca fui xingada em voo. Fui, mas nada demais, assim. E aí os meninos ficam: ‘Poxa, mulher, não sei o quê, nunca ‘apanhou’ em voo’. Alguns dizem que as mulheres são ‘acochambradas’, que a vida no voo é mais tranquila, a escala só tem instrutor que é mais tranquilo, não tem instrutor que é mais rígido, mas isso a gente tem de aprender a relevar. A minha prima, por exemplo, é engenheira civil, ela passou por isso também na formação dela e na carreira dela, mas isso eu acho que é uma coisa que ainda é da sociedade. Talvez, no militarismo, seja um pouco mais forte. Isso às vezes irrita, algum comentário desnecessário de algum menino, mas é criancice, na minha opinião, é falta de maturidade.”

Mais adiante, tornou a falar sobre machismo:

“Eu acho que tem mais preconceito contra a mulher aviadora do que contra a mulher intendente, por exemplo. A Intendência vai administrar a força aérea, mas a aviadora não, vai lá pilotar, é operacional, etc. Tem gente, até hoje eu ouço às vezes, que diz que a Aviação não é pra mulher. Eu acho que a caça não é pra mulher, porque exige muito do nosso corpo, mas eu também não sou estudiosa sobre o assunto. Tem os comentários de que a mulher é mais aliviada no voo, é mais aliviada na educação física. Na maioria das vezes, isso não procede.” (cadete Cleonir)

Voltando à rotina do Pama-SP, há sempre um “oficial de dia”, normalmente um tenente. Além de suas atribuições durante a jornada normal de trabalho, fora do horário de expediente, na ausência do comandante, ele é a autoridade máxima no quartel. Se um coronel quiser entrar na instalação militar, fora do horário de expediente, sem autorização prévia, este tenente tem autoridade para impedir o seu acesso. Também tem autoridade para determinar uma revista ao seu automóvel, por exemplo. Muitas vezes, uma situação como essa é marcada por uma rápida discussão. O oficial com o posto mais alto recusa-se a acatar a autoridade do oficial menos graduado. O impasse, também invariavelmente, termina da seguinte forma: o oficial de dia sugere ligar para o comandante, normalmente um brigadeiro, e o oficial com patente mais alta, sabendo que o comandante lhe passará uma carraspana por desrespeitar as normas militares, acaba cedendo. Cede, porém dispara alguns xingamentos. O oficial de dia, enfim, faz o seu trabalho, finge que não ouve os xingamentos e a vida segue.

Com o sargento Fernando, circulei por várias instalações do quartel, especialmente pelas dependências do Pama-SP. Existem Pamas em outras localidades do país, como no bairro carioca de Santa Cruz, em Canoas, no Rio Grande do Sul, e em Manaus, no Amazonas, para ficar em apenas alguns exemplos. O parque, como me explicou outro sargento, é uma espécie de fábrica, uma área industrial da Aeronáutica. A unidade localizada na zona norte da capital paulista é a única habilitada a realizar todos os tipos de manutenções e reparos no caça de defesa F5 (nas partes elétrica,

eletrônica e mecânica, incluindo motores), usado pela Força Aérea dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã e principal caça da frota da FAB, e no avião espanhol de transporte Casa C 295. Como a pista do Campo de Marte não tem extensão suficiente para o pouso do F5, aeronave cujas asas têm pouca envergadura e que, por isso, precisa de pistas mais extensas para pousos e decolagens, o caça é transportado por carretas da base aérea de origem até o Pama-SP. A “fábrica” também tem condições de realizar manutenções e reparos técnicos específicos em todas as demais aeronaves que compõem a frota da FAB. “Nossa função é fazer o avião voar, colocá-lo em plenas condições de voo”, sintetizou o sargento Fernando. Com exceção do F5, todos os demais aviões que compõem a frota da FAB podem pousar na pista do Campo de Marte.

Em um dos galpões visitados, sargentos de diversas graduações e, em alguns casos, cabos com formação técnica específica, montavam e desmontavam componentes do F5, que está sendo modernizado tecnologicamente por meio de uma parceria que envolve a FAB, a Embraer e uma indústria bélica israelense. No Pama-SP, a aeronave é preparada para, em seguida, ser transportada para a fábrica da Embraer, onde os novos componentes tecnológicos são incorporados. Havia um F5, por exemplo, totalmente desmontado, e cujas partes afins estavam agrupadas, para, numa fase posterior, tornar possível a remontagem do quebra-cabeças. Só militares atuam nessas funções. Todos estes profissionais técnicos são formados na Eear, localizada em Guaratinguetá, região do Vale do Paraíba paulista. Na Eear, também há cursos para soldados S1 (falarei sobre eles adiante) e cabos. São cursos muito procurados porque a formação técnica vai garantir a eles que possam passar mais tempo em atividades profissionais técnico-administrativas dentro do quartel e menos “de serviço”. Passaportes para que, aos poucos, deixem a “boca pobre”.

Assim como nas empresas privadas, as exortações para o crescimento na carreira estão bastante presentes. E os exemplos de sucesso são bastante propagandeados. Caso de um ex-comandante do Pama-SP, que entrou na FAB como soldado, via serviço militar obrigatório, e, depois, prestou concurso e foi aprovado na AFA, tornou-se cadete e, finalmente, galgou todos os postos até chegar à posição de brigadeiro.

O soldado de segunda classe (S2) é aquele que ingressa na Aeronáutica via serviço militar obrigatório. No caso da Aeronáutica (e no da Marinha), os jovens que se apresentam para servir o fazem porque querem, efetivamente, cumprir o serviço militar obrigatório. Escolhem a Aeronáutica na hora do alistamento, na Junta Militar. Em seguida, esses jovens são encaminhados a um quartel, normalmente do Exército, para avaliação física e educacional. O fato de indicar que prefere a Aeronáutica não é garantia de que será nesta força que o candidato servirá, se for selecionado. Entre os aprovados, os mais altos, mais fortes e que mais se destacaram nos exames físicos serão escolhidos pelo Exército, que tem prevalência na escolha dos soldados sobre as demais forças. A razão é simples. A Infantaria da Aeronáutica é, com exceção de seus grupos dedicados a atividades de pára-quedismo, artilharia antiaérea e resgate e salvamento, usada, em boa medida, para a proteção dos próprios quartéis e bases aéreas desta força. Funciona, mal comparando, em parte significativa dos casos, como segurança e guarda patrimonial das próprias instalações militares da Aeronáutica. É a Infantaria do Exército, no entanto, que vai entrar na luta corpo-a-corpo com o inimigo, nas situações de combate. Daí a prioridade de escolha dos soldados.

No Pama-SP, os jovens soldados selecionados pela Aeronáutica passam 40 dias em um curso de formação bastante duro, de “muita ralação”, em que são a todo tempo submetidos a testes físicos, de regulamento, de desempenho militar, armamento e estande de tiro. Os aprovados serão distribuídos pelas unidades da FAB na região

metropolitana. Podem ficar no Pama-SP, no Campo de Marte; ir para a Base Aérea de Guarulhos, junto ao Aeroporto Internacional André Franco Montoro (Cumbica); servir no IV Comando Aéreo Regional (IV Comar)⁴⁸, no bairro do Ipiranga, zona sul da capital paulista. Tanto em Guarulhos como, especialmente, no IV⁴⁹ Comar, “o militarismo é muito mais forte”, explicou-me o sargento Fernando.

Alguns, no entanto, serão desligados nos 40 dias iniciais de formação, antes de “enganjar” (gíria que significa ser formalmente incorporado à tropa; corruptela de “engajar”), especialmente se tiverem envolvimento com drogas, álcool, facções criminosas, etc. Há um departamento de inteligência na Aeronáutica que investiga permanentemente os quadros da força, do soldado mais raso a oficiais superiores. Examina, por exemplo, posse de automóveis que fujam do padrão da remuneração do investigado, se tem problemas com a Justiça, se o seu nome está sujo na praça, em função de cheques sem fundo, não pagamento de dívidas. Um escândalo conjugal que venha a se tornar público pode arruinar a carreira do militar e liquidar com suas possibilidades de promoção. Como relatou Castro (2004), quem é militar é militar 24 horas por dia. Os regulamentos internos determinam não somente como deverá ser a conduta profissional do militar, mas também a sua conduta pessoal, a ponto de especificar como deverá se comportar em festas e nos momentos de folga:

“Quando dançando, deverá evitar exibicionismo, fugindo sempre do ridículo ou das atividades incompatíveis com a seriedade do uniforme e dignidade do próprio militar’. Ou então: ‘será proibido ao cadete licenciado (*de folga*) perambular pela rodovia Presidente Dutra, insinuando-se para conseguir transporte de carona” (CASTRO, 2004, ao transcrever trechos das Normas Gerais de Ação do cadete da Aman).

⁴⁸ Em função das dimensões continentais do Brasil, as atividades da FAB estão estruturadas em sete Comandos Aéreos Regionais, desmembrados a partir do Comando Militar da Aeronáutica (Comaer), que fica em Brasília. O IV Comar tem sob a sua jurisdição os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

⁴⁹ O algarismo romano foi mantido, neste caso, porque é esta a forma usada pela Aeronáutica para se referir ao Comar.

Muitas vezes, os pais de um jovem soldado, quando percebem que o filho está prestes a ser desligado, procuram os sargentos para pedir que a Aeronáutica não faça o desligamento, porque a FAB é a “última esperança pra dar um corretivo nesse jovem-problema”. A dispensa é temida. A Aeronáutica produz um relatório detalhado sobre a conduta do jovem dispensado, o que vira um empecilho na busca por um emprego, posteriormente.

Cumprido o serviço militar obrigatório, o soldado pode, se assim desejar, permanecer na Aeronáutica por mais seis anos, se for de interesse da FAB, se tiver apresentado desempenho adequado no primeiro ano, se for aprovado em um exame que possibilitará ao soldado passar da segunda para a primeira classe. Ao passar para a primeira classe (S1), será alocado em alguma área específica e, aos poucos, começará a deixar a “boca pobre”, ficando menos “de serviço”. Neste período de seis anos, caso não passe no exame para cabo, será desligado. Uma vez aprovado, poderá ficar até nove anos na condição de cabo. Depois disso, só permanecerá na Aeronáutica caso tenha êxito no processo seletivo para o Curso para Formação de Sargentos, na Eear, em Guaratinguetá (na verdade, a prova deverá ser prestada antes de o militar completar nove anos como cabo, já que o candidato ao exame da Eear deve ter, no máximo, 24 anos de idade⁵⁰). Tendo passado por Guaratinguetá, as promoções de terceiro para segundo sargento e de segundo para primeiro ocorrerão a cada sete anos. A mais alta graduação para quem ingressou na FAB pela Eear é a de suboficial. É o tempo de FAB, e não o mérito, que determinará as promoções de terceiro-sargento a suboficial.

Há, no entanto, uma forma de o egresso da Eear chegar à posição de oficial. Na condição de primeiro-sargento, o militar pode fazer o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos e prestar uma prova para se tornar oficial. Caso não seja bem-sucedido, o

⁵⁰ Item 8.1, letra “c”, das Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Sargentos da Aeronáutica – Turmas 1 e 2 do Ano de 2015, documento disponível no sítio www.eear.aer.mil.br.

militar pode prestar a prova quantas vezes quiser. Se aprovado, torna-se segundo-tenente e pode chegar, no máximo, ao posto de capitão. O militar que percorre este caminho é apelidado de “oficial tererê” (no jargão da caserna, um oficial de origem mais humilde, que teve de passar por mais “ralação”).

Sendo assim, as formas de se chegar à oficialidade na FAB são as seguintes: AFA (o militar pode alcançar a posição de tenente-brigadeiro, máxima graduação existente na força em tempos de paz, desde que, já como capitão, também faça cursos de alto comando na Universidade da Força Aérea – Unifa, conforme veremos adiante); Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (trata-se do “oficial tererê”; capitão é a graduação máxima a ser alcançada por esta via); Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), localizado na cidade paulista de São José dos Campos (ao concluir o segundo ano de um dos cursos de engenharia, o aluno tem a oportunidade de ingressar no quadro de oficiais engenheiros da Aeronáutica, podendo chegar à graduação de major-brigadeiro, penúltima posição mais alta prevista na hierarquia da FAB, em tempos de paz); Curso de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (Ciaar), localizado em Belo Horizonte e em vias de se mudar para Lagoa Santa, também em Minas Gerais. O Ciaar seleciona seus quadros a partir de concurso público e exige que o candidato já possua nível superior de escolaridade. Destina-se, fundamentalmente, a formar oficiais capelães, médicos, dentistas, farmacêuticos, engenheiros, analistas de sistemas, profissionais da área de serviço social, terapeutas ocupacionais, psicólogos, administradores, jornalistas, entre outros. Os que ingressam na modalidade “oficial de carreira” (principalmente, médicos, dentistas, farmacêuticos e engenheiros) podem, dependendo da especialidade, chegar ao posto de major-brigadeiro. Os que ingressam na modalidade “oficial temporário” (outras formações, que variam de acordo com as

necessidades da FAB) podem permanecer até oito anos na Aeronáutica, quando são desligados, e têm como perspectiva na carreira a graduação de primeiro-tenente.

Percebe-se, assim, que as instituições de ensino voltadas a preparar os quadros mais qualificados da Aeronáutica estão bastante concentradas em dois estados da federação: São Paulo (AFA, Eear e ITA) e Minas Gerais (Epcar e Ciaar). A Epcar, como já vimos anteriormente, é a principal porta de entrada do jovem para a AFA. Já a Unifa, destinada a formar oficiais superiores e de nível de generalato, está localizada no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro. O curso da AFA traz como perspectiva máxima a patente de capitão. Para ir além, é preciso fazer cursos que estão sediados na Unifa, instituição que oferece pós-graduação e cursos de extensão em ciências aeroespaciais e em outras áreas de interesse da Aeronáutica. A Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (Ecemar) está sediada na Unifa.

O plano de carreira e os sistemas de promoção existentes na FAB, como pudemos constatar até agora, são claros. Em algumas situações, o militar é promovido após completar um determinado número de anos na mesma patente (o fator fundamental, aqui, é o tempo). Em outras, terá de participar de cursos e ser aprovado em provas, caso, por exemplo, do sargento que almeja chegar à condição de oficial inferior, tenente ou capitão, ou de capitão que deseja alcançar as posições de major, tenente-coronel e coronel (nestas situações, vale o mérito).

Para alcançar as posições de generalato, no entanto, é necessário ser contemplado com uma nomeação. Neste processo, há critérios objetivos e subjetivos. Serão consideradas as distinções acumuladas pelo militar durante a carreira (medalhas e condecorações de mérito, bravura, estudo, bons serviços militares), o desempenho em cargos de chefia e liderança, o perfil comportamental esperado naquele momento para o futuro brigadeiro e, não menos importante, as relações sociais construídas por ele até

então na FAB. Em suma, é preciso ter currículo, competências técnicas, gerenciais, comportamentais e, por fim, aliados.

Na fila para o generalato, assim como em vários outros momentos da carreira militar, os mais antigos têm precedência sobre os mais modernos. Porém, se as características técnicas, gerenciais e comportamentais mais valorizadas pela FAB no momento da nomeação estão mais claramente presentes em um coronel mais moderno, a Aeronáutica “coloca o pijama” nos coronéis mais antigos, para que o mais novo possa ser escolhido como brigadeiro. “Colocar o pijama”, na gíria da caserna, significa ir para a reserva e, depois, ser reformado. Aposentar-se, no universo civil.

Há, entre os oficiais de nível de generalato da FAB, uma notável prevalência de militares integrantes da arma Aviação, a razão fim da Aeronáutica. São pouco numerosos os oficiais da Intendência que chegam a brigadeiro. Os infantessó começaram a chegar ao posto de generalato em 2007.

A exemplo do que havia observado ao assistir à cerimônia da substituição do espadim pela espada, na AFA, há no Pama-SP muitos militares originários do Rio de Janeiro. O sargento Fernando, ele mesmo nascido no Rio, especulou sobre algumas razões para que haja, de fato, um grande número de nascidos naquele Estado nas FFAA (este não é um fenômeno presente apenas na FAB). O Rio foi capital da República e, mesmo depois de perder o posto para Brasília, em 1960, continua a abrigar muitas instituições e repartições públicas, além de estatais como a Petrobras. A carreira no serviço público, em autarquias ou em estatais sempre foi mais atraente no Rio de Janeiro, por exemplo, do que em São Paulo, reino por excelência da iniciativa privada, que costuma oferecer mais e melhores oportunidades de trabalho. Ainda por ter sido capital, mas também por estar próximo à costa, em posição estratégica para garantir a defesa e a soberania nacional, o Rio é o Estado que mais concentra quartéis das três

FFAA no Brasil. Há bairros como a Tijuca e o Realengo, por exemplo, que reúnem uma quantidade expressiva de militares entre os seus moradores. A Aeronáutica vem tomando algumas iniciativas nos últimos anos para distribuir a sua presença pelo território nacional e diversificar mais a origem de seus integrantes. O Pama dos Afonsos, no Rio de Janeiro, e o de Recife serão fechados e substituídos por unidades nas regiões Norte e Centro-Oeste do país.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS

4.1 A pesquisa de campo

Como explicado anteriormente, este estudo está estruturado em entrevistas, observações de campo, análise de documentos e revisão bibliográfica. Até março de 2014, mês em que encerrei as pesquisas de campo, 22 pessoas foram formalmente entrevistadas para esta pesquisa e duas, informalmente. Os nomes de todos os entrevistados, nos dois universos, foram substituídos por codinomes para preservar o anonimato e a privacidade das pessoas.

No campo da AFA/FAB, foram formalmente entrevistados um major⁵¹, um tenente, um segundo-sargento e oito cadetes (na arma⁵² Aviação, foram ouvidos três cadetes do segundo esquadrão, duas cadetes do segundo esquadrão e uma cadete do quarto esquadrão; na arma Infantaria, foram ouvidos dois cadetes do terceiro esquadrão), totalizando 11 pessoas. No caso dos cadetes, o objetivo era ouvir alunos do segundo esquadrão em diante, que já tivessem passado pelo estressante processo de adaptação do primeiro esquadrão, ou seja, já tivessem incorporado mais solidamente o espírito militar. Também conversei longamente, mas de maneira informal, em minhas visitas à AFA para a condução da pesquisa de campo, com um coronel e um tenente-coronel, ambos aviadores, quando estavam na ativa, e agora intendentess, depois de

⁵¹ Mantive, neste trabalho, as graduações e posições que os militares ocupavam no momento em que os entrevistei, em 2013. Mesmo sabendo que suas carreiras se desenvolveram, posteriormente. Por exemplo: a cadete Cleonir, que no instante da entrevista cursava o quarto esquadrão, na AFA, formou-se e, em maio de 2014, já era segundo-tenente. Nesta dissertação, continuo tratando-a como cadete do quarto esquadrão, porque essa era a sua posição no dia em que conversamos.

⁵² “Arma”, se fôssemos transportar para o universo das empresas privadas e públicas civis, significaria setor, área, departamento. A FAB é formada por três armas: Aviação, área fim da Aeronáutica, Intendência, área administrativa responsável pela logística, compras de suprimentos, etc., e a Infantaria. No Exército, por exemplo, as armas são as seguintes: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Intendência, Comunicações e Materiais Bélicos (CASTRO, 2004).

reformados⁵³. As conversas foram tão frutíferas que as considero praticamente como entrevistas. O segundo-sargento foi entrevistado em fevereiro de 2013, no Pama-SP, localizado no Campo de Marte, zona norte da capital paulista. Todos os demais militares foram ouvidos em abril de 2013, na AFA, localizada na cidade de Pirassununga, a 220 km da capital paulista.

No campo da JPL/PPL, foram formalmente entrevistados 11 militantes, quatro da chamada velha guarda do MR8, todos na faixa dos 57 aos 61 anos de idade, e sete integrantes da JPL, na faixa dos 21 aos 29 anos de idade. As seis primeiras entrevistas foram realizadas em março de 2013, sendo cinco delas na redação do jornal Hora do Povo e uma na residência do entrevistado, localizada a poucos metros da redação, no bairro do Cambuci, região central da capital paulista. As outras cinco entrevistas foram realizadas em fevereiro e março de 2014, três delas na sede da Umes, em São Paulo, localizada no bairro da Bela Vista, região central da cidade, uma na sede da JPL, localizada praticamente em frente da Umes (é o olho do dono que engorda o boi, diz o provérbio), e uma no escritório de trabalho de um militante, no bairro da Aclimação, zona sul da capital paulista.

Minhas observações de campo, ao estudar JPL/PPL, foram realizadas em quatro visitas ao jornal Hora do Povo, todas em março de 2013, e em visitas realizadas às sedes da JPL e da Umes, um ano depois. Utilizei, também, para a construção desse campo, minhas memórias durante os quatro anos em que trabalhei como jornalista no HP, publicação que amplifica as posições políticas do partido, embora seus militantes enfatizem não se tratar de órgão oficial da sigla. No campo da AFA/FAB, as visitas ocorreram em oito dias diferentes (6/12/2012, 28/1/2013, 5/2/2013, 26/3/2013,

⁵³ Como a FAB tem dificuldades para preencher todas as vagas administrativas para que consiga operar adequadamente, volta e meia recorre a oficiais reformados ou da reserva para que continuem prestando serviços na Intendência, especialmente. Na Divisão de Ensino, por exemplo, há vários oficiais nesta situação, como, por exemplo, o coronel que chefiava a divisão no período de realização da pesquisa.

15/4/2013 e no período de 22 a 24/4/2013, ocasião em que fiquei hospedado em Pirassununga, a poucos minutos da AFA, e passava o dia inteiro na instituição, das 8h30 às 17 horas).

Os roteiros utilizados para as entrevistas com os militantes e militares tinham aproximadamente 40 perguntas. Estimulavam o entrevistado a recuperar a sua história de vida, desde o nascimento até os momentos atuais. Infância, formação religiosa, escolarização, aproximação com a militância/militarismo, processo de formação na instituição a que o entrevistado estava ligado, sacrifícios impostos pelo estilo de vida escolhido, visões de mundo, valores apreciados, projetos para o futuro e por aí fora. Perguntavam, também, sobre a escolarização e ocupação dos pais, avós e irmãos (a íntegra dos roteiros pode ser analisada nos anexos deste trabalho). As perguntas eram respondidas com longas descrições, na maioria dos casos. Houve entrevistas, por exemplo, que duraram duas horas.

As duas tabelas a seguir sistematizam os entrevistados nos dois campos, que posições ocupam na FAB ou no PPL, quais os codinomes usados neste trabalho e os locais e datas nos quais as entrevistas foram realizadas:

Quadro 2 – Entrevistados no campo dos militantes

PPL/JPL			
O que é	Codinome	Local da entrevista	Mês e ano da entrevista
Militante (veterano)	Paulo	Hora do Povo	Março de 2013
Militante (veterano)	Cícero	Hora do Povo	Março de 2013
Militante (veterano)	Reinaldo	Sua residência	Março de 2013
Militante (veterano)	Acácio	Escritório do entrevistado	Fevereiro de 2014
Militante (jovem)	Adriana	Hora do Povo	Março de 2013
Militante (jovem)	Renata	Hora do Povo	Março de 2013
Militante (jovem)	Mateus	Hora do Povo	Março de 2013
Militante (jovem)	Lucas	JPL	Março de 2014
Militante (jovem)	Marcela	Umes	Março de 2014
Militante (jovem)	Tereza	Umes	Março de 2014
Militante (jovem)	Helena	Umes	Março de 2014

Quadro 3 – Entrevistados no campo dos militares

AFA/FAB			
O que é	Codinome	Local da entrevista	Mês e ano da entrevista
Coronel*	Cléber*	AFA	Abril de 2013
Tenente-coronel*	Menezes*	AFA	Abril de 2013
Major	Hélio	AFA	Abril de 2013
Tenente	Carvalho	AFA	Abril de 2013
Sargento	Fernando	Pama-SP	Fevereiro de 2013
Cadete	Prudente	AFA	Abril de 2013
Cadete	Cleonir	AFA	Abril de 2013
Cadete	Nader	AFA	Abril de 2013
Cadete	Luciana	AFA	Abril de 2013
Cadete	Natália	AFA	Abril de 2013
Cadete	Galvão	AFA	Abril de 2013
Cadete	Fábio	AFA	Abril de 2013
Cadete	Oliveira	AFA	Abril de 2013

* Conforme mencionado, não entrevistei formalmente o coronel Cléber e o tenente-coronel Menezes. Mas nossas longas conversas na AFA proporcionaram-me tão ricos subsídios que mereceram, neste trabalho, o status de entrevistas.

4.2 Diferenças e falsas semelhanças

Embora as descrições e as longas falas sejam o cerne deste trabalho, com o objetivo de facilitar a primeira interpretação dos dados e a visualização de algumas informações, criei uma detalhada tabela formada apenas com as perguntas do roteiro usado nas entrevistas, para as quais eu poderia atribuir “Sim” ou “Não” como respostas, a partir dos depoimentos dos militantes e militares ouvidos. Minhas 40 perguntas foram, então, reduzidas a 29, para a montagem da tabela, mas várias delas não continham nenhuma informação relevante que pudesse dar pistas sobre as características dos dois campos (suas configurações) ou sobre os processos de socialização neles realizados.

Nesta dissertação, compartilho uma versão ainda mais compacta da tabela, apenas com as questões que nos ajudam a enxergar alguns pontos interessantes na história de vida dos entrevistados⁵⁴. Para também facilitar a interpretação inicial dos dados, dividi as pessoas ouvidas em quatro grupos: militantes veteranos e militantes novatos, no campo da JPL/PPL, e oficiais/suboficial e cadetes, no campo da AFA/FAB. Neste exercício preliminar, sempre que, a cada pergunta feita, pudesse ser atribuída a resposta “Sim” a mais de 50% dos entrevistados de cada grupo, o “Sim” fora estendido ao grupo todo. Vejamos, na próxima página, o quadro construído:

⁵⁴ Sem a compactação, a tabela havia ficado com 32 linhas e 23 colunas; inviável, inclusive, para ser anexada a este trabalho.

Quadro 4 – Consolidação de dados com base nas entrevistas

	JPL/PPL		AFA/FAB	
	Militantes na faixa dos 57 aos 61 anos	Militantes na faixa dos 21 aos 29 anos	Oficiais e suboficial	Cadetes
Vem de ambiente urbano?	Sim	Sim	Sim	Sim
Pelo menos um dos avós cursou universidade?	Não	Não	Não	Sim
Pai cursou universidade?	Não	Sim	Não	Sim
Mãe cursou universidade?	Não	Não	Não	Sim
Educação básica foi feita em escola pública?	Sim	Sim	Sim	Sim
Cursa ou cursou universidade?	Sim	Sim	Sim	Sim
Universidade pública?	Sim	Não	Sim	Sim
É religioso praticante?	Não	Não	Não	Sim
Cogitou aderir a uma outra organização política ou militar?	Sim	Não	Não	Sim
Mudou ou já sabe que mudará de cidade por causa da militância ou militarismo?	Sim	Não	Sim	Sim
Tem militares ou militantes mais velhos na família?	Sim	Sim	Sim	Sim
Tem militares ou militantes mais novos na família?	Sim	Sim	Sim	Não
Ingresso na militância/militarismo foi motivo de orgulho?	Sim	Sim	Sim	Sim
Passou por formação para se tornar militante/militar?	Sim	Sim	Sim	Sim
Militância e militarismo exigem sacrifícios?	Sim	Sim	Sim	Sim
Mais sacrifícios que outras escolhas?	Não	Não	Não	Não
Relações pessoais, mesmo nas horas livres, são principalmente com militantes/militares?	Sim	Sim	Sim	Sim
Despertou em outras pessoas interesse por engajamento na militância/militarismo?	Sim	Sim	Sim	Sim

Divido, a partir de agora, a interpretação do quadro anterior em alguns temas, que nos ajudam a entender melhor as características e configurações dos dois campos. Por meio desta análise, observaremos, também, diferenças e falsas semelhanças. Posteriormente, destacarei as convergências.

4.2.1 As diferentes relações com a cidade

Embora, aparentemente, a origem urbana ou rural dos entrevistados não nos informe nada significativo, quando analisamos o quadro 4, é no cruzamento dessas informações com as falas detalhadas das entrevistas que alguns pontos interessantes surgem. No campo dos militares, surge com muita força a Epcar como objeto de desejo dos mineiros, em idade escolar, de Barbacena e região. E, no campo dos militantes, o movimento migratório do interior para a “cidade grande” ajuda a compreender a visão revolucionária do então MR8, predecessor do PPL.

Dos 22 entrevistados, nos dois campos, apenas Cleonir, então cadete-aviadora do quarto ano, era originária do ambiente rural, mais precisamente da cidade catarinense de Pomerode. E Acácio, veterano militante do PPL, embora tenha nascido na cidade do Porto, afirmou que o ambiente rural teve uma importância maior na sua formação, já que passava as férias e feriados na casa dos avós, no campo, e chegara a estudar em uma aldeia.

“Eu nasci na cidade do Porto. É um ambiente urbano, mas é um ambiente urbano com muita proximidade do ambiente rural. Em Portugal, naquela época (*Acácio nasceu em 1957*), as cidades ainda eram assim. Muitas pessoas que moravam na cidade trabalhavam como operários e tinham origem no ambiente rural. Moravam na periferia e tinham em casa a sua pequenina agricultura. Era muito comum, principalmente no Porto. Ou, como no meu caso, a família tinha origem rural e era lá que passávamos as férias, etc. Eu, particularmente, e os meus irmãos, assim como os meus primos, como a gente ia muito (*para o interior*), tinha uma referência muito grande na aldeia. Meu avô, pai da minha mãe, era natural de lá, então chegamos a morar lá um tempo, a frequentar a escola, inclusive, na aldeia. Então, apesar de ter nascido na cidade, eu diria que o ambiente rural tem uma influência maior, na minha formação, do que o ambiente urbano. Minha formação inicial, é claro. Depois, eu levei a vida em cidade. Porto, Coimbra e, posteriormente, em São Paulo.” (militante Acácio)

Os demais entrevistados, mesmo os que não nasceram em capitais, sempre viveram em ambientes urbanos. Dos interioranos da AFA/FAB, os nascidos em Barbacena ou adjacências tiveram como decorrência natural da evolução nos estudos prestar concurso para a Epcar, fosse para seguir carreira militar ou para cursar um ensino médio “forte” e, assim, disputar o vestibular com melhores chances competitivas. É absolutamente notável o prestígio da Epcar entre os moradores de Barbacena e cidades vizinhas, o que torna o sotaque dos oriundos de Minas Gerais um dos mais presentes na AFA, como pude constatar nas observações de campo.

Natural de Barbacena, o cadete-aviador Fábio fez Epcar, prestou AFA e engenharia aeroespacial na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi aprovado nos dois vestibulares e largou a AFA na adaptação para cursar engenharia. Insatisfeito, quando estava no quinto semestre desistiu do curso e prestou novamente o concurso para a AFA. Foi aprovado e, no momento da entrevista, estava no segundo ano. O sonho de também se tornar engenheiro não foi abandonado. Depois de se formar na academia, pretende cursar engenharia da produção, como fez o irmão, também na UFMG. Segundo Fábio, prestar concurso para a Epcar é o caminho natural para quem vive em Barbacena:

“Lá em Barbacena, pelo fato de a Epcar ser lá, quando chega na oitava série, quase todo mundo vai fazer cursinho pra tentar a Epcar. Mesmo que não vá levar a sério, que não queira seguir a carreira militar, é normal. Pelo menos no meu colégio, muita gente entrava no cursinho pra fazer Epcar. As aulas do cursinho eram todos os dias da semana, 1h30 por dia, com aulas de matemática e português. Na sétima série, o pessoal já começou a fazer. Aí eu comecei a achar que eles estavam sabendo mais que eu. Pensei: ‘Pô, acho que eu vou fazer esse cursinho, também’. Na oitava série, eu entrei e fiz o cursinho. Entrei na Epcar sem nem saber muito bem o que era. Fui conhecer lá dentro, mesmo. É muito normal lá em Barbacena o pessoal, quando chega na oitava série, entrar no cursinho para a Epcar. Isso porque a Epcar é um colégio muito bom, tem história, é da Aeronáutica. E a Epcar fica em um prédio bem bonito, do centro da cidade dá pra ver. O pessoal sabe que a educação é diferenciada lá, os alunos são diferentes, mais responsáveis [...]. [...] Quando eu entrei na Epcar, não imaginava que seguiria a carreira militar, meu objetivo era só ter um bom ensino médio, mesmo, pra fazer o vestibular, depois. Foi o que eu fiz, na verdade. Eu fiquei o terceiro ano inteiro (na

Epcar) na dúvida, se eu vinha pra AFA ou não. Como o resultado para o vestibular só iria sair depois, falei: ‘Vou fazer, então; lá na AFA eu resolvo’. Só que o resultado da UFMG saiu na véspera de eu me apresentar aqui na AFA. Mesmo assim, eu vim para a adaptação e ela é bem puxada. Aí eu pensei: ‘Pô, eu estou me fodendo pra caramba aqui, tenho uma coisa garantida lá fora, uma coisa boa, né?’. Tinha passado em engenharia aeroespacial na UFMG. Falei: ‘Acho que eu vou embora, vou seguir meu plano inicial, que era fazer a Epcar pra tentar um bom vestibular.’”

O cadete Prudente, também nascido em Barbacena, foi outro que comentou sobre a projeção da Epcar em sua região:

“Tudo gira em torno da Epcar lá em Barbacena. Aí meu pai deu a ideia de me botar no cursinho pra eu fazer. Eu gostei da ideia também de, naquela época, receber pra estudar, essa ideia era bem legal. Aí eu fiz dois anos de cursinho, na primeira vez eu fui o limite de idade mais baixo, eu tinha 13 anos, aí eu não passei, e da segunda eu passei, entrei na Epcar com 15 anos.”

No campo da JPL/PPL, apenas uma pessoa das 11 ouvidas não nasceu em capital de Estado. E na fala do único militante que nasceu no interior, em 1952, o pernambucano Cícero, originário de Caruaru, uma das maiores cidades de Pernambuco, apareceu um discurso que ao menos antigamente era comum na esquerda, o de que as lutas políticas, de forma geral, e as revolucionárias, em particular, sempre terão como palco os lugares em que o capitalismo é mais avançado, ou seja, os grandes centros urbanos industrializados. Mais capitalismo, mais fábricas, mais exploração de mais-valia, mais sindicalização e escolarização, mais consciência política, mais combatividade e, num determinado momento, quando as condições objetivas forem possíveis, revolução. Eis a sequência lógica dos eventos. Para que seja cumprida à risca, é nos centros urbanos que os partidos revolucionários obrigatoriamente têm de estar. Talvez por isso o antigo MR8, atual PPL, tenha feito sempre poucos esforços para participar mais ativamente dos chamados movimentos camponeses e tenha concentrado mais fortemente a sua ação em movimentos estudantis, sindicais (especialmente os ligados à indústria) e de emancipação da mulher. Um ativismo, portanto, mais urbano, mais concentrado nas grandes cidades. A trajetória de Cícero deu-se em capitais

nordestinas, até que se mudou para São Paulo, definitivamente, no início dos anos de 1990, algo que pretendia há anos, mas esbarrava na autorização do partido, que, em um primeiro momento, em função de razões políticas locais, resistia em lhe dar uma transferência para a redação do Hora do Povo. A necessidade de mudança para a metrópole fica evidente no depoimento a seguir:

“No primeiro colégio público⁵⁵ em que eu fui estudar, tinha um professor que tinha uma ligação com um partido clandestino, que era o Partido Comunista Revolucionário (PCR), um partido que se formou, acho que em 1966, por aí, como dissidência do PC do B. Manteve praticamente o mesmo programa do PC do B, a questão era mais regional. A direção nacional não dava apoio ao PC do B do Nordeste. Então, eles formularam uma visão política de que o Nordeste era a área principal onde os revolucionários deveriam atuar. A partir dali que as coisas aconteceriam. Formularam uma carta de 12 pontos e foi um partido que chegou, mesmo na clandestinidade, a ter uma influência grande no movimento estudantil do Nordeste. Consegui ter membros de diretoria na UNE, por exemplo. Esse professor, que era de ciências, eu já tinha um pouco de consciência, ele deve ter percebido e se aproximou de mim, começou a conversar... Naquela época era muito difícil alguém convidar você pra fazer parte de um movimento, porque você poderia ser alguém que tinha alguma ligação com o regime... poderia rodar. Mas ele fez esse convite e eu terminei entrando para o partido [...]. [...] *(Com o tempo)* Foi crescendo a percepção, especialmente do pessoal que era do movimento universitário, de que a visão do PCR estava errada. Começamos a ler uns textos de Lenin, textos da juventude de Lenin, que diziam: ‘O nosso trabalho deve se centrar onde tem mais classe operária’. No caso deles, que queriam fazer uma revolução socialista, onde você tem mais fábricas, mais classe operária... que os revolucionários deveriam atuar. Aí a gente começou a tomar conhecimento disso. O Brasil já é capitalista. Você vai pro lugar mais atrasado, do ponto de vista capitalista, onde tem menos classe operária e diz que aqui é que deve ser o principal foco de atuação? Isso não está certo. Começamos a questionar e fomos nos aproximando do MR8, que começou a crescer, no movimento estudantil, e aí quase 100% das pessoas vieram pro MR8, concordaram com essa unificação.”

Embora a origem dos entrevistados dos dois campos seja a mesma, urbana, surgem questões interessantes quando destrinchamos mais as suas falas e analisamos as

⁵⁵ Por causa do bairro pobre e periférico em que moravam, Cícero e outros colegas eram, em algumas oportunidades, menosprezados por estudantes de classe média na escola pública em que estudavam. “*Eu tinha muita angústia, eu morava num bairro pobre, o colégio em que eu estudava tinha muita classe média, muitos dos caras ficavam de sacanagem dizendo que... Na época, o pessoal chamava empregada doméstica de ‘peniqueira’, um negócio bem pejorativo. E aí os caras falavam que iam lá pegar (sexualmente) as ‘peniqueiras’. E aquilo tudo me mostrava: ‘Pô, como é que o mundo é assim? Você está num colégio, parece que está todo mundo ali com o mesmo objetivo, mas tinham uns caras que tratavam o lugar que eu vivia de uma maneira...’ Alguém quando queria xingar pra valer o outro dizia assim: ‘Filho de peniqueira com guarda-noturno!’ Quando isso acontecia, você obrigatoriamente tinha que sair na porrada. Alguma providência tinha que tomar (risos).*” O termo “peniqueira” é uma espécie de faxineira, de diarista, mas que está tão fragilizada do ponto de vista socioeconômico que é obrigada a se sujeitar a lavar os penicos dos patrões. Em algumas regiões do Nordeste, “peniqueira” também é um termo pejorativo para designar prostituta, “criada de quarto”.

suas percepções no que diz respeito às relações com a cidade. É notável a centralidade da Epcar, no campo militar, especialmente para os mineiros de Barbacena e cercanias, seja para tentar ingressar posteriormente na AFA ou para, simplesmente, cursar um ensino médio forte, que aumente as chances de sucesso no vestibular. Neste campo, a estratégia é permanecer no interior para realizar a formação escolar (primeiramente, em Barbacena; depois, para os que ingressarem na AFA, em Pirassununga). É evidente, também, a necessidade revolucionária de o militante estar em grandes cidades, onde o capitalismo e a conscientização política são mais avançados. Neste segundo campo, torna-se vital a mudança para a metrópole.

4.2.2 Escolarização dos entrevistados e dos antepassados

Apenas um dos 22 entrevistados, considerando os dois campos, não teve escolarização contínua. A interrupção fez parte de uma estratégia familiar. Quando concluiu o ensino fundamental II, o cadete-aviador Oliveira, em uma decisão conjunta com o pai, que é coronel-infante da FAB, saiu da escola para fazer por um ano cursinho preparatório para a Epcar. Não passou na primeira vez, foi matriculado então no primeiro ano do ensino médio do Colégio Militar, em Canoas (RS), já que seu pai foi transferido para Porto Alegre, e, finalmente, passou no exame da Epcar no ano seguinte. Na Epcar, teve de recomeçar o ensino médio do primeiro ano. Oliveira é de uma família de militares. Além do pai, coronel-infante da FAB, seu avô paterno é sargento aposentado do Exército, seu avô materno é tenente aposentado do Exército e seu irmão, desligado em voo no segundo ano da AFA, tentaria o concurso novamente, no ano seguinte, para a Infantaria.

Embora haja uma predominância, tanto entre os militares como entre os militantes, de trajetórias em escolas públicas na educação básica, há diferenças

substantivas nos dois grupos. Entre os militantes das “velha” e “jovem” guardas, os estudos se deram principalmente na escola pública convencional. Dois militantes ouvidos da “velha guarda” desfrutaram da escola pública de qualidade, nos anos de 1960, e ingressaram em universidades públicas. Coursaram medicina, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os outros dois militantes da “velha guarda” fizeram parte da educação básica em instituições privadas, mas a maior parte da escolarização também se deu na rede pública. O pernambucano Cícero estudou um período em escola confessional, com direito à bolsa parcial, em decorrência de algumas relações construídas pelo pai, católico fervoroso. No ensino superior, formou-se em veterinária pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E o militante Acácio, que durante alguns anos estudou em liceu e colégio interno privados, na cidade da Guarda, em Portugal, cursou direito na Universidade de Coimbra, mas sem concluir a graduação.

Os sete entrevistados da “jovem guarda” estudaram em maior número e na maior parte do tempo na rede pública, porém já em estado avançado de sucateamento, nos anos de 1990. No ensino superior, um deles estudava em universidade pública, a USP, uma estava prestando vestibular e os demais cursavam instituições privadas (três formaram-se ou ainda estudavam na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, uma estudava no Centro Universitário Belas Artes e outra na Universidade São Judas). No entanto, o aluno da USP, que cursava ciências sociais, percorreu a maior parte da educação básica em instituições privadas. Duas militantes que se formaram na PUC, uma em letras e outra em história, cursaram o ensino médio em escolas privadas. O militante que ainda cursava PUC-SP (economia), a que estava na Belas Artes (relações internacionais), a que estudava na São Judas (letras) e a que prestava vestibular (medicina) fizeram toda a educação básica na rede pública convencional.

No campo militar, apenas dois dos 11 entrevistados estudaram na escola pública convencional, sendo que um deles estudou no Colégio Pedro II, no Rio, na década de 1980, célebre por ser (ou ter sido) uma escola pública de qualidade. Outros quatro integrantes do campo militar cursaram Epcar ou Colégio Militar, instituições públicas e gratuitas, mas de caráter específico. E os cinco restantes estudaram em escolas privadas, sendo que dois deles em escolas religiosas, uma católica e outra luterana. No ensino superior, 10 deles cursaram ou estavam cursando a AFA, instituição pública, e aquele que estudou no Pedro II trocou o quinto período do curso de física na UFRJ por um curso de técnico em eletrônica na EEAR, em Guaratinguetá, que forma os sargentos da Aeronáutica.

É notável, no entanto, a alta escolarização dos entrevistados, nos dois campos. Entre os 22 ouvidos, 19 eram graduados ou estavam cursando ensino superior. Um deles abandonou a faculdade para fazer curso técnico (sargento Fernando). A militante Adriana prestaria vestibular para medicina no final de 2013, via Enem. E o militante Acácio abandonou os cursos de direito, em Coimbra, e depois, já em São Paulo, publicidade e propaganda, na Unip. Ao se tornarem militantes/militares, passaram, também, por formação específica para o exercício de suas funções.

Com relação à escolarização dos avós, ela era muito baixa no caso dos militantes, independentemente da geração. No caso dos militares, era mais alta. Pelo menos um dos avós de cinco dos 11 entrevistados fez curso superior. A escolarização era maior no caso dos avós dos cadetes: pelo menos um dos avós de quatro dos nove cadetes ouvidos tinha diploma universitário. Uma hipótese: como os cadetes ouvidos tinham de 19 a 22 anos, seus avós provavelmente não eram tão idosos assim e pertenciam a uma geração da classe média que já pôde desfrutar do ensino superior.

Quando analisamos, no campo militar, a escolarização dos pais dos entrevistados, seis mães e seis pais das 11 pessoas ouvidas tinham diploma universitário. No caso de cinco dos 11 militares ouvidos, tanto o pai como a mãe tinham ensino superior.

No campo da JPL/PPL, três mães e quatro pais, entre os 11 militantes ouvidos, tinham escolarização superior, mas apenas as jovens militantes Renata e Marcela tinham pai e mãe com diplomas universitários. No caso de Renata, o pai era médico e a mãe, jornalista. O pai de Marcela, já falecido, era formado em administração de empresas e sua mãe, graduada em ciências contábeis. A jovem militante Adriana tinha pai engenheiro. Por fim, o pai de Helena era médico e a mãe do veterano militante Acácio, psicóloga.

Apesar de a escolarização ser alta nos dois campos, a relação capital cultural x nível de escolarização parece ser distinta. Pelo que pude perceber nas entrevistas com os militares, com exceção do pai de um major, que era médico, professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e político profissional (era vice-prefeito de Botucatu, pelo PC do B⁵⁶), a alta escolarização dos pais com ensino superior, a exemplo do que é comum no Brasil e parece ser bem diferente dos relatos de Bourdieu em “A distinção” (2006), não tinha relação necessariamente direta com erudição, ilustração, acesso à alta cultura. O ponto a que quero chegar é o seguinte: embora todos os 22 entrevistados tivessem alta escolarização (em instituições de prestígio, diga-se de passagem), embora boa parte dos pais e uma parte menor dos avós dos militares também fossem diplomados, o grupo que me pareceu com maior capital cultural era o formado pelos antigos militantes do PPL (os novos seguiam na construção do mesmo percurso). Em suas falas, pareciam ser mais intelectualizados, conheciam mais sobre

⁵⁶ Numa coligação curiosíssima, que colocou no mesmo palanque, além do PC do B, o PSDB e o DEM, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral -SP (2012).

cinema, arte, história e política, principalmente. O sociólogo Simon Schwartzman, em entrevista ao Cpdoc, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), afirma que o brasileiro, talvez influenciado pela sociedade norte-americana, é anti-intelectual, é “obreiro”. Aqui, as pessoas valorizam mais o engenheiro, o médico, o dentista, o administrador, o empresário e o executivo, por exemplo, do que o filósofo, o sociólogo, o crítico literário, o cineasta. A ação sempre é mais valorizada que o pensamento. Especulando um pouco mais sobre as reflexões de Schwartzman, diria que, embora algumas carreiras exijam uma formação técnica altamente especializada e sofisticada, nos horários de descanso, não seria inverossímil imaginar que tanto o neurocientista de reputação internacional quanto o boia-fria mais marginalizado da sociedade sentem-se à frente da tevê para assistir às vilanias da novela das 21h, o paredão do Big Brother Brasil, o *blockbuster hollywoodiano*, o especial de final de ano do Roberto Carlos, as videocassetadas. A indústria cultural acaba nivelando implacavelmente a todos (ou a maior parte). No campo militar, parece-me que estamos falando disso, de pessoas altamente escolarizadas, com formações técnicas bastante sofisticadas, mas não necessariamente eruditas do ponto de vista cultural. Entre os velhos militantes do PPL, ao contrário, havia a combinação da alta escolarização com a sofisticação cultural. Mais um ponto que parece aproximar os dois campos, mas, na verdade, distancia-os.

4.2.3 Religião

Ao contrário dos partidos de esquerda influenciados pela Teologia da Libertação, pelas pastorais e Comunidades Eclesiais de Base, como particularmente acontece com o PT, por exemplo, o PPL é um partido totalmente distante dos chamados movimentos católicos progressistas. Parece prevalecer entre os seus militantes a lógica de que se está ligado à religião, nunca é progressista o suficiente. Dos 11 entrevistados,

nenhum deles seguia ou praticava alguma religião. E apenas três de todos os militantes ouvidos tinham pelo menos um dos pais praticante de alguma religião: católica em dois casos e espírita no terceiro.

Paulo, um dos militantes da “velha guarda”, revelou que, quando era criança, quis fazer catecismo e primeira comunhão, mas suas práticas religiosas pararam por aí. Isso aconteceu durante um breve período em que viveu em Araraquara, por causa da profissão do pai. Segundo ele, não se tratava de influências familiares, porque seus pais, tios e avô materno eram comunistas, integrantes do Partidão, todos ateus.

Somente na fala de um dos militantes, Cícero, a questão da religião apareceu de forma mais intensa. Apesar de ateu, seus pais eram católicos fervorosos – o pai participava da Associação dos Vicentinos e conseguiu, inclusive, por meio dos contatos com os padres, a bolsa parcial para que seu filho estudasse no Colégio Diocesano. A sua aproximação com a militância também aconteceu a partir do convite feito por um padre. Além disso, antes de aderir ao MR8, passou pelo PCR, movimento que tinha fortes ligações com os chamados setores progressistas da igreja católica:

“Quando teve o golpe militar, em 1964, eu tinha 12 anos, então eu me lembro que uma parte dos vizinhos ficou meio consternada. O meu pai era mais conservador, porque tinha aquela coisa do comunismo. Quando um candidato era mais progressista, era tachado de comunista. Aí, uma pessoa religiosa e pouco informada, você diz que o cara é comunista, cria uma barreira logo (*risos*). Não me lembro de meu pai ter apoiado e tal (*o golpe*), mas também não ficou contra, acho que ficou meio dividido, mesmo. Em 1968, quatro anos depois, aí eu já tinha 15 para 16 anos e teve uma coisa que eu considero uma mudança na minha percepção do mundo. Os padres lá me convidaram... Havia uns padres mais novos, progressistas, teve um desses até que depois deixou de ser padre, casou... E eles tinham uma participação política, de oposição, mas tudo sem ser muito visível. Eles eram padres do meu bairro. Tinha a igreja no meu bairro e um dia, eu vinha voltando do colégio, um dos padres me chamou: ‘Tem um trabalho que nós estamos fazendo, voluntário, de educação de adultos’. Era um grupo escolar em que, à noite, eles reuniam pessoas pra alfabetizar... me convidaram e comecei a participar. O grupo de voluntários que participava já tinha uma cabeça de oposição. E tinha aquele movimento estudantil, em 1968 estava com muita visibilidade e tal. Aí eu comecei: ‘Como e por que esse movimento e tal?’. Isso me permitiu fazer a ligação com o que estava acontecendo no Brasil, essas manifestações de estudantes. Comecei a ter uma consciência, como que era o governo, quais eram os problemas. Começou o meu processo de conscientização social.”

Mais adiante, na entrevista, a religião voltou a aparecer na fala de Cícero de forma intensa – e cômica, em função de um mal-entendido provocado por uma tia:

“Foi complicado (*o período de militância durante a ditadura*). Teve um momento em que eu, já morando em Recife, eu não cheguei a ser preso, mas fui indiciado num processo e tal. E isso saía na imprensa. Na verdade, eu nunca falei pra meus pais, por uma questão de poupá-los, que eu era comunista, materialista. Até uns 15 anos eu ia pra igreja com meu pai, aí depois eu disse: ‘Ó, dá um tempo, eu só volto pra igreja se descobrir uma razão’. Eu comecei a ler livros de marxismo, de filosofia, tinha um senhor que era do PC, era alfaiate, a família dele era evangélica, ele foi o primeiro que me emprestou um livro de política, um manualzinho, que até simplificava um pouco as coisas, mas foi o meu primeiro contato com a possibilidade de outra visão do mundo, do ponto de vista filosófico. Ele disse pra mim: ‘Ó, você vai perder a religião’. Mas eu falei: ‘Eu quero ler, mesmo assim’. Na verdade, meus pais sabiam que eu era de oposição, que eu fazia parte do movimento estudantil, que era uma coisa meio..., mas eles nunca se chocaram com isso. Com o que eles se chocariam eu procurei poupá-los, que era essa questão de ser comunista, de ter uma visão que iria realmente bater de frente com eles. Tanto que a minha mãe, quando começou aparecer esses problemas do risco de ser preso, ela foi lá diretamente falar com o bispo de Caruaru, pedir apoio. E aí chegou uma tia minha lá e entendeu tudo errado e disse: ‘Soube que o Cícero está com um problema porque matou um padre’. Foi uma loucura assim (*risos*). O PCR tinha um trabalho junto com a igreja. Eu era da ala laica, porque tinha um pessoal que tinha sido seminarista, etc., e fazia essa ponte diretamente com a igreja, com dom Helder e tal. Tem pais que batem de frente mesmo... Meu pai não era, assim, um conservador ativo. Era mais o tipo de preocupação: ‘Você pode se dar mal, é uma ditadura e tal’. E eu procurei fazer o que tinha de fazer sem ficar falando, porque isso só iria gerar preocupação. Aí, com 20, 22 anos, fui morar no Recife e não voltei mais pra morar com eles. Casei, conheci minha mulher em Recife.”

No campo militar, a religiosidade adquire importância: seis dos 11 entrevistados seguiam como praticantes alguma religião. Pelo menos um dos pais de nove dos 11 entrevistados também seguia alguma religião como praticante. Havia um amplo domínio do catolicismo, religião adotada por pelo menos um dos pais de sete dessas nove famílias de entrevistados – em cinco famílias, pai e mãe eram católicos; em duas situações, um dos pais era evangélico. Existiam, também, uma família espírita e outra luterana.

Apenas dois entrevistados, no meio militar, disseram que não seguiam nenhuma religião, assim como seus pais. Major Hélio, filho de pai marxista, materialista histórico, ateu (trata-se do professor universitário que era vice-prefeito de Botucatu, durante a realização desta pesquisa, pelo PC do B). Sua mãe, japonesa, no aspecto

religião era bem brasileira, segundo ele. Seguiu, sem muito fervor nem rigor, em suas palavras, “a religião que está dando certo”.

4.2.4 Adesão a outras organizações

Quando decidiram ingressar no ativismo político, apenas três dos 11 militantes da JPL/PPL entrevistados cogitaram aderir a outras organizações. Os demais desembarcaram diretamente e sem pestanejar no então MR8 (todos os entrevistados engrossaram a sigla antes da fundação do PPL). No campo da AFA/FAB, dez das 11 pessoas ouvidas tinham absoluta clareza de que queriam ser militares, mas cinco delas também prestaram concursos para outras instituições ligadas às FFAA, como Aman, por exemplo. Dos 11 militares, apenas três prestaram concurso para a AFA simultaneamente a vestibulares para universidades públicas civis, sendo aprovados tanto na AFA como nessas universidades. Dessas três pessoas, duas cadetes prontamente escolheram a AFA. Apenas o cadete Fábio mostrou hesitação e resolveu cursar engenharia aeroespacial na UFMG. Desistiu do curso e retornou à AFA, posteriormente (contarei esta trajetória no item “Apoio familiar”).

Voltando aos militantes, o pernambucano Cícero chegou a ingressar no Partido Comunista Revolucionário (PCR), na virada dos anos de 1960 para 1970, sigla que acabou sendo incorporada pelo MR8 no início dos anos de 1980 e tornou-se independente, novamente, na década de 1990. A militante Adriana frequentou algumas reuniões do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), mas preferiu se filiar ao então MR8. Na infância, como acontecia com toda criança que viveu sob o salazarismo, o veterano militante português Acácio foi obrigado a participar da Mocidade Portuguesa, embora sua família se opusesse ao regime – especialmente os pais e um dos tios, militante do Partido Comunista. As residências das famílias com

crianças não encaminhadas à Mocidade Portuguesa eram inescapavelmente visitadas pela temida Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide), a polícia política, famosa pelas práticas de torturas, assassinatos de oposicionistas e toda sorte de arbitrariedades. Na juventude, Acácio militou no Partido Comunista Português e quando chegou ao Brasil, em 1979, flertou e decepcionou-se com a Liberdade e Luta (Libelu), movimento trotskista com muita penetração nos meios universitários, antes de ingressar no MR8. Começamos com o seu depoimento sobre o que era viver sob a ditadura salazarista, regime que procurava inculcar nas crianças desde pequeninas as ideias fascistas, por meio da Mocidade Portuguesa:

“Eu estava no liceu e, pra quem não era da terra, tinha uma estrutura chamada ‘Lara’, que era dos padres, que inclusive era ligada, era vizinha de parede com o episcopado, a sede episcopal. O nosso campo de futebol, inclusive, era o mesmo campo de futebol em que os padres da sede episcopal jogavam. Tínhamos um recreio comum, nós e os padres, nós e os bispos. Nós íamos às aulas do liceu, mas voltávamos e tínhamos toda a estrutura de refeições, de refeitório, estudos, com recreios, etc., como se fosse um colégio interno. Tinha missa, nem era obrigado formalmente a ir à missa, mas aí de quem não fosse. Até porque estamos falando numa época que ainda era o Marcello Caetano, não era mais Salazar, mas era Marcello Caetano, ainda era fascismo, você não era obrigado, mas depois ia aparecer a polícia política na casa dos seus pais pra saber por que você não frequentava a igreja e não frequentava a Mocidade Portuguesa, que era uma organização paramilitar pra jovens que estudavam. Crianças e jovens, o mesmo que a juventude hitlerista, que a juventude fascista. Você não era obrigado, mas se não frequentasse os seus pais iam ser interrogados pela polícia política e teriam, quiçá, outras consequências. Então, não era obrigado, mas era [...]. [...] Minha avó materna era muito religiosa, mas ela morreu quando eu era novo. O meu avô, não, o meu avô materno era católico, mas não era praticante. O que ele tinha medo era do padre, porque o padre era informante da polícia política. É diferente. Então, ele dizia: ‘Vocês têm que ir à missa, porque senão o padre vai entregar pra polícia, vai nos arrumar dor de cabeça’. A relação com a prática religiosa não tinha nada a ver com crença, com fé, era uma necessidade, porque realmente a estrutura de informantes da polícia política era, principalmente, os padres. Num país que, até hoje, tem 10 milhões de habitantes, à época tinha menos, mas havia mais de 500 mil padres informantes remunerados regulares da polícia política. Imagina [...]. [...] Tive que participar da Mocidade Portuguesa. Tive, era obrigatório, não tinha jeito. Nós tínhamos uma farda, verde, aquele verde-oliva dos militares, e marrom, castanho, um cinto com a letra “S” de Salazar, a saudação era de braço esticado, bem a saudação fascista, e você tinha atividades um dia por semana. Aprendia a marchar, aprendia não sei quê, cantávamos musiquinhas bem reacionárias, bem fascistas, umas marchas e havia umas atividades: aprender a andar de bicicleta, aprender a dar tiro, fazer acampamento, tinha aquilo que corresponde aos escoteiros, também. Se bem que essas atividades, as prazerosas, eram só pros filhos dos ricos, os outros ficavam só em marchar e cantar hinos, está certo? Aquilo que podia dar prazer, que era dar tiro com arma de chumbinho, andar de bicicleta, fazer acampamento, aquilo que qualquer moleque gostaria, essa parte eu nunca participei, porque eu não tava

incluído entre os filhos dos senhores influentes politicamente. Então, a minha parte era só marchar, que era obrigatório. Depois que passou da fase do terceiro ano (*do primário*), aí já não era mais obrigado, só quem era voluntário e eu nunca fui voluntário. Tenho até hoje a carteirinha com a fotografia com um quepe, um quepezinho de lado, um molequinho de 9 anos.”

Ainda em Portugal, Acácio ingressou no PC, quando jovem, por influência do tio:

“Comecei a me envolver com política quando teve o 25 de Abril (*Revolução dos Cravos*), através do meu tio, que era ligado ao PC. Na época, eu não lembro exatamente que idade eu tinha, mas estava no segundo grau. Meu tio, um tio com quem a gente tinha uma proximidade muito grande, ele era do PC e, na época, organizava, na região, no interior, comícios e, especialmente, aquelas campanhas de esclarecimento. Ele organizou na região o apoio às campanhas de alfabetização de adultos, fizeram uma grande campanha, foi feito um grande mutirão, uma grande campanha de alfabetização. Então, ele organizou e a gente participava junto com ele. Aí eu fui pro Porto e continuei. Cheguei ao Porto, havia as pessoas, os meus amigos, todo mundo participava, continuei participando, já vim do interior, fui pro Porto e me dirigi à subsele regional do PC e saí fazendo atividades, aquelas atividades normais. Foi, inclusive, um período chamado ‘Verão quente’, no verão de 1976, que foi quando a contrarrevolução tentou entrar, os caras tentaram entrar com armas em caixões, pra tentar dar um golpe de Estado, quando os caras inclusive organizaram forças paramilitares, com membros de ex-comandos e ex-polícia política, botaram fogo em sedes do PC, sedes de sindicatos, jogavam granada com as pessoas lá dentro, ateavam fogo e quem tentava fugir do fogo era abatido a tiros. Inclusive, na época, a igreja católica, o bispo de Braga, eles iam lá, o bispo de Braga abençoava a cruzada e eles saíam de lá pra caçar e matar comunistas. Foi uma mobilização intensa, eu fui pra estrada, madeiras com prego pra obrigar identificar quem estava passando, pra não deixar passar as forças do ELP, Exército de Libertação de Portugal, ligado aos franquistas na Espanha, que era a extrema-direita tentando dar um golpe militar. Aí, a militância continuou.”

Após chegar ao Brasil, em 1979, Acácio buscou informações sobre os movimentos e as entidades existentes, teve uma má experiência com integrantes de outras organizações e ingressou no MR8. A aproximação com militantes do MR8 aconteceu na Faculdade de Direito da USP, onde tentou concluir o curso iniciado em Coimbra, e nas atividades de venda de bônus para a constituição do fundo de greve destinado aos metalúrgicos do ABC. À época, alguns militantes do MR8 atuavam no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que se solidarizou com a entidade vizinha na arrecadação de recursos para ajudar os trabalhadores grevistas.

“Eu gastei bastante tempo olhando. Acabei indo pelo que eu achei de coerente naquilo que o pessoal dizia. Na época, o pouco que eu podia ver da prática, até porque, esses movimentos, na época, todo mundo sabia que

existiam, mas eram clandestinos, pelo pouco que eu podia ver era algo que eu achava que na prática o pessoal (*do MR8*) tava fazendo o que dizia na teoria. Eu procurei olhar um pouco isso. Primeiro, o que o pessoal dizia na teoria e eu pensava: ‘concordo’, ‘discordo’, ‘acho que sim’, ‘isto aqui não sei, não conheço’. Até porque eu não conhecia direito a realidade brasileira, tinha muita coisa que eu ficava navegando, deixava de *stand by*, pra entender melhor [...]. [...] . E aí eu conheci algumas forças políticas lá presentes (*no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*), entre elas o pessoal do MR8 e fomos conversando, etc. Lá na faculdade eu já tinha me aproximado do pessoal, que a turma veio conversar comigo, eu achei interessante e tal. Este é um processo que você vai discutindo, as pessoas vão conversando, você vai criando certas empatias, que têm a ver com as ideias, mas têm tudo muito a ver com a relação, com a simpatia, com a antipatia pessoal também. Por mais que as pessoas digam que não, não tem esse negócio de você escolher partido só por ideologia. Quanto mais você sendo novo, não sendo militante experiente, com muita teoria na cabeça, muita racionalização, você não escolhe partido só com base num leque de teorias, num rol de teorias. Você tem uma empatia, você tem que ver como as pessoas fazem, como que elas lidam. Eu me lembro que teve uma manifestação na rua, antes de eu conhecer o pessoal do MR8, teve uma manifestação na rua de uma turma que ficava: ‘Porque o povo! Nós, o povo!’. Nós, o povo, pra cá; nós, o povo, pra lá. Eu comecei a achar meio demais porque, pô, só tem de classe média pra cima aqui, tá cheio de ‘nós, o povo!’, entendeu? Porque existe o povo, conceito teórico, e existe o povo real e eu conheço. Sou classe média, mas sei o que é o povo real. Tudo bem, deixa rolar, o importante é nego fazer a coisa certa, a mobilização certa, etc. Mas depois o povo real que estava lá envolvido foi para o ponto de ônibus, era um final de semana, com dificuldade de voltar pra casa, e as lideranças, ‘nós, o povo!’, deram a volta no quarteirão, entraram nos seus carrinhos e foram pro restaurante chique. Não tenho nada contra. Mas, depois, a conversa no restaurante é que eu achei, aliás, tive certeza, que o ‘nós, o povo’ ficou lá fora, dentro do restaurante virou tudo burguês. Os assuntos, os interesses, eu disse: ‘Cacete, não tá legal isso aqui’. Tudo bem, o cara vir pro restaurante, tudo bem, também não sou favorável a essa ideia de que se eu sou de esquerda, acredito na esquerda, vou ficar fingindo que sou povo, vou morar numa casa de chão de terra, vou comer arroz com farinha... Isso é besteira. As conversas me incomodaram. O universo de interesses, quer dizer, todo o assunto sobre a situação política, sobre a greve, sobre as lideranças, tudo isso desapareceu. Virou uma conversinha. Tinha de cabeleireiro, de roupas, tinha de tudo. Tinha de carros, os caras discutindo carros. Rapaz, é revolucionário que bate o ponto e deixa de ser? Essas coisas são importantes na sua escolha. Claro, eu poderia não ter nenhuma contradição hoje estando aí com a turma. Eu acho que na época era uma mistura da Libelu com a Convergência Socialista, um negócio assim. Tinha uma mistura ali. Aquilo me incomodou. ‘Eu, que já estou em processo de escolha, esses aqui já vou excluir, já vou por exclusão’. Com o pessoal do MR8 eu também fui a restaurante, não tinha problema nenhum. A gente ia a restaurante, mas o assunto no qual a gente tinha interesse continuava sendo o mesmo. Era natural, éramos classe média, a turma tava na Faculdade de Direito, não era povão, senão não tinha chegado à Faculdade de Direito. Tudo isso tem importância na hora que a gente escolhe. Depois, quando a gente é mais velho, tem um monte de teorias na cabeça, já tem um monte de opiniões. As opiniões, os programas, as decisões, os caminhos políticos aí passam a ser o principal. Mas na hora que a gente é novo é uma mistura das duas coisas.”

Entre os militantes mais antigos do PPL, houve um evento comum que os empurrou para a atividade política: a ditadura militar que se instalou no país a partir do

golpe de Estado que destituiu o presidente João Goulart, em 1964. Os três militantes brasileiros⁵⁷ daquela geração ouvidos nesta pesquisa ingressaram no movimento estudantil para lutar contra a ditadura, na década de 1970. Com a palavra, o militante Paulo, psiquiatra:

“Olha, basicamente, depois do golpe de Estado, a situação ficou bem difícil e, na minha casa, particularmente, a situação ficou bem difícil, porque a perseguição foi razoavelmente grande. Acho que tem dois problemas básicos: tem a perseguição política propriamente dita e que aí a minha família teve uma porção de gente presa, o caramba, meu pai não, até, mas outras pessoas, como também teve um problema que é sério, entendeu? A maior parte das pessoas hoje em dia tem dificuldade de conceber, porque elas não têm essa experiência, o que é natural, como que a vida era diferente antes de 64. Porque, cá pra nós, o arrocho salarial que a ditadura fez não foi brincadeira, não. Foi uma coisa que reduziu... e nós não nos recuperamos até hoje disso, infelizmente. Mas reduziu a vida de quem trabalhava, de quem era operário (*seu pai era operário*), etc., a uma, digamos assim, a uma situação muito pior que antes. Então, na faculdade, aí foi, foi principalmente aí, que eu assumi mais a militância. Porque aí se tratava de uma coisa, minha faculdade era uma faculdade que já tinha sido invadida pela polícia, uma porção de problemas assim de repressão, foi aí que eu realmente assumi, certo? Foi principalmente na faculdade”.

O veterano militante Cícero, por exemplo, decidiu cursar veterinária, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, por causa da forte mobilização estudantil que existia na instituição contra a ditadura, entre outros motivos. Segundo ele, sempre teve absoluta convicção, desde o momento de sua inscrição no vestibular, de que jamais seria veterinário na vida. De fato, formou-se, mas nunca exerceu a profissão. Iniciou, no entanto, sua trajetória como militante profissional, que dura até hoje. Sua esposa e filhos também são ativistas políticos.

Os integrantes do MR8, na época da ditadura, eram basicamente oriundos do movimento estudantil universitário, como já foi apontado anteriormente. Pelo que pude perceber não apenas nas entrevistas, mas também no período em que trabalhei no Hora do Povo, a organização teve uma importante penetração no curso de medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na década de 1970. Além dos dois

⁵⁷ O outro, o português Acácio, chegou ao Brasil apenas em 1979, conforme já informado.

militantes entrevistados para esta pesquisa, conheci ao menos outros dois integrantes do então MR8 que também se formaram médicos na instituição, naquela década, sendo que três dos quatro exerceram ou ainda exerciam a profissão de médicos paralelamente à atividade política – para ficar em dois exemplos, um deles foi psiquiatra e outro ainda atuava como generalista (clínico-geral) e combinava a atividade de militante com a de médico no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU-USP). Faço esta observação porque o curso de medicina não está, tradicionalmente, entre os que mais fornecem quadros para a militância política, especialmente a de esquerda.

Os jovens militantes, por sua vez, claramente faziam parte de famílias com tradição no ativismo político. Quatro dos sete integrantes da JPL ouvidos por mim estavam nesta situação. Voltarei a abordar o assunto no item “Recrutamento endógeno”, mais à frente. As motivações apresentadas por eles para o engajamento sempre estavam relacionadas com a indignação contra as injustiças, um forte sentimento de solidariedade com os desafortunados e o amor pelo Brasil e os brasileiros. Explorarei melhor estes elementos quando apresentar os pontos de convergência entre os dois campos.

No meio militar, como já adiantei, cinco dos 11 ouvidos prestaram, além da AFA, Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) e Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (Efomm), por exemplo. Alguns foram aprovados na AFA e na Efomm, mas optaram pela primeira porque na Efomm o estudante é militar apenas durante o curso. Ao se formar, passa para a reserva e começa a atuar na navegação civil. Como tinham grande apreço pelo militarismo, escolheram a AFA. Esta é uma questão interessante. Embora a atração pela carreira militar também tenha relação, segundo os entrevistados, com questões pragmáticas – como a estabilidade que o serviço público

proporciona –, a respeitabilidade da carreira na sociedade e o apreço pelos valores militares apareceram, frequentemente, como fatores decisivos na escolha.

Quadro 5 – Número de cadetes matriculados na AFA, em abril de 2013, por esquadrão e arma

	1º Esquadrão	2º Esquadrão	3º Esquadrão	4º Esquadrão
Aviação*	155 homens	135 homens 8 mulheres	116 homens 3 mulheres	101 homens 10 mulheres
Intendência	26 homens 11 mulheres	29 homens 16 mulheres	26 homens 23 mulheres	22 homens 18 mulheres
Infantaria**	10 homens	26 homens	26 homens	23 homens
Total	202 cadetes (191 homens e 11 mulheres)	214 cadetes (190 homens e 24 mulheres)	194 cadetes (168 homens e 26 mulheres)	174 cadetes (146 homens e 28 mulheres)
Total geral de matriculados na AFA	784 cadetes			

* Em consequência de convênios internacionais, a Aviação recebe cadetes estrangeiros, basicamente vindos de outros países da América Latina. Em 2013, eram seis homens e uma mulher, no primeiro esquadrão; três homens, no segundo esquadrão; quatro homens, no terceiro esquadrão; finalmente, um homem no quarto esquadrão.

** A Infantaria é a única das três armas que não admite mulheres em seus quadros.

Os cadetes da Infantaria Nader e Galvão, ambos do terceiro esquadrão⁵⁸, motivaram-se claramente pelos valores militares, quando optaram por ingressar na Aeronáutica. A rígida disciplina, a doutrina, a “ralação” e a “vibração”. A “vibração” é uma qualidade sempre apresentada como fundamental no militar, de forma geral, e no infante, em particular. O infante é aquele combatente submetido constantemente a

⁵⁸ A entrevista com o primeiro dos dois cadetes da Infantaria foi realizada em uma sala de aula, em parte do horário de almoço, que na AFA dura quase duas horas. Foi a primeira vez que entrei no espaço de aulas dos cadetes, desde que iniciei a pesquisa de campo na AFA. A sala de aula era composta por carteiras escolares de madeira escura, com estilo de escrivaninhas, sob as quais estavam dispostas gavetas. Havia lousa, datashow com tela para projeção, persianas azuis e ar-condicionado. Já o segundo cadete foi entrevistado em uma sala destinada às aulas de línguas, com dimensões e distribuição dos objetos bastante semelhantes a que costumamos ver nos cursos de idiomas do meio civil. Espaços menores, para acomodar uma quantidade reduzida de alunos de cada vez, e carteiras universitárias distribuídas de modo a formar um meio círculo. Em tempo: a carteira escolar é a que tem o formato de uma mesa. A carteira universitária é aquela cujo apoio para escrita está voltado para a direita, na maioria dos casos, ou para a esquerda.

excruciantes exercícios de campanha. Por isso, é fundamental que seja “vibrador”, isto é, transborde entusiasmo, mova-se pela adrenalina, mostre-se com grande espírito de iniciativa, goste de colocar a mão na massa, anime-se até por executar as mínimas tarefas. Após cada exercício de campanha, que pode durar semanas, por exemplo, voltam mais magros, extenuados, sujos, com contusões. O infante, portanto, precisa ser “vibrador”, ter “carcaça”, como se diz na gíria militar, para enfrentar com coragem, destemor e tenacidade os desafios e motivar os colegas a superar todos os obstáculos. Se o intendente necessita ser estudioso e metódico e o aviador deve combinar o estudo com a força psicológica e as habilidades psicomotoras, para manter o equilíbrio em situações de violento estresse, como, por exemplo, em momentos de perseguição em que está sob o bombardeio do inimigo ou em casos de piques nas aeronaves, o infante é o guerreiro por excelência, aquele que, segundo Castro (2004), vai enxergar o branco do olho do inimigo. Precisa ser uma fortaleza física e ter a coragem e o destemor para enfrentar condições de vida inóspitas por semanas, com pouca água, rigoroso racionamento de comida e sob frio ou calor extremos. Sem falar na privação de sono e na possibilidade de, além de tudo isso, ter de realizar o combate corpo-a-corpo com o inimigo. Dos 273 alunos das três armas que compunham a turma do cadete-infante Nader, 79 foram desligados. Entre os infantes, apenas um dos 27 cadetes de sua turma foi desligado, o que parece ser a confirmação de uma crença que repetidas vezes ouvi de meus interlocutores na AFA: quem escolhe a Infantaria é o indivíduo mais predisposto a incorporar os valores do militarismo e a enfrentar as tremendas dificuldades a que os combatentes são submetidos. Na fala do infante Nader, a seguir, percebe-se a combinação do pragmatismo com o entusiasmo pelos valores militares no processo decisório que orientou a sua escolha:

“No começo, eu queria ser soldado da Marinha, aprendiz de marinheiro. Fui fazer cursinho preparatório. Nos três primeiros meses, fui conhecendo

melhor. Decidi, então, fazer prova pra sargento. Aí eu descobri que existia pra oficial. Decidi fazer concurso pra oficial, também. As ambições foram aumentando (*risos*) [...]. [...] Meu padraço era da Marinha, é primeiro-sargento da Marinha aposentado. Foi quando eu realmente comecei a conhecer o que era o militarismo, essas coisas. Ele falava que criança pobre tinha que ser militar, tinha que ter emprego fixo, porque não é filho de rico e não tem dinheiro pra pagar faculdade. É o que ele falava pra mim, não esqueço disso até hoje. Ele contava da carreira dele. Como era da Marinha, viajava muito, conheceu outros países, nem sei quantos países ele conheceu, mostrava fotos. Ele foi me motivando, ele me contava das tarefas, das operações, da organização, da correção das pessoas, da disciplina. Eu queria ser militar, mas não tinha especificado, ‘quero ser da Aeronáutica’. Vestibular eu nunca fiz nenhum, nem cogitei a situação de fazer vestibular para uma universidade civil. Prestei concurso pra AFA, Efomm, Eear, para controlador de tráfego aéreo, EsSA (*Escola de Sargento das Armas, do Exército*) e aprendiz de marinheiro. Eu passei nos seis concursos, mas a minha dúvida era entre Efomm e AFA. Eu cheguei a cogitar de ir pra Efomm, mas em cima da hora eu escolhi AFA. Decidi AFA pelo militarismo. Efomm é militarismo só nos três anos de escola. Só que depois você se torna um oficial civil. Mas eu queria realmente ser militar [...]. [...] Minha família ficou feliz pra caramba. Eu ia tentar ser soldado. Meu pai, meu padraço, eu chamo ele de pai, também, como eu disse, era da Marinha. Se eu me tornasse soldado, a minha família já ficaria muito feliz. Quando eu passei no concurso pra sargento, então, a felicidade estourou. Quando eles souberam que eu passei pra oficial, não tinha mais felicidade pra soltar, não (*risos*). Eu sou o orgulho da família e da onde eu moro⁵⁹. As pessoas me veem como alguém que conseguiu algo a mais.” (cadete Nader, terceiro esquadrão).

Assim como Nader, o cadete-infante Galvão, seu colega de terceiro esquadrão, não prestou exclusivamente o concurso para a AFA. Tinha, no entanto, uma certeza: queria ser militar.

“Prestei AFA e Aman. A preferência, em si, era ir pro Exército, já que meu primo também estava lá⁶⁰. Mas através de pesquisa eu vi que a Aeronáutica também possuía Infantaria, então eu comecei a pensar na Aeronáutica. Aí, pelos critérios do concurso, eu acabei passando no vestibular da Aeronáutica e não passei no do Exército [...]. [...] Tenho um primo que é capitão de Infantaria do Exército. Meu pai fez serviço militar obrigatório por dois anos, serviu no Exército. Meu avô, também. E eu tenho tio que é policial. Através do contato com eles, das histórias que eles contavam, mesmo, da camaradagem, da disciplina, acabei me interessando pela área.”

Aluna do Colégio Militar ao longo de sete anos, no ensino fundamental II e no ensino médio, a cadete Luciana, neta de um tenente aposentado, também fez concurso para a Efomm, mas seu fascínio era pelo militarismo:

⁵⁹ Nader nasceu em São João do Meriti, mas sua família mora no Gramacho, na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

⁶⁰ O primo do cadete era, em maio de 2014, capitão de Infantaria do Exército.

“Eu cheguei a fazer concurso pra Efomm, no mesmo ano em que eu fiz a AFA. Daí eu passei, também, só que eu sempre quis fazer AFA. A Efomm foi uma coisa assim: ‘Ah, faz aí só por teste’. Eu fiz por teste, assim, mas não esperava seguir [...]. [...] No segundo ano do Colégio Militar, eles incentivam, incentivavam bastante os meninos a ingressar na EsPCEX (*Escola Preparatória de Cadetes do Exército, localizada em Campinas*), que é do Exército. Daí eu procurei alguma coisa que fosse mais ou menos assim para as mulheres. Descobri a AFA. Tinha Aviação e Intendência, como eu não gostei muito da Intendência, eu vim pra Aviação. Foi uma ideia que surgiu e eu comecei a, pô, brigar por ela, entendeu? Não foi assim, não é um sonho desde criança ser aviador e tal, foi meio que nasceu dessa escolha o meu objetivo de ser. Hoje em dia eu gosto muito.”

É notável, também, que os aviadores ou aspirantes a aviadores entrevistados revelaram que a grande motivação para ingressar na Aeronáutica era realizar o sonho de voar. Quase todos afirmaram, ainda, que se fossem reprovados nos testes realizados no segundo ano do curso, com a aeronave T-25, abandonariam a AFA e buscariam uma faculdade no meio civil. Poucos disseram que tentariam prestar o exame que possibilita, em caso de aprovação, a migração para a Intendência.

O tenente-coronel Menezes⁶¹ disse-me que o seu interesse, quando jovem, assim como de seu irmão, era voar. Por isso, os dois escolheram a FAB. Provavelmente

⁶¹ A trajetória de vida do tenente-coronel em questão parecia ser a de uma pessoa com espírito muito mais livre do que se esperava em um universo profissional marcado por regras, rigidez, punições, controle excessivo de condutas e padronização de comportamentos. Natural do Rio de Janeiro, cursou o antigo científico em uma instituição privada, no período noturno. O curso era, segundo ele, tão fraco que, mesmo sem estudar, era o “zero-um” da turma (no jargão militar, o primeiro da classe). Achou que precisava dar um jeito em sua formação, porque aquele científico fraco não o levaria a lugar nenhum. Como tinha o sonho de voar, resolveu se matricular no cursinho preparatório para a AFA e, depois de anos, descobriu que seu pai também tinha a aviação como paixão, pois voava em aeroclubes quando solteiro. Sua carreira como aviador desenrolou-se basicamente no Norte e Nordeste, especialmente na Amazônia. Solteiro até os 54 anos e motociclista, casou-se tardiamente e, no momento de nossa conversa, com 58 anos de idade, tinha um filho de dois anos. Gostava de brincar comigo: “Lugó, você é casado?”. Respondia: “Sou, coronel, casei com 31 anos, há quase 13 anos”. Ele replicava: “Mas porque casou tão cedo assim, cara? Eu casei depois dos 50!”, divertia-se. Enquanto estava na ativa, tirou uma licença da Aeronáutica e passou um ano em Los Angeles, com o objetivo de estudar inglês e conhecer os Estados Unidos de motocicleta. Depois de ser reformado, voltou aos EUA para morar um ano em Miami. Dessa vez, não se adaptou. O grande número de brasileiros impedia que exercitasse o seu inglês, seu maior objetivo. Novamente no Brasil, retornou à AFA como intendente, para trabalhar na Divisão de Ensino, uma vez que a FAB não tem quadros suficientes na ativa para ocupar todos os postos, especialmente nas funções administrativas. Sempre muito simpático e sorridente, não guarda boas lembranças dos tempos de cadete: “Vida de cadete é uma merda. Um estresse desgraçado. Uma vez, fiquei pau da vida porque não me deixaram sair no final de semana. Chamaram-me numa sala e começaram a tirar minhas medidas, sem pedir nem nada, disseram que era para uma pesquisa. Fiquei pau da vida! Mas, depois de formado, a vida de militar é boa, a carreira militar é muito boa”. Outro entrevistado, o tenente Carvalho, ponderou que o estresse a que o cadete é submetido vai ajudá-lo na continuidade de sua carreira como militar. E se ilude quem acha que, depois de formado, a vida ficará mansa: “Normalmente, o cadete pensa assim: ‘tô ralando agora, pra depois ficar tranquilo’. Muito pelo contrário. Como eu te falei, por exemplo, eu saí daqui e fui pra Natal, pra fazer o

influenciado por ele e pelo irmão, um primo também se interessou pela carreira militar, ingressou na AFA, mas abandonou o curso. Quando avisou à mãe que havia desistido da carreira militar, recebeu a seguinte bofetada: “Preferia a sua morte a tamanho desgosto”. Há mais de trinta anos os pais não falam com o filho (primo deste tenente-coronel), hoje com mais de 50 anos de idade.

O major Hélio, filho⁶² de um médico que trabalhava como professor na Faculdade de Medicina da Unesp e que, militante há décadas do Partido Comunista do Brasil (PC do B), também era vice-prefeito de Botucatu, no interior paulista, no momento desta pesquisa, revelou que o seu grande interesse em prestar a AFA era por causa do desejo de voar. O militarismo, em seu caso, acabou sendo o pedágio que tinha de pagar.

“Apesar de meu pai ser médico, ele é professor, na verdade, então a gente tinha um padrão de vida razoável, mas com quatro filhos, pra pagar o curso de aviação lá fora, talvez até conseguisse, mas seria mais puxado”.

Os pais apoiaram bastante a decisão do filho de seguir a carreira militar, mas não viam com bons olhos o interesse inicial de ter aulas em aeroclubes para seguir carreira na aviação civil, já que o mercado de trabalho, no início da década de 1990, era bastante restrito e havia um grande número de pilotos desempregados. O curso da AFA, sendo

curso de formação de piloto de caça, que é pesado, e depois mais dois anos, em Campo Grande, mais um curso, de formação de liderança, que é pesado, também, na parte de gerenciamento, voar com quatro aviões, você mais três, tem de gerenciar todo mundo, situações mais difíceis, mais psicológicas e de preparo mental pra esse tipo de atividade. Então, você sempre tá em formação. Claro que não é o ritmo da academia, do cadete, de acordar cinco horas da manhã, ficar o dia estudando, educação física, e todo dia a mesma rotina. É diferente você chegar, ir pra sua casa, ter as suas coisas lá, ter seu carro, poder viajar no final de semana, a hora que quiser, então as preocupações realmente são diferentes. Mas não vou dizer que fica aquela tranquilidade. Aqui, por exemplo, na própria academia. O ritmo é bastante pesado, só que é amenizado pelo clima do esquadrão, o pessoal se dá bem. No 2º EIA, que é onde eu voo (*como instrutor*) e consigo ver, é um clima muito bom, então também dá uma amenizada, o pessoal é mais aberto pra conversar, mas todo mundo empenhado pra fazer a formação dos cadetes, assim como a gente foi formado aqui. Tem esse ponto. A gente foi formado aqui, então sabe o que é cobrado, como deve ser feito [...]. [...] O trabalho que o cadete está tendo pra se formar, a gente tá tendo pra formá-los. A gente tá nessa correria, também. Tranquilo não fica”.

⁶² Na entrevista, major Hélio informou que embora seu pai fosse bastante liberal, sua mãe era rígida e disciplinadora na educação dos filhos. Desde garoto, integrou um grupo de escoteiros. “Acho que, em alguns aspectos, a disciplina era mais rígida no grupo de escoteiros do que é no militarismo”, divertiu-se. Seu avô materno lutou na 2ª Guerra Mundial pelo Exército Imperial Japonês (o major é sansei por parte de mãe).

assim, descortinava três possibilidades atraentes: fazer um curso de aviador gratuito, pilotar caças, sonho de muitos dos garotos interessados pela aviação, algo impossível nos aeroclubes, e ser contemplado com um emprego estável que a carreira militar proporciona.

Há, no entanto, os que escolheram a carreira militar pelo pragmatismo. A estabilidade que o serviço público proporciona, o prestígio social, a possibilidade de se aposentar aos 45 anos⁶³, como coronel, e ir para a aviação civil, depois, no caso dos aviadores. A cadete Cleonir⁶⁴, do quarto esquadrão, sobrinha de um coronel-aviador da FAB, piloto de caça, que comandava a Base Aérea de Florianópolis, e cujo irmão de 17 anos cursava Epcar, enfatizou que, para sua mãe, sua grande incentivadora, a questão da estabilidade era crucial.

“Minha mãe sempre foi a principal incentivadora para eu estar aqui. Se não fosse ela, eu não estaria aqui, nem querendo [...]. Meu tio (*coronel da FAB*) é irmão da minha mãe, então ela o viu sair de casa na mesma idade com que eu saí e o que ele se tornou. Ele cresceu muito, se tornou independente logo jovem, sem contar a estabilidade na carreira. Pra ela, eu acho que o principal de ela estar tranquila de eu estar aqui é que é uma carreira muito estável depois que eu me formo [...]. [...] Minha mãe também nunca teve um emprego muito bom, apesar de trabalhar com o meu avô, o emprego dela sempre foi muito sofrido e ela não queria que eu ficasse nessa dependência, assim, ficar preocupada o tempo inteiro. Então, sempre me incentivou, poxa, a ter uma carreira fixa: ‘Eles não têm como te mandar embora’. Acho que isso foi o principal pra ela.”

Resumidamente, a pesquisa detectou quatro principais razões que levaram os entrevistados à AFA, por assim dizer: 1) para os nascidos em Barbacena e região, cursar

⁶³ Para quem faz Epcar, o tempo de serviço na carreira começa a ser contado a partir do início do curso. Um militar que tenha ingressado na Epcar com 15 anos, idade mais comum para iniciar o ensino médio, poderá se aposentar com 45 anos de idade (militares podem se aposentar com 30 anos de carreira). Quem entrou diretamente na AFA também terá o tempo de serviço contado a partir do início do curso. Nesta última situação, se o militar ingressou com 18 anos de idade na AFA, poderá se aposentar com 48 anos.

⁶⁴ A cadete Cleonir, oriunda de Santa Catarina, descende de alemães e pertence a uma família luterana. Segundo ela, recebeu uma educação que, em alguns aspectos, foi ainda mais austera que a recebida na AFA. Sobrinha de coronel da FAB que sempre era apontado como exemplo a ser seguido por sua mãe, integrante de uma família que adotava princípios religiosos rígidos e residente da zona rural de uma pequena cidade do interior catarinense, onde as condutas eram mais controladas, é muito provável que as disposições mentais da cadete já estivessem inclinadas para uma boa adaptação à socialização militar, a uma rotina estruturada na hierarquia e disciplina, no rigor, no sacrifício. Em sua jornada na academia, estariam ocorrendo apenas reforços a inclinações prévias e não processos violentos de socialização. O mesmo se pode dizer, por exemplo, do major Hélio, filho de mãe disciplinadora e que passou boa parte da infância como integrante de um grupo de escotismo.

Epcar era algo extremamente desejado, fosse para ter acesso a um ensino médio considerado “forte” que aumentasse as chances de êxito nos vestibulares das universidades civis de maior prestígio, fosse para ingressar na carreira militar; uma vez dentro da Epcar, estudar na AFA era um desdobramento natural nesse processo; 2) havia, também, entre os ouvidos, os que queriam ser aviadores e viam na AFA/FAB a possibilidade de concretização de um sonho; estavam interessados no militarismo, mas menos que na aviação e deixaram claro que, se não tivessem sido aprovados em voo, no caso dos oficiais, ou se viessem a ser reprovados em voo em 2013, ano das entrevistas, no caso dos cadetes do segundo esquadrão, voltariam ao mundo civil, porque não desejavam ingressar na Intendência ou Infantaria; 3) existiam aqueles que efetivamente almejavam ser militares; não sabiam muito bem se da Aeronáutica, do Exército, da Marinha, de qual arma, mas se sentiam atraídos pelo militarismo; normalmente, tinham uma tradição militar na família e, alguns deles, já cursavam Colégio Militar no ensino fundamental II, antes de ingressar na Epcar; 4) por fim, havia os pragmáticos, que, embora também se interessassem pelos valores militares e, em alguns casos, tivessem tradição militar na família, buscavam a estabilidade que o serviço público proporciona, combinada com o respeito ou até mesmo, por que não dizer, o status que os militares gozam na sociedade.

4.2.5 Vida itinerante

Um dado bastante significativo do quadro 4 é o da vida itinerante. Todos os militantes antigos do PPL ouvidos, dois dos três oficiais/suboficial com quem conversei e todos os cadetes da AFA entrevistados disseram que se mudaram de localidade ou sabiam que teriam de se mudar, em algum momento, por causa da atuação como

ativistas ou militares. Apenas os jovens integrantes da JPL informaram que ainda não precisaram se mudar e não sabiam se iriam ou não para outras cidades no futuro.

Os militantes mudaram-se muito de cidade em função do exercício da própria atuação política ou, quando crianças, em função do ativismo dos pais. Cadetes filhos de militares também tiveram uma vida itinerante, por causa das transferências profissionais dos pais, vivendo, ao longo da infância e da juventude, em dois, três lugares diferentes. Isso gera algumas situações curiosas, como a do cadete filho de coronel que nasceu em Ribeirão Preto e tem um fortíssimo sotaque de carioca ou a do carioca, filho de suboficial, controlador de tráfego aéreo, que tem um forte sotaque de paranaense, porque ficou muitos anos radicado em Curitiba.

A característica itinerante dos militantes veteranos, que se mudaram de cidade várias vezes ao longo da trajetória política e arrastavam consigo a família, não criava dificuldades insuperáveis, porque os cônjuges quase sempre eram ativistas da mesma organização. Com outros familiares e, sobretudo, amigos também militantes instalados na cidade de destino, formava-se uma rede de acolhimento, que facilitava a mudança e o estabelecimento na nova cidade.

No campo militar, oficiais e suboficiais não passam pelo estresse da busca por uma nova residência e, depois, pela caça implacável a fiadores, para que possam assinar contratos de aluguel. São instalados em vilas militares já existentes, que, além de moradias, costumam contar com outras facilidades, como equipamentos de lazer – às vezes até cinema –, pequenos comércios, etc. Mesmo assim, a mudança da família para uma nova localidade acontecia de forma menos turbulenta no passado, quando a mulher era invariavelmente dona-de-casa e, assim, engajava-se, com os filhos, integralmente ao projeto profissional do marido, mudando-se com ele para onde quer que fosse.

A emancipação feminina, com salto de escolarização e forte presença no mercado de trabalho, trouxe novos arranjos, como o do primeiro-sargento Fernando, cujo salário bruto, em maio de 2014, era de R\$ 4.700,00 (fonte: Portal da Transparência do Governo Federal – www.portaltransparencia.gov.br). Fernando escolheu São Paulo como local de atuação profissional, assim que se formou na Eear, no início da carreira, para ficar o mais próximo possível da então noiva, atual esposa, que à época trabalhava no Rio de Janeiro e que conheceu quando ambos cursavam UFRJ – ele, física, e ela, ciências atuariais; a escolha por São Paulo deveu-se ao fato de os formandos que estavam à sua frente em notas, na Eear, já terem escolhido o Rio de Janeiro, cidade muito disputada pelos militares, porque boa parte deles é carioca ou fluminense. Como a sua esposa, também em consequência da carreira escolhida, sempre teve grande facilidade de colocação profissional em consultorias e empresas do setor financeiro ou securitário, rapidamente arrumou uma posição em São Paulo e há mais de dez anos atuava profissionalmente na cidade. No momento da pesquisa, o sargento não cogitava pedir à FAB transferência⁶⁵ para nenhuma outra localidade, embora os familiares de ambos residissem no Rio de Janeiro. Transferência, no futuro, provavelmente só se por necessidade profissional da mulher. Sua esposa era consultora atuarial sênior de uma grande multinacional norte-americana, cujo salário, também em maio de 2014, girava na faixa de R\$ 15.000,00 por mês, mais de três vezes o salário do sargento.

⁶⁵ Segundo o sargento Fernando, como ele está no quadro de suboficiais e atua em uma área técnica do Pama-SP, é praticamente zero a probabilidade de ser transferido, por iniciativa da FAB, para outra localidade, até porque isso implicaria custos adicionais para a força e são notórias as dificuldades orçamentárias enfrentadas pelas FFAA no Brasil. A tendência é que o sargento permaneça em São Paulo até ir para a reserva, a não ser que o pedido de transferência parta dele. Já com oficiais a rotina é diferente. No caso dos aviadores, por exemplo, saem de Pirassununga, quando se formam, e passam de um a dois anos em Natal ou Fortaleza, especializando-se em um tipo de aviação. Depois, são transferidos para outra localidade, onde existe operação do seu tipo de aviação – a base do Esquadrão Pelicano, de asas rotativas (helicópteros), especializado em buscas e salvamentos, por exemplo, é em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Se almejarem ir além da graduação de capitão, terão de fazer um ou mais cursos de alto comando na Unifa e passar um ou mais períodos no Rio, de onde partirão para outras localidades. Os que chegarem ao nível de generalato, certamente aterrarão em Brasília, em algum momento da carreira, também.

Igual era a situação do jovem primeiro-tenente Carvalho (salário bruto de R\$ 8.500,00⁶⁶, em maio de 2014; fonte: Portal da Transparência do Governo Federal – www.portaltransparencia.gov.br), que virou instrutor de voo na AFA, em Pirassununga, para ficar o mais próximo possível de sua noiva, que atua na área de marketing da indústria de papel Klabin, em São Paulo, e vem apresentando um bom desenvolvimento profissional. Vida mais fácil, no sentido da conciliação dos objetivos profissionais do casal, era a do major Hélio, salário bruto de R\$ 12.700,00. Casado com uma médica pediatra, sua esposa tinha mais autonomia para arrumar emprego, mesmo nos rincões do Brasil, devido à notória demanda por médicos no país.

As dificuldades para conseguir namorar, durante o curso na AFA, e para ter ou não a mulher ao lado, depois de casado, em função das inúmeras transferências a que certamente serão submetidos ao longo da carreira, são retradadas nos três depoimentos de cadetes, a seguir:

“Eu namoro e neste ano eu devo ter ido pra casa umas três vezes, só. No ano passado, eu ia bem mais, porque neste ano a gente está voando, aí voa na segunda e fica apertado de ir pra casa no final de semana. É bastante sacrificado. Eu me distanciei muito dos meus amigos civis, porque não tem tempo de encontrar com eles, de conversar, mal tenho tempo de falar com a minha família. E depois que você se forma, não vai poder escolher muito o lugar que vai morar. Você vai para um lugar, pode ser transferido para outro. É ruim pra família, pra esposa e os filhos do militar. Isso é uma coisa que me desanima um pouco com relação ao futuro. Será que eu vou dar conta de viver uma vida assim, de mudanças?” (cadete Fábio, segundo esquadrão)

“Namorei por um ano uma menina. A gente começou a namorar pouco antes de eu vir pra adaptação. Quando eu vim pra cá, a gente se falava direto, mas depois de um ano terminou. A ausência foi um dos fatores para que a gente terminasse. A gente ficava muito distante um do outro. E só por telefone não dá, não preenche tudo. Aí acabou que não era pra ser [...] [...] É bom ter uma mulher militar, porque se você for transferido, a força é obrigada a transferir ela também. Não sendo militar, ou ela vai junto ou fica e acaba o relacionamento. Mas eu acho que as mulheres, quando se casam com um militar, já têm isso em mente, que emprego fixo, pra ela, é do lado do marido. Ela tem que ter isso em mente, porque senão o relacionamento não vai durar nunca.” (cadete Nader, terceiro esquadrão)

⁶⁶ Os cadetes da AFA também são remunerados durante o Curso de Formação de Oficiais. O valor da remuneração aumenta à medida que o aluno avança no curso. Em maio de 2014, segundo o Portal da Transparência do Governo Federal, a remuneração básica de um cadete do quarto esquadrão era de R\$ 1.100,00, podendo chegar a R\$ 1.300,00, com outras remunerações eventuais. No terceiro esquadrão, era de R\$ 900,00.

“As mulheres, ultimamente, têm um sonho, tem um plano de carreira a seguir, também. E isso certamente vai influenciar no militar, porque, querendo ou não, vai ter algum momento da vida em que vai ter algum deslocamento imprevisto, não desejado, e aí vai ter de ser pela parte da conversa, ver o que é melhor pros dois. Mas a mulher que se relaciona com um militar já tem de entender esse fato, né?” (cadete Galvão, terceiro esquadrão)

Os jovens militantes da JPL/PPL não deverão ter esta dificuldade. Namoram ou são casados com militantes, possuem sogros e sogras muitas vezes também militantes. Cria-se aí, como no caso da geração anterior, toda uma rede de apoio e acolhimento envolvendo amigos comuns para tornar essas mudanças menos dolorosas. A questão que mais pesará será a financeira e sobre ela falaremos quando abordarmos a questão dos sacrifícios impostos pela escolha deste estilo de vida.

4.2.6 Apoio familiar

Como veremos em um item específico deste trabalho, que abordará as convergências observadas nos dois campos, o recrutamento endógeno é fortíssimo tanto entre militantes como entre militares ouvidos. Nas situações em que já existiam familiares militares ou militantes, o apoio à trajetória escolhida pelo entrevistado foi incondicional. Em algumas situações, deliberadamente ou sem intenção aparente, pais, avós ou outros familiares deram, inclusive, um bom empurrãozinho para a escolha de seus filhos, sobrinhos e netos.

Todos os 11 militares entrevistados (com ou sem tradição militar na família) disseram que seus pais reagiram com orgulho à escolha feita. Houve apenas um cadete-aviador cuja mãe, apesar de tê-lo apoiado, fez algumas ressalvas com relação a seu desenvolvimento profissional e financeiro na FAB, já que ele também tinha sido aprovado no vestibular para engenharia aeroespacial, na UFMG. Voltarei ao assunto adiante. No campo dos militantes, sete dos 11 entrevistados disseram que foram

apoiados pela família, mas foi neste meio, no entanto, que as rejeições à escolha se manifestaram de formas mais duras.

Embora no campo da AFA/FAB houvesse apoio dos familiares, pais e mães reagiram de formas diferentes à escolha de seus filhos. Os pais os apoiavam prontamente e as mães sofriam, no início, apenas em função da distância dos filhos (a questão da distância dos familiares aparece de forma mais enfática no item “Sacrifícios”, adiante). No caso de Fábio, cadete já mencionado que abandonou o curso de engenharia aeroespacial na UFMG para cursar a AFA, sua mãe, embora sempre o tenha apoiado, ponderou que sua escolha talvez não fosse a mais sensata do ponto de vista financeiro. Como engenheiro e com potencial para trabalhar em uma grande empresa, poderia ter uma ascensão profissional mais expressiva, pelo menos no que diz respeito à remuneração⁶⁷.

“Meu pai falou que o sonho do avô dele era ter um filho cadete. Minha mãe ficou feliz quando eu fui pra Epcar. Mas, quando eu falei que vinha pra AFA, ela não ficou muito feliz, não. Ela só queria que eu fizesse o ensino médio (*na Epcar*) e depois fosse fazer um vestibular. Ela achava que eu tinha potencial pra ter sucesso na vida lá fora, financeiramente pra mim seria melhor, aqui o meu desenvolvimento seria muito limitado. Mas, apesar disso, ela sempre me apoiou nas decisões.”

No campo dos militantes, quatro das 11 pessoas ouvidas relataram tensões com a família em função de suas escolhas, dois da chamada “velha guarda” do PPL e dois da “jovem guarda”. Essas pessoas eram, justamente, quatro dos cinco entrevistados no

⁶⁷ A título de comparação, o brigadeiro-do-ar para o qual pedimos a autorização para a realização desta pesquisa, então comandante da AFA, foi promovido pouco depois a major-brigadeiro, segunda maior graduação da FAB, deixou seu antigo cargo e até março de 2014 exercia a função de vice-diretor do Departamento de Ensino da Aeronáutica (Depens), em Brasília. Seu salário bruto, conforme o Portal da Transparência do Governo Federal, era de R\$ 19.200,00, em maio de 2014, uma excelente remuneração para os padrões brasileiros. Porém, se fôssemos considerar a FAB uma empresa, ela seria uma empresa de grande porte. E seus oficiais de nível de generalato formariam o seu corpo de altos executivos. A remuneração básica de um alto executivo de uma grande empresa pode chegar facilmente ao dobro ou triplo do salário do então comandante, sem considerar bônus, plano de compra de ações e outras formas de remuneração variável. Segundo reportagem publicada no sítio da Revista Exame (Exame.com), com base em dados e estimativas da consultoria Robert Half para o ano de 2014, um diretor de Tecnologia da Informação de uma empresa de grande porte instalada no Brasil poderia chegar a ganhar, considerando apenas a remuneração básica, R\$ 55.000,00 por mês. Já um gerente da mesma área poderia ter um salário-base na faixa de R\$ 15.000,00 a R\$ 30.000,00 (Fonte: “Veja a média salarial dos profissionais de TI”, Exame.com, Vanessa Daraya, 23/4/2014).

campo dos militantes que não tinham familiares de gerações anteriores ativistas políticos. O médico Reinaldo contou que sua escolha gerou tensões insuperáveis com o pai, tenente da reserva da FAB.

“Meu pai era uma figura humana sensacional, mas, politicamente, era muito influenciado pelo Eduardo Gomes, defendia umas ideias ‘entreguistas’, o alinhamento automático com os Estados Unidos. Quando começávamos a falar de política, sempre terminava em quebra pau.”

Os pais do veterano Cícero, conforme já dito, sabiam que o filho era de oposição, participava de movimento estudantil, mas nunca souberam que o filho era comunista, materialista histórico, ateu. Seus pais eram ex-agricultores, conservadores e muito religiosos. Cícero preferiu poupá-los de suas preferências, para não magoá-los. Já o jovem militante Mateus conseguiu reverter a rejeição inicial a sua escolha:

“A princípio, o pessoal ficou meio assim, porque aí você começa a militar, começa a participar das atividades, a preocupação do pessoal é: ‘Pô, você tá trabalhando de graça pra alguém, alguém tá ganhando dinheiro nas suas costas’. Em geral, era isso o que eu ouvia. Mas depois, com o tempo, isso foi melhorando. Pessoal vai acompanhando... Por exemplo: a minha mãe hoje mora na Espanha, lá tá uma crise violenta, ela acabou de perder o emprego, tá vendo um monte de sacanagem que nego tá fazendo lá e ela começa a perceber que é importante entender essas coisas, fazer parte. Eu fui também tesoureiro da UNE, por conta da militância, então aí o pessoal começou a ficar orgulhoso.”

A militante Marcela, da JPL, conseguiu reduzir os conflitos com a mãe por causa do engajamento político, o que considerava um avanço, mas sua mãe não a estimulava em suas atividades, conservava profundas discordâncias ideológicas com a filha:

“A minha mãe não gostava muito, na verdade. A zona norte (*da cidade de São Paulo, onde Marcela e sua família moram*) tem aquela visão de que o Estado tem que ser mínimo, aquela política praticada pelo PSDB. Ela sempre votou no Serra, no PSDB, esse tipo de gente... Meu pai já era falecido. Enfim, a gente teve muitos embates, eu namorei uma pessoa que era do HP, então ela ficava indignada quando lia as matérias. As dificuldades financeiras do jornal, ela achava que aquilo era um absurdo, mas foi indo. Ela não é uma pessoa que me apoia, que acha superlegal e tudo mais. Mas já não estamos mais em crise. É um processo que evoluiu (*risos*).”

Na maior parte dos casos, no entanto, tanto em um campo como no outro, houve apoio familiar. Algumas vezes, entre os militares, foram os próprios pais que buscaram informações sobre os cursos da Epcar e da AFA para estimular os filhos a aderir a esses projetos. Especialmente para quem mora em Barbacena ou em alguma cidade mineira próxima, como já abordei neste trabalho, a Epcar goza de grande reputação. Isso ficou evidente nas entrevistas com oriundos dessas localidades. Os entrevistados sempre enfatizaram, como qualidades do curso e como motivadores para estudar nas instituições, a questão da disciplina e o fato de o curso ser “puxado”. Ganha peso aqui a imagem de “escola forte”, seja para seguir na carreira militar, posteriormente, ou para simplesmente disputar os vestibulares das universidades de prestígio com mais competitividade.

Filho de um suboficial da FAB já aposentado, mas que continuava atuando como controlador de tráfego aéreo, e irmão de um oficial do Exército formado na Aman, o tenente-aviador Carvalho contou como foi a sua decisão de seguir a carreira militar:

“Meu pai é que incentivava bastante, a minha mãe também, é porque eu já tava no meio, conhecia como era, meu pai gosta bastante de aviação, gosta de caça (*modalidade de aeronave*), esses negócios, então foi ele quem mais incentivou, na verdade. Não fui nem eu que cheguei e falei: ‘Quero ser militar’. Ele que foi plantando a semente ali, ajudando ali. Ele que corria atrás: ‘Ó, tem concurso, vamos fazer, tal’, botava pra estudar, ele que corria mais atrás, até. Ele gostava bastante. Aí eu também tomei gosto e fui na dele.”

Indagado sobre os argumentos que seu pai usava para persuadir os filhos, tenente Carvalho respondeu o seguinte:

“Bom emprego, estabilidade, ele também tinha esses valores pra ele, também se formou lá (*na Eear*), sua família não era uma família de dinheiro, era meio pobre, muitos filhos e tal, e aí quando passou na escola foi motivo de grande alegria pra ele poder conseguir a independência, conseguir começar a vida realmente sozinho. Então, a Força Aérea deu essa oportunidade pra ele, foi crescendo lá e gostava do que via no trabalho, achava que era um bom ambiente, uma boa carreira. Era sargento e pensava assim: ‘Se o meu filho conseguir ser oficial, aviador, algo ainda melhor... Se, pra mim, isso aqui já é bom, pra ele, então, vai ser melhor ainda’. Então, ele incentivava: ‘Ser oficial é bom, vai ter bastante oportunidade, vai ser chefe, vai ser piloto, a carreira é boa, o salário é melhor que o meu’. Os argumentos eram mais ou menos assim.”

No caso do cadete-aviador Oliveira, o pai, então coronel-infante da FAB, teve um papel decisivo na escolha dos filhos. Oliveira era o cadete que, em uma decisão conjunta com o pai, saiu da escola civil após concluir o ensino fundamental II, para fazer por um ano cursinho preparatório para a Epcar. Não passou na primeira vez, conforme já contei, foi matriculado então no primeiro ano do ensino médio do Colégio Militar, em Canoas (RS), após a transferência do pai para Porto Alegre, e depois passou no exame da Epcar, no ano seguinte. Na Epcar, teve de recomeçar o ensino médio do primeiro ano. Oliveira era filho e neto, por parte de mãe e pai, de militares. Seu irmão, mais velho, havia sido desligado em voo da AFA e cogitava prestar o concurso novamente, no ano seguinte, para a arma na qual seu pai tinha feito carreira, a Infantaria.

O pai também desempenhou papel decisivo na escolha do cadete-aviador Prudente, morador de Barbacena, que, além disso, era sobrinho de um sargento reformado da Aeronáutica:

“Foi o meu pai que sugeriu que eu fosse pra Epcar. Ele sugeriu e eu aceitei. Fiz a prova a primeira vez e não passei. No outro ano, eu quis tentar de novo. Eu até não sabia que eu tinha passado, tinham anulado duas questões lá e, depois que eu descobri, gostei bastante da ideia. Outra coisa que influenciou, um pouco, é que eu também gostava muito de ver meu tio militar.”

Neta de avô tenente aposentado do Exército e com trajetória escolar, ao lado do irmão, no Colégio Militar de Campo Grande, instituição onde ambos estudaram no ensino fundamental II e ensino médio, a cadete-aviadora Luciana revelou que seu pai era apaixonado por aviação e que recebeu apoio integral da família em sua decisão de seguir a carreira militar:

“Bom, na verdade, o meu pai é muito viciado em aviação, ele tem várias revistas, ele gosta bastante. Eu lembro quando eu era criança que ele brincava... Quando as primeiras mulheres começaram a pilotar avião no Brasil, ele falava pra mim: ‘Ó aí, Luciana, ó, você não quer ser?’. Não, pai, quero Medicina e tal. Então, assim, ele gosta bastante, sabe? Então, eu sabia

que ele ia adorar a ideia. Aí eu comentei com a minha mãe, primeiro, e falei: ‘Mãe, não fala nada pro meu pai ainda, porque, sei lá, ele vai ficar muito animado, calma aí’. Aí, quando eu decidi e falei pra ele, pô, ele me apoiou bastante. Toda a minha família, pô, me apoiou muito. Quando eu não passei na primeira vez, nossa, foi muito ruim, cara, porque você se esforça, você não consegue, mas quem te levanta é a família, mesmo. E eles sempre me apoiaram bastante.”

A jovem militante Helena, neta, filha e irmã de militantes, afirmou que seu ingresso no ativismo político foi apoiado integralmente pelos pais. Sua mãe, no entanto, embora tivesse iniciado a vida política, assim como o seu pai, em um período muito mais turbulento, o da ditadura militar, frequentemente deixava o lado maternal falar mais alto que o de militante experiente e demonstrava preocupação com as andanças e viagens da filha:

“Minha adesão à militância foi apoiada pela minha família, principalmente pelo meu pai. A minha mãe é muito preocupada, não sei por que, porque ela fez um monte de coisa igual, de viajar, de fazer manifestação, mas ela se preocupa com os filhos (*risos*). Então, ela ficava assim, eu ia viajar o Estado às vezes com 50 reais no bolso, pra ficar três dias, ter reunião em tal lugar... Ela ficava muito preocupada com isso, mas nunca me desmotivou, só achava, assim, que era meio exagero, né? (*risos*).”

O veterano militante Acácio contou que sempre recebeu total apoio da família para as suas atividades políticas em Portugal, já sob a democracia construída a partir da Revolução dos Cravos. Um dos tios maternos fora integrante do Partido Comunista e sua mãe também tivera engajamento político, na Universidade do Porto, onde trabalhara como psicóloga na Faculdade de Medicina. Não chegou a ser uma militância partidária a de sua mãe, mas ela participava ativamente das discussões políticas. O problema começou quando decidiu vir para o Brasil, em 1979, país que ainda vivia sob uma ditadura. A militância de Acácio ganhou ares ultramarinos, nos últimos anos, com o advento da internet. De São Paulo, via Skype, conversa frequentemente sobre a situação brasileira e os candidatos que disputam as eleições por aqui, e sua mãe, em Portugal, faz campanha pelos candidatos indicados por ele junto aos brasileiros residentes na cidade do Porto.

“Quando eu estava lá em Portugal, a família dava apoio, dava todo apoio, dava toda força, não diria que era motivo de orgulho ou motivo disso ou daquilo, mas apoiava, se envolvia, tinha opinião, discutia, eu ia pras atividades e tal. Quando eu vim para o Brasil, minha mãe ficou preocupada, porque eu tava muito longe, aqui ainda não era democracia, na época, né, e ela ficou com medo. Hoje, ela faz campanha, junto aos brasileiros que moram lá, no Porto, pelos candidatos que disputam as eleições no Brasil. Porque ela discute comigo qual o melhor candidato a presidente da República, depois faz campanha lá pro pessoal votar (*risos*). Cheia de opinião (*risos*). Hoje, por Skype é fácil de a gente conversar, então a gente conversa todos os dias, às vezes a gente fica horas conversando sobre política, sobre isso e aquilo, sobre a situação e aí ela faz campanha lá. A gente discute quem é o melhor candidato aqui e ela faz campanha lá, junto aos brasileiros que moram lá, que ela conhece.”

Apoio total aos militares, tivessem ou não tradição militar na família. Em muitos casos, os próprios pais se engajavam em persuadir os filhos a aderir ao projeto de vida. No campo dos militantes, o apoio era integral nas famílias com tradição de ativistas (a maior parte dos casos, conforme mencionado). Porém, dos cinco militantes de famílias sem tradição anterior no engajamento político, quatro relataram que tiveram de superar tensões iniciais (dois da “velha guarda”, dois da “jovem guarda”).

4.2.7 Sacrifícios

De forma geral, tantos os militantes quanto os militares avaliaram que suas opções de vida exigiam sacrifícios, mas não achavam que impunham mais sacrifícios que outros caminhos que poderiam ter escolhido. Com a palavra, a jovem militante Renata. A sua fala sintetiza precisamente o que ouvi nos dois campos:

“Acho que é como tudo. Quem não é militante não tem sacrifícios? Sacrifício como qualquer outra coisa. Uma pessoa que pense assim: ‘Quero fazer uma carreira de sucesso, ter dinheiro e tal’ é uma escolha e vai ter os seus sacrifícios, também. Vai ter que estudar pra caramba, pra, sei lá, passar num megaconcurso... A gente também tem, mas não é nada assim excepcional.”

No campo da militância, um sacrifício apontado pelos militantes sessentões foi que, durante a ditadura militar, a pessoa tinha de ficar em estado de permanente vigília para não ser pego pelo regime. Esta foi uma dificuldade apresentada espontaneamente por 100% dos ativistas veteranos ouvidos:

“Na época da ditadura, a grande dificuldade é que você tinha que se manter vivo (*risos*). Não podia se deixar pegar. Eu cheguei a ter de prestar depoimento na Polícia Federal, os caras mostraram fotos minhas sentado com uma dirigente que era procurada, e aí eu percebi que tudo aquilo que a gente fazia supondo que estava na maior clandestinidade, tava tudo ali, os caras tinham um controle muito maior do que a gente imaginava. E aí ‘pô, não sou eu’, e já estava num período que eu estava com advogado. Agora, este tipo de situação, de você negar que uma foto sua é sua, entrava na porrada e mesmo e tal. As brigadas que a gente fazia para distribuir o HP também geravam umas tensões. Em Natal, cheguei a ir pra delegacia.” (militante Cícero)

Os integrantes da JPL falaram, de forma recorrente, sobre as constantes atividades de finais de semana. Muitos deles, durante a semana, cursavam universidade e trabalhavam em locais como a Umes e o HP. Além da atuação naqueles espaços, que não deixava de ser política, é verdade, tinham ainda de reservar algumas horas do dia ou da noite para as tarefas estritamente partidárias. E os finais de semana invariavelmente acabavam sendo integralmente devotados às reuniões políticas e às atividades da militância.

“(A opção pela militância) exige vários sacrifícios. Por exemplo, eu sou mais acostumada a andar com os meus amigos da JPL do que com os de fora da JPL, pra começo de conversa. Às vezes, não consigo fazer outra coisa. Desde que o ano começou, como a gente está num momento especial, a gente está organizando um seminário de educação no Rio de Janeiro, a gente está tendo reunião todo final de semana, sábado e domingo. Então, isso requer que eu abdique de certas coisas. Não posso ficar na rua, ir pra balada no sábado à noite e ficar a noite toda, porque eu tenho que acordar cedo no dia seguinte. No sábado passado, não pude fazer capoeira, porque eu tive reunião. Eu tenho capoeira de sábado de manhã. Várias vezes eu reclamo: ‘Eu não tenho tempo de ficar com a minha família’. Meu pai fica em casa terça, quinta e, às vezes, sexta. Então, segunda e quarta ele não está em casa e a gente não se bate. Fica três dias, mesmo morando na mesma casa, e a gente não consegue se ver. De segunda a sexta, a militância toma metade do meu dia. E, nos finais de semana, é completamente só JPL mesmo.” (militante Helena)

Filha de pai e mãe militantes, que se conheceram no movimento estudantil e fizeram parte tanto da JR8 quanto do MR8, a jovem ativista Tereza disse-me que o pior, no seu caso, era a reação dos amigos (sem atuação política) e de namorados (no momento, não estava namorando), que cobravam um convívio mais frequente com ela. Um conflito frequente com o ex-namorado, que não era militante, relacionava-se justamente às reuniões partidárias que consumiam todo o final de semana.

“Dizer que não implica sacrifícios é mentira. Por mais que a gente goste de fazer isso, não é todo mundo que concorda com isso. Eu tenho muitos amigos aqui, mas tenho muitos amigos fora (*da militância*), também. E tem esse negócio da cobrança: ‘Pô, mas é final de semana, você vai participar da reunião? Vamos pra outro lugar, vamos fazer outra coisa’. ‘Pô, mas você já tá organizada na São Judas, no seu coletivo, organiza a zona leste de São Paulo... meu, é final de semana...’ [...] Meu pai mora no interior e eu já fiquei cinco meses sem ver o meu pai. Pra mim, isso é um sacrifício... é uma coisa complicada [...] Terminei o namoro faz uns meses. Ele não era do partido, ele entendia bem, mas por parte dele vinha muito também essa cobrança de ‘pô, final de semana em reunião?’. Ele nunca participou de congresso, tal, mas ele discutia, assim, no sentido de conversar muito com o meu pai, pra ver como é esse negócio de estar na militância muito novo. Ele aceitava, mas não concordava com, por exemplo, passar o final de semana inteiro numa reunião. Com ele, grande parte dos conflitos era isso. Final de semana era o tempo que tínhamos pra ficar juntos e aí ‘pô, vamos ficar um final de semana (*juntos*)?’ Então tá, ‘este final de semana a gente fica junto, mas o próximo final de semana tem reunião’. Tinha que fazer negociação [...] No partido, a gente aprende a ser um coletivo e, às vezes, você esquece... não é esquecer, a palavra certa não é esquecer, mas você tem de pensar como indivíduo, também.” (militante Tereza)

Tanto os militantes antigos como os novos fizeram referência às dificuldades financeiras que enfrentavam devido à opção de vida escolhida. Pelo alto nível de escolarização que possuíam, poderiam ter uma vida mais confortável se tivessem optado por nadar “a favor da corrente”.

“Eu acabei profissionalizado na militância, mas do ponto de vista da manutenção, de sustentação material, sempre foi bastante difícil, precário. Nesse período em que eu estava estudando, não tinha terminado o curso (*de veterinária*), eu casei, em 1979. Minha mulher tinha terminado arquitetura e começou a ter um emprego, ganhava pouco e tal, eu tava meio que terminando a faculdade, ficou que ela que sustentava mais a casa. No tempo do PCR, não tinha essa questão: ‘Você está se dedicando integralmente à militância, então vamos ver como vai ser o seu sustento’. Isso era meio nublado. Eu também nunca coloquei: ‘Casei, quero ver como que eu vou ganhar dinheiro’. Como a minha mulher topou fazer assim, foi ela que inclusive bancou inicialmente a ideia, eu não ousaria fazer esta proposta pra ela (*risos*), aí a coisa funcionou assim. Quando unificou, aí eu recebi uma responsabilidade bem específica. Eu ia organizar o MR8 em outro Estado, aí o pessoal se comprometeu que eu ia ter as condições materiais pra isso. Fiz a mudança com a minha mulher grávida e tudo pra lá. Funcionou em alguns momentos, aí foi ficando difícil e terminou que em 1983 a gente voltou pra Pernambuco. Lá, a gente fez alguns vereadores e tal, fui assessor parlamentar e aí acabou equilibrando um pouco. Mas a minha atividade principal sempre foi a militância política. Em 1993, vim reforçar a equipe do Hora do Povo, em São Paulo, e estou aqui até hoje.”

Além de Cícero, os veteranos Paulo e Acácio abordaram a questão das dificuldades financeiras. Acácio também teve como principal ou única fonte de renda,

por mais de 20 anos, os salários recebidos pela atuação no jornal Hora do Povo, cujas dificuldades financeiras narrei anteriormente. Paulo sempre teve de conciliar a atividade de psiquiatra com a de militante, o que lhe impediu de obter os ganhos financeiros que a medicina muitas vezes proporciona a quem a ela se dedica integralmente. Desde 1991, passou a atuar como jornalista no HP e nos últimos tempos resolveu dedicar-se integralmente à publicação, abandonando a medicina depois de 25 anos de exercício profissional: “Fiz 60 anos, estou velho para acumular as duas coisas”, disse-me, entre risos, em 2013, em uma das visitas que fiz ao jornal.

“(A *militância*) Não é uma atividade bem remunerada, nesse lado aí... Tem esse aspecto, né, mas a gente também não pode ter tudo na vida. Também eu não tenho talento pra procurar uma atividade que garanta só ou garanta muito dinheiro. Tem gente que vai ser dentista não porque gosta, mas porque acha que vai ganhar bem. Mas tem gente que investe menos na formação, vai ser traficante, logo (*risos*). Não tenho talento para essas coisas, então.” (militante Acácio)

“Que exige algum sacrifício exige. O problema básico do sacrifício, acho que foi o Che Guevara que colocou isso, é o seguinte: é que nem tudo em que você faz sacrifício você tem de se sentir sacrificado. Às vezes, você faz sacrifício por uma opção consciente, esse negócio todo. Eu tenho plena consciência de que se eu tivesse optado por, sei lá, ser professor universitário ou outra coisa do gênero, eu estaria ganhando muito mais dinheiro do que estou no momento. Não é fácil você se dedicar a uma atividade política e, especialmente, quando ela é jornalística, você tendo a publicidade mais ou menos monopolizada por determinadas agências, essas coisas assim. Então, é claro que tem dificuldade, essa questão de dinheiro, etc., por aí vai. Ninguém aqui passa fome, mas também não vive folgado. Eu diria que isso não é muito importante, porque quando a gente fala em sacrifício, a gente pensa, normalmente, num negócio esmagador, etc., e por aí vai. Na verdade, trata-se de uma opção. Eu, particularmente, considero, e tenho parentes que são assim, que a vida fora da militância, fora de você lutar por alguma coisa, é, às vezes, muito chata, mas isso é um problema meu, isso é o que eu acho (*risos*). Não, necessariamente, é o que os outros acham. Todo mundo tem direito de achar o que quiser.” (militante Paulo)

Para a jovem militante Renata, a ética individualista, centrada apenas na satisfação dos próprios interesses materiais ou na de seus familiares próximos, resulta, sobretudo, no enriquecimento de um terceiro, o dono do meio de produção, aquele que de fato vai se apropriar da maior parte da riqueza gerada pelo seu trabalho – a mais-valia, para usar uma noção marxista. Por isso, ela não adere a esta lógica, mesmo

sabendo das dificuldades financeiras impostas a aqueles que resolvem optar pela militância.

“A questão financeira é um problema que tem, sempre teve e vai continuar tendo até, sei lá, fazer uma mudança mesmo. Porque a gente deixa de ter um trabalho, de ter um emprego e tal, direitinho, porque a gente quer militar e aí tem prós e contras. Também não vou ficar lá fazendo qualquer coisa pra enriquecer outra pessoa, porque, no final das contas, acaba sendo isso. ‘Ah, eu trabalho numa multinacional’. Legal, você ganha um bom salário, mas quem tá enriquecendo não é você, você tá trabalhando pra alguém! E aí, beleza, tem os meus sacrifícios aqui, mas eles se tornam pequenos, também, conforme a gente vai vivendo. E também tá sempre na luta, tipo, eu tenho que pagar minhas dívidas e tal. Eu acho assim: em alguns aspectos, não tem nenhuma diferença da nossa vida, financeira, de dificuldade, em relação à vida de boa parte das pessoas que levam uma vida normal. Preciso fazer minha faculdade, preciso pagar minha faculdade. Tem que levantar cinco horas da manhã pra ir pro emprego, ficar duas horas no ônibus... A diferença é a nossa maneira de pensar. Eu não estou fazendo isso pra encher o meu bolso. Não que a gente ache que as pessoas não tenham que ter dinheiro, não é isso.”

Na fala de Renata, transpareceu levemente o caráter messiânico e dogmático dos partidos que se consideram vanguarda. E o PPL, na minha análise, enquadra-se neste figurino, conforme já apontei quando descrevi o campo dos militantes políticos, no capítulo 2 – a constatação também se aplica às FFAA, que estruturam o seu funcionamento e a formação de seus quadros em uma lógica de superioridade moral, física, cívica, etc. De acordo com Renata, é como se a pessoa entrasse na lógica hegemônica porque desconhece a sua exploração: “Você ganha um bom salário, mas (*e aí vem a revelação*) quem tá enriquecendo não é você!”. Portanto, é papel do partido e de seus militantes revelar os mecanismos de exploração do ser humano, para que, automaticamente, o indivíduo, antes cego para a realidade, engrosse as fileiras da luta revolucionária e ajude a libertar os trabalhadores de seus grilhões. Eis a missão pedagógica do partido e do jornal. O militante Mateus seguiu na mesma linha, como se houvesse os que têm clareza sobre a exploração a que são submetidos (e por isso resistem) e os que só se sujeitam a ser dominados, porque desconhecem os mecanismos de exploração.

“Eu acho que quem é militante pensa muito sobre isso (*os sacrifícios*), porque quando você vira militante você está indo contra a maré, enquanto todo o resto está indo a favor ou pelo menos está se deixando levar pela maré. Exige um esforço maior, um esforço de você querer se chocar com a realidade, de verdade, enfrentar os problemas objetivos, concretos da vida [...]. [...] Eu acho que é muito mais sacrifício você estar fora disso, porque você sofre com todos os problemas que a realidade te coloca, mas de maneira inconsciente e é sacrifício do mesmo jeito. Minha mãe, por exemplo. Ela trabalhava na Espanha, superdedicada ao trabalho, trabalhava como cozinheira lá, não era cozinheira de um puta restaurante, era cozinheira de um restaurante popular, então era o dia inteiro mexendo com panelas gigantescas, problema de tendinite e não sei o quê, e defendia o patrão dela. Ela sofre todos os problemas da vida, só que de maneira cega, ela passa por todas as dificuldades, só que sem percebê-las. Eu passo pelas mesmas dificuldades que ela, só que além disso eu me dedico a enfrentar e a tentar superar essas dificuldades que a sociedade nos impõe.”

Já que a questão financeira foi constantemente apontada como um problema pelos militantes, cabe aqui apontar como as pessoas ouvidas sustentavam-se. Entre os 11 militantes entrevistados, dois, os jovens Lucas e Marcela, declararam ser quadros remunerados do PPL, além de estudantes universitários. O veterano Reinaldo equilibrava o seu tempo entre o jornal Hora do Povo, a militância e a atividade de clínico-geral, no Hospital Universitário da USP. O psiquiatra Paulo deixara a medicina, após 25 anos, e dedicava-se exclusivamente à Hora do Povo e às suas tarefas partidárias, como importante dirigente do PPL. Renata e Adriana dividiam o tempo entre atividades na Umes, no jornal Hora do Povo e na militância, sendo que a última ainda frequentava cursinho pré-vestibular (seu sonho era cursar medicina). Helena alternava as suas obrigações na Umes com as de militante. Tereza fazia o estágio obrigatório da licenciatura em letras em uma escola, pela manhã, trabalhava na Umes, à tarde, e cursava universidade, à noite. Seus finais de semana eram devotados ao partido, assim como acontecia com boa parte dos militantes. Cícero atuava no HP e prestava consultoria para o Ministério da Saúde, em um projeto que buscava garantir que os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) chegassem aos internos da Fundação Casa. Acácio, depois de trabalhar mais de 20 anos no HP, passou pelo CPC-Umes e, no momento da entrevista, tinha uma produtora musical, que distribuía os produtos

fonográficos do selo CPC-Umes. E Mateus estudava economia na PUC-SP, trabalhava no Hora do Povo e, com sua companheira, também ativista, produzia um boletim para a Câmara do Comércio Brasil-Venezuela, além de desempenhar as suas atividades na JPL. Com exceção do exercício da medicina (Reinaldo), do estágio na escola (Tereza) e da consultoria para o Ministério da Saúde (Cícero), todos os demais afazeres dos militantes entrevistados, por meio dos quais tiravam, inclusive, o sustento, tinham relação com o universo da política – trabalhar no HP, ter função e cargo dentro da estrutura da Umes, prestar serviço ou consultoria para a Umes, ser quadro remunerado do PPL, escrever o boletim da Câmara do Comércio Brasil-Venezuela. A Umes tem forte presença de militantes da JPL em suas diretorias, desde a época da JR8, no final dos anos de 1980. O governo venezuelano, desde a eleição de Hugo Chávez e incluindo a gestão de seu sucessor, Nicolás Maduro, é crítico às políticas imperialistas, neoliberais ou conservadoras. E o HP, como já vimos, não é oficialmente uma publicação do PPL, mas amplifica as ideias e posições do partido. É dirigido por quadros da legenda. Em sua redação, quase a totalidade dos integrantes é da sigla. O PPL, por exemplo, declarou apoio a Eduardo Campos para a eleição presidencial de 2014. Nas páginas do jornal, Campos passou a ganhar destaques em todas as edições, sempre positivos, quando apresentava suas propostas, dirigia críticas ao governo ou desafiava os adversários. A presidente Dilma, embora fosse tratada respeitosamente, recebia críticas por exageradas concessões ao mercado e aos bancos e por ter interrompido a trajetória de desenvolvimento supostamente iniciada no governo Lula⁶⁸. Por fim, Aécio Neves era apenas merecedor de ironias e xingamentos.

⁶⁸ Manchete do Hora do Povo da edição de 23 a 27 de maio de 2014: “Juro alto, pibinho e arrocho põem o Brasil no rumo da convulsão social” (vide Anexo B). Na linha fina abaixo da manchete: “Em três anos de governo, Dilma vai de ‘mãe do PAC’ à Maria Antonieta”. O segundo título mais importante da capa era: “A pauta das exportações do país recuou aos anos 40, diz Eduardo”. Na matéria, o candidato à presidência pelo PSB, apoiado pelo PPL, fazia críticas à política fiscal conduzida pelo governo e ao fato

Todos os 11 militantes ouvidos, no entanto, afirmaram que a vida seria muito enfadonha se se limitasse à rotina pequeno-burguesa de trabalhar, ganhar dinheiro e voltar pra casa.

“Eu sei que tem muita coisa que exige um esforço grande pra fazer. Tem várias vezes que eu não tenho fim de semana, por exemplo, então não consigo dar aquela parada pra esvaziar a cabeça. Mas, por outro lado, também, esse negócio da militância dá acesso a uma série de coisas que a pessoa que escolher ficar presa no seu quadrado não tem. Eu, por um período, cuidei do trabalho de Relações Internacionais na JPL, então eu fiz uma coisa que eu não conheço ninguém que tenha feito, a não ser a pessoa que foi pra lá comigo: viajar para o Vietnã. Poucas pessoas vão ter a oportunidade de fazer isso na vida. Foi muito, muito, muito, muito marcante, porque é uma cultura completamente diferente. Você vai conviver com algo que é muito diferente do que a gente tem aqui no Brasil. Quando eu estava no CPC (*Centro Popular de Cultura da Umes*), tive a oportunidade de fazer uma peça, de produzir uma peça junto com o Zé Renato⁶⁹, que foi um dos maiores diretores de teatro do Brasil. Você tem acesso a determinadas coisas que são muito especiais, coisas às quais eu acho que todo mundo deveria ter acesso. Então, eu não diria que tem sacrifício, porque embora tenha coisas que eu tenha que me esforçar bastante, tem um outro lado que vale muito a pena. Não vou ficar reclamando aqui (*risos*).” (militante Lucas)

No campo militar, a queixa predominante estava relacionada à distância da família. Quem vinha da Epcar, por exemplo, vivia sob regime de internato desde os 15 anos de idade. Depois de formado oficial, os aviadores passarão, ainda, um ano em Natal ou Fortaleza especializando-se. E aí iniciarão uma carreira itinerante, em que serão considerados sortudos aqueles que tiverem de mudar de Estado apenas três ou quatro vezes ao longo da carreira. Alguns militares também reconheceram que poderiam ganhar mais dinheiro no meio civil, embora tenhamos visto, nos exemplos salariais mencionados neste trabalho, que oficiais e suboficiais da FAB estejam longe de ter um mau salário. Enfatizaram, assim como ocorreu com os militantes, que, quando o sujeito

de os produtos manufaturados (industrializados) serem cada vez menos representativos na pauta de exportações brasileira.

⁶⁹ Renato José Pécora (1926-2011), conhecido como Zé Renato, foi diretor teatral e fundador do Teatro de Arena. Dirigiu, em 1958, a primeira montagem de “Eles não usam black-tie”, obra inaugural de Gianfrancesco Guarnieri como dramaturgo. Dirigiu ainda peças de Nelson Rodrigues, Molière, Bertolt Brecht, Augusto Boal, Dias Gomes, Oduvaldo Vianna Filho e Sttaford Dickens, entre outras. Foi um dos nomes mais importantes do teatro brasileiro a partir da década de 1950 (Fonte: Enciclopédia de Teatro do Itaú Cultural, no sítio da mesma instituição – www.itaucultural.org.br).

tem foco e sabe claramente o que quer da vida, essas dificuldades são facilmente superadas.

“Eu acho que (*o maior sacrifício*) é ficar longe da família e perder os momentos que as pessoas passam, porque você está fora. Por exemplo: eu vi pelo Facebook que a minha prima teve nenê esses dias e, quando eu fui lá no feriado, eu a vi e tal, mas são coisas que a gente observa de longe. Os meus avós, também, eu sou muito próxima deles, eu sou a primeira neta, eles já estão ficando velhos e tal, então é uma coisa que meio que você perde. Você está aqui, vale muito a pena estar aqui, mas eu acho que o pior é isso, você perde vários momentos da sua família. Eu não falo muito por você ficar presa a semana inteira aqui, porque é uma coisa que eu gosto de fazer, eu gosto de estar aqui, então eu não acredito que seja assim, perder a sua vida, mas é mais a questão da família, mesmo.” (cadete Luciana, segundo esquadrão)

“Eu abro mão de estar com a minha família, pra estar aqui, aprendendo a como defender o Brasil, a o que fazer pra melhorar um pouco a nação. Estar longe da família eu acho que é um sacrifício bem grande, é difícil. O resto é pouca coisa, a correria que a gente vive, o sono que a gente perde são coisas que... Por exemplo: enquanto tá todo mundo na praia, a gente tá aqui estudando. São coisas fáceis de levar porque eu tenho o meu objetivo focado. Agora, a saudade de casa é uma coisa que não acaba nunca. Então, eu acho que é a coisa mais difícil.” (cadete Natália, segundo esquadrão)

O cadete-infante Galvão, do terceiro ano, sintetizou algo que apareceu em outras entrevistas no campo dos militares. O prestígio⁷⁰ e o orgulho de ser militar aplacavam, de forma eficaz, os muitos sacrifícios que a carreira impõe.

“A vida de militar exige muita resiliência, muita vontade de servir, de servir a pátria. Não é uma tarefa fácil, não é uma tarefa que dê muitos frutos, em valores monetários, mas é uma carreira que dá muito valor moral. Abnegação, também. Perder final de semana é normal aqui pro pessoal, o que não seria pra alguém lá de fora, que tem a sexta à noite, o sábado e o domingo de descanso.”

Nas falas dos cadetes, a árdua rotina na AFA, que começa muitas vezes antes das 5 horas da manhã e termina depois da meia-noite, também foi mencionada como algo sacrificante, embora, como aconteceu no caso dos militantes, as narrativas sempre terminavam com afirmações do tipo: “Se você tem foco, tem convicção de que é isso o que quer na vida, as dificuldades são superadas”.

⁷⁰ Pesquisa realizada pelo instituto DataFolha, em junho de 2013, revelou que, para os residentes na cidade de São Paulo, as Forças Armadas ficavam na terceira posição entre as instituições de maior prestígio na sociedade, apenas atrás das redes sociais e da imprensa, que ocupavam, empatadas, a primeira posição, e da igreja católica (segundo lugar). A pesquisa ouviu 805 pessoas e sua margem de erro era de quatro pontos percentuais.

Embora já tenha, em outros momentos, abordado a dureza do período de adaptação e a árdua rotina dos cadetes, coloco, a seguir, dois depoimentos que ilustram bem os sacrifícios, o primeiro deles sobre um dia típico, no período de adaptação, e o segundo sobre as atividades que precisam ser desenvolvidas no segundo esquadrão (ano no qual os aviadores começam a voar), da alvorada ao recolher:

“A gente acordava antes das 5h, porque tinha que entrar em forma às 5h30. Então, antes de descer, tinha que arrumar o quarto, se vestir, arrumar o cabelo, deixar o quarto tinindo, cheirozinho, a cama bem passada. Tem todo um jeito de se arrumar a cama, a gente brinca que é um envelopinho, a gente envelopa a cama, escova a colcha, pra deixar todos os pelinhos de um lado, é bem cheio de detalhes. E a gente ia dormir muito tarde. Ia dormir depois das 2h, às vezes, pra acordar antes das 5h. Então, a gente acordava cedo, ficava parado em forma até a hora do café, que era umas 6h. De manhã, tinha educação física. De tarde, tinha ordem-unida, o tempo todo no sol, o tempo inteiro batendo o pé, o tempo inteiro correndo, e muita doutrina e regulamento. À noite, jantar e pernoite, muita pagação. Era liberado para os quartos depois das 22h, 22h30. No quarto, arrumar as coisas, estudar, decorar. Como a gente ganhou só dois uniformes camuflados, que é o uniforme que a gente usa na adaptação, e não tem como ficar lavando às 2h da manhã, pra voltar a usar às 5h, era um grupamento de coitados fedorentos. Hoje, a gente fala: ‘Ah, os estagiários, meu Deus, aquele bando de fedorentos’ (*risos*). Mas hoje em dia a gente vê que realmente tem que ser assim, tem que pegar no tranco para iniciar na vida militar. Depois, a gente tem o Exec I, que é o exercício de campanha, também nesse mesmo estilo, só que é no meio do mato, acampado, então fica todo mundo nessa mesma situação, ali.” (cadete Cleonir)

“Hoje (*dia de voo*), eu acordei às 4h10, porque a gente tem de entrar em forma às 5h10, pra vir pra cá. O intervalo de almoço é de acordo com o seu voo. Por exemplo, se você está escalado para o meio-dia, então tem de almoçar 10h30 da manhã. Se está escalado para as 14 horas, já dá pra almoçar 11 horas, meio-dia. E aí às 15h40 é liberado pra educação física. Os cadetes que ainda precisam voar não vão pra educação física e ficam aqui, mas quem já voou é liberado para a aula. A educação física vai até as 18 horas. Aí a gente retorna pro quarto e tem que entrar em forma às 18h30 pra ir pra janta. Vai pro quarto, toma banho, troca de roupa, se arruma, entra em forma às 18h30. Janta, volta pro quarto, aí engraxa o sapato, passa a roupa, se não tiver dado tempo de passar, desce e entra em forma pro pernoite, que é uma formatura em que a liderança vai falar, são aspectos doutrinários que vão ser passados pra gente, os valores. E aí, às 20h30, é liberado pro quarto. Chega no quarto, tem que estudar, tem que passar roupa, quem tem de lavar roupa tem de lavar roupa, tem que fazer todas aquelas coisas pro dia seguinte poder andar, também. E aí, nos dias que a gente vai pra Divisão de Ensino, é mais ou menos a mesma coisa, a gente acorda pra tomar café, só que acorda um pouco mais tarde, acorda umas 5h30, tem que entrar em forma às 6 horas. Vai pro café-da-manhã, volta pro quarto pra arrumar o quarto. Aí tem que entrar em forma de novo às 6h40. A aula na Divisão de Ensino começa às 7h. Aí tem aula na Divisão de Ensino até as 11h20. Às 11h20, tem a parada diária, que é a formatura de hasteamento da bandeira. Aí, vai pro almoço, tem intervalo de almoço até 12h50. E aí entra em forma de novo e volta pra Divisão de Ensino e fica lá até as 15h20. Às 15h40 vai pra Educação Física e, a partir daí, é a mesma coisa de antes.” (cadete Natália)

Sejam ou não rotinas sacrificantes, apenas um dos militares ouvidos cogitou seguir outro caminho – o cadete-aviador Fábio, cuja trajetória abordei anteriormente neste trabalho, que abandonou a adaptação para cursar engenharia, na UFMG, e depois decidiu largar o curso para retornar à AFA. O cadete-infante Nader, embora tenha trabalhado desde os 14 anos de idade na loja que vendia baterias para automóveis do padraço (único militar ouvido que teve outro emprego), um sargento aposentado da Marinha, sempre foi, desde garoto, estimulado a seguir a carreira militar pela família, por ser um emprego fixo e “a melhor opção para o pobre, que não tem dinheiro pra pagar faculdade”, conforme também já informado.

Enfim, as dificuldades financeiras e, no caso dos jovens militantes, a constante perda de finais de semana ou das horas que, em tese, seriam destinadas ao lazer, ao tempo livre, por causa da necessidade de participação em reuniões e atividades partidárias ou políticas, foram apontadas como os grandes sacrifícios a que eram obrigados se submeter os membros da JPL/PPL. Entre os militares, a distância da família e, no caso dos cadetes, a árdua rotina no período de formação foram apontadas como os maiores problemas. Nos dois campos, no entanto, nada que não fosse superável se a pessoa estivesse convicta de suas escolhas. Afinal, disseram todos, estavam lá por opção. Abordarei a questão do “ser voluntário” adiante, nesta dissertação.

Para finalizar o item “Sacrifícios”, militares ainda apontaram que suas rotinas eram repletas de horários e rigidez. Já os militantes, embora tenham muitas tarefas a cumprir, desfrutavam de rotinas mais flexíveis.

4.3 Pontos de convergência nos processos de socialização dos dois campos

Neste capítulo e nos dois anteriores, procurei apresentar dados, descrições e reproduzir as falas e os sentimentos dos entrevistados que nos ajudassem a melhor compreender as configurações dos dois campos, as relações de interdependência presentes, o desenrolar ao longo do tempo dos acontecimentos narrados, as trajetórias de vida das pessoas ouvidas, o capital cultural dos entrevistados, assim como suas disposições mentais – formas de sentir, pensar, agir, relacionar-se. Procurei valer-me dos ensinamentos de Norbert Elias e Pierre Bourdieu, fundamentalmente, para descrever e delimitar os campos, apontar algumas diferenças detectadas, problematizar falsas similaridades. Estas descrições e reflexões foram elencadas nos itens “As diferentes relações com a cidade”, “Escolarização dos entrevistados e dos antepassados”, “Religião”, “Adesão a outras organizações”, “Vida itinerante”, “Apoio familiar” e “Sacrifícios”. A partir de agora, recorrendo ao mesmo *modus operandi*, concentro-me nos pontos de convergência, sendo que um deles se destaca de forma enfática: o recrutamento endógeno. É notável a quantidade de militantes e militares presentes nas gerações anteriores ou mais novas das famílias das 22 pessoas entrevistadas. Também apresento outros pontos de convergência que não apareceram no quadro que inicia o capítulo que trata dos resultados, porque não havia como atribuir simplesmente “sim” ou “não” às longas respostas dos entrevistados relacionadas a esses tópicos.

Os dados coletados por meio de entrevistas, observações de campo e revisão bibliográfica sugeriram os seguintes pontos de convergência na socialização de militares da AFA/FAB e de militantes da JPL/PPL:

- 1) forte identidade de grupo e preocupação com a sociedade (senso de coletividade acima do senso de individualidade);
- 2) apego a valores patrióticos e nacionalistas;

- 3) ética da “missão dada - missão cumprida” (hierarquia e disciplina);
- 4) diferente percepção do “ser voluntário”, em comparação com o que estamos habituados no senso comum;
- 5) ética corporal e de vestuário explícita e institucionalizada, no caso dos militares, e implícita e não institucionalizada, mas também perceptível, no caso dos militantes;
- 6) recrutamento endógeno;
- 7) vigorosa preocupação com a doutrina.

Vamos a estes pontos, então:

4.3.1 Forte identidade de grupo e preocupação com a sociedade (senso de coletividade acima do senso de individualidade)

As respostas a algumas perguntas presentes no roteiro de entrevistas que utilizei nesta pesquisa foram tão parecidas que, se retiradas do contexto, se omitidos intencionalmente os nomes dos entrevistados, ficaria impossível apontar se as frases foram ditas por militares da AFA/FAB ou militantes da JPL/PPL. Nas questões que envolviam valores, por exemplo, isso aconteceu reiteradamente. Houve, de ambos os lados, críticas recorrentes ao individualismo que campeia em nossa sociedade, ao fato de não colocarmos os interesses da sociedade e do país acima de interesses mesquinhos, de o sujeito somente se preocupar consigo mesmo e não ter a visão do todo, de as pessoas estarem obstinadas com o consumo e o sucesso financeiro, em detrimento de questões mais amplas, coletivas, sempre relegadas a segundo plano. Apresento, a seguir, algumas falas, vindas dos dois lados, para ilustrar o que elenquei até agora:

“Eu acho que o principal seria pensar um pouco mais nos outros. Eu acho que é o que falta em todo mundo, porque tá todo mundo tão engajado em buscar o

dinheiro, em buscar o trabalho, em sustentar a sua família que falta pensar nos outros, que falta pensar em quem não tem onde morar, pensar em quem está passando fome, falta pensar em quem precisa de uma assistência médica. E acaba que esses valores são deixados pra trás justamente porque a gente precisa se sustentar. Então, cada família precisa se sustentar, um pai precisa sustentar os seus filhos. Mas, além de sustentar os seus filhos, eu acho que falta a questão da união da nação, de não se pensar só em si mesmo.” (cadete Natália, segundo esquadrão)

“Eu diria que a principal coisa é uma identificação com o coletivo, com o conjunto das pessoas, com o povo, o que quer dizer com o país e com a humanidade [...]. [...] Antes de entrar na militância, eu era um cidadão daquele tipo... era uma espécie de passivo-agressivo, como se diz na psiquiatria. Tímido, mas ao mesmo tempo agressivo. Porque você não tem muita perspectiva coletiva das coisas, social, etc., aí a tua tendência é meio ficar encerrado em si mesmo. Então, é verdade que eu sempre li um bocado, essas coisas, isso tudo é verdade, mas é diferente quando você sente necessidade de absorver a contribuição dos outros e também de dar a tua contribuição para os outros. Então, a sua contribuição fica sendo um negócio que você nota que, inclusive, ela não é inútil. Ela tem uma determinada utilidade para as pessoas, esse negócio todo. Além de você absorver, também, as coisas dos outros, as contribuições alheias. Então, eu acho que do ponto de vista da vida política, digamos assim, que eu me civilizei bastante, certo? Eu era um pouco selvagem... (*risos*)” (militante Paulo)

“As pequenas coisas se tornam insignificantes, entendeu? Essas coisas de individualismo, de se preocupar com o próprio umbigo, que é o que se prega em qualquer lugar, na mídia, principalmente, e, principalmente, pra juventude. ‘A gente tem que fazer o nosso, cuidar do que é nosso...’. Na semana passada, a gente assistiu a um documentário que era sobre coberturas⁷¹, um filme muito engraçado, porque eram entrevistas que os caras faziam com moradores de coberturas. Então, perguntavam o que era morar numa cobertura, como você se sente morando numa cobertura... Aí, as respostas eram assim: ‘Ah, a gente morando aqui se sente superior, tem condições de olhar por cima. Nós nos sentimos poderosos, né?’. Uma outra pessoa falou: ‘Estamos mais próximos de Deus’... Não é sacanagem, não, a mulher falou isso sério, é sério! (*risos*) [...] Então, a gente fica pensando assim, porra, é isso mesmo? Não estou dizendo que a gente tem que pregar que as pessoas não têm de ter conforto. As pessoas têm que ter suas casas, suas coisas [...]. Então, eu acho que isso é o que muda na nossa maneira de ver as coisas, a gente deixa de ficar se preocupando com pouca coisa e percebe... Não estamos aqui sozinhos no mundo, tem um monte de coisas pra fazer e vamos à luta.” (militante Renata)

“Antes, eu estava preocupada com o meu mundo. O importante era eu, eu, eu, eu. E aí você vê que não é assim, não pode ser assim. Pensar só no seu individual. A sociedade que eu construo é o oposto disso [...]. [...] Você tem mais, então dê, não é porque você é bonzinho, mas é porque você entende a necessidade do outro cara. Um prato de arroz e feijão não é o que vai te fazer passar fome, mas pro cara faz diferença.” (militante Marcela)

“Meu pai falou pra mim assim uma vez: ‘Você nasceu numa ilha comunista e acha que todo mundo é assim do lado de fora’. Porque a gente tem um senso de coletividade maior que o dos outros. Às vezes, eu sinto isso bastante, na

⁷¹ “Um lugar ao sol”, de Gabriel Mascaro (Brasil, 2009).

rua, nas questões mais simples. Levantar para um senhor de idade sentar, no ônibus, para a grávida sentar. Se alguém cai no meio da rua, você ajuda a levantar. Eu acho que você tem um senso de coletividade bem maior que uma pessoa que não participa.” (militante Helena)

No campo da JPL/PPL, como já vimos no item “Sacrifícios”, as respostas caminhavam no sentido de que a escolha pela militância trazia, a reboque, problemas financeiros recorrentes, mas que a vida limitada à superação de problemas individuais era muito chata. A vida devotada ao enfrentamento dos problemas nacionais, coletivamente, para que daí surja um país desenvolvido, justo, igualitário, em que as pessoas vivam bem e sejam felizes “é uma delícia”, como descreveu a jovem militante Adriana.

No campo militar, com frequência as pessoas diziam “sei que não vou ficar rico, sei que poderia ganhar mais se fosse trabalhar numa grande empresa, mas a minha escolha foi por servir à sociedade, ao país”. A opção por viver em prol da sociedade e de ideais coletivos reforça a identidade de grupo nas duas instituições pesquisadas, mas de formas diferentes, na minha percepção. Os militares tendem a se fechar em si mesmos⁷², enquanto os militantes tentam se voltar para fora. Tento explicar melhor. O militar, para ter a prontidão operacional que se espera em um momento de combate, para conseguir agir instantaneamente e sem hesitação ao receber um comando, acaba por classificar as coisas, muitas vezes, de forma maniqueísta: amigo x inimigo, certo x errado, bom x ruim, honesto x desonesto, aqui dentro x lá fora. Os valores ruins quase sempre são associados ao mundo de fora, ou seja, ao mundo dos civis: individualismo, falta de patriotismo, falta de espírito cívico, desorganização, desordem, obstinação pelo dinheiro, ambição desmedida, insensibilidade com o próximo, desonestidade, corrupção, ineficiência, mentiras, covardia. O inverso desses valores marcaria fortemente o mundo militar: espírito público, patriotismo, civismo, organização,

⁷² Embora seja recorrente o discurso de aproximação com a sociedade.

planejamento, abnegação, preocupação com a sociedade, honestidade, eficiência, coragem, entre outros. O que resta ao militar? “Fazer sempre o certo”, como repetiram os cadetes algumas vezes. Mesmo que o mundo lá fora seja um descalabro, aqui dentro não podemos deixar virar uma “paisanaria” (CASTRO, 2004, p.44-46). O militar precisa fazer a sua parte. Se lá fora nada anda bem, paciência. “Aqui dentro, nas atribuições que estão sob nossa responsabilidade, vamos agir como manda o figurino”, determina esta lógica. Novamente, prevalece a vertente do “soldado-profissional” (voltado para dentro), que é a de desempenhar diligentemente, com primor técnico e moral, as funções constitucionais que são esperadas dele, em detrimento da lógica do soldado-interventor, esta última tão marcante no meio militar em outros tempos de nossa história, que seria a de fazer com que os civis se enquadrassem, na marra, aos valores e aos princípios éticos supostamente mais elevados dos militares. O militar agiria, neste último caso, como aquele que vai corrigir a sociedade, recolocá-la nos trilhos da dignidade e do patriotismo (CARVALHO, 2005). Eis aí o dogmatismo e messianismo que, vimos, também são aplicáveis ao universo dos militantes. Algumas falas que reforçam esta identidade de grupo:

“O militarismo forma pessoas honestas. O que eu percebi, aqui neste período de quatro anos que dura a academia, é que eles ensinam bastante a gente a ser honesto. Se fizer uma merda, tem de se acusar. Em momento algum se omitir. Sempre fazer o certo porque é certo, não porque alguém está olhando. Uma coisa que eu aprendi bastante aqui é fazer isso [...]. [...] Se o Brasil seguisse os valores que a gente tem aqui seria o melhor país do mundo. Falta muito ainda. É muita desigualdade, muita corrupção, muito roubo, muita mentira. O mundo civil não cultiva o que a gente cultiva aqui, que é a honestidade. Tendo honestidade, a gente galgaria um importante degrau.” (cadete Nader, terceiro esquadrão)

“O que você vê que funciona no militarismo e que poderia ser empregado (*na sociedade*) são os dois pilares que sustentam o militarismo, a hierarquia e a disciplina. Então, se conseguisse implementar isso na sociedade, alicerçar a sociedade perante esses dois valores, a sociedade poderia estar deslançando de outra maneira. Porque o que se vê na sociedade aí fora é que não há a presença de um líder, não há a presença de uma pessoa que tome a frente e que faça as pessoas se comportarem de um jeito. É mais uma desorganização geral da sociedade.” (cadete Galvão, terceiro esquadrão)

Já o militante da JPL/PPL volta-se pra fora, segue uma lógica mais assemelhada com a de um soldado-interventor ou a de um soldado-cidadão, na classificação de Carvalho (2005). Parece repetir aquela história de o partido ser a “vanguarda da sociedade”, que vale, na prática, para partidos de qualquer orientação ideológica, inclusive para os conservadores. Detectamos quais são os problemas nacionais, quais são as forças e os agentes que nos impedem de buscar a independência, a soberania, o desenvolvimento, a liberdade de nosso povo. Sabemos como enfrentar esses desafios e adversários, como reverter essa situação. Mas para “Libertar a humanidade e construir o socialismo”, *slogan* usado em manchete histórica do jornal Hora do Povo, precisamos engajar grande parte da sociedade ao processo de lutas. A organização, assim, volta-se para fora, embora, em muitos momentos, pareça que o partido esteja pregando exclusivamente aos convertidos, conforme também descrevi anteriormente, quando abordei o jornal Hora do Povo.

Nos dois campos, portanto, há fortíssimas identidades de grupo. Entre os militares, há a clara percepção de que são portadores de valores mais sólidos, formam uma ilha de retidão moral e de devoção à pátria e à sociedade, em um oceano civil de descabros. É preciso que continuem, portanto, amalgamados para realizar com dedicação esse grande trabalho.

“Eu acho que falta bastante patriotismo (*na sociedade civil*). Já teve várias pesquisas aí e foi comprovado que as Forças Armadas são as instituições que têm mais credibilidade da população. Eu acho que essa questão da disciplina, da hierarquia, com patriotismo, você fazer visando sempre o bem do país, se todo mundo visasse isso, seria... acho que seria melhor.” (cadete Prudente, segundo esquadrão)

“Aqui, você faz as coisas certas, você é disciplinado, você tem de se prender aos mínimos detalhes para tentar fazer certo. De certa forma, eu passei isso pra minha vida pessoal. A não ficar em dúvida sobre coisas importantes. Você tem de fazer isso? Dessa forma? Então, faça dessa forma. Você não fica na dúvida. Confiança, também, isso te traz segurança. Sou muito mais segura hoje do que eu era antes.” (cadete Luciana, segundo esquadrão)

“Eu acho que as pessoas muitas vezes aí fora elas passam por cima de outras, pra conseguir os seus objetivos, e isso é uma coisa que aqui dentro a gente não faz. Questão de trabalho, de relações, mesmo. Que muitas pessoas aí fora se olham, assim, e meio que tentam passar por cima dos outros, não é o conjunto trabalhando pra melhorar o país. São pessoas que pensam por si mesmas, individualistas. Eu acredito que se melhorasse isso, por exemplo, se todo mundo se juntasse realmente... Uma coisa que eu vejo aqui, na AFA, que as pessoas trabalham e o trabalho realmente dá certo. Você monta um plano, você cumpre os objetivos e você consegue realizar os objetivos. E é uma coisa que lá fora é difícil, pelo menos, antes de eu entrar aqui, eu realmente não acreditava que pudesse dar certo. Pô, uma coisa grande, um planejamento grande que você tem de fazer, você tem que atingir metas, você tem que cumprir, realmente dá certo. Lá fora era muito difícil eu ver alguma coisa realmente dando certo. Eu acho que as pessoas têm que acreditar mais que trabalhando em conjunto e, realmente, estabelecendo metas e lutando pra poder cumpri-las, vão conseguir.” (cadete Luciana, segundo esquadrão)

Entre os militantes, prevalece a visão de que não será possível fazer avançar o Brasil rumo ao socialismo, sem trazer com o partido grande parte da sociedade. Para tanto, é preciso esclarecê-la sobre o que se passa, já que a leitura da realidade feita pela organização é a mais adequada.

“Tenho uns amigos que são da academia, da capoeira, pratico capoeira e tal, com um pessoal que não tem vínculo nenhum com o partido, mas sempre tem a discussão. ‘Chama a Renata, a Renata é de esquerda’. Tem gente de esquerda, tem gente de direita, aí tem um pessoal bem radical, aí você não vai também... ‘Ah, não faço amizade com esse tipo de pessoa’... Não tem isso, ao contrário, você vai sempre querendo mostrar, discutir o assunto (grifo meu), ‘pera lá, não é bem assim’.” (militante Renata)

4.3.2 Apego a valores patrióticos e nacionalistas

A comprovação do apego a valores patrióticos e nacionalistas, por parte dos dois campos estudados, revela-se ao longo de todo este trabalho. Na missão e nos valores da FAB, no estatuto do PPL, nas falas dos entrevistados, nas manchetes e reportagens do Hora do Povo mencionadas. No item anterior, por exemplo, que trata da forte identidade de grupo e com a sociedade, aparecem diversas declarações que clamam pela união nacional, recriam a falta de patriotismo, convocam a uma maior preocupação com o país. O PPL, em sua página na internet, escancara: “Os seis pontos para desenvolver o

Brasil”. Exortações à defesa da pátria e da soberania transbordam, também, no Notaer, publicação oficial da FAB.

Tradicionalmente, as ideias de coletividade e nacionalidade expressam-se de formas diferentes nas esquerdas e entre os que defendem a conservação da ordem. Para os socialistas de diversas vertentes, as noções de coletividade e povo acabam, muitas vezes, por se sobrepor às de nação e pátria. Uma vez que as revoluções fossem deflagradas globalmente e o capitalismo, superado em todas as partes do planeta, conheceríamos um único mundo, sem fronteiras, regido pela radicalização da igualdade e da solidariedade, no qual as pessoas poderiam trafegar sem restrições de nenhuma espécie, em liberdade absoluta. O ser humano iria se apropriar absolutamente do próprio tempo, já que os meios de vida estariam plenamente garantidos neste novo tipo de sociedade global. Muito mais que nacionalistas, as esquerdas, ao menos em tese, costumam ser internacionalistas.

Quando cursei a graduação em ciências sociais na USP, tive aulas, na disciplina de metodologia, com o professor-doutor José Jeremias de Oliveira Filho, do Departamento de Sociologia da FFLCH. Certa vez, em um bate-papo com os alunos fora do horário de aula, contou-nos uma passagem que ilustra bem esta vocação internacionalista das esquerdas. Jeremias relatou que, em outubro de 1979, logo após a decretação da Lei de Anistia, as centenas ou milhares de pessoas que recepcionaram o líder comunista Luís Carlos Prestes, que acabava de retornar do exílio, propuseram, em determinado momento após a sua chegada, a execução do hino nacional. Prestes teria respondido polida, mas assertivamente, que era internacionalista. Sendo assim, preferia a execução da Internacional Socialista. A breve passagem ilustra que o compromisso de boa parte das esquerdas era, fundamentalmente, com o povo, os trabalhadores, a

humanidade, independentemente de local de nascença, língua materna, características culturais desta ou daquela nação.

Ao realizar a configuração do campo da JPL/PPL, no Capítulo 2 deste trabalho, mostrei que, além da preocupação com o povo, os trabalhadores e a humanidade, as noções de pátria, cultura nacional, símbolos, heróis brasileiros e soberania são extremamente fortes no partido e em sua vertente juvenil, da mesma forma que isso acontece no campo militar. Mais que fortes, são orientadoras para a ação do PPL e de seus militantes. As lutas, segundo esta visão, dão-se primeiro nacionalmente, para que depois possa ocorrer certa conjunção internacional dos países e povos em torno do socialismo. Inicialmente, na visão do então MR8, quando fez as opções já descritas nos anos de 1970, era preciso que houvesse democracia no Brasil, sem a qual partidos, mobilizações, greves e protestos não seriam possíveis. Além disso, era fundamental, e isso ainda vale para os dias de hoje, que houvesse acelerada e crescente industrialização, alicerçada no capital nacional, porque a industrialização, além de fortalecer a soberania do Brasil, faria existir a classe operária, única capaz de acelerar o dínamo da história. Existindo democracia e industrialização, surgiriam também sindicatos cada vez mais fortes, discussões políticas, manifestações, enfrentamentos. Com a tomada de consciência crescente da classe trabalhadora e a clareza de que a libertação da humanidade só viria com a superação das condições que provocam a sua exploração, a revolução socialista floresceria como um desdobramento natural, no futuro. É esta a ideia-síntese do *slogan* “Libertar a humanidade e construir o socialismo”. O passo dado em direção ao socialismo não será possível, portanto, sem o prévio desenvolvimento da democracia e do capitalismo nacional em toda a sua plenitude.

É revelador que a bandeira do PPL seja verde-amarela e não vermelha, como normalmente acontece com os partidos de esquerda. E é importante salientar que já era verde-amarela desde os tempos de MR8, conforme verificamos a seguir:

Figura 1 – Bandeiras do PPL e do antigo MR8

Em diversas passagens das entrevistas realizadas no campo dos militantes, registrei várias declarações de amor ao Brasil e às cores nacionais, de orgulho por nosso hino, de veneração pelos heróis pátrios, especialmente Tiradentes e Getúlio Vargas⁷³, de apreço pela cultura nacional. Acácio, militante com atuação cultural, chegou a mencionar a importância de se valorizar mais o chorinho, o samba e o baião, por exemplo, do que a música estrangeira. Também testemunhei defesas entusiasmadas da soberania nacional, da industrial nacional e das qualidades do povo brasileiro. Não fossem identificados os entrevistados, seria difícil distinguir se eram falas de militantes ou militares, devido às características semelhantes do nacionalismo presente nos dois campos. Prova disso é que os lemas do Clube Militar⁷⁴ parecem ter sido extraídos do

⁷³ No saguão de entrada da Casa Rosada, sede do governo argentino, são homenageadas várias personalidades latino-americanas que teriam contribuído para a independência de seus países em relação aos colonizadores ou atuado de forma expressiva para o fortalecimento dos ideais republicanos e o desenvolvimento da região. Há dois brasileiros homenageados: Tiradentes e Getúlio Vargas.

⁷⁴ Instituição fundada em 1887, dentro do contexto de grande turbulência existente no país em função, por exemplo, do republicanismo, do abolicionismo, da Guerra do Paraguai e das questões militares. No período, várias instituições foram criadas para reunir grupos que defendiam determinadas ideias e

estatuto do PPL ou vice-versa. São eles: democracia, soberania, unidade nacional e patriotismo.

Durante entrevista realizada em março de 2014, o militante Lucas, então coordenador-nacional da JPL, disse que estava indignado pelo fato de ainda não ter conseguido espalhar quadros em homenagem aos heróis brasileiros pela sede da entidade, em especial de Tiradentes⁷⁵. A exaltação às figuras nacionais, como já dito, é comum nos dois campos. No início da década de 1970, um dos planos do ministro da Educação do governo Médici, Jarbas Passarinho, era usar a Embrafilme para financiar filmes históricos que exaltassem os heróis brasileiros.

A militante Tereza também recorreu aos símbolos pátrios para explicitar que a transformação só virá, na sua opinião, quando os brasileiros orgulharem-se de sua cultura, de seus valores, de seus símbolos:

“Você tem de gostar do seu país, achar que você pode melhorar as coisas no conjunto. Quando você canta o hino nacional, sentir aquele arrepio. A primeira coisa é gostar do seu país. Na faculdade, eu faço literatura estrangeira e faço inglês, que é uma coisa que eu odeio. Tenho que fazer, porque senão eu não me formo. Mas eu gosto muito da nossa língua, gosto muito da nossa cultura. Eu acho que é você gostar muito da sua cultura, do seu povo. Pra ser militante da JPL, você tem que gostar do seu povo, do seu país.”

Marcela, jovem militante, alertou que para militar na JPL/PPL o primeiro passo é superar o que Nelson Rodrigues chamava de “complexo de vira-latas”. Não pode haver espaço, de acordo com ela, para complexos de inferioridade, para deslumbramentos em relação a tudo o que vem de fora:

estimular os debates entre os seus integrantes, como o Clube Militar (Fonte: sítio do Clube Militar, www.clubemilitar.com.br).

⁷⁵ Na sala de Lucas, na sede da JPL, havia um pôster de divulgação de uma exposição que ocorreu de 12 de outubro de 2010 a 16 de janeiro de 2011, na Cité de la Musique, em Paris, intitulada “Lenine, Staline et la musique”. No pôster, incluído no Anexo F deste trabalho, Stalin traja-se com farda militar e aparece meio de perfil. Lenin, de boné, olha frontalmente para o observador do quadro. Os dois líderes soviéticos são bastante apreciados pela militância da JPL/PPL, conforme descrito em passagens anteriores desta dissertação.

“(É *preciso*) ser brasileiro de fato, não só de falar, mas de atitude e de coração, porque esse discurso de que o que vem de fora é melhor, dentro do partido, não tem espaço. Temos argumentos para convencê-lo do contrário. Você precisa ser nacionalista, de fato, ser um cara que acredita no seu povo e não acha que seu povo é vagabundo, que aqui só tem Carnaval e futebol. O nome do partido a gente não escolheu à toa. Quando a gente abriu a discussão de que precisávamos virar um partido de massas e deixar de ser um partido de quadros, como era o MR8, começamos a pensar em uma série de nomes. Alguns defendiam manter MR8 e tal. A gente pensou que tinha de ser algo que sintetizasse a luta atual, que é tornar a pátria livre. Não é uma pátria livre no sentido figurado, mas livre de fato. Economicamente independente, que gera emprego, tem a sua indústria, valoriza o seu mercado, investe na sua educação. Não existe nenhum exemplo no mundo em que o país cresceu, desenvolveu-se, deu seu salto de qualidade, sem educação. Então, o cara tem que entender isso, a importância de ser brasileiro, de construir a sua nação. Ser de fato uma nação, um corpo só.”

O amor pelo povo e o país também apareceu na fala da militante Adriana, como traço mais fundamental de um ativista político:

“Eu acho que a principal característica de um militante é amar o povo do qual ele faz parte, é amar o país e... acho que só isso. Tem que amar o povo, se amar, amar a sua história e tal. Porque aí, com certeza, a disposição pra luta vai despertar, em algum momento.”

A centralidade que a libertação nacional ocupa na agenda da JPL/PPL revelou-se claramente na fala da militante Helena, quando ela abordou a posição do partido em relação à chamada modernização dos costumes. Aliás, se os lemas do Clube Militar aqui apresentados são convergentes com os princípios defendidos pelo PPL, a posição do partido em relação às drogas, por exemplo, poderia perfeitamente fazer parte dos códigos de conduta dos cadetes ou dos militares:

“Existem coisas que o pessoal tem que saber que, a princípio, a gente não defende e não pretende defender. Por exemplo, na JPL, as coisas que mais pegam são a liberação da maconha e das drogas, em geral. A gente não defende uma coisa dessas. Tem muita gente que entra no nosso partido e quer discutir isso e fala: ‘Eu fumo maconha e tal’. A gente não impede a pessoa de participar, mas vai chegar um momento em que é incompatível pra ela a militância dela com isso. A gente acha que isso é um atraso de vida pra pessoa [...]. [...] Sobre eutanásia, não existe uma formulação. Casamento gay a gente deixa em aberto, porque a gente não defende exatamente isso. A nossa questão principal é a questão da libertação nacional. Tem gente que acha que a gente é homofóbico. Não é proibido o homossexual entrar no nosso partido. É o seguinte, se ele quiser entrar, tudo bem, mas a gente não tem uma luta em prol dos gays, a gente tem uma luta nacional. Se ele quiser

fazer parte disso, ele pode entrar, tanto é que a gente tem homossexuais no nosso partido. Mas não pode existir um coletivo dos homossexuais aqui no partido, isso a gente não tem, até a nossa luta das mulheres e a nossa luta dos negros também envolve a libertação nacional. Não é uma questão só deles. Sobre o aborto, a gente não chegou numa discussão a ponto de definir como bandeira. A princípio, nós somos contra. Nós somos contra, porque a gente tem que dar oportunidade para a mulher ter filho se ela quiser. A gente parte desse princípio. A mulher que é estudante, por que ela não pode estudar e ter um filho? Por que ela não pode trabalhar e ter um filho? Porque não tem uma creche do lado da casa dela e ela tem que ir primeiro pra creche, do outro lado da cidade, deixar o filho e, depois, ir pro outro lado da cidade trabalhar. Então, a gente acha que tem de ter condição pra mulher ter o filho e aí, depois, a gente discute o aborto.” (militante Helena)

Apesar do fervor nacionalista, a interação dos jovens e antigos militantes com organizações partidárias, movimentos sociais ou governos de esquerda de outros países parece frequente. Visitas à Coreia do Norte, Cuba, à antiga União Soviética, Vietnã, Venezuela, Bolívia e Equador foram narradas várias vezes pelos entrevistados. A militante Marcela, por exemplo, foi à Venezuela, em 2005, para o Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, principal evento organizado pela Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD). Sediada na Hungria, a FMJD é uma organização juvenil internacional, criada no pós-Segunda Guerra, em 1945, que congrega juventudes de partidos de esquerda de diversos países. O evento realiza, entre outras atividades, o tribunal anti-imperialista, que acusa os países centrais, de forma geral, e os Estados Unidos, em particular, das supostas atrocidades cometidas por essas nações ao redor do mundo.

Lucas, no período em que ficou responsável pela área de relações internacionais da JPL, visitou o Vietnã. Sua mãe, igualmente militante, desde os tempos de MR8, estudou Química na antiga União Soviética, na então Universidade Patrice Lumumba, criada em 1960 para abrigar estudantes estrangeiros, especialmente oriundos dos países periféricos, que recebiam bolsas para ali permanecer. Atualmente, a instituição se chama Universidade Russa da Amizade dos Povos e rendeu-se ao pragmatismo. Trocou

o seu caráter doutrinário e de propaganda do regime soviético por cursos mais voltados para as áreas de negócios.

Ainda no quesito internacionalização, páginas e mais páginas do Hora do Povo descrevem viagem do ex-secretário-geral do então MR8, Cláudio Campos, à Coreia do Norte. E durante minha passagem pelo jornal, no final da década de 1980 e primeira metade da década de 1990, os militantes da JR8 participavam de brigadas da solidariedade, formadas por integrantes das juventudes de diversos partidos e organizações de esquerda, que viajavam a Cuba para ajudar os cidadãos daquele país na colheita de produtos agrícolas.

Embora haja tantas viagens e interlocuções com a esquerda de diversos países, o fervor nacionalista é tão intenso entre os militantes que fica difícil imaginar, em um futuro e hipotético mundo socialista, a diluição ou desaparecimento desse sentimento para dar lugar ao espírito internacionalista do qual falamos antes.

Existe, no entanto, uma diferença crucial presente no sentimento de nacionalidade observado nos dois campos. No universo militar, além das formaturas, homenagens à bandeira, execução de hinos e exortações patrióticas de toda natureza, o patriotismo e a defesa do Brasil e de sua soberania são valores que se expressam por meio do respeito às regras, às normas, aos princípios da hierarquia e disciplina, bem como do exercício diligente da atividade profissional do militar. No campo da JPL/PPL, os valores se explicitam não apenas na glorificação do povo, de nossas virtudes naturais e de nossos heróis nacionais, como também acontece entre os militares, mas, especialmente, numa nova forma de organizar a sociedade, supostamente mais justa, democrática, igualitária, libertária. Para os primeiros, falta ordem. Para os segundos, é preciso construir uma nova ordem.

“Eu diria que a principal coisa é uma identificação com o coletivo, com o conjunto das pessoas, com o povo, o que quer dizer com o país e com a humanidade. Eu acho que esta é a questão básica que você tem que ter como qualidade. Tem uma outra questão, mas essa é, eu diria que é uma decorrência, não é básica, que é a seguinte: a rejeição, em princípio, do servilismo, ou seja, da atitude que nos torna servil a uma determinada política, a uma determinada vida. Como se ela não pudesse ser diferente do que é. Sempre é possível ser diferente, ver os caminhos para a vida ser melhor. Esta é uma questão importante, embora seja uma decorrência da primeira.” (militante Paulo)

Pra onde caminha o desenvolvimento político das nações? É pro socialismo. É preciso ter consciência de que a vida das pessoas pode ser melhor, sob todos os pontos de vista, do ponto de vista material, de convivência. É você perceber que o Brasil é um puta de um país, cheio de recursos. Tem o exemplo do Brasil dos tempos de Getúlio. O que era o Brasil antes da Revolução de 30? E o que se tornou depois? É você perceber que pode ter um país independente, soberano e que seja mais justo, que o trabalho seja valorizado, todo mundo tenha acesso à educação.” (militante Cícero)

As declarações de como a ordem, a hierarquia e a disciplina poderiam ajudar o Brasil a se desenvolver e a ser mais justo estão presentes no item anterior deste trabalho, no momento em que as identidades de grupo nos dois campos foram discutidas. A fala do cadete Fábio complementa as anteriores e denuncia como uma das falhas de nossa sociedade a falta de civismo:

“Eu acho que a gente tinha que valorizar mais o que tem aqui no Brasil: os símbolos e tudo mais. Quando eu estava no colégio público, a gente tinha a hora cívica lá, tinha hasteamento da bandeira, eu acho que essas coisas são importantes, que faltam no brasileiro. Ter esse conceito de valorizar as coisas boas que a gente tem. Mas eu acho que o Brasil está melhorando, tem perspectivas boas, as denúncias de corrupção não estão mais acabando em pizza. As pessoas estão correndo atrás, as pessoas estão protestando. Mas tem que acabar com o jeitinho brasileiro. ‘Ah, todo mundo faz, vou fazer, também’. As pessoas falam muito dos outros, mas também não fazem o certo. Falam mal de corrupto, mas sonégam impostos. O brasileiro é meio hipócrita. Devia melhorar um pouco isso.” (cadete Fábio)

Enfim, nos dois campos, podemos detectar discursos que exortam o patriotismo, a defesa da soberania nacional, a confiança no Brasil e nos brasileiros, a alta qualidade de nossas manifestações culturais e a grandiosidade dos heróis nacionais, de nossos símbolos, língua e riquezas. Porém, se para os militares lograremos êxito enquanto

nação seguindo diligentemente os austeros caminhos da ordem, do respeito às regras, às normas e às instituições, da obediência à hierarquia e à disciplina, etc., para os militantes o que se coloca no horizonte, mesmo que seja de longuíssimo prazo, é a subversão da ordem ou a construção de uma nova ordem, erguida em novas bases. Eis o que define, distingue e coloca em relação os dois campos: a relação com a ordem.

4.3.3 Ética da “missão dada - missão cumprida” (hierarquia e disciplina)

Guerras e revoluções talvez sejam os eventos sociais mais violentos, dramáticos e intensos aos quais os seres humanos podem ser submetidos. Mesmo quem está distante do *front* não se esquece da experiência vivida em tempos de guerra. Meus pais, por exemplo, volta e meia rememoram lembranças da 2ª Guerra Mundial, mesmo a tendo vivido em São Paulo e ainda na infância. Os blecautes realizados na capital paulista para que a FAB realizasse exercícios militares de sobrevoos noturnos (as janelas, por orientação do governo, tinham de ser vedadas com cobertores, para não deixar passar as luzes emitidas pelas velas), as senhas distribuídas para que cada família pudesse comprar uma quantidade limitada de pães, que ainda por cima tinham um aspecto enegrecido por causa da falta de farinha de trigo, as mercadorias que desfalcavam as prateleiras das mercearias, o mercado negro que ofertava produtos alimentícios em falta a preços escorchantes. Testemunhei minha avó materna recordar com aflição, mais de uma vez, a vinda de Portugal para o Brasil, em 1942, durante o ápice da 2ª Guerra, com minha mãe pequena ao colo (meu avô chegara aqui um ano antes), em que o navio português driblava as valas abertas por torpedos disparados pela esquadra alemã, valas essas que, se arranhadas por algum descuido do comandante, levariam a embarcação a ser devorada pelo oceano. Meu avô paterno, por sua vez, recolhera cápsulas de revólveres e fuzis que se espalhavam, após os disparos, à frente de

seu estabelecimento comercial, durante a Revolução de 32, no centro da cidade, e, anos depois, relembra esses tempos difíceis a meu pai, que até hoje guarda os projéteis como lembrança histórica.

Traumática especialmente para os civis, no campo militar a guerra exige de seus combatentes a mais absoluta prontidão operacional. Um comando, uma ordem, uma missão delegada e o combatente precisa, imediatamente, cumprir o que foi determinado sem questionamentos nem hesitações. Como se fosse um ato reflexo, como se a mente e o corpo já tivessem sido programados desde a fase embrionária para responder de formas específicas a determinados comandos. Como se aquela fosse uma reação natural, semelhante ao piscar dos olhos e aos movimentos peristálticos. Qualquer segundo de hesitação do combatente pode colocar em risco a sua vida e a de seus colegas de tropa. Pode deixar vulnerável os seus compatriotas e o país que defende.

Esta prontidão operacional, um dos valores da FAB, e este automatismo presente na lógica “missão dada - missão cumprida” são conquistados a partir de um árduo trabalho de inculcação dos dois valores basilares do militarismo, sem os quais nenhum outro valor se sustenta em pé nas FFAA: a hierarquia e a disciplina. Para que o combatente tenha prontidão operacional e não hesite diante das situações extremas, angustiantes e aterrorizantes da guerra, é preciso que seja socializado, diariamente, e nas mínimas coisas, a submeter-se à lógica da hierarquia e da disciplina.

Em minhas incursões pela AFA e pelo Pama-SP, pude observar como se constrói nos corações e mentes dos combatentes os valores pétreos da disciplina e da hierarquia. Todas as ações e relações sociais na caserna são mediadas por esses valores, até as mais triviais, como comer ou ir ao banheiro. Nas instalações militares, os banheiros, por exemplo, são segregados. Há banheiros exclusivos para oficiais superiores, oficiais intermediários, suboficiais, cadetes e praças, por exemplo. Em nenhuma hipótese, pode-

se usar um banheiro que não seja autorizado ao seu posto ou graduação. Embora o cardápio seja o mesmo para todas as hierarquias, os restaurantes também são divididos, conforme o posto ou a graduação, e há todo um ritual para que o indivíduo possa se acomodar nas mesas e iniciar a sua refeição, na hora do rancho. Quando o militar chega, deve se dirigir ao militar mais antigo⁷⁶ presente no refeitório e prestar continência. O gesto é um pedido de autorização para servir-se, sentar-se e comer. No refeitório destinado aos oficiais superiores, onde almoçava, porque sempre acompanhava um coronel ou um tenente-coronel que me ciceroneavam, as mesas posicionadas mais próximas da porta de entrada eram retangulares, de dimensões menores, e ocupadas por militares mais modernos ou por professores civis da AFA. À medida que avançávamos para os fundos do salão, os frequentadores passavam a ser de hierarquias mais altas. As mesas retangulares davam lugar a amplas mesas redondas, que acomodavam, confortavelmente, umas sete ou oito pessoas. Ao fundo, a mesa do comandante, uma longa mesa retangular, apelidada de “Santa Ceia”, que atravessava o salão de lado a lado. Sentam-se nesta mesa apenas as pessoas convidadas pelo comandante.

No meio civil, seria comum que as pessoas procurassem mesas vazias para se sentar. A comunicação e a capacidade de se relacionar com os outros são qualidades valorizadas no meio militar. Alguém que tenha uma postura mais reflexiva, contemplativa, antissocial é mal visto no meio e, seguramente, perderá oportunidades de ascensão profissional⁷⁷. O padrão, pelo que observei, era, ao se servir, o militar dirigir-

⁷⁶ Na terminologia da caserna, “antigo” é o militar mais velho e que ocupa um posto mais elevado. “Moderno” é o militar mais jovem e de patente mais baixa.

⁷⁷ Todos oficiais com os quais eu interagi na AFA e no Pama-SP eram afáveis, simpáticos, bem-humorados, sorridentes, comunicativos. Contrariavam completamente o estereótipo construído no meio civil, provavelmente e não sem razão por causa de algumas traumáticas experiências históricas vividas no período republicano, do militar truculento, do militar brucutu. Conheci apenas um coronel, Osvaldo, comandante do Corpo de Cadetes, cuja imagem se aproximava um pouco daquela imagem mais áspera, normalmente associada a um oficial no meio civil. Uniforme camuflado, pistola presa à cintura, olhos arregalados de quem está sempre em vigília, expressão dura, trovejava ordens, orientações, até suas piadas eram disparadas como se fossem rojões. Às vezes, seus subordinados respondiam com um “sim, senhor” e saíam, imediatamente, a cumprir o que lhes fora determinado. Em outras oportunidades, riam e

se às mesas nas quais já houvesse colegas sentados⁷⁸. O militar de posto ou graduação mais baixo pode se sentar à mesa com os mais antigos, desde que os esteja acompanhando, seja convidado de um deles. O restaurante dos oficiais superiores é o único que conta com garçom, para trazer algum pedido específico dos oficiais, já que as pessoas se servem em um *buffet*⁷⁹.

A todo instante, os cadetes prestam continência para alguém. Quando passavam por mim, reduziam o passo para observar detidamente o que estava escrito em meu crachá. Os oficiais reformados ou da reserva andam em trajes civis, mas seus crachás contam com uma tarja azul que informa se tratar de oficiais. Os cadetes também são obrigados a lhes prestar continência. Era comum ver alunos andando em passos rápidos, freando bruscamente quando passavam por mim ou pelos oficiais que me ciceroneavam, para um exame mais detido dos crachás – freadas que por pouco não provocavam um “engavetamento” entre eles –, com a retomada do passo acelerado após as prestações das continências devidas aos oficiais.

o coronel os acompanhava na gargalhada. Como pessoa externa ao meio e não habituada ao convívio diário com o oficial, não conseguia distinguir muito claramente quando ele brincava, quando falava sério. Enquanto caminhávamos em passos rápidos sob a marquise que liga as edificações na AFA, ele fez uma piada, esta sim entendida como piada logo de imediato: “Tenho uma reunião agora em que a gente discute promoções, aumentos salariais, essas coisas. Estou indo com a pistola na cintura, que é pra tornar a reunião o mais objetiva, consensual e rápida possível”, disparou, revelando, sutilmente, um sorriso de Gioconda nos lábios. Não era mal-educado nem propriamente truculento, pelo contrário, foi extremamente cordial e solícito comigo, por exemplo. Mas seu temperamento destoava do comportamento dos oficiais risonhos e, às vezes, até bonachões que havia conhecido até então.

⁷⁸ Outra coisa que me chamou a atenção durante as refeições. Não presenciei ninguém falando de trivialidades na hora do almoço, mas sempre sobre o trabalho.

⁷⁹ Embora os restaurantes sejam separados fisicamente, conforme a hierarquia, e no restaurante dos oficiais superiores haja garçons, o cardápio servido em todos os refeitórios é austero e rigorosamente o mesmo. Os alimentos são saborosos, mas há poucas opções. Nos dias em que almocei com os oficiais superiores, havia arroz, feijão, eventualmente uma massa, um tipo de carne, um tipo de salada verde e dois ou três tipos de hortifrutis (tomate, cenoura e beterraba, por exemplo). De sobremesa, em um dos dias, arroz-doce. E havia uma mesa para que as pessoas se servissem de café, caso quisessem. Ao centro das mesas redondas, uma jarra de suco, para ser compartilhada entre todas as pessoas. No EIA, almocei no refeitório dos oficiais, acompanhando o comandante, que era um major. O cardápio era ainda mais espartano: arroz, feijão, alface, beterraba, uma espécie de picadinho e suco. Os sucos na AFA sempre eram bastante diluídos em água, transparentes, independentemente do refeitório em que estivesse. O refeitório dos oficiais do EIA tem uma antessala com televisão e sofás, da qual apenas os oficiais podem desfrutar no horário de almoço.

O 2º EIA, local no qual entrevistei oito pessoas, era uma edificação localizada às margens das pistas de pousos e decolagens do T-25. Havia uma área onde os cadetes ficavam sabendo de suas escalas de voo e salas de *briefing*, como se fossem salas de aula, com lousas e carteiras, nas quais os instrutores transmitiam informações coletivas e passavam, individualmente para cada cadete, todas as recomendações e descrições de atividades que seriam realizadas durante o voo, que normalmente dura 1h15. Ali, muitas vezes os cadetes se dedicavam ao chamado voo mental, que é o:

“Planejamento e execução dos procedimentos de voo, em que os cadetes aviadores fecham os olhos, imaginam e executam virtualmente todos os movimentos que devem apresentar. O planejamento pode variar entre um procedimento simples de checagem de instrumentos, por exemplo, e um voo completo a ser realizado, desde a sua partida até o seu término” (TAKAHASHI, 2002, p. 110).

Havia ainda, no EIA, salas destinadas a médicos e psicólogos⁸⁰ e uma área administrativa, na qual estavam localizadas as salas do comandante do esquadrão e de outros oficiais, com acesso proibido aos cadetes. No EIA, os banheiros também eram separados conforme a graduação ou posto e o ingresso de cadetes não era permitido no refeitório. Eles precisavam se dirigir ao rancho específico, localizado próximo da Divisão de Ensino, o que implicava uma boa caminhada.

A lógica da hierarquia militar começou a ficar evidente para mim já nos preparativos para realizar o pedido oficial de autorização para a condução de minha pesquisa. Meu primeiro contato com o comandante da AFA aconteceu em 28 de janeiro

⁸⁰ Boa parte das entrevistas realizadas por mim no EIA aconteceu nas salas da médica ou da psicóloga, quando estas não estavam atendendo aos cadetes. Os cadetes normalmente são encaminhados por seus instrutores de voo à médica e à psicóloga, quando apresentam, por exemplo, sangramentos no nariz ou problemas no ouvido durante as instruções, assim como estresse e crises de ansiedade. As instruções de voo, embora muito prazerosas, conforme os relatos obtidos nas entrevistas, são muito estressantes para os cadetes do segundo esquadrão. Se forem reprovados em três das 13 instruções iniciais de voo, eles são desligados do curso da AFA. Entre os reprovados, só permanecerão na academia aqueles que desejarem migrar para a Intendência, desde que sejam aprovados em prova específica. Não há possibilidade de migração para a Infantaria. Se o cadete reprovado como aviador quiser se tornar infante, terá de prestar novamente o concurso para a AFA e recomençar o curso do primeiro ano, passando, mais uma vez, pelo estágio de adaptação. Problemas físicos que se revelem incorrigíveis também podem levar à inaptidão para o voo, o que faz com que a visita à médica sempre seja antecedida por alguma apreensão por parte dos cadetes.

de 2013, uma segunda-feira. Vindos de São Paulo, minha orientadora e eu havíamos agendado a audiência para, formalmente, entregar-lhe um ofício com o pedido para a realização da pesquisa nas dependências da instituição.

O período que antecedeu a reunião foi marcado por certa apreensão. Nos últimos dois meses de 2012 e ao longo de janeiro de 2013, comuniquei-me sistematicamente com a professora civil da AFA, já mencionada neste texto, sobre a abordagem mais adequada para que conseguisse êxito na investida. Para me familiarizar com o objeto de pesquisa e com o campo que iria enfrentar, a recomendação inicial da professora foi que fizesse algumas leituras: dois capítulos de sua tese de doutorado defendida na Unicamp sobre a formação da identidade militar, a etnografia “O espírito militar – um antropólogo na caserna” (2004), realizada por Celso Castro⁸¹, na Aman, “Meia-volta volver”, de Piero Leirner, e um livro organizado por Celso Castro e Piero Leirner, chamado “Antropologia dos militares – reflexões sobre pesquisas de campo” (2009), no qual diversos pesquisadores revelam as dificuldades encontradas para realizar seus estudos em instituições militares e as estratégias que utilizaram para superá-las. Como já havia lido “Forças Armadas e Política no Brasil” (2005), de José Murilo de Carvalho, “A invenção do exército brasileiro” (2002), de Celso Castro, e “Os partidos militares no Brasil” (1980), organizado por Alain Rouquié, além de artigos avulsos sobre a formação do *habitus* militar, cheguei à AFA, para a reunião com o comandante, mais familiarizado com o campo do que na primeira visita a Pirassununga, em dezembro do ano anterior, para assistir à cerimônia de substituição do espadim (experiência descrita no Capítulo 3 deste trabalho).

⁸¹ Celso Castro foi o primeiro pesquisador a realizar uma etnografia em uma academia militar brasileira. A pesquisa em questão, conduzida para o seu mestrado em Antropologia no Museu Nacional, foi realizada na Aman, no final dos anos 80 do século 20. Sua vasta obra produzida a partir de então tornou-se referência obrigatória para quem pesquisa instituições militares.

Por serem as FFAA instituições extremamente tradicionais e estruturadas nos princípios basilares da hierarquia e da disciplina, seria preciso, segundo a professora da AFA, fazer um pedido formal para a realização da pesquisa no interior da academia. Em uma instituição que é ferreamente hierarquizada, ainda segundo ela, o comandante espera fazer a sua interlocução também com um comandante. No caso do meu pedido específico, além da formalidade da entrega de um ofício em papel timbrado da FE-USP, instituição na qual cursei este mestrado, seria fundamental que o documento fosse assinado pela minha orientadora e que ela também estivesse presente na audiência com o comandante. Afinal de contas, ela era a “comandante” do projeto. Fui alertado, também, para a forma de tratamento esperada no ofício. Oficiais do nível de generalato são tratados por “Vossa Excelência”. Visita agendada e ofício preparado, rumamos para Pirassununga para o encontro com o então brigadeiro-do-ar.

Apesar de estarem tão solidamente estruturadas nos princípios basilares da hierarquia e da disciplina, as FFAA não estão livres de gaiatices, que podem até ser interpretadas sociologicamente como gestos de resistência a uma socialização tão dura. No Pama-SP, um soldado, prestes a concluir o serviço militar obrigatório, anunciou aos colegas que havia sido aprovado no processo de admissão para a AFA. Viraria cadete, o céu seria o limite para as suas aspirações na FAB. Passou a desfilar pelo quartel com o peito enfunado. A notícia rapidamente se espalhou e desencadeou uma onda de congratulações e homenagens, da qual participaram não apenas oficiais graduados, como, inclusive, o brigadeiro que comandava a unidade. A notícia era falsa. O soldado não fora aprovado no processo, o que gerou um clima de consternação entre os oficiais e, sobretudo, entre os soldados. “Aquele palhaço expôs o comandante daquela forma e passou uma imagem ruim da tropa, de que não somos confiáveis”, disse-me um soldado de primeira classe, visivelmente contrariado.

A questão da disciplina e hierarquia também criou uma situação constrangedora entre Aeronáutica e Exército anos atrás. A poucos quarteirões do quartel do Campo de Marte, funciona, no bairro de Santana, zona norte da capital paulista, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR-SP), uma unidade do Exército. Certa feita, um coronel que comandava o CPOR reuniu alguns de seus homens e foi para a saída da estação de Metrô Santana reter militares do Exército, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros que saíssem da estação com a farda desalinhada, barba por fazer, sem cobertura⁸².

Ao ser informado que um coronel do Exército havia retido alguns de seus homens, o brigadeiro que comandava o Pama-SP reuniu um pelotão e se dirigiu para a estação do Metrô. Exaltado, passou uma descompostura no coronel e trouxe consigo os integrantes da Aeronáutica⁸³. O coronel nada pôde fazer. A hierarquia militar deve ser obedecida mesmo quando falamos de forças distintas. Um coronel do Exército, por exemplo, deve obediência a um brigadeiro da Aeronáutica, oficial mais graduado.

O episódio também revela algo que aparece frequentemente em entrevistas. O Exército é considerado a força mais “Caxias” em relação à disciplina e hierarquia. E, dentro do Exército, a Infantaria, composta por militares que estarão na linha de frente

⁸² Cobertura é o chapéu adequado para cada tipo de uniforme e situação; somente a Aeronáutica tem 66 composições possíveis de uniforme; até 2012, tinha 166; cada uniforme é indicado para uma atividade específica (Fonte: Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica – Rumaer/2012).

⁸³ A história não parou por aí. O brigadeiro “fez uma parte” (no jargão militar, significa registrar uma infração ou uma queixa) sobre o ocorrido ao superior do coronel mencionado, para que tomasse as devidas medidas disciplinares e, internamente, puniu os seus subordinados que, de fato, estavam em desacordo com as normas militares. Militares fardados não podem ficar sem cobertura em locais abertos, não podem se sentar, no transporte coletivo, e, até pouco tempo atrás, não podiam usar guarda-chuva, esta última restrição extinta recentemente. Mesmo nos momentos de folga, se um militar é flagrado, por um oficial, com barba por fazer, cabelo comprido para os padrões da caserna, vestindo trajes inadequados e comportando-se de forma considerada imprópria, pode receber uma “parte”, o que vai implicar punições disciplinares. Quando um oficial de folga observa, por exemplo, algum militar fardado, mesmo que de outra força, sem cobertura, em desalinho, violando de alguma forma as normas e os regulamentos, o procedimento-padrão é pedir o nome do militar flagrado cometendo a transgressão e “fazer uma parte” ao seu comandante, para que aplique as sanções cabíveis. A ética militar, como demonstrou Castro (2004), está fortemente alicerçada naquilo que institucionalmente as FFAA consideram uma moral exemplar, físico exemplar, asseio pessoal irretocável, trajes impecáveis. O “fazer uma parte” não é visto como um gesto de delação no meio militar. Nada parece ofender mais os seus integrantes que o desrespeito à norma. As FFAA, como sabemos, têm como uma de suas principais missões a manutenção da ordem, o que pressupõe o respeito às regras.

em uma situação de combate, situação esta que não admite qualquer tipo de hesitação, além de exigir bravura, rapidez e precisão, é a arma na qual esses valores aparecem com mais solidez.

O Pama-SP tem uma divisão técnica e outra administrativa e era comandado por um brigadeiro-do-ar. Segundo descreveu o sargento Fernando, o Pama é menos rígido, é menos “Caxias” nos preceitos militares:

“Aqui, as maiores cobranças são sobre as competências técnicas dos profissionais, as competências que colocam o avião em totais condições de voo, no menor tempo possível. Aqui é como se fosse uma fábrica. Não é que não haja cobrança na questão de disciplina, de barba, de uniforme, de conduta. Em toda instituição militar você vai encontrar isso. Mas se comparar com a Infantaria do Exército, por exemplo, que provavelmente é a arma mais “Caxias”, mais dura em termos de disciplina, de ralação, de militarismo, aqui essas coisas são menos cobradas, aqui é menos rígido nos preceitos militares.”

Em sua etnografia na Aman, Castro (2004, p.99) já havia relatado que, aos olhos dos cadetes do Exército, a Aeronáutica é vista como a força menos “Caxias”, mais “paisana”, onde a cobrança pela hierarquia e disciplina é mais frouxa:

“A gente vê os pilotos que vêm fazer os exercícios com a gente, aqui. O cabelo dos caras é uma juba, um negócio incrível!... Eu era xerife de um grupamento, fui apresentar meu grupamento, eram dez que iam fazer voo de helicóptero de reconhecimento. Cheguei lá, tinha um capitão lá dentro, era o piloto, né? Fui apresentar (*o grupamento*), aí ele: ‘Pô, para com isso! Todo mundo aqui é paisano, entra aí todo mundo’” (artilheiro, 4º ano)

Nas FFAA, uma forma de realizar a exortação de valores, condutas esperadas e inculcar na tropa o espírito pretendido é por meio da criação de datas comemorativas, que são celebradas com formaturas, discursos, hinos, rituais militares. No dia 25 de março, celebra-se o Dia do Especialista em Aeronáutica⁸⁴. Em 2011, o Pama Lagoa Santa, localizado em Minas Gerais, realizou uma semana de atividades, de 21 a 25 de março, para comemorar a data. Além de formaturas, marchas, rituais militares, hinos e

⁸⁴ Nesta data, em 1941, foi fundada a Escola do Especialista de Aeronáutica (Eear), na Escola de Aviação Naval, na Ponta do Galeão, no Rio; em 1950, a Eear foi transferida para Guaratinguetá, no interior de São Paulo; em 73 anos de existência, a Eear já formou mais de 65 mil técnicos. Fonte: sítio da FAB.

exortações, a semana contou com atividades esportivas e recreativas (torneio de futebol e de cabo de guerra, entre outras), das quais participaram militares da ativa e da reserva, e foi encerrada com um baile, no Clube dos Suboficiais e Sargentos.

No Anexo E, apresento um quadro com as letras do hino do aviador, que, além de homenagear a arma Aviação, também é considerado o hino da Aeronáutica, e das canções da Intendência e Infantaria, que celebram estas duas armas, e do Especialista, dedicada aos graduados (suboficiais e sargentos) formados em Guaratinguetá. As letras enaltecem as qualidades supostamente exigidas em cada uma das armas ou funções desempenhadas por esses militares. Os aviadores são retratados como “Bandeirantes audazes do azul”, ousados, sempre corajosos e destemidos quando chamados a defender a pátria. Os intendentes, diligentes nos estudos, são o “esplendor de saber e bondade”. Os infantistas destacam-se pelo heroísmo, a coragem inquebrantável e são descritos como os defensores implacáveis da bandeira: “Tu és da Força Aérea Brasileira o fuzil!”, exorta um dos versos da canção que os homenageia. Já os especialistas formam “um conjunto de todo eficaz”, são disciplinados e conduzem-se “com garbo varonil”. Porém, os valores fundamentais que perpassam o hino e as três canções são a disciplina, a coragem e o patriotismo. Mesmo que estas palavras não apareçam explicitamente nas letras, as situações narradas nos remetem aos valores mencionados. Como vimos, todas as ações e interações conduzidas por militares, das mais triviais às mais relevantes, são mediadas pelos valores da hierarquia e da disciplina. Para que, na situação mais aguda pela qual o combatente venha a passar, a situação de guerra, ele aja rápida e eficazmente, com a mais absoluta prontidão operacional, sem qualquer tipo de hesitação ou questionamento que coloque em risco não apenas a sua segurança, mas a integridade da tropa e a segurança de seu país.

O processo de socialização militar busca matar o velho homem, como diziam Bourdieu e Passeron (1975), existente dentro daquele que passa pela ação pedagógica de suas instituições. Segundo Rosa e Brito (2010), aqueles que recém-ingressam nas FFAA ficam sujeitos a uma transformação quase total em que o indivíduo muda de mundos. Esse processo se dá por meio de uma ação pedagógica violentíssima do ponto de vista simbólico. É preciso inculcar ou consolidar um conjunto de valores, normas e padrões de comportamento que assegure a manutenção da identidade e a integridade e perenidade da organização. É preciso tornar esses jovens militares, em formação, dóceis e úteis aos propósitos da instituição. Trata-se de uma socialização que se desenvolve sem trégua. Visa não apenas o controle da “alma”, mas também o do “corpo”. Neste processo, há uma atuação metódica na remodelação da *héxis* corpórea de seus integrantes. Gestos, postura, tom de voz, nada escapa a esse processo de socialização total (WACQUANT, 2004).

É possível constatar que a pouca idade é uma questão-chave na engenharia que molda corpo e alma, para que a ação pedagógica provoque impacto efetivo nas estruturas mentais dos jovens e, assim, atue eficazmente sobre as suas estruturas subjetivas (ROSA; BRITO, 2010). Busca-se a normatização dos agentes, moldá-los conforme as normas. Categorias que operam simultaneamente na formação de esquemas de percepção e que traçam a maneira pela qual os militares relacionam-se entre si, entre eles e o campo militar e entre o campo militar e o mundo exterior.

No campo da JPL/PPL, a questão da disciplina e hierarquia se manifesta muito claramente na quantidade de mudanças que as pessoas realizaram ao longo da vida, para assumir tarefas delegadas pela organização. Nas falas das pessoas, essas mudanças nunca aparecem como determinações autoritárias do partido que tiveram de ser cumpridas, mesmo quando não era essa a vontade dos militantes. Sempre, ao contrário,

sugerem que foi um ato de vontade dos próprios militantes. Mas o fato é que, ao menos aparentemente, todos os militantes, inclusive os médicos entrevistados, acabavam condicionando as suas carreiras e todas as demais esferas de suas vidas à atividade política. O discurso-padrão era: “O partido precisava de alguém pra começar a atuar com mais força em Brasília, então eu assumi essa posição”, “Fui chefiar o diretório de Natal, então deixei o Rio e passei alguns anos lá. Depois, fui pra Fortaleza”. A militante Adriana contou que deixou de ingressar no curso de medicina da Universidade Federal do Mato Grosso para assumir uma posição que, naquele momento, era importante para ela e o partido. Escolhas assim, segundo Adriana, podem criar certo estresse familiar, já que ela era a única da família a se dedicar a uma atividade política:

“Uma questão que às vezes eu tenho algum problema com a minha família. Como eu passei dois anos na presidência da Umes, que é uma entidade secundarista, eu adiei o meu ingresso na universidade⁸⁵. É óbvio que eu escolhi um caminho difícil, que é medicina, mas eu podia ter me preparado melhor e... Logo que eu saí do ensino médio, eu prestei o Enem e passei na Federal do Mato Grosso e a minha opção foi não cursar porque eu ia assumir a presidência da entidade e foi uma opção minha. Eu passei uma vez, vou tentar passar de novo. A única oportunidade que ia ter de presidir uma entidade como a Umes, que representa 3 milhões de estudantes, ia ser essa. Então, a minha opção foi não me matricular na universidade e ser presidente da Umes. Esse tipo de coisa pode ficar pouco claro assim pro militante. A tua dedicação aos estudos e a dedicação que você precisa ter para com o partido. Às vezes, eu acho que existe pouca clareza do papel exato que a gente precisa cumprir [...]. [...] Você se priva de um monte de coisas, é óbvio, mas é... Ao ter de se dedicar demais, você se priva de poder sair, namorar, mas também isso é uma opção sua, se você tem prazer naquilo que você faz... No feriado, todos os seus amigos vão pra praia, você vai ter uma reunião da direção da JPL, final de semana inteiro, dia inteiro, mas é opção, né?”

Na noite de 7 de maio de 2013, foi ao ar pela tevê Cultura uma entrevista com o apresentador Serginho Groisman, no programa *Provocações*, apresentado por Antonio Abujamra. Ao relembrar o período da ditadura militar, Groisman contou a sua passagem

⁸⁵ Por razões óbvias, não é permitido que um estudante universitário assuma a direção de uma entidade secundarista. Daí a “necessidade” de alguns militantes entrevistados retardarem o ingresso no ensino superior, para que possam continuar atuando politicamente em entidades como a Umes. Três jovens militantes ouvidos, que ocuparam cargos de direção na Umes ou na Ubes, postergaram o ingresso na universidade por causa da atuação política.

pela clandestinidade, por um breve período de dois dias, e que ilustra bem a lógica da “missão dada, missão cumprida”.

“Uma vez, em uma passeata, um ex-colega de escola com quem eu encontrei, me perguntou: ‘Você não quer entrar para a clandestinidade?’. Eu falei: ‘Quero’. Ele me deu um endereço que era perto de São Bernardo. Eu fui, entrei, tinham quatro meninos e uma garota. Assim que eu entrei, o rapaz falou: ‘Seu nome é Nelson, porque nós precisamos que você seja uma pessoa oculta, não quero saber seu nome verdadeiro porque, em caso de tortura, você não saberá o nosso nome verdadeiro. Vamos panfletar!’. Eu perguntei: ‘Que organização é esta?’. Ele falou: ‘Não posso falar por questões de segurança’. Eu falei: ‘Ok, vamos panfletar’. Panfletamos, no outro dia eu cheguei e falei: ‘Que organização é esta?’. Ele falou: ‘Não posso dizer’. Então, eu falei: ‘Acabou a minha clandestinidade’. Foi tão clandestino que até hoje eu não sei pra quem eu panfletei.”

Conceição (2009) estudou a relação entre partidos políticos e educação, mais precisamente o que se poderia chamar de formação de militância, tendo como foco as organizações de extrema-esquerda. Para os partidos revolucionários, educar politicamente significa desalienar as pessoas da pedagogia capitalista e construir uma sociedade socialista. Trata-se, primeiramente, de construir um novo homem, para então erguer uma nova sociedade. Como, nos casos estudados por Conceição, os partidos repudiavam acordos, alianças e eleições para ampliar as suas bases – o que, é importante ressaltar, não acontece com o PPL –, porque implicariam concessões inaceitáveis à burguesia, restava aos partidos de extrema-esquerda o caminho da educação, dos cursos de formação e do doutrinação de seus militantes e de simpatizantes em geral. Era preciso padronizar normas, condutas e formas de sentir, pensar e agir, para que a possibilidade de revolucionar a sociedade ganhasse maior concretude.

O doutrinação, a padronização de normas e condutas, a atuação sistemática sobre as formas de sentir, pensar e agir, apontadas por Conceição, ganham cores tremendamente vivas no depoimento de Carlos Eugênio Paz, o “Clemente”, comandante militar da Ação Libertadora Nacional (ALN), ao repórter Geneton Moraes Neto, no programa Dossiê Globo News, exibido em julho de 2012.

“No dia do golpe, eu tinha 13 anos de idade, minha casa foi invadida porque minhas irmãs eram estudantes e ligadas com Juventude Estudantil Católica (JEC). A nossa geração queria reagir, queria participar de uma resistência. Como que os caras chegam, acabam com a liberdade, arrombam a porta do palácio do governo, arrombam a porta do Congresso, saem cassando todo mundo... Era este o país em que estávamos vivendo e nós queríamos participar desta resistência. Marighella foi o primeiro que lançou a palavra de ordem ‘nós temos que resistir com as mesmas armas que eles usaram pra tomar o poder’, ou seja, as armas de fogo. ‘Nós temos que construir uma guerrilha urbana, uma guerrilha rural e enfrentar a ditadura, derrubar a ditadura e instaurar uma democracia popular’. Então, Marighella, uma vez conversando, disse: ‘Você toparia ir pra Cuba treinar?’. Porque na época mandavam os companheiros pra treinar guerrilha em Cuba, aí eu falei: ‘O que você mandar’. Eu, quando conheci Marighella, pra mim ele se tornou meu líder. Eu decidi que eu ia colocar a minha juventude, a minha vida, sob o comando de Carlos Marighella. Alguns meses depois, eu fui convocado pro Exército brasileiro e o Marighella chega pra mim e fala: ‘E aí?’. Eu disse: ‘Tem aí uns coronéis de Alagoas, lá da minha terra, que os meus pais conhecem, e eu posso tentar conseguir que eles me dispensem por excesso de contingente, alguma coisa assim’. Ele falou: ‘Não, vamos fazer o seguinte: tem como você pedir a esses coronéis amigos da família que, ao invés de eles te dispensarem, façam você servir no Forte de Copacabana?’. Eu falei: ‘Deve ter, por quê?’. Ele falou: ‘Porque o Forte de Copacabana, hoje, no Exército brasileiro, aqui no Rio de Janeiro, é responsável pela segurança da zona sul da cidade e lá tem cursos de guerrilha e contra-guerrilha. Então, em vez de você sair daqui, ir pra Cuba, uma dificuldade imensa, então você treina aqui mesmo no Exército’. Pois bem, eu fui lá, minha mãe foi falar com os coronéis e conseguimos. Aí ele me chama um dia e fala o seguinte: ‘Olha, você não vai pro Exército pra aprender a atirar, não. Porque aprender a atirar você pode aprender aqui mesmo, você já fez, inclusive, treinamento de tiro, já está capacitado pra usar uma arma, a organização já lhe deu esta licença, você pode usar uma arma, então isso não é problema. Eu quero que você vá lá essencialmente para duas coisas. Primeiro, aprender a obedecer, porque a base de qualquer comando militar é assim: o comandante aprende a mandar quando ele aprende primeiro a obedecer. Se ele é um soldado disciplinado, ele pode se tornar um comandante de uma tropa de guerrilha ou de qualquer outra tropa do mundo. Porém, você vai primeiro aprender a obedecer, vai ser o recruta lá, vai ser o soldado e eu quero que você seja o melhor soldado de lá. E, segundo, eu quero que você aprenda como raciocina um militar, para que você possa se tornar um quadro militar da guerrilha. Cumpri minha tarefa, no Forte de Copacabana, realmente eu me tornei um bom soldado [...]. [...] Aprendi a obedecer e a pensar como um militar.”

No documentário “Hercules 56” (2006), de Silvio Da-Rin, um diálogo travado entre Claudio Torres e o jornalista Franklin Martins, os dois então militantes do MR8 e participantes do grupo que sequestrou o embaixador norte-americano Charles Elbrick, em setembro de 1969, reforça mais uma vez os rígidos valores da hierarquia e da disciplina presentes entre os ativistas políticos:

Torres: *Quando eu fui questionado, dentro do Cenimar⁸⁶, no meio da porrada, e o cara me perguntou, o cara da Marinha lá: “Você executaria o embaixador?”. E eu olhei pra ele e disse: “Sim, eu cumpro ordens, se me mandassem executar, eu executaria”.*

Martins: *E a lógica ele entendeu...*

Torres: *É a lógica dele! (risos)*

Finalizando, tanto em um campo como no outro, a questão da hierarquia e da disciplina, que se expressa na lógica “missão dada-missão cumprida”, tem uma relação estreita com uma diferente concepção do “ser voluntário”, em comparação com o que estamos habituados no senso comum. Falarei disso no próximo item.

4.3.4 Diferente percepção do “ser voluntário”, em comparação com o que estamos habituados no senso comum

Quando pedimos autorização ao comandante da AFA para a realização da pesquisa, em audiência realizada em 28 de janeiro de 2013, ele fez duas considerações a respeito: a pesquisa não poderia criar qualquer despesa financeira para a Aeronáutica e os cadetes entrevistados teriam de ser voluntários. Não seria aceitável obrigá-los, sem que quisessem, a participar dos trabalhos. Esta já era, inclusive, uma premissa do meu projeto de pesquisa, tanto para o campo dos militares como para o dos militantes. Na reunião que tive com o chefe da Divisão de Ensino, em 26 de março de 2013, em que me comunicaram oficialmente a autorização para a realização da pesquisa, a questão da voluntariedade foi mais uma vez enfatizada, desta vez por este coronel. Por fim, em 15

⁸⁶ Centro de Informação da Marinha.

de abril do mesmo ano, em reunião com outro oficial superior, novamente a questão do ato voluntário foi salientado.

Pois bem, as oito pessoas que entrevistei no 2º EIA, na AFA, dois oficiais e seis cadetes, todos aviadores, nos dias 22 e 23 de abril de 2013, foram selecionadas da seguinte forma. Fui com o oficial superior que me ciceroneava até o esquadrão e, lá, ele pediu a um oficial: “Este aqui é o Lugó, pesquisador da USP, que está fazendo um estudo sociológico aqui na AFA e precisa entrevistar uns cadetes. Preciso que você me arrume três cadetes homens e três mulheres, que já tenham voado hoje, que tenham tempo de dar a entrevista”. Rapidamente, surgiram os três cadetes homens e combinei com eles o horário de cada entrevista. Também prontamente, conduziram-me à sala na qual faríamos os trabalhos. No dia seguinte, a mesma coisa. Selecionaram as três cadetes, que logo se apresentaram, e com elas combinei os horários das entrevistas de cada uma. Como, naquele dia, cheguei bem cedo, também consegui entrevistar dois oficiais. O primeiro, o major Hélio, comandante do esquadrão, foi convidado diretamente por mim, porque no almoço ele comentou algumas coisas que eu achei interessantes (por exemplo, ser filho de um professor universitário que era militante histórico do PC do B e, também, vice-prefeito de uma cidade do interior paulista). O segundo, um oficial subordinado, foi selecionado pelo major Hélio da mesma forma que os cadetes haviam sido escolhidos anteriormente.

Em dois dias, já havia feito as oito entrevistas que tinha por meta. Até que uma sugestão do major Hélio me fez permanecer por mais um dia, para entrevistar outros dois cadetes: “Por que você não ouve, também, cadetes da Infantaria? Eu tenho a impressão que as pessoas que escolhem a Aviação, escolhem para voar, pelo menos este foi o meu caso. Mas quem escolhe Infantaria escolhe pelo militarismo”. De volta à Divisão de Ensino, quando pedi ao oficial superior que me ciceroneava, para entrevistar,

no meu terceiro dia de AFA, dois cadetes infantis, ele respondeu: “É pra já”. Apanhou o telefone, ligou para um coronel de Infantaria e travou o seguinte diálogo:

-- *“Fulano”, tem um pesquisador da USP aqui fazendo uma pesquisa sociológica com os cadetes, tudo autorizado pelo comandante e a Divisão de Ensino, e eu preciso que você me arrume aí dois cadetes para ele entrevistar.*

O coronel da Infantaria falou alguma coisa e o oficial superior voltou-se para mim:

- *Podem ser bem vibradores?*

Respondi:

- *Podem ser convidados aleatoriamente.*

O coronel pegou um papel, fez anotações, encerrou a ligação e me disse:

- *Tá aqui. Os nomes dos cadetes são Nader e Galvão, um pela manhã e outro à tarde”.*

E me informou os horários exatos das entrevistas, as salas que usaríamos, etc.

No campo da JPL/PPL, aconteceu algo muito parecido, na primeira leva de entrevistas que realizei, em 2013. Ao apresentar o meu projeto de pesquisa para uma importante liderança do partido (pessoa que já conhecia do tempo em que trabalhei no jornal Hora do Povo), falar do convite aos voluntários, etc., ele pensou um pouco e respondeu: “Da velha guarda, você entrevista, além de mim, ‘fulano e beltrano’. Da JPL, acho importante você falar com ‘fulano, beltrano e sicrano’. Combina aí o melhor dia e horário com eles e senta o pau”.

Tanto entre os militares como entre os militantes, parece prevalecer a seguinte lógica. Uma vez que voluntariamente você escolheu esta vida (ser militar ou ser militante), todas as tarefas decorrentes da escolha, que você tiver de cumprir, são consequências de um ato voluntário anterior. Ou seja, você as está realizando

voluntariamente (mesmo que aos olhos de um observador externo a pessoa esteja sendo convocada a cumprir determinadas ordens).

Na fase de adaptação na AFA, na Eear ou na Aman, nesta última instituição conforme descreve Castro (2004), é comum o comandante esbravejar para os calouros, enquanto são convocados para uma atividade exaustiva, até mesmo de madrugada, frases como a narrada pelo sargento Fernando, no capítulo 3: “Eu não fui buscar ninguém em casa, vocês estão aqui porque querem! A porta da rua é serventia da casa!”. Ou seja, se estão aqui por vontade própria, todas as tarefas decorrentes do estar aqui são, também, um ato de livre escolha, um ato voluntário. E os calouros saíam diligentemente a cumprir suas tarefas.

De forma muito mais sutil, isso também aparece na JPL/PPL, quando, para executar missões determinadas pelo partido, seus integrantes nem pestanejam em abandonar emprego, adiar o projeto para cursar medicina, levar uma vida itinerante para abrir e dirigir diretórios aqui e ali. Na JPL/PPL, as coisas não funcionam aos gritos, com imposição de “pagações” de flexões aos indolentes, evidentemente. Mas o espírito do militante já está formado de tal forma que, ao aderir voluntariamente à organização, ele nem pestaneja em abrir mão de seus projetos individuais para cumprir as tarefas que são determinadas pela organização. Isso nem se coloca, na verdade, nem passa por sua cabeça. O soldado da revolução pode andar com barba por fazer, jeans desbotado, cabelo ligeiramente desgrehado, trabalhar melhor de madrugada que ao alvorecer, ter a mesa bagunçada, postura arqueada, sentar-se na cadeira para uma reunião com seus pares como se estivesse em uma espreguiçadeira, ser infinitamente mais informal que os cadetes da AFA. Mas não deixar de ser, em boa medida, um soldado.

Várias passagens das entrevistas realizadas ilustram as afirmações feitas neste trabalho. Carioca, militante Paulo começou seu ativismo político no Rio, em 1976, mas

depois se mudou para Recife, Fortaleza e, desde 1991, estava em São Paulo, por causa de sua atuação como militante e dirigente do antigo MR8, agora PPL. Médico formado na UFRJ, exerceu a psiquiatria por aproximadamente 25 anos, paralelamente à militância, em todos os lugares mencionados, quase sempre atuando em hospitais. Suas sucessivas transferências nunca foram motivadas pela medicina, mas sempre pelo ativismo político. Foram os demais aspectos de sua vida que tiveram de se moldar às suas obrigações para com o partido. O mesmo aconteceu com o militante Cícero, pernambucano, que foi para Natal, em 1981, com a missão de liderar o MR8 na cidade. No início da década de 1990, nova mudança. Em função das atribuições que assumiria no Hora do Povo e na militância do então MR8, desembarcou em São Paulo, onde se estabelecera desde então. Seu filho seguiu os mesmos passos:

“Meu filho entrou na JR8, entrou no PPL, aí foi destacado pra ir pro Ceará e é o presidente do PPL no Ceará. Teve uma participação grande na coleta de assinaturas pra formação do partido, ele sempre se destacou, e foi candidato a prefeito de Fortaleza, na última eleição. Depois, fez uma coligação com o PSB, no segundo turno, eles ganharam e ele agora é presidente de uma fundação ligada à prefeitura, que trata de Recursos Humanos, formação de funcionários, qualificação profissional. Ele fez ciências sociais, na PUC de São Paulo, conseguiu bolsa e tudo.” (militante Cícero)

A fala da jovem militante Helena poderia tranquilamente ser atribuída a um militar da FAB. Seu pai, militante, foi transferido pelo MR8 para assumir novas funções em São Paulo. Em consequência disso, a família o acompanhou. Exatamente como aconteceu, por exemplo, com o tenente Carvalho, filho de suboficial, ou o cadete Oliveira, filho de coronel, que também relataram sucessivas mudanças de vila militar para vila militar e passagens por Natal, Canoas, Rio e Curitiba.

“Eu morei até os três anos de idade lá em Fortaleza, aí nós viemos pra cá (*São Paulo*), porque meu pai foi transferido. Como ele já é militante do partido faz bastante tempo, ele foi transferido pra cá. Aí, no começo, eu morei na Casa Verde, com eles, mas eu não me recordo dessa época, foi assim muito tempo atrás. Desde uns cinco anos de idade que eu moro na Aclimação.” (militante Helena)

Três jovens militantes entrevistados retardaram o ingresso na universidade para que pudessem assumir cargos de direção em entidades secundaristas, historicamente comandadas pela JPL/PPL ou com participação importante do partido. Adriana, como vimos anteriormente, abriu mão do ingresso na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Mato Grosso para continuar atuando no movimento secundarista. Estava com 21 anos no momento da entrevista, frequentava cursinho pré-vestibular e tentaria o acesso ao curso novamente, no final do ano. Os militantes Lucas e Marcela seguiram, em boa medida, a mesma trajetória:

“Quando eu saí do ensino médio, eu não fui pra universidade, imediatamente, porque eu fui presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas, daqui de São Paulo. Durante dois anos, eu fiquei um ano sem estudar e o outro no cursinho. Era uma tarefa grande, que eu não conseguia... Eu não podia entrar na universidade, porque é uma entidade de estudantes secundaristas, eu assumi uma responsabilidade com um congresso que me elegeram, com muitos estudantes, então eu não podia largar no meio a responsabilidade.” (militante Lucas)

“No ensino médio, eu entrei na política e, depois que eu me formei (*no ensino médio*), fiquei alguns anos sem estudar, por uma opção minha, porque eu assumi algumas tarefas (*na Umes e na JPL*) que eram muito complicadas. Não havia como conciliá-las com os estudos. Fiquei sem estudar, depois entrei na Faculdade de Direito, interrompi de novo, porque eu assumi uma nova tarefa, e, agora, no começo deste ano, entrei na Faculdade de Relações Internacionais e esta vai até o fim, não vai mais ter interrupções (*risos*) [...]. [...] . Quando eu me formei na escola, não entrei na faculdade, porque eu virei presidente da Umes. Eu não queria fazer (*curso*) técnico e não dava pra entrar na universidade, eu não podia entrar na universidade de jeito nenhum, porque senão eu tinha que abrir mão do cargo. Depois, fui pra Ubes, que também é de secundarista e eu não podia entrar na universidade. Saí da Ubes, fui fazer faculdade, quando eu estava no segundo ano da Faculdade de Direito, veio a proposta de ir pra UNE. Na função que eu exercia, tinha que viajar muito, não parava em São Paulo. Era impossível estudar e viajar. Eu preferi não estudar e me dedicar à função na UNE, que é algo único na militância.” (militante Marcela)

Mateus e Marcela foram um pouco além. Ambos escolheram o curso superior, em função das suas atividades na militância. Mateus, economia. Marcela, relações internacionais:

“Primeiro, porque dentro do partido a gente constrói muito esse negócio da relação com os outros partidos, com os outros povos e tal [...]. [...] Então, é uma carreira que eu quero seguir, pra dentro do partido eu acho que é algo que te enriquece muito [...]. [...] Eu acho que o curso de relações

internacionais vai complementar a minha militância, a minha formação política, porque você estuda não só a prática, mas te dá base filosófica, de estudos mais profundos. Estou estudando agora um cara que chama (*Francis*) Fukuyama. Eu sei que o jornal já fez uma série de... Não matérias sobre ele, mas o Cláudio (*Campos, ex-secretário-geral do MR8*) já descia o pau nele em uma série de coisas. Eu só tinha lido a parte do Cláudio, agora estou vendo o outro lado da figura. Acho que este tipo de coisa pra mim vai ser importante. Então, fazer o curso de relações internacionais é muito bom. Inclusive, a gente perdeu recentemente um companheiro que era relações internacionais do nosso partido, o Nelson Chaves. Era um puta cara, um exemplo de militante. Então, relações internacionais um dia, quem sabe, se (*o partido*) precisar.” (militante Marcela)

“Eu tomei a decisão de fazer Economia muito pelo fato de ter entrado para a militância política. Foi decisivo, assim.” (militante Mateus)

Assim como o militar é militar 24 horas por dia, o militante é militante 24 horas por dia. O veterano Acácio havia dito isso, em passagem anterior desta dissertação, quando narrou que, após um comício, em 1979, os integrantes da Libelu esqueceram imediatamente os pobres, reuniram-se em um restaurante e passaram a discutir, segundo ele, sobre carros, moda, etc. “É revolucionário que bate o ponto e deixa de ser?”, indignou-se. A narrativa da jovem militante Tereza seguiu na mesma linha. O ativista, mesmo que não esteja claramente desempenhando uma tarefa do partido, em todas as suas atividades está discutindo e fazendo política, muitas vezes até sem perceber. Não é um trabalhador que bate o cartão de ponto no final da tarde e só vai pensar em seus afazeres profissionais quando tocar a sirene de entrada na fábrica, na manhã seguinte. Voluntariamente escolheu esta vida. Todas as muitas e cansativas tarefas relacionadas a esta escolha são, conseqüentemente, decorrências de um ato voluntário anterior:

“Nós temos muitas reuniões. Desde o começo do ano, a gente está com reuniões quase todos os finais de semana [...]. [...] Eu posso dizer que a militância toma o meu dia todo. Por mais que eu esteja fazendo estágio ou esteja aqui (*na Umes*), por exemplo, a gente está construindo a militância. Dentro da faculdade, a gente tem um núcleo de estudos. E a gente tem um estudo pra que a gente possa montar DCE, CAs, dentro da universidade. Por mais que eu não esteja fazendo uma discussão da JPL, eu estou fazendo uma discussão de organização dentro da universidade. O nosso coletivo se chama ‘Práxis’, fundado no ano passado. Você sempre está fazendo alguma coisa pra poder dar vida à militância. Por exemplo: eu estou aqui na Umes fazendo

o meu trabalho, sou responsável por determinadas coisas. No fundo, você também está pesquisando pra te melhorar como militante. Então, eu acho que é o dia todo.” (militante Tereza)

4.3.5 Ética corporal e de vestuário explícita e institucionalizada, no caso dos militares, e implícita e não institucionalizada, mas também perceptível, no caso dos militantes

Solidez cívica e moral, preparação física e postura corporal exemplares, asseio pessoal impecável, uniformes em perfeito alinhado. Como apontou Castro (2004), o militarismo está fortemente alicerçado nestes pilares. Sendo assim, boa parte da intensiva formação dos alunos que acabam de ingressar na AFA é dedicada às questões relacionadas ao corpo e ao vestuário, mesmo que já tenham cursado Epcar e, em boa medida, inculcado a doutrina. O corpo é educado em extenuantes atividades físicas, marchas, ordens unidas, formaturas, exercícios de imobilidade e posturais. Ninguém anda arqueado para a frente, ninguém senta em uma cadeira como se estivesse em uma espreguiçadeira, ninguém deixa o corpo encostar na parede enquanto conversa com um colega. A questão da higiene e do asseio pessoal é fortemente trabalhada. Quando falou sobre os soldados recrutados para o serviço militar obrigatório, sargento Fernando, do Pama-SP, contou-me o seguinte:

“Aqui, a gente lida, muitas vezes, com um pessoal que vem de uma situação precária, muito precária, mesmo. Então, a gente ensina até a como e quando escovar os dentes, usar xampu, usar sabonete, essas coisas que parecem elementares para quem vem de uma condição melhor”.

Entre as pessoas com as quais falei, as três cadetes que entrevistei eram as pessoas que apresentavam a *hexis* corporal mais rígida. Durante as nossas conversas, mantiveram-se sentadas com a coluna ereta e as pernas posicionadas paralelamente. O joelho, transferidor metódico, garantia que a metade posterior da perna ficasse a rigorosos 90 graus em relação à metade anterior. Os pés, apontados para a frente, em

posição de meio-dia. Elas quase não se mexiam na cadeira, como normalmente fazemos para arrumar uma melhor posição para sentar. As cadetes mulheres, pude perceber, e aí falo de todas as que vi e não apenas das entrevistadas, quando prestam continência a um oficial, realizam o gesto de forma mais firme que os cadetes homens, estampam no rosto uma expressão mais solene, mais austera, empinam-se, batem com vigor uma meia-bota contra a outra e, após a continência, espalmam com energia a mão direita contra a lateral da perna do mesmo lado. Sobre o rigor das meninas, a cadete Luciana, do segundo esquadrão, disse o seguinte:

“Na verdade, a gente mesmo, as meninas cadetes mais antigas sempre orientam na forma de comportamento. Como a gente é minoria, sempre tá em foco, todo mundo tá olhando pra gente, o que a gente faz de errado todo mundo tá olhando. Então, é mais entre as cadetes, mesmo. A gente sempre tem de prestar atenção no que está fazendo, prestar atenção antes de fazer qualquer coisa e o que isso pode trazer, pra nossa imagem e pra imagem da cadete. Então, é mais entre a gente, mesmo”.

É o Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica (Rumaer), um manual com 134 páginas, que determina o que usar, por que usar, quando usar e como combinar todos os itens do uniforme, incluindo seus adereços, como insígnias, condecorações, alamares⁸⁷, distintivos, diferentes tipos de cobertura (chapéus), etc. A Aeronáutica tem 66 composições possíveis de uniforme, mas até 2012, conforme já informado, tinha 166. O sumário a seguir, da versão mais recente do Rumaer, revisto em 2012, dá uma ideia da complexidade com a qual os militares têm de se deparar todos os dias quando se levantam da cama para trabalhar (para assegurar fidelidade ao sumário do regulamento, mantive as indicações das páginas, assim como as grafias de letras maiúsculas e minúsculas, tal como aparecem no documento, mesmo sabendo que a padronização usada no Rumaer é diferente da usada nesta dissertação).

⁸⁷ Peça de uniforme militar constituída de cordões entrelaçados, usada em certas corporações pelos oficiais de estado-maior, por exemplo.

SUMÁRIO

TÍTULO I GENERALIDADES.....	9
CAPÍTULO I FINALIDADE	9
CAPÍTULO II NORMAS GERAIS	9
CAPÍTULO III NORMAS ESPECÍFICAS	10
Seção 1 Classificação dos Uniformes	10
Seção 2 Uso dos Uniformes	12
TÍTULO II COMPOSIÇÃO DOS UNIFORMES	14
CAPÍTULO I UNIFORMES HISTÓRICOS	14
CAPÍTULO II UNIFORMES DE REPRESENTAÇÃO	19
CAPÍTULO III UNIFORMES DE SERVIÇO.....	56
CAPÍTULO IV UNIFORMES DE DESFILE MILITAR E DE GUARDA-DE-HONRA	90
TÍTULO III PEÇAS COMPLEMENTARES	97
CAPÍTULO I ABRIGOS E SUA UTILIZAÇÃO	97
CAPÍTULO II ACESSÓRIOS E SUA UTILIZAÇÃO	107
CAPÍTULO III EQUIPAMENTOS E SUA UTILIZAÇÃO	108
CAPÍTULO IV IDENTIFICAÇÕES E SUA UTILIZAÇÃO	109
CAPÍTULO V INSÍGNIAS E SUA UTILIZAÇÃO	110
Seção 1 Alamares	111
Seção 2 Condecorações	112
Seção 3 Insígnias designativas de posto, graduação, série ou período escolar....	113
Seção 4 Espada	115
Seção 5 Espadim	115
Seção 6 Crachás, palas dos quepes e galões	115

CAPÍTULO VI DISTINTIVOS E SUA UTILIZAÇÃO	116
Seção 1 Distintivos de Quadro, Grupamento ou Especialidade	116
Seção 2 Distintivos de Cursos	117
Seção 3 Demais Distintivos	119
TÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS	121
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	121
CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES FINAIS	121
Anexo A - Padronização do 10º Uniforme para militares a serviço da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos	124
Anexo B - Padronização das Identificações	125
Anexo C - Especificações Técnicas	127

A seguir, extraí do Rumaer um pequeno exemplo de como devem ser usadas as insígnias. Só as explicações sobre o uso das insígnias consomem duas páginas inteiras do regulamento, que detalha, em milímetros, como elas devem ser dispostas nos uniformes. Novamente, as grafias das palavras e o uso de letras maiúsculas e minúsculas foram mantidos exatamente como aparecem no documento.

Quadro 6 – Regras para uso de insígnias**Seção 3****Insígnias designativas de posto, graduação, série ou período escolar**

Art. 42. As insígnias designativas de posto, graduação, série ou período escolar, quanto à sua localização nos uniformes, podem ser de:

I - gola;

II - ombro;

III - manga;

IV - punho;

V - gorro; e

VI - bolso.

§ 1º As insígnias de uso na gola são fixadas na gola esquerda, com a base da insígnia alinhada sobre a linha base de um triângulo isósceles, com altura de 30 mm, cujo vértice é a ponta da gola, ou em posição equivalente, nas golas arredondadas.

§ 2º As insígnias de uso no ombro são fixadas na platina, alinhadas e centralizadas na metade inferior. Deve-se desconsiderar a área triangular formada pelos três vértices superiores da platina para obter o ponto central de cada metade.

§ 3º As insígnias de uso na manga são usadas com o molde pentagonal contendo o conjunto insígnia/distintivo fixados: centralizado no terço médio nos uniformes de manga curta, e com a linha superior do molde pentagonal a 60 mm abaixo da costura da junção da manga com o ombro, nos uniformes de manga comprida, e paralelos ao plano sagital mediano do corpo, exceto no macacão de voo, onde, na manga esquerda, será fixado sobre a portinhola do bolso, de forma alinhada, verticalmente, à costura superior do bolso e, horizontalmente, centralizado, e na manga direita, em posição equivalente, mantendo a simetria em relação à altura.

Os militares recebem orientações sobre o uniforme a ser usado em cada situação, mesmo naquelas ocasiões em que, na perspectiva civil, não esteja caracterizada claramente uma situação de trabalho. Notícia de 2 de maio de 2013, divulgada pela Agência de Notícias da FAB, comunica sobre a missa de sétimo dia de um tenente-brigadeiro-do-ar. Na última frase da nota, um aviso: “O uniforme para os militares da Aeronáutica é o 7º A”.

Como já vimos neste trabalho, o desalinho do uniforme ou corporal e a falta de asseio são punidos a todo instante. Fivelas que não brilham como deveriam, botas não engraxadas a contento, uniformes sujos e desgrehados, barba e cabelo que não estejam rentes o suficiente são motivos para “pagações”, retenções nos finais de semana, etc. Relembrando a sua passagem pela Eear, o sargento Fernando relatou o seguinte:

“Um exemplo: eu era da equipe de futebol de salão da escola, da minha turma lá. Um belo dia, um militar lá, um da nossa equipe, deixou os uniformes em desalinho no armário, deixou bagunçado. O capitão viu, deixou toda a equipe de futebol de salão presa lá no final de semana. Outro exemplo: fazer faxina no alojamento, era uma equipe por semana. Se o capitão chegasse lá e não gostasse da faxina, não gostasse da limpeza, aquela equipe ia ficar presa no final de semana. Qualquer coisa que você fizesse ali, que fosse considerada algo errado para os padrões, envolvia o seu final de semana. Era sustada a sua licença e você ficava preso lá.”

A obstinação com o alinho dos uniformes, o asseio e a limpeza torna-se algo extenuante no período de adaptação. Com uma jornada que, na AFA, começa às 5h e é marcada por uma exaustiva sequência de atividades físicas, ordens unidas, formaturas, marchas e doutrina, somente por volta das 22h-22h30 os alunos terão chance de lavar e passar uniformes, limpar tênis, engraxar botas, lustrar cintos e insígnias, estudar regulamentos e doutrina, decorar hinos e memorizar canções para, enfim, dormir. Isso quando os alunos não são convocados para alguma atividade física durante a madrugada. Acabam dormindo, se tiverem sorte, três ou quatro horas por noite.

Os cuidados com o asseio, os uniformes e a arrumação do quarto exigem tanta atenção e rigor que, conforme revelou a cadete Cleonir, em outra passagem desta

dissertação, ao arrumar a cama pela manhã, o estudante da AFA precisa atentar, inclusive, para o fato de que a colcha deve ser meticulosamente escovada e seus pelos direcionados para um único sentido. Lembremo-nos que a prontidão operacional esperada do militar o obriga, muitas vezes, a um raciocínio maniqueísta: amigo versus inimigo, bom versus ruim, certo versus errado, honesto versus desonesto. É inconcebível, portanto, tolerar hesitações de qualquer natureza no combatente, até mesmo quando se trata da escovação dos pelos da colcha. Ou os pelos inclinam-se para um lado ou para o outro. Assim como nas decisões mais dramáticas e instantâneas que um militar terá de tomar, na frente de combate, com rajadas de fogo passando a três palmos do capacete, é lá ou cá, ou atira ou morre, não há espaço para o meio-termo, para divagações, para ambiguidades.

“Na nossa adaptação, eles sempre fazem revista de alojamento, para ver como que está a limpeza... E o alojamento das meninas sempre é infinitamente mais limpo, mais organizado, mais cheiroso do que o masculino.” (cadete Cleonir, quarto esquadrão)

No campo da JPL/PPL, não há, como é de se supor, normas ou regulamentos com relação a roupas, postura corporal, asseio. Isso pode, portanto, ser apontado como uma das diferenças nos processos de socialização de militantes e militares. Por outro lado, se observarmos melhor, embora não haja regras para determinar o uso desta ou daquela roupa, as pessoas se vestem de forma muito parecida, como é fácil identificar nas diversas “tribos” que compõem a nossa sociedade. Os chamados “mauricinho” e “patricinha”, por exemplo, se caíssem na redação do jornal Hora do Povo ou em alguma atividade estudantil da JPL, ficariam em total desarmonia com o padrão estético predominante. Os jovens militantes do sexo masculino, por exemplo, combinam, invariavelmente, camiseta, calça jeans e tênis discreto. Às vezes, uma camisa sobre a camiseta, quase sempre desabotoada e para fora da calça. Não há marcas de grifes famosas aparentes. A barba muitas vezes está por fazer e o cabelo apresenta-se

levemente em desalinho. As mulheres seguem a mesma lógica de vestimenta, incorporando, evidentemente, o maior número de itens e combinações que o vestuário feminino possibilita. Usam pouca maquiagem, muito pouca e, normalmente, poucos adereços. Só uma das cinco militantes entrevistadas tinha as unhas das mãos pintadas e nenhuma delas usava calçados com salto alto ou moderadamente alto. Resiste-se, até ao vestir, às pressões e futilidades da sociedade de consumo e aos ditames do marketing e da moda. Nada de roupas com marcas ostensivas de lojas de shopping, tênis “invocados”, armações de óculos extravagantes, relógios que fazem isso e aquilo, itens comumente associados aos jovens, inclusive os de baixa renda. Os antigos militantes seguem o mesmo padrão, adaptado para pessoas que estão na faixa dos 50-60 anos de idade.

No início dos anos de 1990, quando trabalhava no jornal Hora do Povo, testemunhei uma situação engraçada. Um dos jornalistas, o militante português Acácio, que havia acabado de realizar uma entrevista com uma autoridade, chegou à redação vestindo terno e gravata. A gozação foi geral: “Foi fazer exame de fezes hoje, Acácio?”, disparou um. “Que nada, o sonho do Acácio é virar gerente do Bradesco”, arrematou outro.

Há algo, no entanto, que une a todos, dos dois campos estudados: os celulares modernos. Do operador mais *yuppie* da Bovespa, passando pelo militante mais combativo de esquerda e chegando ao mais austero dos militares, ninguém parece resistir aos celulares de ponta. Ao sentar para as entrevistas, para que não ficassem espetando no bolso da calça, várias pessoas repousavam desligados seus celulares sobre a mesa, muitos deles dos modelos mais atuais. Deste aparelhinho⁸⁸, parece não haver mais quem escape na nossa sociedade.

⁸⁸ Há normas rígidas sobre o uso de celulares que devem ser obedecidas pelos cadetes. Nas salas de aula, nos horários de estudo em que ficam na biblioteca, enfim, quando estão desempenhando suas atividades

Na aproximação com as instituições pesquisadas e, sobretudo, com as pessoas até aqui entrevistadas, tive particular atenção com o vestuário e o linguajar, na linha de estabelecer uma comunicação não-violenta, conforme preconiza Bourdieu. As FFAA são instituições formais. Quando precisava me dirigir a alguma instalação da FAB, escolhia como “uniforme” sempre a combinação de camisa social de mangas longas, calça de sarja com corte social, cinto e sapatos sociais. As cores escolhidas, sempre sóbrias (cinto, meias e sapatos obrigatoriamente pretos, por exemplo). A armação dos óculos, negra, sem extravagâncias. Vestir-me dessa forma jamais se constituiu em uma violência contra minha natureza, de maneira alguma, porque fui socializado profissionalmente a usar roupas com essas características, a me submeter às chamadas políticas de trajes das corporações, que regulam, inclusive, as peças que podem ser usadas às sextas-feiras, nos chamados *casual days*, em que se permite maior informalidade. Com 44 anos de idade e a tendência de que, à medida que o tempo passa, as pessoas fiquem mais formais, também cultivo habitualmente um valor que é caro às FFAA: cabelos sempre curtos e barba feita diariamente.

Nas entrevistas com os militantes da JPL/PPL, o vestuário foi um pouco mais informal, para ficar adequado aos tipos de roupa utilizados tanto pelos militantes mais antigos como pelos mais novos: camisa tipo pólo, calça de sarja com corte esportivo ou jeans e um tipo de calçado que os profissionais de moda e de marketing batizaram de “sapatênis”, um ornitorrinco mais despojado que o sapato, porém menos esportivo que o tênis (na verdade, um tênis mais “social”). Usei meus óculos reservas, com armação igualmente negra, porém sem que nenhuma marca estivesse visível. Aliás, este foi um

relacionadas ao curso, o uso de celulares é proibido. Já abordei neste trabalho um treinamento que os alunos do primeiro ano foram fazer na selva, pela primeira vez na história da AFA, para aprender a agir sob pressão, a passar por severas privações de sono, alimentação e água. Os alunos receberam claras orientações sobre o uso do celular antes do embarque. “Uma foto tirada por um deles e colocada na internet, fora do contexto, pode gerar repercussões fortes e desnecessárias na sociedade”, alertava o coronel Olavo, comandante do Corpo de Cadetes.

cuidado que tomei com todos os itens do vestuário: nenhuma marca podia estar visível. Neste campo, minha intenção era me vestir de forma mais informal, porém levando em consideração que não tenho, há muito tempo, 18 anos de idade. O linguajar usado, tanto num campo como no outro, foi sem gírias nem, evidentemente, palavrões. No campo da JPL/PPL, como conhecia os antigos militantes, havia espaço para algumas piadas, lembranças e brincadeiras.

4.3.6 Recrutamento endógeno

O recrutamento endógeno é uma característica marcante nos dois campos pesquisados, tanto na Aeronáutica como na JPL/PPL. No campo da AFA/FAB, nove das 13 pessoas entrevistadas (11 formalmente e duas informalmente) tinham algum familiar muito próximo igualmente militar (pai, avô, irmão mais velho, tio ou primo de primeiro grau).

No campo da JPL/PPL, três dos quatro militantes veteranos afirmaram que seus filhos também militavam no partido e o quarto integrante disse que seu filho era filiado ao PPL, de esquerda, mas que não tinha uma atuação rotineira no partido. Quatro dos sete jovens militantes revelaram ser filhos de integrantes do PPL. A fala de Lucas, coordenador-nacional da JPL, evidencia precisamente a genealogia do militante-típico desta pesquisa:

“O meu pai começou a militar muito cedo no MR8⁸⁹ e militou até falecer. A minha mãe tinha uma militância na Argentina (*sua mãe nasceu no país vizinho*), viajou... ela estudou fora da Argentina, estudou durante um tempo na União Soviética. Quando ela voltou pra Argentina, deixou de militar, ela era militante do PC argentino, teve algumas divergências políticas, lá com o PC, e parou de militar. Depois, ela voltou a militar quando veio pro Brasil, no MR8 (*atualmente, é quadro do PPL*). Então, ela teve um período em que parou a militância, estudava, trabalhava, mas estava sem militância, mais por divergências políticas do que por opção de parar de militar, mesmo [...]. [...] Ela pegou a ditadura argentina, chegou a ser demitida... Quando ela voltou pra Argentina, ela entrou na Faculdade de Economia. Então, ela estava trabalhando no Ministério da Fazenda e foi demitida por perseguição política

⁸⁹ O pai de Lucas foi o fundador da JR8 e faleceu em um desastre automobilístico, em uma rodovia, quando retornava de uma atividade partidária.

[...]. [...] Meu avô por parte de mãe tinha uma militância no PC argentino. Minha avó por parte de mãe não militava, mas sempre apoiou. Eu acho que ela devia se sentir militante, mas nunca conversei com ela sobre o assunto, porque quando ela faleceu eu era muito novo. Mas eu imagino que ela, mesmo não participando de reuniões do partido, imagino que se sentisse militante. O meu avô por parte de pai eu praticamente não conheci. Quando ele faleceu eu era muito, muito pequeno. Eu não tenho lembrança dele, não sei quais eram as opiniões políticas dele, mas sei que ele não tinha nenhuma militância. A minha avó por parte de pai não tinha nenhuma militância, mas se considerava uma pessoa de esquerda. Sempre apoiou a militância do meu pai. Depois que o meu pai veio pra São Paulo e tinha amigos que eram militantes do partido, ela também criou uma relação pessoal de amizade com eles e sempre ajudou no que foi possível. Não tinha militância, mas sempre ajudou no que era possível. Era uma pessoa de esquerda [...]. [...] Quando comecei a militar, foi meio natural, porque como eu tinha isso em casa, foi um pouco natural. O interesse político sempre foi um interesse meio natural. Eu tinha 15 anos quando comecei.”

Lucas está profissionalizado na atividade política. No momento da pesquisa, era um quadro remunerado do partido. Jamais teve qualquer atuação profissional que não estivesse ligada à militância. Trabalhou, anteriormente, no CPC da Umes, para ficar em um único exemplo, atividade que não era estritamente partidária, mas, sem dúvida, fazia parte de sua atuação política.

Tereza seguia trajetória similar a de Lucas. Seus pais conheceram-se no movimento estudantil, na antiga JR8:

“A minha mãe e o meu pai se conheceram por conta da militância, do movimento estudantil. Minha irmã mais velha, por parte de mãe, ela era daqui da Umes, e aí ela montou o grêmio na escola, era responsável pela zona leste de São Paulo. No congresso (*da Umes*) que ela saiu, foi o congresso que eu entrei. Então, eu estava na sétima série e comecei a ter o contato aqui com a Umes e... Já tinha (*contato*) por conta do meu pai e da minha mãe, mas de eu participar mesmo, vir pras primeiras reuniões, foi quando eu estava na sétima, oitava série. Daí começou essa história de montar grêmio dentro da escola, organizar as atividades, participar do congresso da Umes, participar do congresso da Ubes, dos alunos secundaristas. Eu entrei, não me lembro exatamente o ano, na secretaria-geral da Umes, no primeiro congresso que eu participei, e fiquei nos dois anos da gestão. Depois, participei de novo, de mais metade de gestão como tesoureira. Eu tinha 13 anos.”

Dos sete militantes que eram casados, viviam sob união estável ou namoravam, considerando os ativistas de todas as faixas etárias, seis tinham relacionamento com

militantes da JPL/PPL⁹⁰. O marido de Renata ingressou no PPL por meio da esposa. E Adriana revelou que era na militância que estavam seus grandes amigos e de onde costumavam sair seus namorados, uma vez que a entrega exigida pela sua opção de vida fazia com que pessoas de outros ambientes tivessem dificuldade para compreender as suas escolhas.

“Meu marido é militante mais recente, não pegou a parte do MR8, essas coisas. Conheceu o PPL, é filiado também. A gente se conheceu, ele não conhecia o PPL, aí a gente foi apresentando e por aí foi, ele começou a ir às atividades e por aí vai.” (militante Renata)

“Sem dúvida, a maior parte das minhas relações tem relação com a militância. Meus melhores amigos, alguns namorados, inclusive, todo mundo é militante, porque a gente tem um ritmo muito intenso. Então, às vezes tem uma dificuldade para que o resto das pessoas entenda essa lógica e tal. E também por uma questão de identidade, os dispostos se atraem. Então, a maior parte das minhas relações é do partido, mesmo.” (militante Adriana)

A seguir, apresento dois quadros, um referente ao campo militar e outro relacionado ao campo dos militantes, com os cargos ou funções ocupados por todas as pessoas ouvidas, seus codinomes⁹¹ (os nomes reais dos entrevistados, conforme informado anteriormente, foram substituídos, nesta pesquisa, por nomes fictícios para não tornar possível a identificação das pessoas) e se possuem familiares próximos

⁹⁰ No campo militar, entrevistei uma cadete que namorava um outro cadete na AFA. Quando isso acontece, o primeiro passo é informar imediatamente o comando. Na academia, o casal pode se reunir para almoçar, pode conversar e ficar junto, desde seja obedecido o limite de restrição de espaço físico estabelecido entre homens e mulheres na instituição, que é de um braço de distância. Fora da academia, nos horários de folga, a convivência é livre e não há limitação para a proximidade física.

⁹¹ Os militares são obrigados a escolher um nome de guerra, pelo qual serão chamados por toda a carreira profissional. Normalmente, escolhem o nome que o identifique mais claramente. Alguém que se chame Demóstenes Silva, por exemplo, escolherá Demóstenes como nome de guerra. Nomes como José, João, Pedro não podem ser escolhidos, porque são tão numerosos que acabariam por não identificar claramente o militar perante os seus pares. A escolha de apelidos também não é permitida. Ao me recepcionar, o tenente-coronel Menezes, que foi um de meus cicerones na AFA, usou esta lógica do nome de guerra ao se dirigir a mim, desde a primeira vez que nos vimos. Meu nome completo é Ricardo de Sequeira Lugó. Meu nome mais incomum e que melhor me identificaria seria Lugó. Foi de Lugó que me chamou desde o primeiro instante, escolha que também foi feita pelos demais oficiais. Quando tinha de me apresentar a outras pessoas, dizia: “Este aqui é o pesquisador Lugó, da USP, que está fazendo umas entrevistas com os cadetes”. No penúltimo dia em que estive na AFA, o tenente-coronel Menezes revelou-me seu alívio quando viu que eu era uma pessoa mais velha. “Quando me passaram a incumbência de te acompanhar, eu havia entendido que era trabalho de faculdade. Aí eu pensei: ‘Pô, um estudante de faculdade com a mesma idade dos cadetes não vai dar certo’. Aí quando te vi, fiquei tranquilo”.

militares ou militantes. No quadro 7, aparecem os entrevistados da AFA/FAB. Além dos 11 militares ouvidos formalmente, incluí na tabela os dois oficiais superiores com quem conversei informalmente. No quadro 8, é a vez dos militantes da JPL/PPL. Nove dos 13 entrevistados da FAB tinham vínculo familiar de primeiro grau com militar de carreira em geração anterior ou posterior. No campo da JPL/PPL, o percentual alcançou 100%:

Quadro 7 – Recrutamento endógeno no campo dos militares

AFA/FAB		
O que é	Codinome	Tem vínculo familiar de primeiro grau com militar de carreira em geração anterior, igual ou posterior?
Coronel	Cléber	Sim. Filho de suboficial da FAB aposentado
Tenente-coronel	Menezes	Sim. Irmão de oficial da FAB
Major	Hélio	Não, mas seu avô lutou na 2ª Guerra pelo Exército Imperial Japonês
Tenente	Carvalho	Sim. Filho de suboficial aposentado da FAB e irmão de capitão do Exército
Sargento	Fernando	Sim. Filho de cabo aposentado da FAB
Cadete	Prudente	Não
Cadete	Cleonir	Sim. Sobrinha de coronel da FAB e irmã de aluno da Epcar
Cadete	Nader	Sim. Enteado de sargento da Marinha aposentado
Cadete	Luciana	Sim. Neta de tenente do Exército aposentado e irmã de cadete da Aman
Cadete	Natália	Não
Cadete	Galvão	Sim. Primo de capitão do Exército
Cadete	Fábio	Não
Cadete	Oliveira	Sim. Filho de coronel da FAB, neto de sargento aposentado do Exército (paterno) e de tenente aposentado do Exército (materno). Seu irmão era cadete da AFA, foi desligado em voo e prestaria o concurso novamente no ano seguinte, para a Infantaria

A seguir, o quadro referente ao campo dos militantes:

Quadro 8 – Recrutamento endógeno no campo dos militantes

PPL/JPL		
O que é	Codinome	Tem vínculo familiar de primeiro grau com militante em geração anterior, igual ou posterior?
Militante (veterano)	Paulo	Sim. É neto, filho, sobrinho, marido e pai de militantes
Militante (veterano)	Cícero	Sim. É marido e pai de militantes
Militante (veterano)	Reinaldo	Sim. É marido e pai de militantes
Militante (veterano)	Acácio	Sim. É sobrinho de militante
Militante (jovem)	Adriana	Sim. Companheira* de militante
Militante (jovem)	Renata	Sim. Filha, irmã e companheira* de militantes
Militante (jovem)	Mateus	Sim. Companheiro* de militante
Militante (jovem)	Lucas	Sim. É filho e neto de militantes
Militante (jovem)	Marcela	Sim. Namora há quatro anos e meio um militante
Militante (jovem)	Tereza	Sim. É filha e irmã de militantes
Militante (jovem)	Helena	Sim. É filha, neta e irmã de militantes

* Aqui, uso “companheira(o)” não no sentido de “camarada”, forma de tratamento comum nas organizações de esquerda, mas no sentido de “casamento sem papel passado”, de relacionamento estável.

No universo da JPL/PPL, o encaminhamento para a militância parecia ser feito de forma bastante natural. Havia uma notável tradição familiar neste tipo de atividade política e, em grande medida, as relações sociais estavam fortemente restritas ao universo da militância. Além de conviverem diariamente entre si para desempenhar as atividades partidárias ou, no caso dos que atuam no Hora do Povo, para produzir o jornal que amplifica as posições políticas do partido, os finais de semana dos militantes eram, em boa medida, ocupados por reuniões políticas nos diretórios, congressos estudantis (no caso dos jovens) ou, nas horas de lazer, por exemplo, pelas sessões de cinema da Mostra Subversiva, aos sábados, às 17h, na sede da Umes, localizada no

bairro do Bixiga, na capital paulista. A Mostra Subversiva exhibe filmes, alguns deles clássicos do cinema, que abordam temas de teor político e histórico, como poder, opressão, dominação, exploração, guerras. No período de maio a julho de 2013, foram exibidos três filmes soviéticos produzidos na década de 1940, quatro filmes franceses de décadas variadas e um filme norte-americano também da década de 1940, todos relacionados à 2ª Guerra Mundial. A programação para os meses de fevereiro e março de 2014 englobava produções das extintas União Soviética⁹² e Alemanha Oriental, além de Estados Unidos e Japão, todas das décadas de 1940, 1950 e 1960. As temáticas, em boa medida, ainda continuavam centradas na 2ª Guerra: “Julgamento de Nuremberg”, “Guerra e Humanidade 2”, “Filhos de Hiroshima”, “O fascismo de todos os dias”, entre outros títulos.

O pós-filme também muitas vezes era compartilhado no convívio com os militantes, conforme revelou a militante Helena:

“O lazer quase sempre é também com o povo da JPL, porque a gente está quase todo o tempo junto. Então, a gente vai ao bar, toma uma cerveja, às vezes sai pra dançar, alguma coisa assim [...]. [...] Tomar cerveja, assim, com os amigos eu nem considero lazer direito, porque é uma coisa tão normal, você sai da reunião, sai da mostra, vai pro bar, fica lá um pouquinho e tal. E aí, tem a capoeira, que eu estou começando a fazer, quando me deixam fazer (*risos*).”

Nove das 11 pessoas entrevistadas para esta pesquisa, da antiga ou da nova geração do partido, revelaram que há um claro predomínio de militantes nas suas relações pessoais. A jovem Renata sintetizou de forma interessante esse processo de socialização. Filha de pais integrantes do PPL desde os tempos do MR8, nos anos de 1970, ela disse: “Na minha casa, até quando a moça da tevê dá a previsão do tempo no telejornal é motivo pra iniciar uma discussão política”.

⁹² Como desdobramento da Mostra Subversiva, o selo CPC-Umes lançou, em abril de 2014, a “Série Cinema Soviético”, inicialmente com dois volumes: “Lenin em outubro” e “Volga-Volga”. Veja o convite para o lançamento no Anexo G.

Filho, neto e sobrinho de militantes do “Partidão”, além de marido e pai de integrantes do PPL, o psiquiatra Paulo, com 60 anos de idade no momento da entrevista, atuou como médico durante aproximadamente 25 anos, paralelamente à atividade nunca abandonada de ativista político. Alto dirigente do PPL no momento da pesquisa, ingressou no MR8 em 1976, com 22-23 anos. Ele narrou da seguinte forma a questão da militância na família e eventuais influências que tenha exercido na escolha dos filhos:

“Tanto meu pai como minha mãe tinham entrado no Partido Comunista relativamente cedo. Meu pai entrou no Partido Comunista, eu tenho impressão, que foi por influência... Na verdade, no arsenal de marinha onde ele trabalhava, havia um operário mais antigo chamado Batista Neto, que depois foi deputado constituinte, na constituinte de 1946, que era do Partido Comunista. Esse futuro deputado na época era um operário do arsenal de marinha, estabeleceu uma biblioteca, que eu achei interessante, porque todos os operários contribuíam com um dinheiro para comprar um livro por mês, e aí o livro ia rodando entre todos. E foi por relação com esse operário mais velho que o meu pai entrou para o Partido Comunista. Minha mãe, em função do meu avô, que em 1927 tinha entrado no Partido Comunista. Então, minha mãe foi mais em função disso. Na minha casa sempre houve muita discussão política.”

E sobre a influência exercida sobre os filhos:

“Que teve alguma influência, eu não tenho dúvida. Mas é difícil avaliar até que ponto, porque as pessoas também têm outras coisas, elas não se decidem só com base na influência. Tem outras coisas na vida delas que fazem elas se decidirem, ir por esse caminho, por aquele, essas coisas todas. Então, é difícil mensurar, até que ponto eu fui importante pra isso. Fora isso, não me lembro de ter influenciado grande coisa dentro da vida familiar. Meu irmão não é militante, entendeu?⁹³ Embora sempre tenha uma ou outra pessoa, que, porra, simpatiza, essas coisas todas. Mas o que eu posso dizer é que, principalmente os meus filhos, e aí eu acho que é principalmente por causa da vida, mesmo porque também eu não me dediquei a nenhuma pregação política em cima deles (*risos*).”

Em “A origem social dos militares” (1993), o antropólogo Celso Castro comparou o recrutamento endógeno entre cadetes da Aman, Escola Naval (EN) e AFA, instituições que formam oficiais para o Exército, Marinha e Aeronáutica, respectivamente. No período de 1991-1992, o percentual de cadetes do primeiro ano da Aman filhos de militares era de 58,2%. Em 1990, na Escola Naval, 27% dos cadetes de

⁹³ O irmão de Paulo formou-se engenheiro e tornou-se executivo de uma multinacional.

primeiro ano eram filhos de militares. Por fim, na AFA, em 1992, 21,5% dos cadetes matriculados nos quatro anos do curso eram filhos de militares. Minha hipótese, com base nos depoimentos coletados a partir das entrevistas, é a de que, se ampliarmos o olhar para além dos pais e verificarmos a presença de militares em outros níveis de parentesco bastante próximos do cadete (avô, irmão mais velho, tios e primos de primeiro grau), o percentual sofrerá um aumento exponencial.

O artigo de Castro revelou ainda que, em 1991-1992, 43,2% dos cadetes que ingressaram na Aman eram filhos de oficiais subalternos ou praças (tenentes, suboficiais, sargentos, cabos, taifeiros ou soldados). A Marinha e a Aeronáutica eram, no período analisado, mais elitistas. Em 1990, 59% dos pais militares de cadetes do primeiro ano da EN eram oficiais superiores (almirantes, almirantes-de-esquadra, vice-almirantes, contra-almirantes, capitães-de-mar-e-guerra, capitães-de-fragata e capitães-de-corveta). Na Aeronáutica, em 1992, 42,9% dos pais militares dos cadetes eram oficiais (a instituição não informou ao pesquisador se oficiais inferiores e intermediários – tenentes e capitães, respectivamente – estavam incluídos no percentual). Das 13 pessoas entrevistadas por mim no campo da AFA/FAB, incluindo aí as duas pessoas ouvidas informalmente, conforme mencionei anteriormente, nove tinham militares como familiares próximos. Quatro, entre as nove, eram parentes de oficiais. Duas, entre as quatro, eram parentes de oficiais superiores – no caso, coronéis.

A trajetória do cadete-aviador Oliveira, do segundo esquadrão, filho de um coronel-infante da FAB e neto de militares aposentados do Exército, é passível de uma genealogia interessante, porque em boa medida sintetiza os depoimentos de outros entrevistados e reforça a endogenia mencionada. Estão presentes na história de Oliveira três elementos que se repetiram constantemente nas conversas com cadetes: tradição militar na família, forte engajamento dos pais no projeto de inserção do filho no

militarismo⁹⁴ e incondicional apreço pelos valores militares (disciplina, patriotismo, honradez, etc.). Criado em diversas vilas militares desde o nascimento e habituado a se mudar de cidade a cada transferência do pai, Oliveira passou a infância e o início da adolescência fundamentalmente brincando e convivendo com filhos de militares. Posteriormente, ingressou junto com o irmão mais velho na Epcar, a partir de um claro e sistemático projeto familiar. Os irmãos, após conversa com o pai, abandonaram a escola civil e dedicaram-se, exclusivamente, ao cursinho preparatório para o concurso da Epcar. Anos depois, quando o irmão mais velho, já na AFA, foi desligado em voo e Oliveira, também na academia, mas sofrendo pela distância da família, cogitou pedir o seu desligamento, os pais foram fundamentais em apoiá-lo e em convencê-lo a permanecer. O irmão mais velho tentaria o reingresso na AFA, como infante, no concurso do ano seguinte. E Oliveira cruzava os dedos para não ser desligado em voo. No primeiro trecho da narrativa a seguir, o cadete-aviador falou sobre a tradição militar na família:

“Meu pai se formou aqui na AFA, ele foi desligado em voo, mas se formou na Infantaria. Hoje é coronel de Infantaria, está prestes a ir pra reserva, deve ir no meio deste ano. Minha mãe é bacharel em direito, mas não exerce a profissão, não levou à frente a carreira. Meu avô por parte de pai foi militar, também, foi sargento do Exército, e meu avô por parte de mãe foi tenente do Exército. Tenho um irmão que foi cadete, também. Estava na turma acima, deveria estar no terceiro ano, agora, mas foi desligado em voo no ano passado. Ele fez a prova, pra entrar aqui no AFA II, como intendente, só que não passou. Deve tentar ano que vem, de novo. Meu pai, atualmente, está servindo no Rio, já serviu em São José dos Campos, em Natal e em Canoas, no Rio Grande do Sul. É o quarto lugar em que ele está servindo, depois de ter se formado aqui na AFA.”

Em seguida, Oliveira revelou a estratégia familiar para que, junto com o irmão, ingressasse na carreira militar e comentou sobre a influência paterna na decisão:

⁹⁴ Muitas vezes partia dos pais a ideia de adesão do filho à carreira militar, como também a busca de informações sobre os períodos de inscrições para os concursos da Epcar ou da AFA, compra de manuais, levantamento de informações sobre cursinhos preparatórios, etc. Tenente Carvalho, por exemplo, em outra passagem deste trabalho, disse que seu pai, suboficial aposentado da FAB que ainda atuava como controlador de tráfego aéreo, ia atrás das informações, começava a persuadi-lo e ele, com o tempo, passou a aderir à sugestão.

“Desde criança, eu estudei em escola particular, até o nono ano do ensino fundamental. Aí, eu saí da escola, por uma decisão minha e do meu pai, com o consentimento dele, saímos eu e o meu irmão, que estava no segundo ano do ensino médio. Eu e o meu irmão ficamos fazendo só cursinho pra poder prestar a prova pra Epcar, só que ele passou e eu não passei. Meu irmão ingressou na Epcar e eu voltei pra escola. Isso coincidiu com a transferência do meu pai de Natal pra Canoas. Aí, eu fui estudar no Colégio Militar de Porto Alegre. Depois, prestei novamente Epcar e passei. Embora eu já tivesse concluído o primeiro ano do ensino médio no Colégio Militar, tive de cursá-lo novamente na Epcar [...]. [...] Meu irmão tomou muito a decisão de fazer a Epcar por causa do meu pai e eu tomei a decisão muito por causa do meu pai e do meu irmão. No último ano, fiquei um pouco em dúvida, se viria pra cá (AFA) ou não. Optei por vir pra cá, mas sabendo que se tivesse optado por permanecer lá fora tinha plenas condições de progredir na vida, em função do ótimo ensino médio que fiz na Epcar.”

As falas das cadetes-aviadoras Cleonir e Luciana também corroboram o discurso de Oliveira:

“Meu tio é coronel da FAB, ele é caçador e tal, comanda hoje em dia a base de Florianópolis, ele me incentivou a fazer a prova. Meu irmão mais novo tem 17 anos e acabou de ingressar na Epcar. Está lá, no primeiro ano. Foi uma influência minha, com certeza. Se eu não estivesse aqui, ele provavelmente não teria se interessado por estudar lá.” (cadete Cleonir)

“Tenho um irmão, ele está na Aman, ele foi neste ano pra lá. É mais novo, um ano mais novo, a gente nasceu no mesmo dia. Na verdade, nós dois fizemos Colégio Militar, em Campo Grande. Daí, de certa forma, a gente convivia com militares, sempre via... Porque assim, meu avô foi militar, meu pai nunca foi, meu avô foi militar, contava alguma coisa pra gente, mas contato mesmo com o militarismo foi no Colégio Militar que a gente teve. Daí nós dois decidimos seguir carreira. Então, assim, um apoiava o outro, a gente fez cursinho juntos.” (cadete Luciana)

A grande quantidade de familiares militares de cadetes chamou-me a atenção durante a minha primeira visita a uma instalação da Aeronáutica, que aconteceu na manhã de 6 de dezembro de 2012, quando fui assistir à cerimônia de substituição do espadim pela espada, que marca a formatura dos cadetes da AFA, ocasião em que cada um deles se torna aspirante a oficial. A celebração ocorreu nas instalações da instituição, localizada no Campo Fontenelle, em Pirassununga, interior de São Paulo.

Sentado na arquibancada reservada aos familiares dos cadetes, observei, logo a minha frente, que uma família assistia à formatura do caçula. Seu irmão mais velho, fardado, já era um oficial da Aeronáutica. Atrás de mim, outra família mencionava que

o tenente que participara da homenagem à bandeira fazia parte da mesma turma de um irmão mais velho do cadete que se formava naquele dia. Além de oficiais da Aeronáutica, era fácil encontrar oficiais do Exército e da Marinha. Um oficial do Exército trazia sua espada de oficial, envolta em bainha verde, para entregar ao filho. Comentando a respeito disso com um oficial e uma professora civil da AFA, eles me explicaram que, provavelmente, trata-se de uma tradição militar na família, em que a mesma espada do oficialato é entregue de geração em geração. Segundo a professora civil, em cerimônias de anos anteriores na AFA, chamava a atenção, entre os espectadores, um alto oficial do Exército que se apresentava barbado. Seu avô realizara uma proeza militar no passado e ganhara o direito de conservar a barba, embora ela não seja admitida nos regulamentos militares faz décadas. Por extensão, todos os seus descendentes que alcançaram a posição de oficiais do Exército passaram a gozar da mesma prerrogativa.

À medida que começava a prestar mais atenção nas conversas e nas pessoas que assistiam ao evento daquela arquibancada, mais ouvia a menção a outros familiares que já se haviam formado e hoje eram oficiais, assim como percebia a presença de homens e mulheres fardados assistindo à cerimônia juntos de seus familiares.

Assim como no caso dos militantes, que concentram grande parte do convívio social entre ativistas políticos, a maior parte das relações sociais dos militares também se dá entre militares. Além das jornadas de trabalho em quartéis, normalmente vivem em vilas militares, equipadas com infraestrutura de comércio, serviços e lazer para atender aos seus moradores, inclusive nas horas de folga. Em Pirassununga, por exemplo, cidade do interior paulista com 74 mil habitantes⁹⁵ que abriga a sede da AFA, não há cinemas. Ou melhor, há uma única sala de cinema, que fica justamente dentro da

⁹⁵ Fonte: IBGE/2013.

academia e exhibe sessões aos domingos, segundas e terças-feiras, exclusivas para a comunidade militar. Muitos cadetes que estão de folga, nos finais de semana, e por algum motivo não foram visitar os pais em suas cidades de origem, acabam permanecendo boa parte do tempo na academia e desfrutando da infraestrutura local, que inclui a cantina do Corpo de Cadetes, o cinema, as instalações esportivas, a biblioteca, os locais reservados para cultos religiosos, a ampla área verde. Passam, portanto, suas horas de folga igualmente na companhia de militares. Professores civis da AFA e oficiais e suboficiais que trabalham na academia muitas vezes passam boa parte de suas horas de lazer dentro da infraestrutura militar.

As FFAA enquadram-se naquilo que Goffman (2010) chamou de instituições totais. O militar trabalha, mora, estuda e, muitas vezes, diverte-se dentro de instalações militares, que são regidas por normas, preceitos, códigos disciplinares, códigos de conduta e regulamentos bastante rígidos. Isso fica bastante evidente nas instituições de formação, como a AFA e a Eear, mas também é perceptível nos cursos de especialização em voo realizados após a formatura na AFA e que são conduzidos em Natal ou Fortaleza – a dedicação aos estudos é tão grande que o militar praticamente fica imerso no seu mundo profissional, mesmo quando está de folga. Depois de formado e estar estabelecido na carreira, o “voltar-se para dentro” também é detectável quando o militar é transferido para pequenas cidades, com pouca infraestrutura, em que as melhores opções de comércio e lazer estão localizadas justamente dentro da própria vila militar em que reside, como acontece, por exemplo, no caso de Pirassununga.

Em várias cidades do país, há clubes e associações que congregam militares e seus familiares para atividades esportivas, culturais, sociais e de lazer. Em grandes cidades, como São Paulo, Campinas e, especialmente, o Rio de Janeiro, essas presenças são notáveis. A mais tradicional dentre as instituições existentes é o Clube Militar,

fundado em 1887, no Rio de Janeiro, três anos depois do Clube Naval, com o objetivo de reunir os militares do Exército e da Marinha (e, posteriormente, da Aeronáutica) para promover debates, discussões e fortalecer o espírito de corpo nas FFAA. Os dois clubes surgiram ainda sob relativo impacto da Guerra do Paraguai (1864-1870) e em tempos de republicanismo, abolicionismo e das questões militares, que provocavam inflamados debates na sociedade. O Clube Militar, embora hoje seja mais frequentado por militares reformados, historicamente sempre foi um espaço de interação social intensa entre militares, suas esposas, seus filhos. Ainda no Rio de Janeiro, há o Clube da Aeronáutica, criado na década de 1940, após a 2ª Guerra Mundial, com duas sedes na cidade e outra em Arraial do Cabo, na região dos lagos fluminense. Em São Paulo, igualmente após a 2ª Guerra, em 1947, criou-se uma instituição com o objetivo explícito de promover o conagraçamento entre militares e civis e fortemente inclinada para atividades esportivas, de recreação e sociais: o Círculo Militar, clube localizado no bairro do Paraíso, zona sul da capital paulista, vizinho da sede do Comando Militar do Sudeste (atual denominação para o Comando do 2º Exército) e próximo do Comando do 8º Distrito Naval, da Marinha.

Em sua etnografia realizada com mulheres de militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Chinelli (2009) observou, de forma recorrente, o uso do termo “família militar”. Quase sempre distantes de suas cidades de origem e longe do convívio familiar, estreitavam-se as relações sociais dos militares e de suas mulheres e filhos com outros militares, mulheres e filhos também residentes na vila militar. Para combater a solidão e a distância da família e fortalecer o espírito de camaradagem e de coletividade entre as pessoas ali residentes, a interação costumava ser fortemente incentivada pela corporação. Os moradores mais antigos na vila ajudavam a recepcionar e a integrar os recém-chegados. As mulheres desempenhavam

um papel central na união das famílias, organizando atividades coletivas e recepções com o objetivo de amalgamar a convivência entre os que ali moravam. A proximidade e o número restrito de moradores criavam um ambiente propício à fofoca, instrumento que servia para assegurar determinados padrões de conduta e “inibir, nos moradores, comportamentos incompatíveis com as normas sociais consideradas apropriadas. Isto porque o desviante pode sofrer sanções tanto sociais quanto profissionais, que talvez venham a prejudicar a sua carreira” (CHINELLI, 2009, p. 98).

O militar, portanto, trabalha em uma instalação militar basicamente com militares, realiza cursos específicos de formação profissional em instalações militares e vive com mulher e filhos em uma vila militar, na qual, devido à distância dos outros integrantes da família e de eventuais amigos do meio civil, passa a conviver, mais estreitamente, com outros militares e seus familiares residentes na mesma vila. Além disso, em cidades pequenas e com pouca infraestrutura, usa o comércio, prestadores de serviços, templos religiosos e equipamentos de lazer e esportes da própria vila militar em que vive. Nas cidades maiores e com infraestrutura mais abundante, há os clubes e associações de militares para os quais muitos se dirigem nos horários de folga. O círculo de convivência de esposas e filhos também acaba, em boa medida, restringindo-se ao campo militar. Não chega a ser surpreendente que haja, portanto, tanta recorrência de filhos e netos que decidem seguir a mesma trajetória profissional de seus pais e avós.

4.3.7 Vigorosa preocupação com a doutrina.

A preocupação com a doutrina é marcante tanto entre os militares como entre os militantes políticos. No campo da JPL/PPL, o veterano militante Paulo ressaltou várias vezes na entrevista a importância da formação dos quadros da sigla. E comparou como

foi a sua formação em relação ao que se tornou a preparação dos jovens militantes após a redemocratização. Sobre a sua formação, na década de 1970, respondeu o seguinte:

“Era bastante sistemática, estudo teórico, o caramba, tudo isso daí era bastante sistemático. O problema básico, a dificuldade, é que alguns textos que você encontra hoje em qualquer livraria também eram proibidos. Então, você tinha que, às vezes, fazer a maior coisa pra imprimir, no mimeógrafo, o Manifesto Comunista, coisa que hoje em dia..., coisa que pelo Google você baixa quando quiser, você baixa a três por dois, entendeu? Mas o estudo era sistemático. A formação era dada pelos militantes mais antigos e aí a discussão ia...”

Sobre a formação atual dos militantes, afirmou:

“Veja você, tem um aspecto aí, que é um aspecto com o qual você precisa lidar. Aqui, por exemplo, estamos fazendo uns estudos, uns seminários com o pessoal. Mas é que quando você tem uma situação em que a tua atividade pública tem de ser restringida, por causa da repressão, sobra mais tempo pra você ficar estudando. Aí, quando você não tem isso, existe uma tendência natural, espontânea, a você se dispersar um pouco nas atividades políticas e estudar menos. Eu acho que a necessidade de estudar, de saber como é que são as coisas, continua grande, e acho até mais do que antes, pra entender como é o nosso país, como está se tratando essa situação toda. Estes cursos para os novos militantes eu tô fazendo aqui (*no jornal Hora do Povo*), porque, fundamentalmente, é uma necessidade da redação do Hora do Povo [...]. [...] Então, eu tô aproveitando pra também fazer o pessoal estudar, porque sem isso, pra escrever aqui, fica difícil que não acaba mais.”

A respeito dos conteúdos ministrados para a formação dos militantes, o dirigente do PPL disse:

“Antigamente, havia algumas coisas importantes, que às vezes você não tinha conhecimento. Por exemplo: os textos do Mao Tsé-tung sobre a prática e sobre a contradição eram textos muito importantes, porque são condensações muito boas da filosofia em geral marxista. Hoje em dia, eu estou considerando que tem uma coisa fundamental no país que leva a gente para um determinado eixo de estudos. O país está numa situação econômica bastante ruim e está, no fundamental, com uma economia desnacionalizada. E aí a política econômica nitidamente mostra, apesar dos esforços da presidente Dilma, equívocos pronunciados. Qual a base desses equívocos? Eu acho que tem uma questão decisiva. A ilusão de que o capital estrangeiro pode desenvolver o país. Nesse sentido, eu tenho orientado, aqui, para o estudo no sentido dos textos, de nós pegarmos, em primeiro lugar, textos do Lenin sobre a questão do imperialismo, sobre essa questão do capitalismo monopolista e, propriamente, sobre a ação imperialista sobre as nações periféricas, como é o nosso caso. A nossa nação não é uma nação central do capitalismo, é um capitalismo subalterno, periférico. Então, fundamentalmente, eu estou orientando nessa direção, estudo econômico nessa direção. Eu estou marcando determinados textos, que todo mundo lê e, na hora, alguém expõe e aí corre a discussão.”

Todos os militantes ouvidos ressaltaram a importância da formação teórica conduzida pela JPL/PPL, desde os tempos da JR8/MR8, para que a execução das atividades políticas fosse mais consistente. A leitura de textos clássicos⁹⁶, os seminários realizados, as discussões que se desdobram a partir dos seminários, a leitura de artigos e ensaios já publicados no jornal sobre economia e política ao longo do tempo, os ensinamentos de Marx, Engels, Lenin, Stalin, Mao, Che e Kim Il-sung, as soluções propostas por intelectuais do campo nacional-desenvolvimentista para os problemas brasileiros, etc. Na sede da JPL, por exemplo, as reuniões acontecem em um amplo espaço que lembra uma sala de aula, com carteiras universitárias e tudo.

Mateus, um jovem militante que também faz parte da executiva estadual e é membro da coordenação nacional da JPL, por exemplo, enfatizou a importância do debate político no partido e lembrou como o diálogo mais sistemático com um integrante da então JR8, quando começava a se aproximar do movimento, fez com que ele reformulasse a opinião que tinha do ex-presidente Getúlio Vargas e de Josef Stalin:

“Nossos coletivos da JPL sempre tiveram um debate intenso. A gente sempre procurou se orientar pelo jornal Hora do Povo, que é o jornal mais politizado, que mais entra a fundo nas questões, a gente também sempre recomenda e faz a leitura de alguns clássicos nas assembleias, discute-se muito sobre educação, porque a tradição do movimento estudantil no Brasil está bastante ligada à questão da educação [...]. [...] Aqui, no PPL, por exemplo, a gente discute as questões da economia brasileira com muita profundidade, a questão do imperialismo[...]. [...] Uma vez, num Congresso da UNE, uma coisa que eu me lembro, que eu fiquei muito impressionado, o Antonio (*antigo dirigente da JR8*), ele é um companheiro e ele é cearense, meu avô era cearense, também, mas a gente tá acostumado a ver o povo nordestino como um dos mais fragilizados por toda essa conjuntura que está estabelecida aí e ele, pô, ele é um nordestino superculto, super bem-informado e ele me falava coisas legais... Na época, por exemplo, eu tinha uma visão distorcida do Getúlio Vargas, pelo que eu aprendia na escola e tal, e que, normalmente, a esquerda em geral do Brasil fala que ele era ditador e não sei o quê, sobre o processo revolucionário lá na União Soviética, também, e eu, conversando com ele, eu falava o que eu pensava e ele, assim, de maneira tranquila, ele falava: ‘Tem de ver isso, isso e aquilo’. Colocou alguns pontos, assim, e aquilo tudo se juntou e me tocou muito profundamente [...]. [...] Por exemplo,

⁹⁶ Chamou-me a atenção o seguinte fato: poucas vezes os militantes mencionaram a leitura de textos de Marx e Engels, não apenas os fundadores, mas os mais importantes pensadores desta tradição de pensamento. Quando se referiram, lembraram o Manifesto do Partido Comunista, talvez o texto de mais fácil compreensão dos autores. Normalmente, citavam textos de Mao, Lenin, Stalin, Rosa de Luxemburgo, Makarenko, Che Guevara, Kim Il-sung, Cláudio Campos, artigos publicados no jornal Hora do Povo e por aí afora.

no Brasil, eu achava que o Getúlio era um ditador e, quando eu entrei no partido, eu comecei a estudar... Eu nunca tinha ouvido ninguém falar que não era, aí eu ouvi que não era, eu falei: 'Que negócio é esse?'. Aí eu fui ver e cheguei à conclusão que, de fato, cara, foi ele que fundamentou a construção do Brasil moderno e tal, e deixou as bases para o desenvolvimento da independência do Brasil. De maneira geral, eu achava que o Trotsky era um cara bacana pra caramba e tal e o Stalin era um ditador. Aí me falaram: 'Mas não é bem assim'. Nunca tinha ouvido o contrário, sempre ouvia aquilo. Então, fui estudar e cheguei à conclusão que, de fato, tinha uma contradição ali, é que normalmente não chega isso até a gente. Então, o que o partido me ensinou é conhecer a realidade, é ter um compromisso com a realidade."

Lucas, então coordenador-nacional da JPL, destacou que, além de preparar os jovens militantes para a ação política, é necessário formá-los teoricamente, para que possam dar uma contribuição ao partido mais qualificada no futuro:

"Dentro da JPL, você tem as direções zonais, a direção estadual, a direção nacional, que fazem reuniões com periodicidades definidas não apenas para discutir as questões práticas do partido, como também para realizar estudos, leituras de textos, discussão teórica. Tem, primeiro na JR8, agora na JPL, uma cultura de incentivar o estudo, de incentivar a leitura, de discutir e tal. Por exemplo, agora a gente está planejando, para o início de maio (*de 2014*), um seminário de educação da JPL. A gente tem feito, dentro da direção nacional e da direção estadual daqui de São Paulo, todo um trabalho de leituras de textos teóricos sobre educação. O Anísio Teixeira, o (*Gustavo*) Capanema, coisas do (*Anton*) Makarenko... Uma série de pessoas que formularam coisas na área de educação a gente está buscando ler. Não é só o trabalho prático que a gente tem na JPL, porque a gente encara muito esse período como sendo o período de formação. Pra depois poder, mais pra frente, contribuir com o partido com uma qualidade maior."

Marcela, jovem quadro da JPL, revelou que se nos tempos de JR8 a formação era mais voltada para a compreensão das revoluções socialistas na Rússia, China e Cuba, sobre a constituição da União Soviética e sobre heróis revolucionários estrangeiros, com a criação do PPL a juventude do partido passou a se debruçar mais detidamente sobre os heróis brasileiros, sobre as questões relacionadas à soberania e à cultura nacional.

"Quando eu entrei, a gente se organizava no MR8 e a gente tinha uma discussão muito baseada nas questões da União Soviética, como se deu a organização da Revolução Cubana e a gente sempre leu muito o HP. Quando a gente vira PPL, a gente passa a enxergar que o momento agora é de independência nacional. Que todos esses exemplos foram muito importantes, mas que a luta que a gente vai construir agora é voltada para os nossos heróis. Um companheiro escreveu um livro sobre a questão da independência nacional, 'Pátria Livre ainda que tardia', a gente também estudou esse livro, a gente discute, a gente continua lendo muito o HP e agora estamos entrando

num processo de estudar mais a fundo os formadores, os idealizadores da questão da educação. E a gente tem também um Cineclube, que acontece toda semana. O filme escolhido sempre trata de alguma questão histórica e, durante muito tempo, depois do filme tinha um debate. Estudamos o cinema brasileiro de A a Z, discutimos o imperialismo, a queda da União Soviética, a Guerra Fria, tudo com um contexto histórico e, depois, com um debate, conduzido por companheiros que vinham pra ajudar na nossa formação.”

Renata lembrou-se de estudos sobre a história do Brasil, a partir de uma perspectiva marxista, conduzidos no interior da JPL e dos quais participou, além de algumas iniciativas que são conduzidas no interior da redação do Hora do Povo para ajudar na formação dos militantes que ali atuam profissionalmente, conforme já havia pontuado o veterano militante Paulo.

“Eu participei, por exemplo, de um ciclo que a gente fez de formação, de debates, sobre a história do Brasil, do ponto de vista marxista. O partido estudou, teorizou e fez um caderno, que tem a história do Brasil sob esse ponto de vista. Então, a gente lia cada capítulo de cada momento histórico e tal, a gente lia, a gente via um filme, aí foi assim desde o descobrimento até os dias de hoje. Este foi sobre a história do Brasil. Em outros, a gente estudou materialismo histórico, materialismo dialético, também fizemos estudos assim, mais profundos. E às vezes o pessoal seleciona um livro, o último que a gente leu foi ‘A economia brasileira de Getúlio a Lula’⁹⁷, do professor Nilson (Araujo de Souza), dirigente nacional do PPL, um livro bem didático, e esse foi um estudo que a gente fez. Também estudamos o livro, capítulo a capítulo, cada final de capítulo tinha de cinco a dez perguntas, que a gente respondia, pra entender mesmo. Hoje, por exemplo, o nosso diretor de redação do HP – porque aqui (*no HP*) tem dirigentes do partido e da JPL, também – disse: ‘Agora, vamos ler ‘O imperialismo’, do Lenin’. Pra entender essa questão de formação de monopólio, oligopólio, blablablá, aí ele está fazendo este estudo, por exemplo, hoje. Vai de cada momento. De um tempo pra cá, essa parte de estudos foi se aprofundando, cada vez mais.” (militante Renata)

No campo militar, uma das palavras mais repetidas é “doutrina”. Entre os entrevistados, aqueles que estudaram na Epcar ou no Colégio Militar sempre enfatizaram o forte trabalho que há sobre a questão da doutrina militar, os regulamentos, as marchas, as ordens unidas, os hinos e os rituais. Na AFA e na Eear, o período de adaptação é totalmente estruturado em atividades físicas, estudo de regulamentos e doutrina militar, componentes da formação do militarismo que são trabalhados à exaustão. Na AFA, as aulas do curso de administração pública só começam a ser

⁹⁷ O título correto é “Economia brasileira contemporânea - de Getúlio a Lula”. São Paulo: Atlas, 2008.

ministradas após a conclusão do período de adaptação. Nos 35-40 dias iniciais do ano letivo dos alunos do primeiro esquadrão, das 5h30 da manhã até 22h-22h30, mas podendo se estender até meia-noite, às vezes, o aspirante a cadete é submetido a um extenuante processo de exercícios físicos, marchas, formaturas, normas e regulamentos, para imprimir no espírito valores patrióticos e nacionalistas, além da doutrina militar. Os soldados recrutados para o serviço militar obrigatório também passam por exaustivo e intensivo processo de assimilação de doutrina e de regulamentos, além de atividades físicas, marchas, ordens unidas e aprendizado em estandes de tiros.

A incorporação da doutrina, dos regulamentos, das normas de asseio e alinhamento dos uniformes, entre outras coisas, dá-se por um método estruturado em punições. As punições são aplicadas porque o aluno encostou-se à parede, porque a fivela do cinto não estava brilhando, porque o coturno não estava bem engraxado, porque marchou de forma indolente, porque “torou”⁹⁸ durante uma instrução, etc. São “pagações” na hora do pernoite, atividade voltada para transmitir e enfatizar valores doutrinários e na qual os alunos que cometeram deslizes durante o dia são obrigados a “pagar” flexões e abdominais, depois de um dia de tarefas exaustivas e que foi precedido por uma madrugada em que o aluno teve, com boa dose de sorte, três ou quatro horas de sono. Não houve um cadete ouvido sequer, entre os oito entrevistados, que não tenha amaldiçoado os pernoites. Mas todos afirmaram que, sem passar por uma etapa de formação tão intensiva, não seria possível desempenhar as funções esperadas de um militar, posteriormente.

“É um choque muito grande, porque a gente vem do meio civil e eu sempre gostei de questionar muito, de conversar muito, de falar muito. Chegou aqui, pelo menos nesse período (*período de adaptação*), era tudo... Falavam, te davam ordens, você não sabia o porquê, mas você não podia discutir, não podia dizer: ‘Ah, mas por que eu tô fazendo isso?’. Não. Era: ‘Sim, senhor!’. E outras coisas, também, tipo a privação do sono e ter de se organizar muito pra dar tempo de fazer tudo. Porque na adaptação a gente tinha pouco tempo pra fazer muita coisa. Então, se tudo não fosse muito bem organizado, não

⁹⁸ Na gíria militar, “torar” significa dormir sem querer.

dava tempo e alguma coisa saía errado. A adaptação é um preparo muito bom para o que vem depois. O que vem depois não é tão pesado quanto é na adaptação, mas sem a adaptação não dá pra resistir ao que vem depois. A gente acordava cedo, não lembro a hora, acho que entrava em forma às 5 horas. Aí tomava o café-da-manhã, trocava de roupa e ia pra educação física. Aí, tinha o tempo da educação física, voltava, almoçava e aí vinham instruções, havia umas aulas, de primeiros-socorros, e os manuais e as doutrinas que a gente tinha que saber. Depois, tinha a ordem-unida, a gente aprendia a marchar e aí vinham as cobranças, o que tava saindo errado, a doutrina mesmo. A liderança impondo como que a gente deveria ser [...]. [...] O pernoite era após a janta. A gente tinha essas questões de treinar imobilidade, por exemplo, ficar em forma, né, porque é uma coisa que a gente precisa muito, durante a formatura ficar em forma, e mais uma vez a liderança falava o que deveria ser feito, o que não deveria ser feito, de diversos métodos, né, e aí quando era necessário nós éramos liberados pro quarto, umas dez horas da noite e aí, quando chegávamos no quarto, tínhamos de fazer tudo: lavar roupa, passar roupa, limpar tênis, manuais que tínhamos pra decorar, aprender canções que também tinham de ser aprendidas e, quando era necessário, tinha acionamento no meio da madrugada, que a gente descia...” (cadete Natália, segundo esquadrão).

“No primeiro ano tem muita doutrina. Então, a gente recebia doutrina das 19h até a meia-noite. Era muito cansativo, você tinha muita ‘pagação’, toda hora pagando flexão e levando ‘esporro’, então foi uma parte bem corrida, também.” (cadete Cleonir)

Prudente, cadete do segundo esquadrão, passou por todo o rigoroso processo de adaptação duas vezes. A primeira, na Epcar, e a segunda, na AFA:

“(Na Epcar) a gente tinha o regulamento a cumprir e se você fizesse uma transgressão disciplinar o comando do esquadrão poderia te deixar preso no fim de semana. Sustava o licenciamento. Era bem comum. É bastante cobrada essa questão da doutrina militar. À medida que os anos passam, a vida vai ficando mais tranquila. Porque é mais ou menos assim: terceiro ano adapta os mais modernos, do primeiro ano, na Epcar. Então, a vida fica um pouco melhor e a gente vai se acostumando com isso. Só que vem pra AFA e vira primeiro ano de novo, cobrança o tempo todo, doutrina bem forte em cima, é um pouco desconfortável, esse período de adaptação, mas logo já acostuma, também.”

Já quem não veio da Epcar⁹⁹, mas do meio civil, acabava sofrendo adicionalmente para incorporar as disposições exigidas no militarismo:

“Cinco horas da manhã nós já tínhamos de estar todos prontos, aqui na região dos paraboloides da academia, e aí começava a rotina. Vinha café-da-manhã, educação física e, depois, almoço. Depois do almoço sempre havia uma orientação doutrinária no cinema e, em seguida, tinha algum regulamento que era passado, regulamento militar. Depois, a instrução de ordem-unida, pra

⁹⁹ Quem veio diretamente do meio civil para a AFA, sem passar pela Epcar, é chamado internamente de PQD, por ter caído na academia de pára-quedas, ou seja, cru, sem nenhum preparo anterior. Quem cursou o ensino médio na Epcar é chamado de BQ, sigla de “Barbacena Querida”.

adestrar a tropa, que tinha recém-chegado, da forma que se exige no Corpo de Cadetes, e, por fim, o pernoite, que é quando o líder dá as orientações gerais pro esquadrão. Tinha bastante ‘pagação’, porque no começo tem que ajustar muitas coisas. Então, principalmente o pessoal do meio civil, que não passou pela Epcar, que não tinha o contato anterior com o militarismo, tem uma dificuldade a mais pra se adequar ao ambiente militar. A medida corretiva, no caso, era a pagação.” (cadete Galvão)

O tenente Carvalho lembrou assim os seus tempos de cadete:

“O pessoal dá uma apertada a mais no período de adaptação, mas nada de desespero de ir embora pra casa, porque eu já estava acostumado, já vim preparado para a situação. A parte da doutrina e disciplina eu já estava acostumado porque eu tinha na Epcar. É que a rotina é desgastante. Você acorda muito cedo, vai dormir muito tarde e quando você tem o tempo de descanso, tem que preparar uniforme, tem que se preparar para o outro dia, então é bastante puxado, é muito corrido. O primeiro dia vai, o segundo... aí, quando acaba a primeira semana, você já tá bem cansado, aí os dias vão passando, não acaba. Sabe que no outro dia vai ser a mesma coisa, a correria. Então, vai cansando. É mais psicologicamente do que fisicamente. A fase do final da adaptação até o espadim é muita informação militar, é muita doutrina, preparo físico, o pessoal aciona de madrugada pra correr, é um período bem cansativo, bastante atividade, bastante coisa nova, especialmente pra quem vem de fora (*não fez Epcar*), mas é mais diluído que na adaptação, é uma continuação, mas é num ritmo mais normalizado. Mesmo assim, é mais puxado que nos anos posteriores. Até porque as atividades do primeiro ano são mais de formação inicial. E, na minha época, como estava acontecendo a implantação do curso de administração, a gente tinha aula de sábado, também, o que acabava prolongando ainda mais essa rotina [...]. [...] O cadete quer o tempo pra descansar, então qualquer coisa que não dá esse tempo pra descansar ele acha ruim. Mas não vejo, realmente, como tirar tudo isso, porque tudo importa: a formação doutrinária, a formação intelectual na Divisão de Ensino, o voo, a preparação física, tudo isso importa. É difícil tirar alguma coisa, pra sobrar tempo. O cadete sempre vai reclamar, porque sempre vai ter coisa pra fazer, não adianta, é muita coisa, realmente, mas depois você vê que não há muita coisa o que mudar. A única coisa que não dá pra parar aqui é o tempo, uma hora vai acabar. Faz parte da formação, que você usará mais à frente, na sua carreira. Você vai estar preparado, por exemplo, para, como é o caso dos instrutores no EIA, chegar aqui cinco e pouco da manhã, ir embora seis da noite, depois de fazer três voos, morrendo de cansaço, mas cumpriu o dia de trabalho. Amanhã tem mais”.

Conforme já vimos, aqueles que recém-ingressam nas FFAA ficam sujeitos a uma transformação quase total em que o indivíduo muda de mundos (ROSA, BRITO, 2010). O processo se dá por meio de uma ação pedagógica violentíssima do ponto de vista simbólico. É preciso inculcar ou consolidar um conjunto de valores, normas e padrões de comportamento que assegure a manutenção da identidade e a integridade e perenidade da organização. É preciso tornar esses jovens militares, em formação,

moldados aos propósitos da instituição. Trata-se de uma socialização que se desenvolve sem trégua. Visa não apenas o controle da “alma”, mas também o do “corpo”. Neste processo, há uma atuação metódica na remodelação da *héxis* corpórea de seus integrantes. Gestos, postura, tom de voz, nada escapa a esse processo de socialização total (WACQUANT, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi estudar os processos de socialização a que são submetidos jovens que aderem a organizações que buscam preservar ou subverter a ordem. Por meio de entrevistas, observações de campo, pesquisa bibliográfica e análise de documentos, empenhei-me em desvendar como se desenhavam as teias familiares, afetivas, profissionais e escolares, nas quais os jovens integrantes estavam enredados, e de que forma elas os compeliram a aderir a movimentos que buscavam preservar ou subverter a ordem. Também procurei desvelar como agem essas organizações para reforçar ou atenuar em seus integrantes determinadas formas de sentir, pensar, agir e se relacionar com os outros e com o mundo.

Foram escolhidas, para a condução do estudo, a Academia da Força Aérea (AFA), instituição que forma oficiais para a Aeronáutica, uma das três Forças Armadas (FFAA), protetoras da ordem por excelência, e a Juventude Pátria Livre (JPL), grupo marxista-leninista subordinado ao Partido Pátria Livre (PPL), antigo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), siglas que defendem, a longo prazo, quando as condições objetivas estiverem estabelecidas, a subversão da ordem para a implantação de uma sociedade igualitária e socialista (ou seja, a construção de uma nova ordem).

AFA/Aeronáutica e JPL/PPL parecem-me comparáveis, entre si, não pelas funções que desempenham na sociedade (a Aeronáutica é uma instituição de Estado, enquanto o PPL, um partido político). Muito menos por suas inclinações ideológicas, se é que se pode dizer que a Aeronáutica, como instituição de Estado, conforme vimos anteriormente, tenha uma ideologia política. São comparáveis porque socializam jovens e porque há um elemento que coloca estas instituições em relação: a questão da ordem. A Força Aérea Brasileira (FAB) tem na preservação da ordem uma de suas missões, a

primeira, a mais importante, que é a sua missão constitucional – defender a pátria; garantir os poderes constitucionais; e garantir a lei e a ordem, por iniciativa de qualquer dos poderes constitucionais. E JPL/PPL traçam como objetivo de longo prazo a criação de uma sociedade igualitária e socialista, compromisso assumido logo nos parágrafos iniciais de seu estatuto, algo que, pelo menos do ponto de vista empírico, jamais foi implantado sem a subversão da ordem.

Ao todo, 22 pessoas, entre militares e militantes, foram formalmente entrevistadas para esta pesquisa e duas, informalmente. No campo da AFA/FAB, foram formalmente entrevistados um major, um tenente, um segundo-sargento e oito cadetes, totalizando 11 pessoas. Também conversei longamente, mas de maneira informal, em minhas visitas à AFA para a condução da pesquisa de campo, com um coronel e um tenente-coronel. No campo da JPL/PPL, foram formalmente entrevistados 11 militantes, quatro da chamada velha guarda do MR8, todos na faixa dos 57 aos 61 anos de idade, e sete integrantes da JPL, na faixa dos 21 aos 29 anos de idade.

Os roteiros utilizados para as entrevistas com os militantes e militares estimularam o entrevistado a recuperar a sua história de vida, desde o nascimento até os momentos atuais. Infância, formação religiosa, escolarização, aproximação com a militância/militarismo, processo de formação na instituição a que o entrevistado estava ligado, sacrifícios impostos pelo estilo de vida escolhido, visões de mundo, valores apreciados, projetos para o futuro. Perguntavam, também, sobre a escolarização e ocupações dos pais, avós e irmãos.

Os dados coletados revelaram pontos de convergência nos processos de socialização e nas características dos dois campos, como também identificaram falsas similaridades e diferenças significativas entre eles.

O tema “relação com a cidade” apareceu diferentemente nos dois campos. Para os militantes, revelava-se absolutamente necessário estar em uma metrópole industrializada, onde o capitalismo, mais avançado, seria terreno fértil para a multiplicação de sindicatos e a consequente politização crescente dos trabalhadores, condição fundamental para se caminhar em direção à construção de uma ordem socialista. Para os militares, apareceu com força a projeção que a Epcar exerce sobre os moradores de Barbacena e cercanias, fazendo com que as famílias construam as estratégias educacionais dos filhos tendo a instituição, famosa pelo “ensino forte”, como passagem obrigatória para a carreira militar ou, então, para uma universidade civil de prestígio.

No que diz respeito à escolarização, alta nos dois campos, percebeu-se um elevado capital cultural entre os militantes, em boa medida nos moldes retratados por Bourdieu em “A distinção” (2006), e uma formação técnica sofisticada entre os militares.

Ao contrário de certa tradição entre os partidos de esquerda, como, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores (PT), o PPL é absolutamente distante dos chamados grupos católicos progressistas, ligados à Teologia da Libertação, Comunidades Eclesiais de Base e pastorais. Entre os militares, a religiosidade praticante é alta, especialmente no universo dos cadetes, com notável predomínio de adeptos do catolicismo.

Quase a totalidade dos militantes ouvidos ingressou diretamente no MR8 ou no PPL, sem passar por outras organizações de esquerda anteriormente. Entre os militantes da nova geração, muitos deles filhos de integrantes do PPL desde os tempos de MR8, a adesão foi automática. A clara opção pelo militarismo foi expressa por grande parte dos entrevistados neste campo. Apenas três das 11 pessoas ouvidas prestaram vestibular para universidades civis, embora tenham realizado provas para outras instituições

militares, também, além da AFA. Estes três cadetes tiveram sucesso tanto no concurso da AFA como nos vestibulares para as instituições civis e somente um deles hesitou em sua escolha. Os motivos mais recorrentes que justificaram a escolha pela carreira militar e a AFA são: 1) desdobramento natural para quem fez Epcar; 2) desejo de voar; 3) fascínio pelo militarismo; 4) estabilidade que o emprego público proporciona.

Embora a vida itinerante seja um traço presente nas trajetórias dos militares e dos militantes ouvidos, as sucessivas mudanças produzem impactos diferentes nos dois campos. Como os militantes normalmente são casados com militantes, têm amigos militantes e, muitas vezes, são filhos de militantes, as dificuldades com as mudanças são atenuadas por uma rede de acolhimento formada por essas pessoas nos locais de destino, embora sempre haja a precariedade da situação financeira, invariavelmente apontada pelos ativistas políticos como um problema sério a ser enfrentado por quem escolhe este estilo de vida. Entre os militares, embora haja todo o suporte de vilas militares solidamente estabelecidas para acomodá-los em suas transferências, o avanço da escolarização feminina e o interesse das mulheres por também construir uma carreira profissional criam tensões antes inexistentes. Se no passado a esposa dona-de-casa e os filhos engajavam-se prontamente ao projeto profissional do marido, acompanhando-o para onde quer que fosse transferido, hoje há esposas que, pelo menos do ponto de vista financeiro, apresentam desenvolvimento profissional maior que o do marido militar, o que acrescenta uma boa dose de tensão e estresse a essa negociação.

O apoio familiar à escolha profissional dos militares foi incondicional, especialmente nos casos em que já existia tradição militar na família, mas não apenas. Entre os militantes, quando havia tradição de ativismo político na família, a escolha foi apoiada completamente. Mas dos cinco militantes que eram originários de famílias sem

tradição em engajamento político, quatro revelaram que tiveram de superar dificuldades profundas com seus pais.

Problemas financeiros e, no caso dos jovens, perdas constantes de finais de semana em atividades políticas foram apontados como os maiores sacrifícios inerentes à militância. Distância da família e rigorosa rotina do curso de formação da AFA foram as maiores dificuldades apontadas pelos militares.

A pesquisa também detectou sete pontos de convergência na socialização de militares da AFA/FAB e de militantes da JPL/PPL: 1) forte identidade de grupo e preocupação com a sociedade (senso de coletividade acima do senso de individualidade); 2) apego a valores patrióticos e nacionalistas; 3) ética da “missão dada - missão cumprida” (hierarquia e disciplina); 4) diferente percepção do “ser voluntário”, em comparação com o que estamos habituados no senso comum; 5) ética corporal e de vestuário explícita e institucionalizada, no caso dos militares, e implícita e não institucionalizada, mas também perceptível, no caso dos militantes; 6) recrutamento endógeno; 7) vigorosa preocupação com a doutrina.

Tanto entre militares como entre militantes houve críticas recorrentes ao individualismo que prevalece em nossa sociedade, ao fato de não colocarmos os interesses da sociedade e do país acima de interesses mesquinhos, de o sujeito somente se preocupar consigo mesmo e não ter a visão do todo, de as pessoas estarem obstinadas com o consumo e o sucesso financeiro, em detrimento de questões mais amplas, coletivas, sempre relegadas a segundo plano.

Eram marcantes, ainda, os discursos que exortavam o patriotismo, a defesa da soberania nacional, a confiança no Brasil e nos brasileiros, a alta qualidade de nossas manifestações culturais e a grandiosidade dos heróis nacionais, de nossos símbolos, língua e riquezas. Porém, se para os militares lograremos êxito enquanto nação

seguindo diligentemente os austeros caminhos da ordem, do respeito às regras, às normas e às instituições, da obediência à hierarquia e à disciplina, etc., para os militantes o que se coloca no horizonte, mesmo que seja de longuíssimo prazo, é a subversão da ordem ou a construção de uma nova ordem, erguida em novas bases.

A prontidão operacional, um dos valores da FAB, e o automatismo presente na lógica “missão dada - missão cumprida” são conquistados, segundo observado na pesquisa, a partir de um árduo trabalho de inculcação dos dois valores basilares do militarismo: a hierarquia e a disciplina. Para que o combatente tenha prontidão operacional e não hesite diante de situações extremas, é preciso que seja socializado, diariamente, e nas mínimas coisas, a submeter-se à lógica da hierarquia e da disciplina. No campo da JPL/PPL, a questão da disciplina e hierarquia se manifesta muito claramente na quantidade de mudanças que as pessoas realizam ao longo da vida, para assumir tarefas delegadas pela organização. Nas falas das pessoas, essas mudanças nunca apareciam como determinações autoritárias do partido que tiveram de ser cumpridas, mesmo quando não era essa a vontade dos militantes. Sempre, ao contrário, sugerem que foi um ato de vontade dos próprios militantes. Mas o fato é que, ao menos aparentemente, todos os militantes acabavam condicionando as suas carreiras e as demais esferas de suas vidas à atividade política. Nem lhes passava pela cabeça agir de forma que não fosse aquela orientada pelo partido.

Também parecia prevalecer entre os entrevistados dos dois campos a seguinte lógica: uma vez que voluntariamente você escolheu esta vida (ser militar ou ser militante), todas as tarefas decorrentes da escolha, que você tiver de cumprir, são consequências de um ato voluntário anterior. Ou seja, você as está realizando voluntariamente (mesmo que aos olhos de um observador externo a pessoa esteja sendo convocada a cumprir determinadas ordens).

No que diz respeito à ética corporal e de vestuário, ela é explícita e institucionalizada, no caso dos militares, e implícita e não institucionalizada, mas também perceptível, no caso dos militantes. Boa parte da intensiva formação dos alunos que acabam de ingressar na AFA é dedicada às questões relacionadas ao corpo e ao vestuário. O corpo é educado em extenuantes atividades físicas, marchas, ordens-unidas, formaturas, exercícios de imobilidade e posturais. A questão da higiene e do asseio pessoal é fortemente trabalhada. E é o Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica (Rumaer) que determina o que usar, por que usar, quando usar e como combinar todos os itens do uniforme, incluindo seus adereços. A Aeronáutica tem 66 composições possíveis de uniforme, mas até 2012 tinha 166. No campo da JPL/PPL, embora não haja normas ou regulamentos com relação a roupas, postura corporal e asseio, as pessoas vestem-se de forma muito parecida. Resiste-se, até ao vestir, às pressões e futilidades da sociedade de consumo e aos ditames do marketing e da moda. Nada de roupas com marcas ostensivas de lojas de shopping, tênis “invocados”, armações de óculos extravagantes, relógios que fazem isso e aquilo, maquiagens fortes ou uso intensivo de adereços.

Sobre o recrutamento endógeno, no campo da AFA/FAB, nove das 13 pessoas entrevistadas (11 formalmente e duas informalmente) tinham algum familiar muito próximo igualmente militar (pai, avô, irmão mais velho, tio ou primo de primeiro grau). No campo da JPL/PPL, três dos quatro militantes veteranos afirmaram que seus filhos também militavam no partido e o quarto integrante disse que seu filho era filiado ao PPL, de esquerda, mas que não tinha uma atuação rotineira no partido. Além disso, quatro dos sete jovens militantes revelaram ser filhos de integrantes do PPL. Encerrando as reflexões sobre as convergências, boa parte das atividades de formação entre os jovens militares e militantes está relacionada à doutrina.

Para finalizar esta dissertação, gostaria de ressaltar que entre as diversas definições existentes de sociologia, sempre me chamou a atenção uma apresentada por Pierre Bourdieu no documentário “A sociologia é um esporte de combate”¹⁰⁰. Segundo Bourdieu, a sociologia, como todas as ciências, tenta estabelecer leis e identificar regularidades, quando estuda determinados grupos, corporações, instituições, etc., para compreender por que seus integrantes sentem o que sentem, pensam o que pensam, fazem o que fazem. Este trabalho procurou, enfim, refletir sobre estas questões.

¹⁰⁰ Pierre Carles, 2001, C-P Productions / VF Films.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ana Maria. **Notas sobre a sociologia do poder: a linguagem e o sistema de ensino**. Horizontes, Bragança Paulista, v.20, p. 15-30, jan./dez. 2002.

BALZA, Guilherme. **Comunistas ex-PMDB criam novo partido, mas terão que disputar eleição em legendas "emprestadas"**. UOL Notícias, 24/7/2010.

BASTOS, Sênia. **Os bairros imigrantes da cidade de São Paulo na década de 1930**. Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. Franca, SP: Anpuh/SP – Unesp, 6 a 10/9/2010.

BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. S. **A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira**. In: BELLUZZO, L. G.; BATISTA Jr. (orgs). *A luta pela sobrevivência da moeda nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

BOURDIEU, Pierre.; Passeron, J. C. **A reprodução – elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção – crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2006.

_____. **Compreender**. In: *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Estruturas sociais e estruturas mentais** (prólogo à *La Noblesse d'État*). Teoria & Educação. Porto Alegre: Pannonica, nº 3, p. 113-119, 1991.

_____. **Os três estados do capital cultural.** In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, p. 76-79, 1998.

_____. **Sistemas de ensino e sistemas de pensamento.** In: _____. *A economia das trocas simbólicas* (Org. Sergio Miceli). São Paulo: Perspectiva, p. 203-229, 1974.

BRAGA, Elizabeth dos Santos; ABREU, Enid. **Uma reflexão acerca da noção de identidade sob o ponto de vista de Elias e Bourdieu.** In: BASTOS, Liliana Cabral; LOPES, Luiz Paulo da Moita (orgs.). *Estudos de identidade – entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, p. 77-102, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (orgs.). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. **A invenção do exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **A origem social dos militares.** São Paulo, Novos Estudos Cebrap, número 37, novembro de 1993.

CATANI, Afrânio et al. **As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área.** Revista Brasileira de Educação. ANPED, número 17, 2001.

CHINELLI, Fernanda. **Pesquisa e aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares.** In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (orgs.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 91-105, 2009.

COLLINS, Randall. **A tradição racional-utilitarista.** In: Quatro tradições sociológicas. Petrópolis: Vozes, p. 107-156, 2009.

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique. **Partidos políticos e educação: a extrema-esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo.** Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Orientadora: Elizabete Sampaio Prado Xavier. Campinas, 1999.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** In: *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 13-60, 1994.

_____. **Introdução.** In: *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, p. 13-34, 1999.

_____. **Modelos de jogo.** In: *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, p. 77-112, 1999.

_____. **Mozart: sociologia de um gênio.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **Mudanças na balança nós-eu.** In: *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 127-193, 1994.

_____. **O processo civilizador (volume 1): uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 2011.

_____. **O sociólogo como destruidor de mitos.** In: *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, p. 53-75, 1999.

_____. **Prefácio.** In: *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 7-9, 1994.

_____. **Sugestões para uma teoria de processos civilizadores.** In: *O processo civilizador (volume 2): formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 193-274, 1993.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAGUER, Jean-Pierre. **Os efeitos de uma “educação total”: um colégio jesuíta.** *Educação & Sociedade*, vol. 18, n.58, p. 9-53, 1997.

FAGUER, Jean-Pierre. **O trabalho de consagração midiática: a reconversão dos líderes estudantis de maio de 68 no campo político e no campo literário.** *Posições*, v. 14, n. 3 (42), set./dez. 2003.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

JACOUD, Mylène; MAYER, Robert. **A observação direta e a pesquisa qualitativa.** In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

KAPLAN, Robert; NORTON, David. **Balanced Scorecard – Mapas estratégicos.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

LANDINI, Tatiana Savoia. **A sociologia de Norbert Elias.** In: *Bib-Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*. São Paulo, nº 61, p. 91-108, 1º semestre de 2006.

MARTINS, Eduardo. **Manual de Redação e Estilo do Jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Moderna, 2000.

MARTINS, Heloisa. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.30, nº 2, p. 289-300, maio/ago 2004.

PETERS, Gabriel. **Configurações e reconfigurações na teoria do *habitus*: um percurso**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 28 a 31 de julho de 2009.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José de. **“Corpo e Alma” nas organizações: um estudo sobre dominação e construção social dos corpos na organização militar**. Revista Administração Contemporânea, 2010, vol.14, nº 2, p. 194-211.

SETTON, Maria da Graça J. Fala de apresentação antes das palestras “Norbert Elias e Sigmund Freud” e “Norbert Elias e Georg Simmel”, na Faculdade de Educação da USP, em 27 de junho de 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, p. 99-126, 2008.

TAKAHASHI, Emilia. **Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar**. Tese (doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

WACQUANT, Loïc. **Body and soul – Ethnographics notebooks of an apprentice boxer**. New York: Oxford University Press, 2004.

_____. **Esclarecer o *habitus***. Educação & Linguagem. São Bernardo do Campo, SP, ano 10, nº 16, jul.-dez. 2007, p. 63-71.

_____. **O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões uma nota pessoal.** Revista de Sociologia e Política. Curitiba, número 19, p. 95-110, novembro de 2002.

WAIZBORT, Leopoldo. **Elias e Simmel.** In: WAIZBORT, Leopoldo (org.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Edusp, 2ª edição, p. 91-111, 2001.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ANEXOS

Anexo A

Manifesto produzido em fevereiro de 1981 por entidades da sociedade civil, em que se pedia a revogação imediata da Lei de Segurança Nacional e a liberdade para três jornalistas do Hora do Povo e integrantes do MR8, assim como de outros brasileiros presos e processados com base na lei.

2

e do campo, contra a fome, a violência policial, a miséria e a opressão. É uma ameaça a todo brasileiro que luta por melhores condições de vida e salário justo, por liberdade de manifestação do pensamento e livre associação; pelo direito de se organizar em partidos políticos e eleger livremente seus representantes a cargos e postos públicos; pelo direito de greve e liberdade de organização sindical.

Por estas lutas, os metalúrgicos de Santo André, São Bernardo e São Caetano, em maio de 1980, pararam as fábricas e saíram às ruas.

O Brasil inteiro conheceu sua combatividade e sua resistência, durante longo tempo, à violência da polícia e à perseguição dos donos de fábrica.

Homens e mulheres que constroem a riqueza deste País, às centenas e aos milhares, exigiram seus direitos em praça pública, nas igrejas e em seu sindicato.

E, por isso mesmo, foram violentamente reprimidos. A polícia perseguiu os trabalhadores e foi buscá-los em suas reuniões e em suas casas. Levou-os à prisão.

Sob a Lei de Segurança Nacional, a Justiça Militar quer condená-los.

A LSN permite que o Poder Judiciário se exerça para reprimir os trabalhadores. Hoje pune operários, professores, estudantes, jornalistas, parlamentares, sacerdotes. Agora, atingirá todos os brasileiros que se opõem ao regime de violência no poder desde 1964. Regime que, agora, pretende institucionalizar-se com o amparo de leis contra o trabalhador da cidade e do campo, contra o estrangeiro que aqui veio colaborar com o povo, contra todo cidadão que se organize para reivindicar seus direitos, contra a liberdade de escolha dos representantes do povo e contra as prerrogativas dos parlamentares.

Regime que deixa impunes os corruptos e os assassinos de capuz e que, falando apenas em seu próprio nome e sem consulta ao povo, decreta o que os brasileiros podem e não podem fazer. A Lei de Segurança Nacional, feita para resguardar o regime, é um dos mais veementes exemplos desse arbítrio e desse autoritarismo.

Repúdio e basta à Lei de Segurança Nacional!

Esse o grito que une todos os que querem fazer desse País uma nação livre e sacudir de seus ombros o arbítrio!

3

O apoio aos trabalhadores do ABC marca a deflagração de uma jornada de solidariedade a todos os atingidos pela LSN e de um processo crescente de denúncias dessa lei opressora. Jornada que continua as lutas pela Anistia, contra a impunidade dos torturadores, assassinos de operários e camponeses e dos autores de atentados fascistas contra as entidades democráticas.

O combate à LSN, faz parte do conjunto das lutas que estão na ordem do dia para fazer do Brasil uma nação democrática!

.SOLIDARIEDADE AOS ATINGIDOS PELA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL!

.LIBERDADE PARA OS CONDENADOS!

.ABSOLVIÇÃO PARA LUIZ INÁCIO DA SILVA (LULA), RUBENS TEODORO DE ARRUDA, DJALMA DE SOUZA BOM, GILSON LUIZ CORREIA DE MENEZES, JURACI BATISTA MAGALHÃES, NELSON CAMPANHOLO, OSMAR SANTOS MENDONÇA, ENILSON SIMÕES DE MOURA (ALEMÃO), MANOEL ANÍSIO GOMES, WAGNER LINO ALVES, JOSÉ CICOTE, JOSÉ TIMÓTEO DA SILVA E JOSÉ MARIA DE ALMEIDA!

.ABSOLVIÇÃO PARA OS ESTUDANTES DE FLORIANÓPOLIS!

.REVOGAÇÃO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL E FIM DE TODOS OS PROCESSOS!

São Paulo, fevereiro de 1981.

ENTIDADES:

Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/SP); Frente Nacional do Trabalho (FNT); Secretariado Nacional da Justiça e Não Violência; Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo; Sindicato dos Bancários; Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo; Sindicato dos Atores e Técnicos; Sindicato dos Engenheiros de São Paulo; Sindicato dos Trabalhadores em Indústria e Laticínios; Associação dos Servidores de Pesquisas Energéticas e Nucleares; Centro de Educação Popular do Sades Sapietas; Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas; FASE; (UEE-SP) União Estadual dos Estudantes; Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo; Comitê Santo Dias; Partido dos Trabalhadores (PT); Movimento Contra a Carestia; ABCO Sociedade Cultural, Departamento Jurídico e Jornal; Associação Hospital das Clínicas; Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina (CBS); Associação dos Docentes da

4

Univ. de São Paulo (ADUSP); Pastoral Operária do ABC; União Nacional dos Trabalhadores do Banco Central (UNTBC); Sindicato dos Vidreiros; Sind. dos Trabalhadores em Indústrias de Artefatos de Couro; Associação dos Professores da PUC (APROPUC-SP); Associação dos Profissionais de Processamento de Dados de São Paulo (APPD-SP); Associação dos Servidores da Prefeitura Municipal de São Paulo; Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo; Federação Nacional dos Arquitetos; Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo; União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP); Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil; Associação Profissional dos Técnicos Industriais e Agrícolas do Estado de São Paulo; FEPASP; Associação dos Servidores da Univ. de São Paulo (ASUSP); Associação dos Professores no Ensino Oficial no Estado de São Paulo (APECESP); União Nacional dos Trabalhadores no Ensino (UNATE); Sindicato dos Eletricistas de Campinas; Sindicato dos Metalúrgicos de Santos; Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de São Paulo; Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Campinas; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Campinas; Sindicato dos Petroleiros de Belo Horizonte; Teatro União e Olho Vivo (TUOV); Instituto Sedes Sapientiae; Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André; Sindicato da Construção Civil e do Mobiliário da SBC; Federação das Sociedades de Amigos de Bairro de SBC; Associação das Mulheres de SBC; Departamento Trabalhista do PMDB - SBC; Associação dos Sociólogos do ABC; Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha de São Paulo; Comissão Executiva da Unidade Sindical; Associação Nacional de Cientistas Sociais; Movimento Negro Unificado; Pastoral da Juventude da Região Episcopal S.E. - Arquidiocese de S. Paulo; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Comissão Justiça e Paz; Partido Democrático Trabalhista (PDT); Comunidade Universitária de Base (Cub'e); União Nacional dos Estudantes (UNE); Associação dos Funcionários do IPT (ASSIPT); Jornal O Trabalho; Movimento de Renovação dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul; Movimento Pró-Chapa Única de Oposição dos Metalúrgicos de São Paulo; Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP); Associação dos Trabalhadores do Hospital Municipal; Sociedade Brasil Mulher; Associação das Mulheres; Centro da Mulher Brasileira-SP; Centro de Divulgação e Informação de Moçambi - que (CEDIMO); Instituto Brasileiro de Estudos Africanos (IBEA); Coordenação da Campanha pela Legalização do Aborto; Grupo de Mulheres do Jornal O Trabalho; Centro de Cultura Operária (CCO-SP); Grupo de Mulheres da Favela Vila Nova-Jaguari; União Metropolitana de Estudantes Secundaristas de São Paulo; Sociedade Amigos do Jardim Peri Alto; Movimento de Luta por Creche; Associação das Donas de Casa; Serviço de Orientação à Família (SOF); Frente de Mulheres Feministas; Departamento Feminino da Favela Ipirapurú; S.O.S. Mulher; Grupo de Estudos da Mulher (GEM-CEBS); Sociedade Amigos Parque Figueira Grande; Associação Popular de Saúde; Grupo Nôa Mulheres; Associação Profissional dos Empregados em Entidades Sindicais; Sindicato dos Trabalhadores de Petróleo de Santos; Sindicato dos Empregados na Administração no Porto de Santos; Sindicato dos Portuários de Santos; Sindicato dos Bancários de Santos; Sindicato dos Trabalhadores em Ótios; Sindicato dos Trabalhadores Gráficos; Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Fiação e Tecelagem; Associação Profissional dos Professores do Grande ABC; Centro de Cultura Operária de Santo André; Associação Beneficente Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema; Centro Social de São Caetano; Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires, São Grande da Serra; Associação Popular de Saúde; Jornal "Batente" de Osasco; Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Partido Popular (PP); Comitê de Solidariedade do ABC; Sindicato dos Traba. Panificação de Santos; Sindicato dos Traba. Trigo, Milho e Mandioca de Santos; Sindicato dos Gráficos de Santos; Associação das Docentes da Universidade Estadual Paulista (ADUNESP); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Anexo C

Nota da seção “Radar”, em que o jornalista Ancelmo Gois fez troça do MR8 pela pichação “Quércia vem aí!”, no muro do cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, durante a campanha presidencial de 1994. A nota, publicada na edição número 1326, de 9 de dezembro de 1994, da revista Veja, provocou um sermão de um alto dirigente do MR8 nos integrantes da JR8, os autores da pichação. Na nota, MR8 ainda aparecia grafado de uma forma que irritava bastante os seus militantes, com hífen.

Anexo D

Visão aérea da AFA, em Pirassununga, no interior de São Paulo (Fonte: Google Maps).

Marquise central, chamada internamente de paraboloide, que corta horizontalmente a foto acima, conecta a Divisão de Ensino, o prédio destinado às salas de aula, biblioteca, edificações com museu da AFA, refeitórios, cinema e Corpo de Cadetes, entre outras instalações. À esquerda, no alto, a construção isolada perto da rotatória é o Hotel de Trânsito.

Nas laterais da foto acima, em posições verticais, pistas de pousos e decolagens dos EIAs I e II, para treinamentos dos cadetes nas aeronaves T-25 e T-27. No alto, perto da mata, equipamentos esportivos. Edificações são circundadas por matas densas e fazenda da Aeronáutica, utilizadas, respectivamente, para exercícios de campanha e produção de alimentos que abastecem as instalações militares da FAB em todo o Estado.

Anexo E

Hino do Aviador e canções das armas e funções que compõem a Aeronáutica.

Hino do Aviador ¹⁰¹	Canção da Intendência ¹⁰²	Canção da Infantaria ¹⁰³	Canção do Especialista ¹⁰⁴
<p><i>Vamos filhos altivos dos ares Nosso voo ousado alçar, Sobre campos cidades e mares, Vamos nuvens e céus enfrentar.</i></p> <p><i>D'Astro-Rei desafiamos nos cimos, Bandeirantes audazes do azul. Às estrelas, de noite, subimos, Para orar ao Cruzeiro do Sul.</i></p> <p><i>Contato! Companheiros! Ao vento, sobranceiros, Lancemos o roncar Da hélice a girar.</i></p> <p><i>Contato! Companheiros! Ao vento, sobranceiros, Lancemos o roncar Da hélice a girar.</i></p> <p><i>Mas se explode o corisco no espaço Ou a metralha, na guerra, rugir Cavaleiros do século do aço Não nos faz o perigo fugir</i></p> <p><i>Não importa a tocaia da morte Pois que à Pátria, dos céus no altar Sempre erguemos de ânimo forte O holocausto da vida, a voar</i></p> <p><i>Contato! Companheiros! Ao vento, sobranceiros, Lancemos o roncar Da hélice a girar.</i></p> <p><i>Contato! Companheiros! Ao vento, sobranceiros, Lancemos o roncar Da hélice a girar.</i></p>	<p><i>Esplendor de saber e bondade, Galarão de perene ideal, Elevando o estandarte às estrelas Sempre fui e serei sem igual.</i></p> <p><i>Do acanto, a florente pureza Estará sublimando o perfil, Desta força vibrante e coesa, Que enaltece o valor do Brasil.</i></p> <p><i>Sou hoje, o amanhã, a história, A virtude, o progresso, a essência, Sou a paz, o ouro, a prata, vitória, Somos um, sou você Intendência</i></p>	<p><i>Infantaria, serás sempre altaneira! Teus soldados, tu bem sabes escolher. Com heroísmo, tu defendes a Bandeira, Honrando a Pátria que herdastes ao nascer.</i></p> <p><i>Olhar de frente o inimigo a derrotar, Com vigor repelir seu avançar. Tu és da Força Aérea Brasileira o fuzil Vigilante, em defesa do Brasil.</i></p> <p><i>Infantaria a zelar, Na guerra ou na paz a lutar, Salva guarda da aviação. Infantaria sem temor Em busca da paz, com ardor, É o Brasil o teu berço e teu chão.</i></p> <p><i>A decolagem e o pouso velarás, Com sucesso, os vetores vão voar. Teu braço forte e peito erguido manterás, A Deus orando para sempre te olhar.</i></p> <p><i>E no combate sempre pronta a engajar, Muita garra e ímpeto sem par. Tu és da Força Aérea Brasileira o fuzil, Vigilante em defesa do Brasil.</i></p> <p><i>Infantaria a zelar, Na guerra ou na paz a lutar, Salva guarda da aviação. Infantaria sem temor, Em busca da paz, com ardor, É o Brasil o teu berço e teu chão.</i></p>	<p><i>Com os pilotos e asas seremos Um conjunto de todo eficaz Por mais forte o inimigo não vemos Que possamos temê-lo, jamais</i></p> <p><i>Disciplina, amor e coragem É o lema do nosso sucesso Da bandeira da pátria a imagem Nos aponta a ordem e o progresso</i></p> <p><i>Especialista, avante ao ar Para a frente, com garbo varonil Agiganta a tua obra sem par Sob o céu deste grande Brasil</i></p> <p><i>Quer na terra ou nos ares da lida Os perigos nos mandam enfrentar Nos ufana e sentimos a vida Companheiros, viver é lutar</i></p> <p><i>Quando passa uma asa altaneira Sob o céu, sobre a terra e o mar Devorando o espaço, ligeira Nós sentimos orgulho sem par</i></p> <p><i>Especialista, avante ao ar Para a frente, com garbo varonil Agiganta a tua obra sem par Sob o céu deste grande Brasil</i></p>

¹⁰¹ Letra: capitão-aviador Armando Serra de Menezes; música: capitão-músico João Nascimento.

¹⁰² Letra: Luiz Rabelo de Melo - 2S STA; música: Francisco Bezerra da Silva.

¹⁰³ Letra e música: SO SMU Sebastião Gonçalves Ribeiro.

¹⁰⁴ Letra e música: Jorge Ayres Borges.

Anexo F

Pôster idêntico ao pendurado na sala do coordenador-nacional da JPL, sobre exposição realizada em Paris.

EXPOSITION

**LÉNINE
ET LA
MUSIQUE**

Exposition au
Musée de la musique
du 12 octobre 2010
au 16 janvier 2011

Billet-coupe file en vente sur
www.citedelamusique.fr
Nocturne le vendredi
jusqu'à 22 heures
© Porte de Pantin

Exposition organisée dans le cadre
de l'Année France-Russie 2010

Cité de la musique
www.citedelamusique.fr | 01 44 84 44 84

Copyright © Cité de la musique - Musée de la musique. Tous droits réservés. Photo: M. V. Kozlov / Agence France Presse. Photo: M. V. Kozlov / Agence France Presse. Photo: M. V. Kozlov / Agence France Presse.

Anexo G

Convite de lançamento da Série Cinema Soviético, no CPC-Umes.

CPC-UMES CONVIDA:

**LANÇAMENTO DA
SÉRIE CINEMA SOVIÉTICO**

04 ABR (sexta) às 20h30

CINE-TEATRO DENOY DE OLIVEIRA
Rua Rui Barbosa, 323 - Bela Vista (Sede Central da UMES)
<https://www.facebook.com/cineteatrodеноydeoliveira>
Informações: 3289-7475

Vol. 1: Lenin em Outubro
Vol. 2: Volga-Volga

Anexo H

Roteiro usado para as entrevistas com os cadetes da AFA e com os suboficiais e oficiais já em atividade profissional na FAB

Origem:

1. Você é de que cidade? Vem de ambiente rural ou urbano?

Família e infância:

2. Você poderia falar um pouco sobre seus pais e avós? Quais eram as profissões e escolaridade deles?
3. Você tem irmãos? De que idade? Estudaram e fazem o quê? Fale um pouco sobre eles.
4. Como você definiria a educação que recebeu dos seus pais?
5. Enquanto viveu com seus pais, você sempre morou na mesma casa? Como era a sua casa?
6. O que você gostava de fazer quando criança? Quais as suas brincadeiras favoritas? O que era mais estimulado por seus pais?
7. Sua família tem alguma religião? Eles são praticantes?
8. E você? É adepto da mesma religião que eles?
9. Hoje, como é formada a sua família?
10. Onde você mora? Que diferenças você vê na sua casa de hoje em relação ao que era a casa de seus pais na sua infância?

Escola

11. Como foi a sua trajetória escolar? Foi contínua ou teve interrupções?
12. Em que colégios estudou?
13. O que você mais gostava e o que menos gostava na escola?
14. Quando estava na escola, o que imaginava ser quando crescesse?

Aeronáutica

15. Como aconteceu a sua aproximação com a Aeronáutica?
16. O que o atraiu?
17. Chegou a cogitar Exército ou Marinha?
18. O seu ingresso na Aeronáutica foi motivo de orgulho, indiferença ou preocupação por parte da sua família? Por quê?
19. Você é de uma família de militares? Acha que houve alguém que te influenciou a se interessar pela instituição? Fale um pouco sobre essa pessoa.
20. A sua formação na Aeronáutica está acontecendo ou aconteceu de que forma? Epcar, AFA, Unifa, Eear? (dependendo do entrevistado, se cadete, oficial ou suboficial)
21. [Se já for oficial ou suboficial] Entrou e se formou em que ano? Tem alguma especialidade?
22. Como é ou era a sua rotina na instituição em que está realizando ou realizou a sua formação como militar (Epcar, AFA, Unifa ou Eear)? Você consegue descrever como é ou era o seu dia típico?

23. É ou foi difícil esse processo de formação? Quais suas lembranças do período?
24. Dos treinamentos que participa (seja como instrutor ou como participante), qual gosta mais? Por quê?
25. E o que menos gosta? Por quê?
26. Quanto tempo diário você dedica à Aeronáutica?
27. [No caso de oficial ou suboficial já formado] Hoje, qual a sua rotina na instituição? Tem de cumprir muitos horários? O dia-a-dia é rígido?
28. Em que atividades está engajado?
29. Que sacrifícios esta vida exige?
30. Depois de formados, a FAB estimula a participação em outros cursos, interna ou externamente? Isso acontece de forma sistemática, por meio de programas específicos, por exemplo, ou os incentivos se dão informalmente?
31. Vocês escolhem a arma na qual permanecerão por toda a carreira? (Aviação, Intendência e Infantaria). Em que momento fazem a escolha?
32. Qual é a sua arma?
33. Que características pessoais são mais exigidas na sua arma? E nas demais?
34. Quando há transferências, elas são negociadas ou não?
35. Antes de entrar na Aeronáutica, você trabalhou em outro lugar? O que fazia?
36. No que a sua atuação na Aeronáutica mudou a sua forma de pensar?

37. Quais valores a organização mais enfatiza nas suas comunicações com você e seus colegas?
38. E quais desses valores você considera os mais importantes?
39. Você escolheu uma profissão dedicada à sociedade, à defesa da pátria. Se tivesse que imaginar o “Brasil ideal”, este país estaria alicerçado em que valores?
40. No que a sua atuação na organização mudou a forma de se relacionar com as outras pessoas?
41. Dos amigos que têm hoje, a maior parte é da Aeronáutica ou do mundo civil de antes de entrar na instituição?
42. Você acha que atraiu para a instituição em que atua outros integrantes? Isso foi voluntário ou uma casualidade? Que abordagens utilizou?

Anexo I

Roteiro usado para as entrevistas com os militantes da JPL e do PPL

Origem:

1. Você é de que cidade? Vem de ambiente rural ou urbano?

Família e infância:

2. Você poderia falar um pouco sobre seus pais e avós? Quais eram as profissões e escolaridade deles?
3. Você tem irmãos? De que idade? Estudaram e fazem o quê? Fale um pouco sobre eles.
4. Como você definiria a educação que recebeu dos seus pais?
5. Enquanto viveu com seus pais, você sempre morou na mesma casa?
Como era a sua casa?
6. O que você gostava de fazer quando criança? Quais as suas brincadeiras favoritas? O que era mais estimulado por seus pais?
7. Sua família tem alguma religião? Eles são praticantes?
8. E você? É adepto da mesma religião que eles?
9. Hoje, como é formada a sua família?
10. Onde você mora? Que diferenças você vê na sua casa de hoje em relação ao que era a casa de seus pais na sua infância?

Escola

11. Como foi a sua trajetória escolar? Foi contínua ou teve interrupções? Em que colégios estudou?
12. Como foi a sua experiência escolar? O que você mais gostava e o que menos gostava na escola?
13. Quando estava na escola, o que imaginava ser quando crescesse?

Militância

14. Como aconteceu a sua aproximação com o partido?
15. O que o atraiu?
16. Chegou a cogitar outras organizações?
17. O seu ingresso no movimento foi motivo de orgulho ou preocupação por parte da sua família? Por quê?
18. Você é de uma família de militantes? Acha que houve alguém que te influenciou a se interessar pela instituição? Fale um pouco sobre essa pessoa.
19. A sua formação na militância se deu de que forma? Fez cursos de formação internos? Lembra-se de quais?
20. Como era a sua rotina nessa época de formação? Foi difícil? Quais suas lembranças do período?
21. Que características pessoais são mais exigidas para que a pessoa se torne um bom militante?
22. Vocês são estimulados pelo partido a continuar estudando, em cursos oferecidos pelo próprio partido ou em cursos externos?

23. Dos cursos que participa (seja como instrutor ou como participante), qual gosta mais? Por quê?
24. E o que menos gosta? Por quê?
25. Quanto tempo diário você dedica ao partido? Trabalha em outro lugar ou consegue se dedicar exclusivamente à atuação política?
26. Você tem que cargo, atualmente, no partido?
27. Qual a sua rotina na organização? Você pode descrever, com o máximo de detalhes que se lembrar, como é o seu dia típico aqui?
28. Tem de cumprir muitos horários? O dia-a-dia é rígido?
29. Que sacrifícios esta vida exige?
30. Em que atividades está engajado?
31. Essas tarefas são determinadas por quem? Você as propõe, elas são determinadas pela direção?
32. Sempre trabalhou em São Paulo? As transferências são negociadas ou não?
33. Antes de entrar no partido, você trabalhou em outro lugar? O que fazia? Conheceu alguma pessoa que foi profissionalmente marcante na sua vida nessa outra carreira? Por quê?
34. No que a sua atuação na instituição mudou a sua forma de pensar?
35. Quais valores a organização mais enfatiza nas suas comunicações com você e seus colegas?
36. E quais valores você considera os mais importantes?
37. Você escolheu uma vida que é dedicada à sociedade, à defesa da pátria. Se tivesse que imaginar o “Brasil ideal”, este país estaria alicerçado em que valores?

38. No que a sua atuação na organização mudou a forma de se relacionar com as outras pessoas?
39. Dos amigos que têm hoje, a maior parte é da atuação política ou do mundo de antes de entrar no partido?
40. Você acha que atraiu para a instituição em que atua outros integrantes? Isso foi voluntário ou uma casualidade? Que abordagens utilizou?